

# A MORTE E O SEU MISTÉRIO



VOL. III

**CAMILLE FLAMMARION**

# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

## Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [www.ebookespírita.org](http://www.ebookespírita.org).



[www.ebookespírita.org](http://www.ebookespírita.org)

**Camille Flammarion**

**A Morte e o seu Mistério**

*Traduzido do Francês*  
*Camille Flammarion - La Mort et son mystère*  
*(1917)*

**(obra em 3 volumes)**

<p><b>VOLUME 3</b> <b>Depois da Morte</b></p>
---

## Conteúdo resumido

Editada em três volumes, *A Morte e o seu Mistério* é um extenso e precioso repositório de narrações sobre fenômenos extrafísicos, expostos e comentados por Camille Flammarion com o rigor da metodologia científica.

Conforme as próprias palavras do autor, a obra visa demonstrar por fatos de observação, fora de toda crença religiosa e em completa e imparcial liberdade de julgamento, a existência da alma, a sua independência do organismo corpóreo e a sua sobrevivência à desagregação deste último.

Em síntese, são abordados neste trabalho os seguintes temas:

- o **1º volume, “Antes da Morte”**, prova que a alma existe e independe do corpo carnal;
- o **2º volume, “Durante a Morte”**, demonstra a veracidade do aparecimento de fantasmas dos vivos, as aparições e manifestações de moribundos e os fenômenos de premonição;
- o **3º volume, “Depois da Morte”**, oferece-nos a certeza da sobrevivência da alma após a morte, sua existência num outro plano e a possibilidade de se comunicar com os Espíritos encarnados.

Estas duas obras: “A Morte e o seu Mistério”, juntamente com “O Desconhecido e os Problemas Psíquicos”, escrita anteriormente pelo mesmo autor, formam a maior coleção de casos de fenômenos psíquicos já reunidos em obra literária, nos últimos séculos. Daí a sua grande importância como documentos históricos para as ciências psíquicas e, em decorrência, para as pesquisas sobre os fenômenos mediúnicos.

“A morte é nosso destino comum. As riquezas materiais adquirem-se e perdem-se. Que a tua vida se inspire na mais pura justiça! Sê irrepreensível para o próximo como para contigo. Aproveita todas as oportunidades para te instruíres. Viverás, assim, vida sumamente agradável.

Medita estes pensamentos. Quando deles estiveres compenetrado, poderás conceber a constituição de Deus, dos homens e das coisas e ajuizar da realidade da unidade de toda a natureza; Conhecerás então essa lei universal: em toda parte do mundo a matéria e o espírito, em princípio, são idênticos.

Prossegue na obra da libertação da tua alma, fazendo escolha judiciosa e ponderada de todas as coisas, de modo a assegurar a vitória do que em ti existe de melhor: o Espírito. Assim, quando abandonares teu corpo material, elevar-te-ás no éter, e, deixando de seres mortal, revestirás tu mesmo a forma de um deus imortal.”

*Pitágoras*

## Sumário

I – Pesquisa geral sobre a realidade das manifestações de mortos .....	6
II – Mortos que apareceram em seguida a juramentos recíprocos, a promessas, a ajustes, a declarações anteriores .....	50
III – Mortos que voltaram para negócios pessoais – <i>Revelações.</i> – <i>Pagamentos de dívidas.</i> – <i>Restituições.</i> – <i>Promessas não cumpridas.</i> – <i>Serviços a prestar.</i> – <i>Testamentos.</i> – <i>Confidências.</i> – <i>Censuras.</i> – <i>Protestos.</i> – <i>Perseguições.</i> – <i>Vinganças.</i> – <i>Avisos.</i> – <i>Manifestações diversas.</i> .....	76
IV – Manifestações e aparições de mortos imediatamente após o falecimento (alguns minutos até 1 hora depois) .....	111
V – Manifestações e aparições de mortos quase imediatamente depois da morte (algumas horas: de 1 a 24 horas) .....	136
VI – Manifestações e aparições de mortos pouco tempo depois do falecimento (intervalo de um dia a uma semana).....	170
VII – Manifestações e aparições de mortos algum tempo depois da morte (de uma semana a um mês) .....	207
VIII – Manifestações e aparições de mortos bastante tempo depois da morte (de um mês a um ano) .....	232
IX – Manifestações e aparições de mortos muito tempo depois do falecimento (durante o segundo, terceiro e quarto ano depois da morte) .....	260
X – Manifestações e aparições de mortos muito tempo depois do falecimento (além do quarto ano) .....	294
XI – As manifestações de mortos nas experiências de Espiritismo. – As provas de identidade .....	315

Conclusões dos três volumes desta obra ..... 341

# CAPÍTULO I

## Pesquisa geral sobre a realidade das manifestações de mortos

*“As verdades matemáticas só podem ser julgadas por matemáticos. Eu desprezo o julgamento dos mateólogos ignorantes.”*

*Copérnico*  
(Dedicatória do seu livro ao Papa, 1543)

\* \* \*

*“Cada qual só deveria julgar do que entendesse.”*

*O bom senso*

Nosso volume “Durante a Morte”, segundo dessa trilogia metapsíquica, deu aos seus leitores *a certeza* dos fantasmas de vivos, das aparições e manifestações de moribundos, produzindo-se a qualquer distância, transmissões telepáticas irrecusáveis, e terminou com esta interrogação: “Obteremos nós as mesmas provas de autenticidade, a mesma *certeza* quanto à existência real dos mortos?”

“Eis um livro de boa fé”, dizia Montaigne em seus inesquecíveis *Ensaio*s: deve caber a mesma afirmação para esta obra.

Chegamos à porta do templo fechado. Mas já esta porta pareceu entreabrir-se em nossas excursões à fronteira dos dois mundos. Este terceiro volume tem por fim estabelecer a sobrevivência *por meio de fatos observados*, e isto pelo mesmo método experimental, independentemente de qualquer crença religiosa.

O raciocínio e a meditação podem auxiliar na pesquisa da verdade; mas não são suficientes, não o foram até hoje para descobri-la. A observação positiva é indispensável para nos convencer. As teorias de nada valem quando não se esteiam em realidades.



Ora, é de notar que a questão por excelência capital, qual a de sabermos se somos efêmeros ou duradouros, se sobrevivemos à morte, ficou até hoje fora do quadro das ciências clássicas. O habitante da Terra é um ente esquisito: vive num planeta sem saber onde está, sem ter a curiosidade de indagá-lo de si mesmo e sem procurar conhecer a sua própria natureza!

É chegado o tempo de atacar a fortaleza da ignorância secular, e isso sem dissimular dificuldade alguma, objeção alguma.

Antes de nos entregarmos a nossas pesquisas e para não nos expormos a perder nosso tempo – pois não há coisa mais absurda do que o tempo perdido –, parece-me que meu primeiro dever, como sinal de respeito para com os inúmeros leitores que me honram com a sua atenção, será de abranger, sob a mesma rubrica de recapitulação, as comunicações aos milhares que me foram dirigidas, aduzindo-lhes outras tantas feitas em outros países e em todas as épocas, e ver se algumas se apresentam com tal evidência que nos prometam a certeza desejada, libertem-nos do temor formulado aqui, autorizando-nos a tomar em consideração o assunto a examinar. Teremos ocasião de classificar mais tarde, em diversas categorias, os fenômenos observados. Façamos, pois, primeiro um ligeiro exame que ilumine espontaneamente nosso campo de estudos.

Das 4.800 cartas que recebi dos correspondentes com os quais estava – ou estive depois – em relações e cuja sinceridade e valor moral pude apreciar, dessas só destaquei algumas centenas de observações, dentre as que me pareceram inatacáveis. Agi exatamente como agimos para com as compilações científicas, quando publicamos uma observação astronômica, meteorológica, geológica e mesmo com maior severidade. Nada de romances, nada de fantasias. Estrita observação. Os leitores que acusariam esta obra, ou a precedente, *O Desconhecido e os Problemas Psíquicos*, de falta de método demonstrariam que tiveram a preguiça de examinar seriamente o assunto ou que realmente estão desprovidos do espírito de análise.

Não tenhamos nenhum preconceito, nem religioso, nem anti-religioso. Nas crenças menos argumentadas descobre-se muitas vezes um fundo de verdade mal interpretada. Observemos com

independência e formemos nosso juízo. Há espíritos obtusos. Não os imitemos. “Eu – dizia um dia certo negador impenitente a um livre pesquisador – só acredito no que posso compreender.” – E todos sabem que o senhor em nada acredita! – retorquiu o interlocutor.

Os princípios do método científico nos ordenam receber as narrações de fenômenos, fora do natural, com a máxima circunspeção, considerando-os *a priori* como suspeitos, precisamente porque são extraordinários e inexplicáveis. E é difícil, à primeira vista, aquilatar qual o valor dos narradores, a respeito da sua própria sinceridade e do seu equilíbrio mental. Poderia citar mais de um pseudo-historiador fazendo pouco caso do respeito à verdade. O nome do signatário não é sempre uma garantia. A narração muito simples de uma observação feita por testemunha atenta e sóbria, sem pretensão literária, é muitas vezes de melhor qualidade do que a de um escritor profissional. Podemos até pensar que um romancista, habituado a inventar ficções, seja muito capaz de apresentar fatos falsos como realidades e isso sem o mínimo remorso. Todas as narrações devem ser, *a priori*, consideradas como suspeitas, porém declará-las todas inadmissíveis é simplesmente estupidez. Existem fatos reais. Apesar da incerteza das testemunhas históricas, peço licença para repetir a afirmação de que Luís XVI morreu na guilhotina, a 21 de janeiro de 1793, em Paris, e que o cadáver embalsamado de Napoleão jaz no sarcófago de mármore dos Inválidos. Procedamos assim: 1º- com prudência; 2º- com toda a liberdade de apreciação.

O método que aqui adotamos para este estudo parece-nos o mais seguro, o mais inatacável.

Verificamos, na segunda parte dessa obra, que a alma ao separar-se do corpo manifesta-se de maneiras diferentes, muitas vezes a grande distância do lugar do falecimento. Mas essas manifestações poderiam provir do ser humano ainda vivo, pois o momento preciso da morte é extremamente difícil de se marcar, psicologicamente falando.

Vimos passar diante de nossos olhos fenômenos diversos que se produziram num estado psíquico intermediário *entre a vida e a morte* e que não parecem ser manifestações de *mortos*. Não

quisemos dissimular as objeções que se erguem diante do problema que deveremos resolver; enfrentamos as dificuldades, porque o estudo científico é, antes de tudo, franco e leal. É com a mesma lealdade, a mesma sinceridade, a mesma independência de espírito que devemos examinar os fatos de observações que agora se nos vão apresentar.

Trata-se de estudar imparcialmente, de discutir, de interpretar grande número de fenômenos que se nos apresentam como manifestações de mortos; se os atos produzidos por certas faculdades da alma, desconhecidas ou pouco estudadas, tais como as transmissões psíquicas a distância, a vontade agindo sem intermediário, a telepatia, a vista sem os olhos, a audição sem os ouvidos, a previsão do futuro, revelam sob diferentes aspectos a existência pessoal da alma, que deve ser considerada, de ora em diante, não como *efeito*, mas como *causa*. Esse assunto nos dará testemunhos formais e categóricos da sobrevivência. Esses fatos, por serem inexplicáveis, nos obrigam a admitir que em nós existe um princípio espiritual, diferente dos atributos fisiológicos, físicos, mecânicos, químicos, do organismo animal, e que permanece intacto quando o corpo se desagrega.

O valor, porém, das nossas conclusões está intimamente ligado à severidade do nosso método. Devemos evitar atribuir aos mortos todos os fatos inexplicáveis que nosso primeiro volume, “Antes da Morte”, levou-nos a suspeitar da existência de faculdades humanas ainda não determinadas.

Vamos ter sob nossas vistas manifestações, aparições, observadas depois da morte, muitas vezes cumprindo intenções expressas em vida. Nosso dever é, sem a menor dúvida, tentar primeiro explicá-los como atos de viventes, como funções cerebrais; mas havemos de reconhecer que, apesar da melhor boa vontade, não é isso fácil e que, sem idéia preconcebida, somos obrigados a admitir vontades de mortos.

Uma comunicação entre um ente morto e um ente vivo é comunicação entre um espírito em certa fase da existência e um outro espírito em fase completamente diferente, efetuando-se por um meio diverso dos órgãos físicos, pois que do outro lado esses

órgãos não existem mais. Examinemos tudo com cuidado, sem nos encerrarmos num quadro sistemático.

Neste exame continuaremos a obedecer ao princípio que até agora nos guiou: nada de frases, nada de dissertações e de hipóteses: FATOS.

Antes de tudo, declaremos que os fenômenos póstumos, que vamos examinar, não estão em desacordo com a lei biológica da continuidade. Demonstram, pelo contrário, que a vida continua além-túmulo, e isto muito simplesmente, muito naturalmente. As aparições no momento da morte lançaram para nós uma ponte entre os dois mundos; levam-nos diretamente, sem solução de continuidade, às aparições depois da morte.

\* \* \*

A Ciência deve estudar os fenômenos psíquicos como estuda os físicos, sem se deter com as inverossimilhanças. Teríamos acaso podido admitir, antes da descoberta das ondas hertzianas, que seria possível transmitir uma onda elétrica, sem fio, a uma distância de milhares de quilômetros? Não teríamos rido se se tivesse pretendido poder fotografar um objeto de metal contido numa caixinha de madeira espessa? Não teríamos chamado louco àquele que nos tivesse dito que veríamos um dia fotografias dos nossos ossos obtidas através da nossa carne e nosso vestuário? Tudo não estava então e não está ainda por estudar?

Descurar observações sob o pretexto de que são raras e excepcionais é erro e é anticientífico. A descoberta dos raios X foi devida a um acidente; a do árgon foi devida a uma anomalia no modo de agir do azoto; foi o desacordo entre as posições observadas e calculadas de Urano que revelou a existência de Netuno, etc.

Compreendemos nós as transmissões telepáticas no momento da morte? Não. São elas absolutamente certas? Sim. São ainda mais freqüentes do que o deixei entrever. Enquanto estava redigindo estas páginas (julho de 1921), recebi a seguinte carta de meu ilustre amigo Camilo Saint-Saëns, arrebatado alguns meses depois (16 de dezembro) à afeição dos seus admiradores:

(CARTA 4.565)

“Tornando a ler pela nona vez teu último volume, uma recordação desperta em minha memória e não deixo para amanhã escreve-te a esse respeito.

Era em janeiro de 1871, no último dia da guerra. Estava eu nos postos avançados, em Arcueil-Cachan, acabávamos de jantar um excelente cavalo com que tínhamos feito um bom cozido e tínhamos apanhado taráxacos, cuja raiz, nesta estação do ano, está muito desenvolvida; em suma, um jantar que a todos nós satisfizera e estávamos todos tão alegres quanto era possível sê-lo, dadas as circunstâncias; subitamente ouvi cantar no meu cérebro o lamento musical de que fiz, mais tarde, o prelúdio do meu *Requiem*, e senti no meu íntimo que uma desgraça me acontecia. Angústia profunda me acabrunhou.

Nesse momento mesmo morria Henri Regnault, ao qual me prendiam laços da mais viva amizade. A nova da sua morte me causou tal pesar, que adoeci e tive que ficar três dias de cama.

Experimentei, pois, a realidade da telepatia, antes da invenção dessa palavra. Como tens razão de pensares que a ciência clássica não conhece o ente humano e que temos que aprender tudo!

Teu, de todo o coração,

*C. Saint-Saëns.*”

Eis mais uma observação psíquica a reunir a todas as que meus leitores apreciaram e à qual o nome daquele que a experimentou dá um valor especial.

A comunicação telepática de uma alma para outra, durante a vida, não é duvidosa; não o é tampouco depois da morte.

Dados nossos conhecimentos atuais sobre as radiações, sobre as forças físicas e psíquicas, sobre a constituição atômica da matéria, creio que estamos agora nos casos de analisar nosso assunto com uma atenção mais proveitosa do que outrora, com a esperança fundada de obter resultados de alta importância.

Examinemos, pois, este grave assunto sob todos os seus aspectos, mantendo-nos isentos das idéias preconcebidas que poderiam prejudicar a independência do nosso julgamento.

Vou apresentar à atenção imparcial dos nossos leitores uma primeira série de observações que me parecem absolutamente demonstrativas. Assim deve ser a introdução lógica deste terceiro volume para merecer seu título: *Depois da Morte*.

\* \* \*

*“Procurai e achareis.”*

*Jesus-Cristo*

Uma das mais demonstrativas manifestações de mortos que eu conheço é a que foi relatada por um positivista sinceramente materialista, o Dr. Caltagirone, de Palermo, que a observou em pessoa; vejamos a versão que dela narrou. O fato passou-se não há muito tempo, em dezembro de 1910. Escreve ele:

“Era eu amigo de Benjamim Sirchia e ainda seu médico. Sirchia, muito conhecido em Palermo, era um velho patriota, muito popular. Tinha qualidades morais e cívicas excelentes; era um incrédulo como eu, no sentido mais lato da palavra.

Um dia, no mês de maio de 1910, começamos a discutir sobre os fenômenos psíquicos; respondi às suas perguntas assegurando-lhe que concluía por minha própria experiência que alguns desses fenômenos eram reais, porém a sua interpretação era contestável. Durante essa conversa, disse-me em tom de gracejo:

– Escute, doutor, se eu morrer primeiro, o que é provável, pois sou velho e o senhor é ainda moço, forte e robusto, dou-lhe minha palavra que virei trazer-lhe a prova da minha sobrevivência, se eu ainda existir.

Eu, rindo, e no mesmo tom de brincadeira, retorqui:

– Então virá manifestar-se quebrando alguma coisa neste quarto, por exemplo, este lustre, por cima da mesa... – (estávamos então na sala de jantar). E para ser cortês acres-

centei: – Se eu morrer primeiro, também prometo ir a sua casa fazer alguma demonstração do mesmo gênero!

Repito-o ainda, tudo isso foi falado antes como gracejo do que seriamente. Nós nos separamos e ele partiu alguns dias depois para Licata, província de Girgênti, onde se ia estabelecer. Desde esse dia nunca mais tive notícias dele, direta ou indiretamente. A conversa tivera lugar em maio de 1910.

No mês de dezembro seguinte (no dia 1º ou no dia 2), pelas 6 horas da tarde, estava eu sentado à mesa com minha irmã, única pessoa que vive comigo, quando nos chamou a atenção o ruído de várias pancadinhas dadas no abajur do lustre suspenso ao teto da sala de jantar e na campainha móvel de porcelana do fumívoro, colocada por cima do vidro tubular de cristal. A princípio, atribuímos essas pancadinhas a estalidos produzidos pelo calor da chama, que tentei diminuir. Mas as pancadas se tornaram mais fortes e continuaram obedecendo a um certo ritmo. Trepei então numa cadeira para examinar com mais cuidado o que havia e verifiquei que o fenômeno não podia ser atribuído ao calor da chama, que funcionava com pressão normal.

Ao demais, não se tratava aí de pequenos estalidos, como os que são produzidos por um calor extremo, porém eram pancadas curtas, de timbre especial, lembrando os estalidos feitos com as juntas dos dedos ou os que se produziria com uma varinha em objeto de porcelana. Tentei descobrir a causa dessas pancadas esquisitas. Nada. Enfim terminamos o jantar e o fenômeno cessou.

No dia seguinte, à noite, o mesmo tilintar foi ouvido e assim aconteceu *durante quatro ou cinco dias seguintes*, o que aguçou ainda mais a nossa curiosidade.

Mas, na última noite, uma pancada forte e seca partiu em dois pedaços a campainha móvel, permanecendo ela nesse estado, pendurada no gancho do contrapeso metálico. Foi o que pude verificar quando fiquei em pé em cima da mesa, pois queria ver de perto o efeito da última pancada. Lembrome bem, e minha irmã igualmente, que embora tivéssemos

apagado a luz central, em volta da qual se realizava o fenômeno, e tivéssemos acendido um dos ramos do lustre, as pancadas continuaram com a mesma intensidade.

Devo igualmente declarar e afirmar, sob minha palavra de honra, que durante os cinco ou seis dias em que se repetiu esse fato estranho, que eu não podia explicar, nunca pensei no meu amigo Benjamim Sirchia e nem me recordei da conversa do mês de maio precedente, pois a havia esquecido totalmente.

No dia que se seguiu à última noite, durante a qual a campainha arrebentara, estava eu no meu gabinete: eram mais ou menos 8 horas da manhã. Minha irmã estava à janela, vendo não sei quê, na rua; a criada tinha saído; súbito, ouviu-se *um ruído estrondoso* na sala de jantar, como se tivessem batido na mesa com uma clava.

Minha irmã ouviu-o da janela e eu do meu gabinete; corremos ambos para ver o que tinha acontecido.

É extraordinário, mas, por mais fantástico que seja esse fato, garanto-lhe a veracidade: em cima da mesa, e *como se tivesse ali sido colocada por mão humana*, achamos a metade da campainha móvel, tendo ficado a outra metade suspensa em seu lugar.

Evidentemente o estrondo tão violento não estava em relação com o incidente. Foi o último fenômeno que pôs o remate a esses fatos esquisitos, repetindo-se eles durante cinco ou seis dias, sendo que este remate se deu em pleno dia e sem a ação do calor.

A queda da metade da campainha de porcelana não se podia realizar perpendicularmente à mesa, pois, tendo que passar pelo centro do abajur, teria esbarrado no tubo do aparelho e na camisa deste e ambos teriam quebrado com o choque, podendo assim passar a metade da campainha do fumívoro; ora, estes dois objetos estavam intactos.

Se ela tivesse caído obliquamente sobre o abajur de porcelana, a metade da campainha ter-se-ia quebrado ou teria quebrado o dito abajur; se admitirmos que ela tenha escorre-



gado sem nada quebrar, devia, neste caso, ter saltado para um ponto afastado do centro da mesa e não perpendicularmente ao eixo do aparelho.

Conseqüências: o barulho foi um aviso do fenômeno, e o pedaço de campainha foi colocado de modo a demonstrar que o fato não era devido a um acidente, o qual, ao demais, estaria em oposição às leis da queda dos corpos.

Devo ainda confessar que eu me tinha esquecido absolutamente de Sirchia e do pacto feito entre nós no mês de maio precedente.

Dois dias depois, encontrando-me com o professor Rusci, este me disse:

- Sabia que o pobre Benjamim Sirchia morreu?
- Quando? – perguntei com ansiedade.
- Nos últimos dias de novembro; foi a 27 ou 28.

Que coisa estranha! Nos últimos dias de novembro, pensei eu então. Os fenômenos que se passaram em minha casa teriam alguma relação com sua morte? (lembrava-me da nossa última conversa, com todos os seus pormenores tão característicos). Começaram eles no dia 1º ou no dia 2 de dezembro e prosseguiram durante cinco ou seis dias. A tentativa de quebrar alguma coisa do lustre da sala de jantar fora coisa combinada entre nós, no mês de maio, e esta manifestação cessou com a execução final do que tinha sido marcado... Coisa também muito estranha, quando foi assim executado o pacto, uma pancada formidável o anunciou como para evidenciá-lo quase! O transporte da campainha para um lugar onde era normalmente impossível que caísse por si, salvo o acaso, completa a estranha manifestação.

Eis a minha observação pessoal.

Eu e minha irmã conservamos como recordação desse fenômeno inexplicado os dois pedaços da campainha e os colocamos com as coisas que para nós são mais preciosas e mais queridas.

*Dr. Vincenzo Caltagirone.”*

Tal é a narração da testemunha.

Parece-me lógico tirar dessa observação a conclusão que dela ressalta, assim como procedemos numa experiência de química ou de física, e devemos afirmar que ela prova o seguinte: 1º- esse amigo ainda existia quatro, cinco, seis, sete, oito dias após a sua morte; 2º- ele tinha conservado sua consciência, sua individualidade; 3º- recordava-se da sua promessa; 4º- pôde realizá-la.

É certo que ignoramos sob que forma se pode existir depois desta vida, quais as faculdades das nossas mônadas psíquicas e como podem elas agir materialmente, mecanicamente como neste exemplo tão característico. Mas o fato aí está. Não há possibilidade de evasivas.

Explicá-lo é impossível, no estado em que estão os nossos conhecimentos, porém essa impossibilidade de explicar o fato não lhe diminui o valor. Para o estudo do mundo psíquico estamos no mesmo ponto em que estava Newton quando procurava explicar o sistema do mundo físico e aqui podemos aplicar seu modo de raciocinar... “*As coisas se realizam* – escrevia ele – como se os corpos se atraíssem uns aos outros, em razão direta das massas e em razão inversa do quadrado das distâncias. Quanto ao saber como se faz, ignoro.” Digamos do mesmo modo: “*As coisas se realizam como se o morto agisse.*”

Criticar a lógica deste argumento parece-me inverossímil. A velha hipótese das coincidências acidentais não é mais aceitável. As combinações mais alambicadas nada concluem. É preciso negar a observação ou confessar que é inexplicável.

Repito dom Newton: “*As coisas se realizaram como se o amigo do Dr. Caltagirone tivesse cumprido sua promessa.*” É este o verdadeiro método científico, não a negação cega, persistente e sistemática.

Ainda uma vez, digamos que não sabemos como uma alma pode bater em um lustre, quebrar a campainha de um fumívoro de porcelana e dar forte pancada na mesa.<sup>1</sup> Há centenas de observações.

As que lemos nos dois primeiros tomos desta obra nos induzem a pôr em jogo a força elétrica; mas esta hipótese nada nos ensina, pois que ninguém sabe o que é a eletricidade. Além de

que há na Natureza forças desconhecidas; podem elas representar papel preponderante nesses fenômenos. Estas é que devemos descobrir e não nos inspirar no método de certos sábios contemporâneos, que pretendem que a Ciência só tem o direito de explicar os fatos observados por meio das forças conhecidas e não deve admitir o desconhecido.

Recebi tão elevado número de narrações diferentes, de todos os países do mundo, em todas as línguas, de todas as classes sociais, assim como de todas as idades, desde a infância mais ingênua e mais ignorante até a idade de competência unida à experiência esclarecida e à severa análise psicológica, que fico absolutamente impossibilitado de descrever as manifestações de mortos em certos casos e do mesmo modo não posso duvidar da sua sobrevivência, pelo menos durante um certo tempo.

Cumprir uma promessa para provar a um amigo que a existência perdura depois do último suspiro é, evidentemente, uma indicação bastante decisiva. Que mais podemos pedir?

Essas pancadas, esses movimentos mecânicos, esses fenômenos físicos são manifestações de uma força procedente do espírito. Vimos um grande número de manifestações de força psíquica no tomo II.

Este termo “força psíquica”, que eu tinha posto em moda em 1865, com a publicação do meu opúsculo primitivo *As Forças Naturais Desconhecidas*, foi discutido e mesmo algum tanto ridiculizado por certos escritores arqui-clássicos, bem intencionados e extra-prudentes. Um filósofo, aliás justamente estimado, por certos trabalhos de história astronômica, o Sr. Th. Henri Martin, decano da Faculdade de Letras de Renes, membro do Instituto, escrevia entre outras coisas: “Não me parece necessário discutir seriamente as forças naturais desconhecidas a que o Sr. Flammarion chama psíquicas e que seriam as promotoras dos movimentos inteligentes das mesas e dos outros prodígios atribuídos aos médiuns”<sup>2</sup>.

O célebre professor de Renes não admite a existência dessas forças desconhecidas. Após longa dissertação sobre as experiências de Agenor de Gasparin, de Thury, e outros observadores, das quais nada entendeu, e, à falta de melhor, colocando-se ao

lado do R. P. Matignon e dos partidários da intervenção do demônio, escreve ele: “Vejo fortes probabilidades para que esses prodígios sejam atribuídos em parte à ilusão e em parte à fraude”.<sup>3</sup> Ou por outra: a coisa nenhuma. Eis o que disseram nossos predecessores clássicos nessa ordem de pesquisas.

O fato que acabam de ler é característico. Atribuí-lo a faculdades humanas desconhecidas ou então ao acaso parece-me coisa ultra-temerária. Seguramente, preferiríamos ter *visto* a causa dessas pancadas propositais. Vemos os fantasmas? Sim, às vezes. Eis uma observação, precisa e positiva.

A carta abaixo transcrita foi-me dirigida de Lião, a 25 de abril de 1921.

(CARTA 4.462)

“Senhor e caro mestre:

Permita-me declarar-lhe, antes de tudo, que na minha mocidade (que está longe) eu ria à vontade quando, por acaso, falavam em minha presença das manifestações do “além”; tinha o cepticismo – digamos a coisa como é – da imbecilidade.

Passou a mocidade, veio a idade madura, e se, entre as pessoas com quem estava, agitavam essas questões, já não ria mais, porém não era crente. Havia progresso. Ora, eis o que se deu comigo mesmo:

Uma noite de outono, a temperatura já estava fria, estava eu então sentado perto do fogão onde ardiam alguns tocos de lenha. Numa poltrona, diante de mim, minha mulher estava sentada de costas para a janela que dava para a varanda aberta, que servia de passagem aos quartos do primeiro andar da minha casa. Eu não estava sonhando, asseguro-lhe, pois acabava de percorrer um tratado “Transformadores elétricos”, obra que não se presta a devaneios. Estava, pois, longe de pensar em fenômenos extraterrestres, quando meu cão, um lulu da Pomerânia, deitado diante da lareira, ergueu-se e pôs-se a latir, olhando para a janela e vindo depois deitar-se, sempre rosnando, perto da minha poltrona.

Olhei rapidamente para a janela e vi, por detrás do vidro, uma sombra de contornos vaporosos, indecisos, que parecia ter sido esbatida a esfuminho por Henner. Essa sombra dirigiu-se para a porta do meu quarto. Não pude conter uma exclamação. Fracamente atravessada de lado a lado pela luz de um bico de gás bastante afastado, ela caminhava lentamente, com andar que denunciava leve claudicação. Mau grado à minha vontade, exclamei: “Oh! o pai!”

Era ao mesmo tempo o aspecto corpóreo, o andar do pai de minha mulher, falecido havia dois anos. Era ele mesmo. Levantei-me à pressa, arremessando-me à porta que abri bruscamente e... nada!

Não podia ser uma alucinação; o livro que eu acabava de percorrer, e que ainda segurava, não dava propensão a isso e minha mulher que se virara, ouvindo meu grito, tinha percebido, como eu, essa sombra cuja recordação lhe era tão querida.

Quando entrei no meu quarto meu cão já se tinha refugiado debaixo da cama e continuava a rosnar.

Desde essa época nada mais vi.

Aceite, senhor e caro mestre, a homenagem da minha admiração.

*Ballet-Gallifet*

12, ladeira do Greillon, em Lião.”

Todas as cartas que recebi não possuem o valor desta. O observador é um “científico”. Sua observação espontânea foi reforçada pela da sua senhora, e o que não se deve desprezar, pela sensação do cão. Tudo isso não é banal.

Conforme meu hábito, deliberei fazer sobre o caso um inquérito independente. Entre as pessoas com quem estou relacionado em Lião, uma pareceu-me, pelos seus trabalhos e pela sua competência, indicada para me auxiliar no inquérito: a Sra. Rougier, minha digna colega da Sociedade Astronômica de França e do Instituto Metapsíquico. Escrevi-lhe – sem lhe dar pormenores do assunto – para que fosse, sob qualquer pretexto, visitar o autor da

comunicação precedente, levar a conversa para esses assuntos e ouvir atentamente a narrativa pessoal que ele pudesse fazer a respeito da sua observação.

Da sua amável resposta, copio o que segue:

(CARTA 4.470)

“Recebi hoje de manhã, 2 de maio, a carta com que me honrou. Começo esta resposta às 6 horas menos 5 minutos, e tenho o prazer de lhe dizer que voltamos agora, eu e meu marido, da casa do Sr. Ballet-Gallifet. Esse senhor recebeu-nos cordialmente e não demorou em falar-nos da aparição tão surpreendente que ele e a Sra. Ballet-Gallifet viram, reconhecendo ambos o pai dessa senhora. Eis a sua narrativa:

Estávamos em nossa casa, eu e minha mulher, às 9 horas da noite, quando, subitamente, nosso cão latiu, percebendo alguém que entrava. Era um homem que se adiantava vagarosamente. Fiquei tomado de espanto ao reconhecer meu sogro, pois não somente a personagem era ele mesmo, mas também *coxeava* como ele. Meu sogro era coxo. Se eu não tivesse notado logo esta particularidade que me fez reconhecê-lo de longe, teria ido buscar uma arma, tomando-o por um malfeitor. Minha mulher foi igualmente testemunha da “aparição”.

Seus dois últimos livros é que levaram o Sr. B. G. a assinalar esse fato antigo, de quinze anos! Este leitor é uma “inteligência” que se interessa vivamente por tudo que constitui o progresso, seja na Ciência, seja na Arte; ele nos pareceu digno de fé, sob todos os pontos de vista. Devemos ir daqui algum tempo visitar a sua senhora, que não pôde aparecer, porque meu marido não tinha tempo para demorar; porém eu a avistei sem que me fosse possível conversar com ela.

*T. Rougier.”*

(CARTA 4.514)

“Posso anunciar-lhe que no dia 20 de maio fui lá de novo e a Sra. B. G., que eu não pudera ver da primeira vez, con-

firmou-me todos os fatos narrados por seu marido, parecendo interessar-se muito pelo estudo para o qual exigis observações seguras. Acrescento que o Sr. B. G. nos disse ainda: “O fantasma deslizava, não andava.”

*T. Rougier.”*

Uma outra carta do Sr. Ballet-Gallifet deu-me a data da morte do seu sogro: 19 de março de 1904. Foi no correr do ano de 1906 que a observação foi feita. Esta última carta vinha acompanhada de uma planta (carta 4.484) que não me parece necessário reproduzir.

Por estas comprovações, não pode a aparição ser posta em dúvida, pois, como notamos, está confirmada pela impressão do cão. Supor que há, nesse caso, tríplice alucinação seria como se negássemos a realidade de tudo o que vemos diante de nossos olhos a qualquer hora do dia.

Ofereço aos meus leitores esta observação, depois da precedente, por causa da sua disparidade. A objeção da coincidência, que poderia ser aplicada à primeira, não poderia ser aplicada a esta. É outra ordem de testemunho. Que é possível imaginar-se aqui? Uma alucinação do narrador, da sua mulher e do cão? Que dizer a isso? A variedade dessas manifestações de mortos pleiteia em favor da sua realidade. Eis aí uma terceira, completamente diferente.

Uma manifestação tão difícil de negar quanto as duas precedentes é a que está narrada na seguinte carta. Essa comunicação me foi mandada de Ruelle (Charente), no dia 9 de junho de 1921. Transcrevo aqui o essencial:

(CARTA 4.528)

“Os fatos que o senhor expõe e discute são para mim de veracidade incontestável. Relatou<sup>4</sup> o senhor uma carta que eu lhe escrevi há mais de vinte anos, ao acabar de ler *O Desconhecido*. É o que há de mais autêntico e, entretanto, nem essa pancada nem esse movimento da cortina, coincidindo com um falecimento, foram as coisas que me convenceram

de que tudo não está terminado após a morte; o que me convenceu foi o fato que lhe vou narrar.

Vou dizer-lhe em que se baseia a minha convicção; não é de ontem, pois é recordação de infância; porém ficou gravada na minha memória e vejo em pensamento o lugar onde se passou o fato, tal qual se se tivesse dado ontem. É ainda no Isere, em Saint-Gervais, onde havia outrora uma fundição de canhões para a Marinha. Morávamos numa casa, dada como moradia pelo Estado. Meu pai era um adepto fervoroso do Espiritismo; eu, muito moço, não lhe dava nenhuma atenção, tanto mais quanto meu pai se entregava sozinho a esse estudo.

Em Rochefort-sur-Mer, tinha ele um amigo, chamado Cognet, cuja morte *lhe foi anunciada por uma carta*.

Uma noite, depois de ter recebido essa carta (não me recordo se foi no mesmo dia em que recebeu a carta, ou se foi depois), estávamos deitados. As duas camas estavam colocadas numa alcova cujas portas se encontravam abertas, mas, quando eu estava deitado, dava as costas para os dois batentes da porta e eu não podia ver nada no quarto precedente à alcova. Não dormia; ouvia meu pai falando um tanto baixo na sua cama, mas não compreendia as palavras que ele pronunciava. Súbito, vi uma *luz* que me fez soltar um grito de medo. Meu pai levantou-se e pôs-me perto dele na mesma cama. A luz persistia; era uma espécie de nuvem fosforescente, sem contornos precisos.

Disto eu me lembro muito bem, porque o vi da cama de meu pai. Repare que a luz me havia impressionado, embora estivesse de costas e não houvesse espelho nenhum em que pudesse ser refletida. Meu pai pronunciou estas palavras em voz alta: “Se és Cognet, bate três pancadas na cômoda.” Este traste, com tampo de mármore e que ainda tenho em meu poder, estava no quarto que precedia a alcova. Três pancadas fortes e espaçadas foram dadas então no mármore da cômoda. Depois, pouco a pouco, a luz diminuiu, desfez-se e não vi mais nada. Não me lembro se meu pai fez outras perguntas; é muito provável que sim, mas não me recordo.



Pois bem, esse simples fato, em que pensei durante toda a minha vida e no qual refleti mais tarde, quando pude raciocinar, foi o que me deu a convicção, a certeza de que tudo não fica terminado com a morte. Muitas vezes diziam diante de mim:

- Depois da morte não há mais nada.
- Sim – replicava eu – há alguma coisa.
- Como sabe?
- Vi. Vi, sem ter vontade de ver; ouvi, tremendo de medo.

*Texier*  
Fundição de Ruelle (Charente).”

Embora essa observação só tenha tido duas testemunhas um pouco vagas, parece-me dever ser registrada com toda a segurança. A recordação do fato foi conservada com precisão. Meus leitores conhecem outras iguais, por exemplo, a luz, iluminando o quarto, coincidindo com uma morte (tomo II), a mancha luminosa, fosforescente, correspondendo ao estado comatoso que precedia o falecimento de um pai (idem), a auréola luminosa cercando um morto (idem), a aparição envolta numa luz muito viva (idem), a iluminação de um quarto (idem).

Essas luzes misteriosas foram inúmeras vezes notadas, sempre espontaneamente. Devemos ver nisso, como nas circunstâncias análogas, a manifestação do defunto, que, por conseguinte, ainda existia, como no caso do lustre em que bateu Benjamim Sirchia, morto havia oito dias, e como no caso da aparição do pai da Sra. Ballet-Gallifet.

Um homem, que conservou em toda a vida a lembrança viva de um acontecimento inesquecível, é testemunha que não se pode desprezar.

Há grande variedade de observações como essas. Eis uma quarta. É um outro gênero, mas são manifestações que confirmam nossos dois primeiros exemplos.

Será possível não tomar em consideração a carta seguinte, que me foi dirigida de Nantes a 31 de março de 1921, e supor

que seu autor fez uma invenção fantasista ou teve uma alucinação?

(CARTA 4.407)

“Caro mestre:

Tenho 42 anos, amo demasiado a Ciência, interesse-me por todos esses problemas que estudais tão imparcialmente e tão cientificamente e tenho, enfim, o que seria suficiente, tanta estima e consideração pelo sábio que sois que não seria possível viesse eu inventar ou exagerar alguma coisa.

Tinha 19 anos e habitava Nantes, onde estou atualmente. Freqüentava um café, onde, tendo intimidade com o dono, passava quase todas as noites.

Nesse café uma senhora fazia a parte mais pesada da limpeza; essa mulher não era casada e vivia maritalmente com um operário, um marselhês, cujo nome de batismo era Mário. Ela era bretã e seu nome de família era Keryado; porém nós a chamávamos “mãe Márius”. Bebia um pouco. Esses pormenores têm importância. Em suma, era uma boa mulher, de muito bom coração e que me havia prestado alguns obséquios.

Todas as semanas eu saía de Nantes aos sábados, à noite, e ia passar o domingo na roça, num sítio em pleno mato. Um sábado, parto como de costume, despeço-me do patrão, dos amigos e digo até breve à mãe Márius, que estava em excelente estado de saúde. Desde a tarde da noite de sábado, estava eu no campo, como de costume, mas devo dizer que desta vez devia passar no sítio a semana inteira. A casa só tinha dois aposentos: quarto e cozinha. Na quinta-feira, à uma hora da tarde, estava conversando no quarto com a filha da dona da casa. Na cozinha não havia ninguém, portas e janelas fechadas. Conversávamos, quando ouvimos (ambos) um barulho na cozinha, como se as tenazes do fogão tivessem caído na pedra. Por precaução, e supondo que o gato estivesse a mexer nos potes de leite, fui ver. Nada, tudo estava fechado. Apenas de volta ao quarto, recomeçou o barulho.

Lá vou de novo. Nada. Como já me tivesse ocupado de Espiritismo, disse, rindo, à moça!

– É talvez um Espírito! – não dando, entretanto, muita importância às minhas palavras.

Tive então a idéia de recorrer a uma mesinha de que já nos tínhamos servido para sessões, e ambos, com as mãos colocadas em cima, esperamos. Quase logo obtemos uma comunicação por tipologia e conforme a convenção relativa ao alfabeto.

– É um espírito?

– Sim.

– Viveu na Terra?

– Sim.

– Conheceu-me?

– Sim.

– Qual era seu nome?

– Keryado.

Ouvindo este nome esquisito, e não me recordando do nome de família da empregada do café, ia deixar a mesa, supondo o caso desprovido de interesse, quando a moça me disse:

– É o nome de família da empregada do café.

– É verdade – respondi, e encetei então uma série de perguntas.

Eu não queria acreditar que ela estivesse morta, pois a tinha deixado de perfeita saúde, havia somente cinco dias. Peço-lhe explicações e ela me diz que, sentindo-se indisposta na terça-feira, às 8 horas da noite, levaram-na a casa e que ali tinha morrido, às 11 horas, de uma congestão. Eu disse que ela bebia (a moça a conhecia, mas havia um mês que estava na roça, e dela não tinha notícia alguma). Isto se passava na quinta-feira. No sábado, de volta a Nantes, logo que saí do trem, fui ao café e ali, muito admirado, confirmaram a morte da mulher com todos os pormenores que ela me havia contado.

Tal é a aventura que comigo se deu. Desde então, contei-a mais de vinte vezes, quando conversavam nesse assunto. Não se pode invocar a auto-sugestão: eu tinha deixado essa mulher em perfeita saúde, não tinha razão nenhuma para pensar nela e a pessoa que comigo estava, na mesinha, não a tinha visto havia um mês, não lhe escrevendo de modo algum.

*Neberry (em Nantes)."*

O inquérito habitual que fiz, após essa comunicação, não dá ensejo a nenhuma dúvida do caso. É verdade que, quase sempre, os exercícios de Espiritismo não têm valor intrínseco e refletem ingenuamente a mentalidade dos experimentadores; mas neste caso o ato foi espontâneo, inesperado e singularmente preciso.

O mesmo correspondente, que se tornou um espiritualista inabalavelmente convencido – como todo observador está convencido de que viu, do mesmo modo que um pedreiro que construiu uma parede está certo de que foi feita de pedra e assim como um lavrador tem certeza de terem seus campos produzido trigo –, relatou-me outro fato não menos notável. Trata-se da manifestação de um suicida alguns dias depois da sua morte. Eis o fato:

(CARTA 4.435)

“Meus avós dirigiam em Bordéus um hotel-restaurante, cuja clientela se compunha sobretudo de marinheiros. Um capitão de longo curso nele habitava, quando voltava de suas viagens e passava alguns dias em Bordéus, antes de reunir-se à família em Rochefort.

Um dia em que se havia hospedado no hotel, teve a carteira furtada por uma mulher de má vida, que conhecera na cidade. Desesperado, magoado, sem coragem para voltar ao seio de sua família, após essa aventura, enforcou-se no fecho da janela do seu quarto. De manhã, inquieta por não o ver sair, a criada sobe e o encontra enforcado! Cumprem as formalidades do caso e previnem a família. Alguns dias depois minha tia (foi quem me narrou o fato, incapaz de mentir e

mora atualmente em Nantes) e a criada estavam ocupadas em arrumar o quarto do capitão, conversando a seu respeito, quando, subitamente, a mesinha da cabeceira é sacudida com violência e as cortinas da cama se movem. A criada, assustada, corre para a escada e minha tia, amedrontada, foge e se esconde.

Algum tempo depois esse mesmo quarto era ocupado por um simples marinheiro a quem tinham ocultado a história (nos hotéis, escondem esses casos).

Ao voltar, à noite, o marinheiro acendeu a vela e esta se apagou. Acendeu-a de novo, torna a apagar. Julgando ser o fato devido à corrente de ar (foi ele mesmo quem o contou no dia seguinte), vai à janela, que estava bem fechada. Acende novamente. A vela de novo se apaga! Apodera-se dele o medo; hesita no que deve fazer: descer e avisar do que se passa, mas já é tarde, todos estão deitados, vão caçar dele, acreditar que bebeu. Acende ainda uma vez e a vela, então, não se apaga. Deita-se e imediatamente começam as cortinas a se moverem. Preso de compreensível emoção, não dorme e, de manhã cedo, desce e conta tudo o que se passou. Dizem-lhe então que, nesse quarto, suicidou-se um capitão de longo curso.

Que concluir? Na minha opinião o espírito, a alma do capitão, em uma palavra, se manifestava. Que queria ele? Alguma coisa, sem dúvida, difícil de adivinhar. Que sabemos? Não foi já notado que as pessoas que se suicidaram têm tendência para voltarem ao lugar do suicídio?

*G. Neberry.”*

Ao meu pedido de inquérito o autor da narrativa respondeu o seguinte:

“Nantes, 14 de abril de 1921.

Estive com minha tia que foi testemunha dos fatos ocorridos depois do suicídio do capitão de longo curso.

Foi três ou quatro dias após a morte do capitão, ao fazer a cama do quarto, no qual ele se suicidara, que ela e a criada

do hotel viram a mesinha de cabeceira mover-se sozinha, produzindo barulho bastante violento.

Permita-me um reparo: enquanto fazia a cama, a criada falava no capitão, e foi nesse momento que o fenômeno se realizou.

E foi cinco ou seis dias mais tarde que o marinheiro, hóspede daquele quarto, ficou aterrorizado por ver a vela apagar-se três vezes a fio e por ver os cortinados se moverem sozinhos, depois de ele se ter deitado. Um pormenor que não lhe contei e que minha tia me narrou: o marinheiro lhe disse haver notado, num canto do quarto, uma forma, uma sombra inexplicável.

Estou convencido, querido mestre, de que se todas as pessoas, testemunhas pessoais dos fatos que procurais elucidar, lhe escrevessem, a reunião de suas narrativas encheria bibliotecas.

*G. Neberry.”*

Esta quarta contribuição às nossas comprovações de fatos observados *post mortem* mostra-nos a sua variedade. Ela é bastante complexa. Pelas informações que pude obter, não se deve recusá-la. Eis outra, mais esquisita ainda, bastante inesperada e que, entretanto, não podemos também afastar.

Desafio o mais céptico dos meus contraditores que explique a observação seguinte, sem admitir a ação do morto. A aparição de que vamos falar realizou-se espontaneamente, dois dias após a morte.

Um amigo de Gurney – este último fundador, com Myers e Podmore, da Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas –,<sup>5</sup> um certo Sr. D. (que suplicou a Gurney não lhe revelar o nome), era proprietário de duas usinas, uma em Glasgow e outra em Londres.

Tinha ele como empregado um rapazinho, fraco e delicado, chamado Roberto Mackenzie, o qual, mal aconselhado, o deixou ao cabo de três anos. Ora, aconteceu isto alguns anos depois de se ter despedido:

“Um dia o Sr. D., passando por uma rua, notou um rapaz que devorava avidamente um pedaço de pão seco. Parecia um esfomeado, prestes a morrer de fome. Era Roberto Mackenzie. O proprietário parou, ouviu o que lhe contou seu ex-empregado, que se arrependia muitíssimo de ter saído de um emprego que lhe garantia o pão de cada dia. O Sr. D. consentiu em readmiti-lo e ele lhe exprimiu seu reconhecimento com a mais profunda emoção. Desde essa época, sem jamais fazer alarde dos seus sentimentos, parecera só viver para seu patrão. Logo que o avistava, fitava nele seus grandes olhos pensativos, acompanhando-lhe todos os movimentos. Seu protetor era a estrela polar da sua vida.

O patrão foi habitar Londres e lã esqueceu pouco a pouco seus operários escoceses. Certa noite, uma sexta-feira, davam eles seu baile anual; Roberto Mackenzie, que se unia pouco aos outros, pediu licença para servir os refrescos. Tudo se passou bem e a festa continuou no sábado.

Na terça-feira seguinte, pouco antes das 8 horas, em sua casa de Campden-Hill, o Sr. D. viu uma manifestação que resume deste modo:

“Sonhei que estava sentado diante de uma escrivanhinha, conversando em negócios com um senhor desconhecido. Roberto Mackenzie adiantou-se para mim. Aborrecido, perguntei-lhe com alguma aspereza se ele não via que eu estava ocupado. Retirou-se, parecendo-me contrariado, depois aproximou-se de novo como se desejasse vivamente uma conversa imediata. Censurei-lhe, com mais aspereza que da primeira vez, pela sua falta de delicadeza. Nesse comenos, a pessoa com quem eu conversava despediu-se e Mackenzie adiantou-se novamente.

– Que quer dizer isto Roberto? – disse eu um tanto irritado. – Não viste que eu estava ocupado?

– Sim, senhor – respondeu ele –; mas é preciso que eu lhe fale já.

– A que propósito? Que urgência é esta?

– Desejo dizer-lhe, senhor, que me acusam de uma coisa que não fiz; é preciso que saiba e me perdoe disso que me censuram, pois sou inocente. – Depois acrescentou: – Eu não fiz o que dizem que eu fiz.

– Que foi? – repliquei ainda. Ele repetiu as mesmas palavras.

Perguntei-lhe então, muito naturalmente:

– Mas como posso perdoar-te se não me dizes de que és acusado?

Nunca esquecerei o modo enfático da sua resposta, feita em dialeto escocês:

– O senhor breve o saberá.

Minha pergunta foi feita pelo menos duas vezes; estou certo de que a resposta foi repetida três vezes e do modo mais expressivo. Nesse momento acordei, guardando certo desassossego por causa desse sonho esquisito. Estava a perguntar-me se ele tinha algum sentido, quando minha mulher precipitou-se no meu quarto, muito comovida, tendo na mão uma carta aberta, exclamando:

– Oh, James, que coisa terrível no baile dos operários: Roberto Mackenzie suicidou-se.

Compreendendo então o sentido da visão, respondi tranquilo e firmemente:

– Não, ele não se suicidou.

– Como pode sabê-lo?

– Acaba de mo dizer.

Quando ele me apareceu (para não interromper a narração, não mencionei a princípio esta particularidade), eu ficara impressionado com a singularidade do seu aspecto; *seu rosto era de um azul lívido e na testa percebiam-se manchas semelhantes a gotas de suor*. Eu não sabia o que significava isto. Mas eis o que se passara. Quando voltou a casa na noite de sábado, Mackenzie tomou uma garrafa com água-forte, julgando ser sua garrafa de uísque; serviu-se de um copinho, que bebeu de um trago. Morreu no domingo, após atrozes



sofrimentos. Tinham acreditado que ele se suicidara. E eis por que viera afirmar-me que era inocente da acusação que lhe faziam. Ora, coisa notável, e de que eu não tinha a mínima idéia: procurando *os sintomas do envenenamento pela água-forte*, vi que eram mais ou menos *os que eu tinha notado no rosto de Roberto*.

Breve reconheceram que se tinham enganado, atribuindo-lhe a morte a um suicídio. Fui prevenido disso no dia seguinte, por uma carta do meu representante na Escócia.

Essa aparição, na minha opinião, foi devida ao reconhecimento excessivo de Mackenzie, que eu havia arrancado de uma miséria deplorável e ao muito desejo que tinha de ser por mim estimado.”

Tal é a relação do fabricante de Glasgow. Esse operário, vindo revelar-lhe a verdade, após o seu pretense suicídio, prova evidentemente a sobrevivência. É de notar que na Inglaterra o suicídio é considerado crime.

O inquérito, feito pela *Psychical Society*, não deixa pairar qualquer dúvida quanto à exatidão da narrativa que acabo de reproduzir. Foi mesmo um morto que agiu nessa ocasião. Não pode ser uma sugestão atrasada nem um acaso, seja lá o que for.

Temos, pois, quatro testemunhos pessoais de sobrevivência, completamente diferentes uns dos outros. Negá-los é exigir quatro hipóteses diversas.

Todos os que examinam, leal e completamente, esses testemunhos sentem em sua consciência que nenhum de nós tem o direito de se julgar com autoridade bastante para recusá-los e considerar seus narradores como outros tantos impostores, loucos ou alucinados. É preciso confessar francamente que há nesses fatos uma ordem de coisas ainda desconhecidas das pesquisas científicas.

Leiamos também a relação seguinte. Foi-me dirigida de Paris, no dia 14 de junho de 1921, pedindo-me que lhe ocultasse os nomes.

(CARTAS 4.542 E 4.575)

“Minha jovem amiga, Margarida..., que tem agora 22 anos, teve a desgraça de perder, no mesmo ano, em 1918, seu pai, sua mãe e sua irmã Joana, de 16 anos de idade. Esta, que sempre gozara de perfeita saúde, começou a enfraquecer-se logo depois da morte da mãe. Ficou atacada do peito e, depois de definhar durante cinco ou seis meses, sucumbiu por sua vez.

Margarida e Joana, que se queriam muito e nunca se separavam, dormiam no mesmo quarto. Desde que ficaram órfãs, a avó viera habitar com elas. Dois meses mais ou menos depois da morte da mãe, Margarida despertou uma manhã, pelas 5 horas, ouvindo leve ruído no quarto. Abre os olhos e vê uma sombra, vestida de preto, que desliza até aos pés de sua cama, aproxima-se do leito da irmã, inclina-se sobre Joana adormecida e beija-a na testa. Margarida senta-se, olha mais atentamente e diz: “Mas é a mamãe!” No mesmo instante ergue-se a sombra e desaparece como viera.

A moça, muito impressionada, levanta-se sem fazer barulho, para não despertar a irmã já enferma naquela época, e corre para o quarto da avó, que dormia profundamente. Desperta-a e lhe pergunta:

– Vovó, foi você que veio beijar Joana na cama? – e conta-lhe o que acabava de ver.

– Eu não, minha querida – responde-lhe a avó –; não me movi daqui, sonhaste; vai deitar-te e dorme ainda mais umas boas duas horas.

Margarida volta para o quarto, tentando persuadir-se de que havia sonhado. Mas quando se tornava a deitar, a irmã desperta e lhe diz:

– Oh! que pena me teres acordado, eu estava feliz!... Enquanto estava dormindo, mamãe veio beijar-me; estava vestida de preto, como sempre, depois da morte de papai; roçou os pés de tua cama, depois chegou perto de mim, inclinou-se, senti seu beijo na minha testa.

Margarida conta-lhe então a visão que tivera...

Como explicar a visão, a não ser pela presença real, no quarto de suas filhas, dessa mãe morta, havia dois meses, que voltava para marcar com um beijo na testa a filha que em breve a ela se reuniria?... Presença fisiológica? espiritual? astral?... Não sei; porém presença indubitável, perceptível aos olhos da que estava acordada e à sensibilidade da que estava dormindo.

Margarida ainda tinha os olhos cheios de lágrimas, ao contar-me os pormenores da cena. É moça sadia, robusta, muito ativa, de temperamento reto e espontâneo, com alta cultura intelectual e de modo nenhum predisposta às imaginações mórbidas.

*Sra. Corneille.”*

Minha correspondência com esta narradora demonstrou-me quão bem fundada é a narração.

Imaginar sempre alucinações, para explicar esses fenômenos, não corresponde mais às nossas observações atuais. Há, aqui, dois testemunhos bem independentes, distintos, pois que uma das irmãs estava acordada e a outra dormia. Assim como o jovem Mackenzie manifestou-se incontestavelmente, a aparição da mãe das duas moças apresenta-se como devendo ser aceita com a mesma sinceridade. Lembremo-nos de que o espaço e o tempo não são o que nos parecem. A mãe das moças pode ter-se manifestado sem ter estado ali realmente.

A hipótese alucinatória também não é aceitável neste outro exemplo: um menino de 12 anos que viu seu pai, que já tinha morrido, e faleceu por sua vez.

Tommy Brown, um pobre menino de 12 anos, oriundo de família numerosa e miserável, estava estendido, debilitado, numa cama de hospital. Seu pai havia falecido dois anos antes, num leito vizinho ao dele.<sup>6</sup>

“Certa noite ele disse a sua mãe:

– Mamãe, olha papai.

– Não, meu filhinho – respondeu a mãe –, não há ninguém.

– Há sim! Então não o vêς perto da cama? Fala-lhe, anda...

Ela nada via, nem tampouco a enfermeira de guarda.

– Que está fazendo teu papai? – acabou por perguntar a mãe.

– Está a olhar-te. – E, um instante depois: – Está olhando para mim e faz-me sinal para que eu o acompanhe, quer levar-me com ele.

Conversando com as pessoas vizinhas, a mãe fez-lhes notar que o pai do pequeno tinha morrido havia dois anos. O menino ouviu e replicou:

– Não, não, ele não morreu, pois que está aqui e acena-me com a mão. Olha: está me chamando, está me chamando.

Assim falava, quando perdeu os sentidos.

Morreu alguns dias depois.

*Sra. Chambers*  
Enfermeira voluntária.”

A observação ingênua de uma criança vale a de um homem.

Grande número de fatos análogos passarão sob nossas vistas nas páginas seguintes. As almas dos mortos existem, vêem, ouvem e se manifestam. Os próximos capítulos vão prová-lo com superabundância.

Esses testemunhos libertar-nos-ão de uma causa freqüente de tristeza. Observá-los é de ordem científica atual; explicá-los ainda não o é. Se não tivesse sido inventada a fotografia não saberíamos que a luz pode imprimir, numa placa, imagens que ficam latentes, invisíveis, até que um produto químico, derramado sobre essas placas, as faça aparecer. A atuação dos defuntos sobre nosso cérebro só pode dar origem a imagens, a fantasmas, em certas condições físicas e psíquicas. Apesar da relativa raridade, as manifestações dos mortos, entretanto, são de fato numerosas e variadas. Existem de todos os gêneros. Eis um oitavo exemplo.

Uma aparição singularmente curiosa é a que se acha descrita na obra *Human Personality*, de Myers (t. II, pág. 27),<sup>7</sup> e que foi narrada em primeiro lugar aos professores Royce e Hodgson.

“O narrador conta que sua irmã, moça de 18 anos, morrera subitamente de cólera, em São Luís, em 1867, e que, viajando ele pelos Estados Unidos, em 1876, isto é, nove anos depois, certo dia, cerca de meio-dia, quando estava ocupado a escrever ordens e a fumar um excelente charuto, pareceu-lhe ver alguém sentado à sua esquerda, tendo um braço apoiado na mesa. Vira-se para esse lado e vê sua irmã, experimentando instantaneamente uma sensação de felicidade, pois amava-a muito e a tinha chorado muitíssimo. Mas a visão se desfez logo. Perguntou-se a si mesmo se tinha sonhado; mas o charuto que tinha na boca, a caneta na mão, a tinta ainda fresca no papel, tudo lhe provou que estava incontestavelmente acordado.

Ela pareceu-lhe viva, fitando nele os olhos, com muita calma.

Essa visão o havia impressionado tanto que imediatamente tomou o trem para ir contar o caso à sua família. Seu pai caçoou dele, chamando-o visionário, e só o ouviram com incredulidade e cepticismo. Mas, descrevendo a visão tal como lhe tinha aparecido, ele mencionou a existência, no lado direito do rosto dela, de um arranhão que lhe pareceu fresco e recente.

Esse pormenor impressionou tanto a sua mãe que esta caiu sem sentidos. Quando voltou a si declarou que o arranhão fora feito por ela em sua filha, ao vesti-la pela última vez, tendo em seguida dissimulado o arranhão com pó de arroz, de modo que pessoa alguma podia saber do pormenor. A visão de seu filho era, pois, uma prova incontestável da autenticidade da aparição, e nesta viu, ao mesmo tempo, um aviso de sua morte próxima, que se verificou, com efeito, duas semanas mais tarde.”

O narrador acrescenta que a impressão nele produzida pela súbita aparição de sua irmã, tão perfeitamente viva aparentemente, foi mais poderosa por si só, do que todos os outros acontecimentos de sua vida. O sol claro que iluminava seu quarto, sua satisfação pela vida, pois seus negócios eram prósperos, seu

charuto na mão, o estado de atividade do seu espírito, tudo lhe provou que a hipótese de alucinação era inadmissível.

Tenho também esta convicção. Tudo concorda para firmá-la, apesar das objeções possíveis. O Sr. Podmore, por exemplo, que não admite a realidade das aparições e imagina poder explicá-las como transmissões de pensamentos, propõe acreditarmos que, no momento dessa manifestação, a mãe da falecida *teria* justamente pensado na filha e no arranhão e que sua idéia *ter-se-ia transmitido ao longe, ao filho*. Há realmente demasiadas “condicionais” para que seja aceitável esta hipótese.

Por que teria ela pensado justamente nisso, nessa hora, ao cabo de nove anos?

E por que teria ido esta idéia ter com seu filho que estava em viagem de negócios? Imaginam também a possibilidade de uma ilusão súbita da vista do irmão da morta; mas, 1º- não pensava nela; 2º- ignorava esse arranhão. Não será mais simples admitir a aparição?

Acabamos de dizer que as manifestações de mortos são tão variadas como numerosas e que as há de todas as espécies.

Eis aqui uma, particularmente notável.

É, em geral, difícil destacar os testemunhos de sobrevivência dos elementos psicológicos da mente dos vivos, e difícil ter a certeza de que o morto é o seu autor incontestável. O exemplo que vamos examinar parece-me pertencer a este caso. Foi oferecido pelos afamados trabalhos da Sociedade de Estudos Psíquicos de Nancy.

O Sr. P. Bossan, contador no Telégrafo de Grenoble, escrevia-me a 28 de julho de 1920:

“Nas páginas que vai ler, afirmo-lhe que tudo é escrupulosamente verídico. Sou o marido sobrevivente de Augustine Chabert e autorizo-o a fazer destes documentos o uso que quiser, e isto em favor dos serviços que presta à Humanidade.

Dou-lhe todos os nomes de família que, no boletim de Nancy, foram publicados abreviadamente.

Eis em primeiro lugar uma certidão da ata da primeira sessão (de Espiritismo), realizada no dia 29 de janeiro de 1913. São as testemunhas de Nancy que falam; o secretário resumiu deste modo os seus depoimentos:

“Alguns movimentos da mesa e em seguida o nome de Albert Revol é citado. Perguntamos a esta “entidade” se pode dar-nos provas da sua identidade. Pela tiptologia respondeu que Albert Revol morreu há dois anos, com 54 anos; que habitava Pontcharra (Isere), na Grande-Rue e era alfaiate; era casado, tinha três filhos, tendo um deles, chamado Eugênio, com 20 anos de idade, o mesmo ofício do pai.

Esses pormenores, acrescenta o secretário das sessões, muito nos interessavam, tanto mais que nenhum de nós conhecia o Delfinado. Dentre os assistentes, um só havia atravessado, em estrada de ferro, o Departamento do Isere, porém em época muito anterior; não conhecia, assim como os outros circunstantes presentes, nem a existência de Pontcharra e muito menos a da família Revol.

– Morri subitamente – continuou o misterioso desconhecido – e ainda estou perturbado!

Insistimos. Ele acrescenta:

– Tenho duas filhas, Helena e Henriqueta. Não estou enterrado ali. Meus restos mortais jazem em Grignon. Era minha terra.

Nós só conhecíamos um Grignon, em Seine-et-Oise. Fizemos então notar a Revol que esse lugar fica muito longe de Pontcharra.

– Não, é pertinho; ainda tenho minha mãe. Mora perto de nós, em Grignon.

Pareceu-nos isso inverossímil. Se a mãe do Espírito Revol morava perto do filho, não podia ser em Grignon. Perguntamos a Revol a quem poderíamos dirigir-nos para verificar as afirmações. Respondeu-nos:

– Escrevam à Sra. Goudon; – e em seguida: – não, tenho medo de histórias; escrevam antes ao cura, ele me conhece;

não lhe devem dizer por quê, nem falar de Espíritos. Falem da família.

Escrevi ao secretário da casa da Câmara de Pontcharra para lhe pedir a certidão de óbito desse Revol, solicitando-lhe para me informar de que moléstia tinha morrido, qual a sua profissão, se tinha deixado filhos, quais os seus nomes e idades. Recebi a certidão de óbito seguinte:

“Casa da Câmara de Pontcharra.

Repartição do Estado Civil.

Certidão de óbito.

Nos registros dos atos do registro civil da Vila de Pontcharra, Comarca de Goncelin, Departamento de Isere, consta que Revol (Francisco Antônio Albino), filho dos falecidos Francisco e Gaillard (Adélia), viúvo em primeiras núpcias de Billaz (Elisa Josefina), marido em segundas núpcias de *Goudon* (Filomena Leontina), faleceu nesta vila, a seis de março de mil novecentos e onze, sendo registrado no mesmo dia na Casa da Câmara da dita vila, nº 75.

Pontcharra, 4 de fevereiro de 1913.

*Fautier*

Chefe da Repartição do Estado Civil.”

Assim, Revol havia mesmo existido e tinha morrido havia dois anos. Casara-se com a Sra. Goudon. Fica desse modo confirmada a existência da Sra. Goudon, cujo nome fora dado para que se obtivessem informações.

A certidão vinha acompanhada da carta, com a declaração seguinte:

“Departamento do Isere

*Distrito de Grenoble*

Pontcharra, 4 de fevereiro de 1913.

Câmara Municipal de Pontcharra



Não encontrei o nome de Revol (Albert), mas somente o de Revol (Francisco-Antônio-Albino), que faleceu *subitamente* em Pontcharra, a 6 de março de 1911.

Esse Revol era negociante-alfaiate, e deixa três filhos de um primeiro matrimônio. São eles: 1º- Revol (Eugênio-Isidoro); 2º- Revol (Maria-Helena-Lúcia-Branca); 3º- Revol (Henriqueta-Maria-Filomena).

O Sr. Revol, como disse, faleceu subitamente de uma embolia no coração, creio eu, sem ter estado de cama.

(Assinado) *Fautier.*”

Deduz-se dessa carta que Revol fora mesmo negociante-alfaiate, tinha três filhos, cujos sobrenomes e sexos foram dados com exatidão. Há uma diferença no prenome (nome de batismo) de Revol: Albino em lugar de Alberto. Farei observar que esse prenome fora ditado por meio da mesinha e todos que se servem desse meio sabem que existe o mau hábito de querer terminar a palavra antes que o ditado esteja terminado, para ganhar tempo.

Escrevi de novo ao secretário da Câmara de Pontcharra para que ele me dissesse com que idade falecera Revol e em que rua habitava; também queria elucidar um ponto que nos intrigava muito: o lugar da sepultura de Revol; porque, apesar das minhas pesquisas, não me fora possível descobrir outra vila, a não ser a de Seine-et-Oise, com o nome de Grignon.<sup>8</sup> Recebi a seguinte resposta:

“Pontcharra, 19 de fevereiro de 1913.

Senhor:

Respondo à sua carta de 16 do corrente, fazendo-lhe ciente de que o Sr. Revol faleceu na idade de 54 anos. Quando vivo habitava nossa cidade, na Grande-Rue, e foi enterrado no cemitério da paróquia de Grignon, vila de Pontcharra.

A este respeito, devo informá-lo de que nossa vila está dividida em duas paróquias, tendo cada uma o seu cemitério.

(assinado) *Fautier.*”

O mistério de Grignon estava elucidado. Revol dizia a verdade ao declarar-nos que havia sido enterrado em Grignon, nome de uma das paróquias de Pontcharra. Essa carta confirma também a idade que ele nos tinha dado, assim como a sua morada na Grande-Rue.

Meu inquérito permitiu estabelecer a realidade de todas as informações fornecidas pelo “espírito Revol”, com o fim de provar sua identidade.”

Tal é a relação do dedicado secretário da Sociedade de Nancy. Em uma outra sessão, no dia 5 de março seguinte, a comunicação, aqui transcrita agora, foi dada por um médium psicógrafo e não por pancadas:

“Sou um amigo de Revol. Vivi há dois séculos. Liguei-me com ele no Além, pois sou da mesma terra. Chamo-me *Chabert*.

– Tem descendentes?

– Sim, habitam Grenoble. São meus sobrinhos-netos. Acompanhei de perto minha sobrinha-neta. Eu a protegia. Ela morreu, mas posso indicar-lhe sua sepultura.

– Como se chamava?

– Chamava-se Maria Agostinha Chabert.

– Era casada? Seu marido ainda vive? Se sim, como se chama? Qual é a sua profissão?

– Paulo Bossan. É empregado dos Correios, em Grenoble.

– Desde quando faleceu sua sobrinha?

– Há cerca de três anos. Não tenho ainda noção certa do tempo. Ela morava na Escola do Novo Jardim, uma escola maternal.

– Que idade tinha quando faleceu?

– Quarenta e três anos, penso eu.

– De que morreu?

– Sofreu muito tempo; vejo principalmente o seu ventre doente.

– Tinha ela irmãos e irmãs?

– Sim, mas não os vejo; vou sobretudo à sua sepultura.

– Como é esta sepultura?

– Uma pedra muito simples, colocada em pé. Tem esta inscrição: “Maria-Agostinha Chabert, casada com Bossan, falecida com 43 anos.”

– Foi enterrada em Grenoble?

– Não, em Chatte.

Esse nome, designando uma povoação, parece-nos esquisito. Insistimos:

– Não está enganado? Será possível que alguma localidade tenha o nome de Chatte?

– Sim, é lá que está a sepultura dela.

Pedimos ao espírito para que faça um esforço e nos fale dos irmãos e das irmãs de Agostinha Chabert. Diz que sente dificuldade nisso. Enfim, acrescenta:

– Há Elias, ele está em Lans. Há também Isabel, ela não é casada; é professora numa localidade.

– Qual?

– Não posso dizer; é um nome composto. Há o Sr. Naud, é um parente. Há Eugênia-Henrique Chabert; há também um cônego; são pessoas qualificadas. É preciso que todos pensem em Agostinha para apressar sua libertação. Digam ao guarda do cemitério que ponha flores no seu túmulo, pois gostava muito delas.

De novo fazemos perguntas suplementares a respeito de identidade, mas o espírito Chabert nos diz:

– Vocês não precisam de tudo isto para porem flores na sua sepultura.

E ele nos deixa.”

Depois desta comunicação inesperada, consultaram um dicionário, para saber se existia a povoação de Chatte e se havia algum Lans no Isere. Tudo foi confirmado. A Câmara Municipal de Grenoble enviou a seguinte transcrição da certidão de óbito da Sra. Bossan. Ei-la:

“Nos registros das atas do Registro Civil da cidade de Grenoble consta que Maria-Agostinha Chabert, casada com José-Eugênio-Paulo Bossan, faleceu em Grenoble no dia 7 de julho de 1911.

*Grenoble, 26 de março de 1913.”*

Tinham, pois, com esse documento a confirmação de que Agostinha Bossan havia realmente existido; que fora casada com o Sr. Paulo Bossan e que falecera no lugar indicado. Nem a idade, nem o lugar da sepultura estão indicados.

O judicioso e consciencioso secretário da Sociedade de Nancy pensou que obteria facilmente o complemento das informações, dirigindo-se à Câmara de Chatte. Escreveu, pois, ao secretário da Câmara, pedindo-lhe o obséquio de enviar a certidão de nascimento de Agostinha Bossan; de mandar pormenores a respeito de sua família, de sua sepultura, etc. Eis o que foi extraído da resposta recebida:

“Chatte, 15 de abril de 1913.

Sr. Tomás, Secretário da Sociedade de Estudos Psíquicos de Nancy.

Junto lhe remeto a certidão de casamento da Sra. Bossan, a qual pode substituir a certidão de nascimento, visto conter todas as informações.

Sepultura da Sra. Bossan: a pedra tumular está aprumada verticalmente sobre um carneiro. Está voltada para o sul, colocada na rua central do cemitério. A inscrição é a seguinte: “Senhora Paulo Bossan, nata Chabert, diretora da Escola Maternal do Jardim-de-Ville, em Grenoble, 1867-1911.”

A Sra. Bossan faleceu em Grenoble, em julho de 1911, e foi sepultada em Chatte, na mesma época.

Nasceu em Lans, povoação do Cantão de Villard-de-Lans (Isere). Tinha realmente dois irmãos: um Elias, que ainda é proprietário em Lans e o outro Amedeu, que era inspetor de estradas, em Voiron.

Tinha ela três irmãs: uma chamada Isabel, a princípio professora leiga, depois religiosa no convento das Ursulinas, em

Tullius (Isere), atualmente professora leiga em La Buisse, perto de Voiron (Isere).

Outra chamada Sofia, casada com Naud, proprietária em Beaulieu (Isere). Enfim, uma terceira, Eugênia, casada com Henrique Chabert, seu primo irmão.

O Secretário da Câmara: *Drevont.*”

“CERTIDÃO DE CASAMENTO

No dia 19 de agosto de 1891 casaram-se em nossa povoação o Sr. Joseph-Eugène-Paul Bossan, nascido na povoação de Chatte, a 23 de setembro de 1865, filho de..., etc... e a Srta. Marie-Augustine Chabert, nascida na Vila de Lans a 10 de dezembro de 1867, filha de..., etc...

Saint-Marcellin, 15 de abril de 1913.

O presidente da Câmara: *Nacraire.*”

Essas informações confirmavam a quase totalidade das indicações fornecidas pelo espírito Chabert. Sua sobrinha, Augustine Chabert, era mesmo casada com o Sr. Paulo Bossan, empregado no Correio. Falecera como diretora da Escola Maternal do Jardim de Ville de Grenoble e fora enterrada em Chatte. A pedra tumular, que está de pé, tem uns dizeres diferentes nos termos que tinham sido dados pelo espírito Chabert; o que não é de estranhar, pois esse espírito nos havia prevenido de que não podia precisar.

Pela inscrição tumular e pela certidão de casamento, Augustine Chabert faleceu com 44 anos, ou, mais exatamente, com 43 anos e 6 meses, tendo nascido a 10 de dezembro de 1867 e morrido a 7 de julho de 1911. O espírito Chabert nos havia dito 43 anos.

Vê-se também que Augustine tinha mesmo um irmão chamado Helie, morador em Lans; uma irmã, por nome Isabel, solteira, professora em La Buisse, nome composto que Chabert não pudera dar; outra, casada com um Sr. Naud, parente, com efeito, pois que é casado com uma irmã de Augustine. Na sua nomenclatura, o espírito Chabert havia

acrescentado: “Há também Eugène-Henri Chabert.” Tem-se a explicação dessa indicação na carta do secretário da Câmara, indicando que a terceira irmã, Eugênia, é casada com Henri Chabert.

Todos os pormenores dados pelo espírito Chabert achavam-se, pois, confirmados.

Faltava unicamente saber qual a moléstia de que falecera Augustine e se tinha algum parente cônego.

Essas informações foram dadas e inteiramente exatas.”

Em consequência, essas revelações fizeram com que a Sociedade Psíquica de Nancy travasse relações com o Sr. Paulo Bossan.

Como já foi visto, o marido de Augustine Chabert escreveu-me também, pedindo-me atenção toda especial para esses fatos tão curiosos. Recomendando o método positivo de procurar sempre o que poderia ser atribuído à mente dos vivos, fiz notar que o presidente da Sociedade Psíquica de Nancy, o Coronel Collet, era delfinês e conhecia o lugar. Responderam-me que ele não assistira às duas sessões, que se haviam efetuado em casa de um habitante de Nancy, num grupo particular. Entretanto, fiz questão de ficar mais rigorosamente informado e pedi novas informações em Grenoble, ao Sr. Bossan, cuja resposta é a seguinte, do dia 12 de agosto de 1920.

“O Sr. Coronel Collet não conhecia *de modo nenhum* nem minha família, nem a de minha senhora.

Nas visitas anuais muito curtas que ele fazia à Sra. Vacher (Grenoble), nunca encontrou minha pobre desaparecida em casa dessa senhora.

Esta afirmação seria, em caso necessário, corroborada pelo Sr. Luís Vacher, filho da Sra. Vacher (a qual faleceu há uns quinze dias). Moradia: 32, Avenida Félix Viallet, em Grenoble, e também pela Sra. Collet, que sobreviveu a seu marido e que mora no número 8 da rua Sergent Bobillot, em Nancy.”

É fácil compreender que todas essas informações completaram a minha certeza.

Uma carta do dia 28 de julho de 1920 terminava deste modo:

“A 20 de junho de 1898, às 10:50, tive a honra de cumprimentar o autor de *Estela* no postigo do telégrafo em Grenoble, e de apertar-lhe a mão.”

Meu correspondente não me é, pois, um estranho. Nessa data já antiga, de 1898, os acontecimentos que acabam de ser relatados dormiam ainda no desconhecido do futuro.

Mas o que é o tempo?

E esse Chabert, morto havia 200 anos, pai do tio-avô da Sra. Bossan, que trava relações no outro mundo com seu patrício do século XIX Revol!... e que vem contar a experimentadores de Nancy que sua sobrinha-neta está enterrada no Delfinado... numa aldeia desconhecida dos assistentes, como acontecera com a primeira, aquela Grignon, do Isere!

Uma transmissão telepática de vivos poderá explicar tudo isso?

O Sr. Bossan conclui desta longa discussão o seguinte:

- “1º) que duas entidades – Revol e Chabert – se conheceram no Além;
- 2º) que a entidade Chabert se interessava pela filha da sua sobrinha-neta, quando ela vivia (minha pobre mulher, hoje morta) e que ele ainda agora a protege;
- 3º) que esta entidade fez uma descrição verdadeira do lugar da sepultura e uma citação exata do marido, dos filhos, irmãos, irmãs, e tio de minha querida mulher.

A precisão total é tão surpreendente que, seguindo o conselho de amigos – também leitores seus –, creio dever levar ao seu conhecimento esta perturbadora e extraordinária comunicação do Além, pois estou persuadido de que ela prenderá sua atenção.

*Paulo Bossan* (em Grenoble).”

Como poderíamos recusar de tomar em consideração, com cuidado todo especial, as conclusões do meu estimado correspondente?

É muito natural que procuremos explicar os fenômenos, como faculdades humanas, conhecidas ou desconhecidas, e é, notadamente, o que um autor contemporâneo, empenhado em obter a solução dos problemas psíquicos, o Sr. Paulo Jagot, teve recentemente em vista numa obra de análise científica.<sup>9</sup> Sua conclusão é mesmo formal a esse respeito, pois pode-se ler à página 221: “Nestes fatos nada vejo, absolutamente, que não seja explicável pela ação das próprias forças psíquicas do médium”; e a esse respeito cita exemplos notáveis de visão do passado, de cálculos instantâneos, de leituras de pensamento. Confesso, todavia, que não compreendo de modo algum como o médium de Nancy teria podido adivinhar a existência desses mortos, salvo fazendo uma hipótese inesperada, superior por sua temeridade à admissão da interpretação espírita. Ao demais, parece-me que as teorias exclusivas só muito raramente são aplicáveis a esses estudos transcendentais.

Pelo contrário, as observações semelhantes a que acabamos de relatar com todos os seus pormenores, do mesmo modo que os oito exemplos dados a ler ao leitor, para esta investigação resumida como inauguradora deste volume, levam-nos a admitir a sobrevivência e a pensar, ao mesmo tempo, que a vida de além-túmulo é a continuação desta. Pode-se, é verdade, imaginar a existência de espíritos estranhos que sabem tudo isso; porém, seria uma hipótese muito mais complicada.

Pensando no estado da alma depois da morte, acontece-nos muitas vezes lamentar, seja qual for este estado, de ter como sorte a supressão dos órgãos que nos permitem gozar a vida: estes olhos, com que contemplamos as cenas admiráveis da Natureza, pôr-do-sol esplêndido, sublimes noites estreladas, bosques, montanhas, vales, regatos, rios, mar; este olfato que nos permite sentir os perfumes das plantas nas brandas noites de verão, erva ceifada, trigo cortado; estes ouvidos encantados pelo gorjeio dos pássaros, pelos mil ruídos da Natureza viva. Sabemos que não possuiremos mais nem retina, nem nervo auditivo,



nem nervo olfativo. Tememos a supressão desses órgãos de sensações, perguntando-nos a nós mesmos o que pode sentir um ser imaterial.

Quando por um belo dia de verão voltamos do cemitério, onde vimos descer à sepultura o caixão de um amigo muito querido, e quando, ao voltarmos à vida habitual, contemplando uma paisagem iluminada pela alegre claridade do belo Sol, pensamos que este amigo está debaixo da terra, no túmulo, que seus olhos estão cerrados para sempre e que não verão mais essa branda e terna luz! Essas paisagens, essas árvores, esses prados, esses campos, essas aldeias, estão banhados por raios luminosos que não existem mais para ele. Há alguns dias ainda encantavam seus olhos. Hoje está tudo acabado!

Pois bem! esta impressão não é exata. A alma vê, ouve, pensa, fica em comunicação com este mundo terrestre. As observações psíquicas mostraram-nos, nos tomos I e II desta obra, que *a vista sem os olhos, pelo espírito*, existe mesmo durante a vida terrestre material, agindo a vontade sem a palavra e que as transmissões telepáticas do pensamento são exatas. As que acabamos de apresentar, desde o início do tomo III, nos mostram, ainda, que as almas dos defuntos vêem e ouvem sem os órgãos corpóreos da vista e do ouvido.

Quantas vezes li esta frase coberta de sinais de lágrimas, em cartas de mulheres desesperadas: “Não posso viver sem ele. Nossas duas almas eram uma só. Meu cérebro se despedaça. Oh! essa ausência! Sou religiosa, creio, espero! Mas ignoro! Se pelo menos eu soubesse que ele me vê e vê seus filhos!”

Eu respondi: “O ente humano sobrevive à morte e as almas que se amam não estão separadas. Os invisíveis não estão ausentes”.

Quanto à explicação, às condições para a manifestação, não as conheço.

É extremamente difícil ser franco e honrado em nosso estranho planeta. Também, desde a primeira página do primeiro volume desta obra, declaro que meu único fim é reunir *fatos de observação* e só fazer conclusões com fatos positivos; que é preciso estabelecer uma nova ciência, a ciência psíquica, sobre

as mesmas bases experimentais que as ciências chamadas exatas. Ora, vários críticos me censuram de não concluir bastante depressa, de ficar indeciso na interpretação de certos fatos, e, em vez de compreenderem quanto esse método é necessário, confundem entre si os fenômenos mais disparatados, as produções de substância com as transmissões de pensamentos, os vivos com os mortos, e declaram que não se deve admitir o que não se pode explicar.

Mesmo para alguns desses críticos, todos esses fatos nada provam, nada absolutamente. *Margaritas ante porcos!* Por que é que cegos de ocupam de problemas de óptica quando é tão fácil não fazer nada? Se, por exemplo, eu declarar que é impossível atualmente a qualquer sábio adivinhar como um morto, ou mesmo um vivo morrendo a mil quilômetros de distância, pode bater à vossa janela ou à vossa mesa, não vejo porque essa ausência de explicações autorizaria a afirmação de que isso não passa de ilusão. Por mais que amontoemos os fatos escrupulosamente observados, este trabalho de nada serve. Todos estão de acordo para repetir esta tolice: “Não é possível; não é, pois, verdade”.

Repare que laboraríamos em erro supondo nunca haver nem alucinações, nem coincidências imprevistas e, quanto a mim, tenho sempre em mente estas objeções normais. O método científico consiste em tudo considerar, tudo pesar. Não deixa de ser verdade que as manifestações dos mortos permanecem incontestáveis.

Os exemplos que acabo de apresentar ao júri dos meus leitores não podem, parece-me, deixar dúvida nenhuma, em todo espírito independente, livremente empenhado em conhecer a verdade pelo fato de observações positivas de que em certas circunstâncias os mortos se manifestaram e desse modo provaram que não morreram realmente. Há muito tempo que os pensadores sabem isso. Mas podemos repetir, um século e meio depois dele, o que escrevia o filósofo Emmanuel Kant, repetindo mais ou menos o que Cícero já havia dito há cerca de dois mil anos antes dele:

“A Filosofia, que não receia comprometer-se, examinando toda a sorte de questões fúteis, fica muitas vezes perplexa quando topa em certos fatos de que não poderia *duvidar* impunemente e que não poderia *crer* sem se tornar ridícula. É o que acontece com as histórias de almas do outro mundo. Com efeito, não há censura que a Filosofia sinta mais do que o da credulidade e apego às superstições vulgares. Os que se dão facilmente o nome e o realce de sábios zombam de tudo aquilo que, inexplicável tanto para o sábio como para o ignorante, coloca-os ambos no mesmo plano. É por isso que as histórias de fantasmas são sempre ouvidas na intimidade e denegadas em público. Pude-se ter certeza de que jamais uma academia de ciências escolherá tal assunto para um concurso; não por estar cada um dos membros dessa academia persuadido da futilidade e da mentira dessas narrativas, mas porque a lei da prudência põe sábios limites ao exame dessas questões. As histórias de fantasmas sempre encontrarão crentes *secretos* e serão sempre alvo, *em público*, de uma incredulidade de bom tom.

Quando a mim, a ignorância em que estou da maneira pela qual o espírito humano entra nesse mundo e dele sai impede-me de negar a verdade das diversas narrações que por aí são contadas.”

Podemos todos hoje pensar como pensava o autor da *Crítica da Razão Pura*, e não rejeitar, por um desdém injustificado, as histórias de fantasmas de que acabo de dar um espécime. Note-mos que a Academia de Ciências, em França mesmo, não elimina mais esses assuntos de estudos, dando mesmo um prêmio anual (o prêmio Emden) para as obras que se ocupam desses grandes problemas. As “histórias de fantasmas”, que acabam de servir de assunto a este capítulo, não são mais desprezadas. Puderam, entretanto, espantar mais de um leitor. Muitas outras vamos ler! Apresentá-las-ei na classificação mais lógica e de mais vantagem para nosso estudo. Parece-me interessante assinalar em primeiro lugar, e muito especialmente, os mortos que se manifestaram depois de terem feito promessas e juramentos.

## CAPÍTULO II

### **Mortos que apareceram em seguida a juramentos recíprocos, a promessas, a ajustes, a declarações anteriores**

*“Sem medo vejo o túmulo das  
sombras eternas;*

*Porque sei que o corpo ali tem uma  
prisão.*

*Mas que a alma ali asas encontra!”*

*Victor Hugo*

Já vimos manifestações dessa ordem no tomo II, notadamente na relação tão precisa da Srta. Ximenez de Bustamante, e a nós mesmos perguntamos se a moça, vindo tão subitamente anunciar a própria morte à sua amiga, já teria falecido ou se estaria ainda deste lado da barreira. Vimos igualmente, nesse mesmo tomo, em S. Petersburgo, perante a Condessa Kapnist, a aparição de um amigo que tinha feito esse juramento e que apareceu antes mesmo de ter morrido. Dedicaremos aqui um capítulo especial às manifestações após promessas, afirmando, assim, a sobrevivência da alma e da memória. O capítulo que acabam de ler inaugura essas realizações póstumas com o exemplo do amigo do Dr. Caltagirone, de Palermo, batendo, conforme sua promessa, no lustre da sala de jantar. Esses testemunhos são numerosos e só temos que escolher para os examinar.

Uma das mais notáveis aparições da coleção que coordenei há muito tempo é a do amigo de Lorde Brougham, relatada por essa eminente personagem, pessoalmente.

Os homens da minha geração viram esse belo ancião, em Paris, ou em Canes, onde faleceu em 1868. Lorde Brougham escreveu sua autobiografia e dela publicou o extrato abaixo no dia 16 de outubro de 1862.

Nunca foi levantada uma dúvida sobre a exatidão desta recordação<sup>10</sup> que se refere ao mês de dezembro de 1799; o futuro político e célebre historiador inglês só tinha, por conseguinte, 21 anos naquela ocasião e viajava na Suécia. Escreve ele:

“Fazia frio. Ao chegar em Gotemburgo, numa hospedaria de boa aparência, pedi um banho quente e aconteceu-me aí uma aventura tão curiosa que quero narrar desde o princípio.

Tivera como amigo de colégio, na High School, um colega por nome G., que eu apreciava e estimava especialmente. Muitas vezes conversávamos juntos sobre o grande assunto da imortalidade da alma. Um dia fizemos a loucura de redigir um contrato, escrito com nosso sangue, afirmando que qualquer um dos dois que morresse primeiro viria manifestar-se ao outro, para dissipar a dúvida que poderíamos conservar sobre a continuidade da vida depois da morte. G. partiu para a Índia e mais ou menos esqueci que ele existia.

Estava eu, pois, mergulhado no meu banho, gozando deliciosamente o bom calor que aquecia meus membros entorpecidos e preparava-me para me levantar, quando, olhando para a cadeira onde eu tinha posto minha roupa, com grande espanto, vi nela sentado meu amigo G. a olhar para mim, tranqüilamente! Não posso dizer como saí do banho, porque, ao recuperar os sentidos, me vi estendido no soalho. Essa aparição ou fenômeno que representava meu amigo já lá não estava mais. Fiquei de tal modo impressionado que, sem demora, quis escrever todos esses pormenores, com a data do dia, 19 de dezembro.”

Lord Brougham acrescenta que logo ao chegar a Edimburgo encontrou uma carta da Índia, anunciando-lhe a morte de seu amigo, ocorrida no dia 19 de dezembro.

Na sua relação, o sábio escritor expõe que seu sonho, apesar da sua clareza tão característica, pode ter sido somente uma coincidência imprevista com o falecimento de seu amigo. Mas, ao relatá-lo, Myers faz notar, com justa razão, que a descrição do banho e da observação não concorda com essa hipótese. Poderia pensar numa ilusão produzida pela roupa atirada na cadeira; mas,

e o olhar? Alucinação? Não: Lorde Brougham declara que em sua longa existência nunca teve alucinação. Somos levados a admitir nesse caso a ação da alma do morto sobre o espírito do amigo, traduzindo-se ela por uma imagem.

Pelo conhecimento que temos, atualmente, dos fenômenos psíquicos, o que podemos inquirir é se a aparição se efetuou no momento da morte ou depois dela. A aparição deu-se no dia 19 de dezembro, pelas 2 horas da manhã (talvez no dia 20). O amigo faleceu na Índia, no dia 19.

A que horas? Ignora-se, mas é sabido que a hora é mais adiantada à medida que se caminha para leste..

A probabilidade está a favor de um intervalo mais ou menos longo após o falecimento. Compreende-se muito bem que Lorde Brougham não *se atreve* a declarar a sua opinião e refugia-se na hipótese do sonho, bem pouco provável, entretanto. Pensamos, normalmente, que se tivéssemos visto somente uma observação desse gênero, poderíamos permanecer na dúvida. Mas existem tantas! E em todas as épocas!

É suficiente folhearmos as obras psíquicas antigas para nelas encontrar casos análogos aos de Lorde Brougham.

Abramos, por exemplo, o livro de Dom Calmet, publicado em 1746, *Dissertations sur les apparitions des anges, des démons et des esprits et sur les revenants*, no capítulo XLVI da segunda parte (pág. 375), e lá encontraremos, sob o título: “Pessoas que fizeram entre si a promessa de virem dar notícias do outro mundo, depois da sua morte”, as seguintes linhas:

“A história do Marquês de Rambouillet, que apareceu depois da morte ao Marquês de Précý, é afamada. Esses dois fidalgos conversavam entre si sobre outra vida, como pessoas não muito persuadidas do que dela se diz, e combinaram entre si que o primeiro que morresse viria dar notícias suas ao outro. O Marquês de Rambouillet partiu para Flandres, onde guerreavam então, e o Marquês de Précý ficou em Paris, retido por uma grande febre. Seis semanas depois ouviu puxar as cortinas da cama e, voltando-se para ver quem era, avistou o Marquês de Rambouillet com gibão de couro e botas. Saiu da cama para abraçá-lo, mas Rambouillet recuou

alguns passos, disse-lhe que viera para cumprir sua palavra; que tudo que diziam da outra vida era verdade; que ele devia mudar o seu modo de agir; que breve perderia a vida. Précý fez novos esforços para abraçar o amigo, mas só abraçou o ar; então Rambouillet, vendo-o incrédulo, mostrou-lhe o lugar onde fora ferido nos rins, donde ainda parecia correr sangue.

Breve recebeu Précý, pelo correio, a confirmação da morte do Marquês de Rambouillet, e ele mesmo, envolvido nas guerras civis, na batalha do Faubourg Saint-Antoine, nela foi morto.”

É provável que essa história fosse mais ou menos arranjada, sobretudo no que diz respeito às palavras do fantasma; mas também é provável que não fosse totalmente inventada. É encontrada numa obra de Collin de Plancy, escrita para combater a credulidade e a superstição.<sup>11</sup> Depois de tê-la relatado e com mais pormenores ainda, ele acrescenta:

“Admitindo-se a verdade de todas as circunstâncias desse fato, nada se pode, contudo, dele deduzir a favor dos fantasmas. Não é difícil compreender que a imaginação do Marquês de Précý, excitada pela febre e perturbada pela recordação da promessa que ele e Rambouillet tinham feito, lhe tenha representado o fantasma do seu amigo que ele sabia estar no exército e arriscado de ser morto; talvez mesmo estivesse informado que deviam naquele dia travar combate com o inimigo. As circunstâncias no ferimento do Marquês de Rambouillet e da predição da morte de Précý, que se realizou, têm algo de mais grave; entretanto, aqueles que sentiram a força dos pressentimentos não custarão a compreender que o Marquês de Précý, cujo espírito, agitado pelo ardor da moléstia, acompanhava seu amigo por todos os riscos da guerra e esperava sempre ver o seu fantasma anunciar-lhe o que lhe devia acontecer. O seu espírito teria previsto que o Marquês de Rambouillet fora morto por um tiro de mosquete nos rins e que ele mesmo, pelo ardor e vontade que tinha de se bater, estava nos casos de morrer no primeiro combate.

Antes de dar fé a fatos que ultrapassam as coisas habituais é preciso deles ter prova cabal; e neste caso não existem nem testemunhas, nem monumentos, nem historiadores que mereçam inteira confiança.”

Esse raciocínio é muito discreto, e é por essa justa apreciação das coisas que aplicamos hoje em nossas pesquisas as exigências do método experimental e também por isso os inquéritos verificam os fatos relatados.

Mas não devemos repelir todas as narrações, pois cada um deve ter o cuidado de só admitir os fatos comprovados por um inquérito. Eis por que é importante, para a nossa instrução pessoal, compararmos todas as observações sem termos nenhuma idéia preconcebida.

Notemos que procuram todos os pretextos para fugirem da afirmação: Lorde Brougham fala em “alucinação”; Collin de Plancy em “pressentimento”. Permaneçamos independentes.

Foi talvez a dificuldade, digamos mesmo a impossibilidade de admitir-se a presença real do fantasma do Marquês de Rambouillet, com vestuário de guerra e de botas, que impediu a aceitação dessas histórias. Pensamos hoje que, como no caso do amigo de Lorde Brougham, não há aparição material nesse caso, há a ação do espírito do morto sobre o do vivo.

Antes de continuar, podemos perguntar a nós mesmos em que consistem exatamente esses fantasmas, cujas manifestações aqui examinamos.

Um longo estudo desses fenômenos levou-me a concluir, com Myers, que nada nos autoriza a afirmar que o fantasma que aparece seja a própria pessoa, no sentido habitual da palavra. Trata-se, antes, dessas formas alucinatórias ou fantasmas aparentes que nós estudamos no segundo volume, projeções que vemos com certeza, sem concluir com isso que a aparição fosse a própria pessoa viva; do mesmo modo o que chamamos um espectro ou alma não é de modo nenhum a própria pessoa falecida: existe certamente uma conexão entre o espectro e o ente humano morto, conexão essa que está por determinar, mas não é uma identidade completa.



Foi o que expusemos no tomo II, no capítulo “O pensamento produtor de imagens”.

“Um fenômeno póstumo – escrevia por sua vez Myers – pode ser uma *manifestação da energia pessoal persistente* ou somente a indicação que um certo poder, como a idéia fixa em uma pessoa que conhecemos durante sua vida terrestre, continua a manifestar-se depois da sua morte. É possível, teoricamente, que essa força ou influência, criando após a morte de uma pessoa a sua impressão fantasmagórica, seja devida não a uma ação atual desta última, porém a algum resíduo da força ou energia que ela produziu quando ainda viva. Temos exemplos disso em certos casos de idéia fixa.”

Quando a mim, foi depois de longo estudo especial dessas aparições (uns trinta anos) que cheguei a esta dupla afirmação: 1º- são reais; 2º- em geral não são materiais, ponderáveis.

Será útil passar em revista alguns exemplos desde já. Há muito tempo já, um pesquisador eminente, muito zeloso em obter a verdade, o Sr. Castex-Dégrange, escrevia-me (isto no século passado, a 13 de março de 1899):

“Embora fazendo a mais absoluta justiça à sua alta personalidade e partilhando inteiramente a sua apreciação sobre os “crédulos” e os “incrédulos” de profissão, falta para mim alguma coisa em suas pesquisas.

Na minha opinião, que sou um tanto céptico, a coisa sedutora, por excelência, seria obter a prova da sobrevivência do indivíduo *depois da morte*, a prova científica. Dessa prova decorreria para a nossa pobre Humanidade muitas consequências capazes de torná-la mais feliz e melhor.

Em *O Desconhecido*, só fala o senhor nos “vivos”..., pois, para mim, essas manifestações de moribundos podem ser o último lampejo que se extingue.

Agora promete também falar dos “mortos”... Muito bem!

Não sei se possui muitos “casos” em reserva. Dá-me licença de assinalar-lhe um, absolutamente autêntico, e que eu garanto sob a minha palavra de honra?

Fará dessa história o que lhe aprouver e o que julgar necessário à sua tese. Peço-lhe somente ocultar os nomes se citar este caso e dar-lhes apenas iniciais.

Tinha eu, há ainda dois anos, uma excelente tia, a melhor das amigas, chamando-se ela Sra. A. B.

Essa boa tia, que morreu aos 83 anos, tinha uma amiga de infância, a Sra. C., cuja filha ainda vive e pode dar testemunho do fato, assim como minha senhora, sobrinha da Sra. A. B.

Ora, essas duas senhoras tinham prometido visitar-se quando morressem. A que morresse primeiro viria visitar a outra.

Morre a Sra. C. e minha pobre tia sente imenso pesar. Alguns dias depois minha tia, ligeiramente indisposta, estava deitada no seu leito e uma lamparina iluminava fracamente seu quarto de dormir.

De repente, avista sua amiga, sentada na sua poltrona, perto da sua mesa de trabalho.

Mas – e eis o mais curioso no caso desta visão – *a Sra. C estava coberta, por cima do vestido, DE UMA ESPÉCIE DE CAPA COM CAPUZ E QUE MINHA TIA NUNCA A VIRA.*

Também essa particularidade a admirara um pouco.

Um ou dois dias depois dessa visão a filha da morta veio saber notícias da saúde de minha tia; contou-lhe esta a sua visão, acrescentando ser provável que fora vítima de uma alucinação. A Srta. C. disse-lhe então:

– Não, senhora. Minha pobre mãe foi posta no caixão com um manto de capuz que ela usava à noite, quando estava sozinha, e pelo qual tinha velha preferência.

Parece-me: 1º- não houver alucinação, porém verdadeira sugestão da pessoa que assim se queria mostrar para dar uma prova absoluta da realidade do fato; 2º- tendo-se dado essa visão *vários dias depois da morte*, isso implicaria a persistência da existência do espírito.

*Castex-Dégrange.”*

O signatário dessa carta, hoje falecido (1840-1918), já foi apreciado por meus leitores (*O Desconhecido*, capítulo III, caso XIV, e *As Forças Naturais Desconhecidas*, pág. 512-525). Era ele diretor da Escola Nacional das Belas Artes de Lião. As observações psíquicas feitas por ele, que acabam de ser relatadas, são particularmente instrutivas, porém não devo reeditá-las aqui. Terminam anunciando esta última, que acabo de publicar somente agora.

Sim, essas visões são realmente produzidas pelos mortos, cujo espírito age sobre o nosso, como o comprovamos em nosso segundo volume, para as transmissões telepáticas durante a vida.

Examinemos outras observações.

Um ministro plenipotenciário, cuja perfeita sinceridade eu conheço, comunicou-me, em 1900, a perturbadora pequena aventura que aqui transcrevo:

(CARTA 964)

“O padre N, cura de O., na Morávia, tinha uma sobrinha a quem muito queria e que morara algum tempo em casa dele. Quando se separaram, o padre disse-lhe por gracejo:

– Sabes, se morreres antes de mim, manda-me um aviso.

Ora, aconteceu que algum tempo depois caía gravemente doente esta sobrinha, sem que todavia nada fizesse prever um desenlace fatal.

Um dia o padre N. apresenta-se todo aflito ao jovem padre que era seu auxiliar e conta-lhe que estava muito sossegado, sentado diante da sua secretária, por conseguinte perfeitamente acordado, quando viu aparecer diante dele a sua sobrinha, que lhe disse adeus, despedindo-se dele. Reconhece-a logo e estava persuadido de que ela morreria.

As novas que recebeu confirmaram essa suposição, e a hora da morte coincidia com o dia e a hora da aparição.

Dou-lhe os nomes das pessoas com quem se deu o caso, assim como lhe dou o meu, pois eu também detesto os anônimos e desejo que o senhor saiba que não se pode tratar aqui de nenhuma mistificação.

Peço-lhe todavia satisfazer o desejo de terceiros para que sejam suprimidos os seus nomes, no caso de ser publicada esta carta.

Queira, caro mestre, aceitar a expressão de minha mais elevada estima.

*Barão de Maricourt.*”

(Conforme o desejo do meu correspondente, só indiquei os nomes pelas iniciais.)

Negar simplesmente essas histórias, como fazem geralmente, não é honesto, embora seja mais fácil para evitar qualquer explicação. Em nossa opinião, essa aparição no momento da morte corresponde à convenção feita.

Objeta-se às vezes que os eclesiásticos têm mais propensão do que outros para admitir as manifestações de além-túmulo. É um erro. Uns são mais cépticos do que se acreditaria, visto sua profissão (tenho cartas a esse respeito), outros são crentes, admitem o inferno, o purgatório e o paraíso, e recusam aceitar esses fatos, atribuindo-os ao demônio (também tenho cartas).

A manifestação que se segue, depois de uma promessa esquisita, pode ser comparada à precedente. A narração me foi mandada a 25 de março de 1899, por um correspondente cuja sinceridade não pode ser mais suspeitada do que a das precedentes:

“Não pense que os eclesiásticos sejam crédulos. Há cerca de doze anos, um dos meus colegas e amigo, grande partidário do Espiritismo, dizia-me numa reunião em que se achavam leigos e sacerdotes, que muitos dos seus amigos tinham vindo, ao morrer, empurrar-lhe o ombro com a mão. Como todos tivessem acolhido essa comunicação, e eu, mais do que os outros, com um sorriso ou, antes, com uma gargalhada de incredulidade, ele voltou-se para mim, dirigiu-se a mim mais particularmente e disse-me, rindo, que ele reservava para si fazer-me assistir à sua primeira aparição.

Quando nos separamos todos, após nos apertarmos as mãos, ninguém mais pensou nisso. Seis meses depois, numa noite de fevereiro, estava eu na igreja, ajoelhado numa ca-

deira, quando senti um empurrão brusco no ombro, empurrão tal, que fiz um grande movimento para a frente.

Virei-me logo para reconhecer quem praticava essa familiaridade intempestiva. Mas percebi que não podia ser nenhuma das pessoas presentes, pois a que estava mais próxima fica distante de mim pelo menos seis metros.

Pensei então na conversa de que falei e imaginei que era possível ter aquele meu conhecido feito essa manifestação sobrenatural ou extranatural. Alguns dias depois soube da morte súbita e fulminante do meu excelente colega, tendo ele falecido precisamente no dia e na hora dessa manifestação.

*Bouin*

Cônego honorário. Cura de Donze (Dordogne).”

Esse relato interessou-me duplamente. Apresenta todos os sinais de completa sinceridade. Não podemos seguramente atribuí-la a um vivo, a um moribundo, mas a um homem de bem que acaba de morrer e cumpre sua promessa fantasista. Poderíamos concluir então que o passar da vida à morte nada tem de desagradável, deixando-nos uma certa liberdade.

Destaco a notificação seguinte de outra carta que me foi endereçado na mesma época:

(CARTA 386)

“Uma jovem paralítica passava muitas vezes a tarde em casa de minha tia. Meus primos, conhecendo-lhe o bom gênio e gostando de brincar, dirigiam-lhe de tempos em tempos pequenos gracejos sobre a situação que poderia ter no outro mundo.

– Vocês não parecem acreditar muito no outro mundo – respondia ela sorrindo –, e vocês estão caçoando de mim. Olhem que isto não é bonito. Mas vocês hão de me pagar; quando eu morrer, hei de vir meter-lhes medo.

Ela morreu pouco tempo depois. Algumas semanas se passaram e ninguém mais pensava na sua pequena ameaça,

quando, na espessura da porta de um armário, um ruído estranho foi ouvido, parecendo várias séries de pancadas dadas de propósito. Meus primos acudiram, ao ouvirem minha tia chamá-los, e passaram revista no móvel, nada achando de anormal. Como fizessem um gesto de impaciência, o ruído respondeu com tanta força que eles recuaram assustados.

Se eu lhe assinalo este fato de pouca importância é porque é irrecusável e porque sabemos que o senhor nada despreza para conseguir descobrir tudo e porque lhe tributamos um sentimento de profunda veneração; dei a meu filho o nome de Camilo como recordação de ter lido suas obras.

Digne, março de 1899.

*J. Vivoux.”*

Outra observação análoga: Um correspondente que “só a mim confia o seu nome” escrevia-me de Paris, a 30 de abril de 1899:

(CARTA 648)

“Tenho a honra, como auxílio para seus estudos, de lhe comunicar o fato seguinte, cuja autenticidade minhas recordações me permitem garantir.

Estava em minha casa almoçando o Sr. Netom, tipógrafo. Disse-nos, a minha mulher e a mim:

– Não imaginam como fiquei desagradavelmente surpreso esta noite; fui despertado bruscamente por uma sensação nos pés, como se mos puxassem com violência; não podem imaginar como isso me foi penoso. Não deixei de atribuir essa sensação aos nervos ou aos músculos impressionados por uma causa física, como acontece por vezes no sono.

A conversa desviou depois para outro assunto; entretanto, o Sr. Netom voltou a falar de novo no caso, como um homem que ficou muito impressionado. Passado um ano, vi-mo-nos de novo e ele nos disse:

– Durante nossa separação soube da morte de Fulano.

– ...?

– Sim! Pois sua morte se deu, dia por dia ou, por outra, noite por noite, naquela noite em que senti a sensação esquisita nos pés puxados!

– Que relação haverá?

– É extraordinário! nós sempre nos dizíamos um ao outro que o que morresse primeiro viria puxar o outro pelos pés!

– Está certo da coincidência da data?

– Santo Deus! Se o senhor me fala como um juiz, obrigarme-á a dizer que não tomei nota do dia exato; do que estou certo é que a data da morte se acha no período em que o senhor me deu hospitalidade – isso eu o afirmo. Aliás, afirmo que não pensava nesse amigo como não pensava no Grão-Turco, quando o fenômeno se deu.”

Um leitor residente em Paris, desejando que seu nome não fosse publicado, escrevia-me a 26 de março de 1899:

(CARTA 79)

“Era no campo onde habitam meus pais. Uma prima-irmã de minha mãe, havendo tentado suicidar-se quando falecera seu noivo e não tendo conseguido o seu intento, para escapar aos maus tratos do seu pai, ébrio inveterado, refugiara-se em casa de minha avó, tia dela, enquanto esperava sua admissão num convento, conforme pedira.

Era mulher de gênio independente e ouvi dizer muitas vezes que de noite ela ia ao cemitério visitar o túmulo do seu amigo.

Todos os meus, muitas e muitas vezes, haviam tentado dissuadi-la de entrar num convento, pois que os seus encantos, atração e trabalho tornavam a sua presença útil e agradável em casa, onde tudo sabia fazer. Não houve sacrifício que não fizessem para impedir tão triste fim.

Tudo foi dito, nada foi obtido. Partiu pois, num dia enevoadado que ainda mais aumentava a nossa tristeza, levando ela, consigo, todos os nossos corações.

– Pensar que nunca mais te verei! – dizia minha mãe.

– Imaginar que nunca mais te verei! – dizia minha avó.

– Querida prima – respondeu ela à minha mãe – muito gostaria de tornar a ver-te, pois não posso viver muito tempo, tendo padecido tantas aflições, e sobretudo com esse veneno que tenho no sangue; mas como és medrosa, não te hei de perturbar com minha presença. Quanto a ti, minha tia – disse ela rindo para minha avó – sei que não tens medo; farei uma algazarra pavorosa.

Algum tempo depois, certa noite, meu avô e minha avó se iam deitar, quando ouviram uma algazarra pavorosa.

Tudo estava transtornado, as telhas pareciam esbarrar umas nas outras, *o telhado parecia ter desabado*. Acodem todos, abrem a porta, tudo estava intacto. Surpresa e susto. Deitam-se, repete-se a algazarra.

– Clementina morreu! – exclamou minha avó.

Imediatamente cessou o alarido. No dia seguinte, cerca de meio-dia, chegava o telegrama. Morrera na véspera, na hora mesmo da algazarra, em um convento de Amiens.

Vivem ainda as testemunhas.

J. L. (em Paris).”

Os leitores desta obra estão a par de tais algazarras e disso não se hão de admirar. A primeira parte do nosso estudo atual já nos forneceu muitos exemplos semelhantes.

Essa manifestação também corresponde a um aviso realizado, a uma intenção, a uma promessa anterior.

Eis outra, bastante esquisita também, realizada após promessa feita. Foi-nos transmitida pela excelente revista *Luce e Ombra*:<sup>12</sup>

“Em 1882 o Conde Charles Galatéri travou relações de amizade com um certo Virgini, antigo oficial de granadeiros. Na conversa falavam por vezes em Espiritismo, querendo Galatéri em vão convencer seu amigo. Um dia, ora seriamente, ora gracejando, os dois amigos prometeram um ao outro que o primeiro morto avisaria, e de que modo? *coçando-lhe os pés!*



Vários anos se passaram. Em novembro de 1887 o Sr. Virgini anunciou ao seu amigo ter-se alistado de novo nos batalhões da África.

Na noite de domingo, 5 de agosto de 1888, o Sr. Galatéri estava deitado, quando sua senhora, deitada ao lado dele, disse-lhe um tanto aborrecida:

– Vamos, fica quieto!

Seu marido perguntou-lhe se estava sonhando, pois ele estava completamente imóvel. E ela continuou:

– Estou dizendo para ficares quieto! não me coces os pés...

Continuando o Sr. Galatéri a protestar, pensaram que algum inseto estivesse no leito; acenderam uma vela, procuraram cuidadosamente – nada! Apagam a vela e deitam-se de novo. Mas imediatamente a Condessa Galatéri tem um sobressalto e exclama:

– Olha, olha, nos fundos do leito!

O marido olha e nada vê, mas a esposa insiste:

– Sim, olha; há um moço alto, sorrindo, tem um capacete colonial na cabeça... Está rindo e olhando-te!... Oh, o desgraçado! que ferimento horrível tem no peito! E um joelho quebrado!... Está a cumprimentar-te com ar satisfeito... Desaparece!

No dia seguinte a Condessa Galatéri *conta o caso a alguns amigos e parentes*. Na terça-feira, 14 de agosto, anunciaram os jornais que um bando de indígenas, comandados pelo Capitão Cornacchia, pelos tenentes Poli, Brero, *Virgini* e Adam Aga, tinha sido atacado perto de Saganeiti pelos abexins; *Virgini*, último oficial sobrevivente, tinha por fim sido *ferido num joelho* e depois morto por *um tiro no peito*.”

O Sr. de Vesme, quando reproduz essa narrativa, faz notar que seria de desejar o atestado escrito das diferentes pessoas que estiveram de qualquer maneira envolvidas nessas manifestações; mas que, entretanto, a honorabilidade da família Galatéri e a de várias pessoas de que se fala nessa narrativa – as quais pessoalmente conhece – permite dar-lhes certa importância, sem mesmo

levar em conta o cunho de veracidade com que é feita essa narrativa. Pertence o Conde Galatéri a uma família distinta do Piemonte.

Podemos perguntar a nós mesmos se esse oficial morto, recordando-se da sua promessa, enganou-se de pés ou o fez propositalmente e, ainda, se a ação telepática agiu sobre os dois cérebros vizinhos, um destes nada sentindo. O caso é realmente esquisito, mas *não foi inventado*.

Quem nos prova que não existem fantasias depois da morte e que se seja obrigatoriamente triste – ou mesmo sempre sério?

Essas manifestações compreendem todas as variedades imagináveis. A que acabamos de descrever é antes divertida, mas a que vamos ler agora é realmente dramática e francamente macabra. Tiro-a da excelente obra de Bozzano *Les Phénomènes de Hantise*. Tem como garantia o inquérito do professor Hyslop e os atestados de cinco testemunhas envolvidas na estranha história. Vejamos um deles, o Dr. H. A. Kinnaman:

“Meu tio John W. Kinnaman, meu pai Jacob W. Kinnaman e um moço chamado Adams eram estudantes de Medicina e amigos íntimos. Um dia combinaram os três que, se um deles morresse moço, os outros teriam o direito de se servir do seu corpo para estudo, sob a condição de ficar sempre o esqueleto sob a guarda de amigos; se algum dia não pudessem observar essa condição, deviam colocar de novo o esqueleto no túmulo. Adams declarara que exigia obediência escrupulosa ao pacto; no caso contrário protestaria, fazendo barulho.

Algum tempo depois faleceu o jovem Adams. Meu tio John, na qualidade de irmão mais velho, apoderou-se do corpo, preparou o esqueleto e o guardou até a sua morte. Depois dele foi guardado por meu pai, o Dr. Jacob; em seguida por seu irmão, o Dr. Lawrence; depois quem o guardou foi o Dr. Jackson, seguindo-se a este meu irmão Roberto e, por fim meu outro irmão Chas. Durante esse longo espaço de tempo notou-se que, quando as condições marcadas pelo pacto eram observadas, Adams ficava sossegado; mas se as desprezavam, barulhos se davam.

Lembro-me que em 1849, quando eu era menino, meu pai teve que ficar durante algum tempo na Califórnia e o esqueleto foi desterrado para uma água furtada. Adams não ficou satisfeito. Naquela mesma noite, passos pesados e ruidosos foram ouvidos; subiam e desciam pela escada da água furtada ou passeavam nesta.

Essas manifestações perturbaram muitíssimo minha mãe, porque impediam sua família de conciliar o sono.

Dirigiu-se a meu tio, suplicando-o de nos libertar da ossada de Adams. Ele consentiu e, logo que a tomou sob sua guarda, voltou a tranqüilidade ao seio da família. Meu tio guardou-a por muito tempo no seu escritório; mas um dia imaginou de a depositar num lado afastado da casa. Duas famílias que habitavam esse lado tiveram que se mudar por causa dos ruídos inexplicáveis que ouviam de noite; depois dessas famílias, ninguém mais pôde morar na casa assombrada. Quando meu pai voltou da Califórnia, tomou de novo o esqueleto de Adams e o colocou de novo no seu escritório. O silêncio se fez de novo.

Meu pai morreu em 1874 e a herança da ossada coube a meu irmão Roberto, que a colocou debaixo da cama, num quarto contíguo ao seu escritório. Um dia teve a idéia de transportar a ossada para a adega dum vizinho; servia essa adega de depósito para materiais de construção.

Colocaram-na ali, sem que os operários o soubessem; mas, pouco tempo depois, os operários recusaram entrar à noite nessas adegas, por causa dos ruídos misteriosos que lá ouviam. Meu irmão tomou de novo o esqueleto e a calma se restabeleceu imediatamente naquele lugar.

Os restos mortais de Adams estão sempre em mãos de minha família...”

Uma outra testemunha, o Dr. C.-L. Kinnaman, descreve com grande abundância de pormenores os ruídos que se deram na água furtada, quando para lá desterraram os restos de Adams.

Escreve ele:

“Na água furtada estavam centenas de frascos vindos de uma farmácia. Ora, uma noite, quando todos estavam deitados, ouviram ruídos extraordinários nas águas furtadas: barulho de garrafas a baterem umas nas outras com violência, quebrando e caindo ao chão.

Depois julgaram ouvir uma grande bala de canhão a rolar pelas escadas até à sala de jantar, esbarrando na porta e subindo de novo a escada, pulando os degraus! Um membro da família decidiu-se a subir nas águas furtadas, com um castiçal na mão; mas o barulho logo cessou; tudo foi encontrado no lugar.

Logo que se tornaram a deitar e depois de terem apagado a luz, as manifestações recomeçaram. Alguém fez notar que o objeto que rolava pela escada abaixo devia ser bem pesado, a julgar pelo barulho que fazia; instantaneamente o barulho reduziu-se a um toque leve, a subir e descer de um a outro degrau. Modificavam-se as manifestações conforme as nossas observações; elas continuaram até que nos tornamos a deitar, vencidos pelo cansaço e pelo sono. No dia em que a ossada foi retirada das águas furtadas reinou de novo a tranquilidade na casa.”

O Dr. R.-C. Kinnaman por sua vez atesta:

“Fui o primeiro acordado pelo ruído surdo de uma queda, como se alguém tivesse pulado da cama, descalço; depois um fru-fru de roupa, um ruído um pouco mais forte e, finalmente, o de um corpo pesado rolando no soalho, descendo a escada, pulando de um para outro degrau, subindo-a novamente depois, com variações freqüentes de força e de tonalidade.

Minha mãe entrou inesperadamente no quarto com Olivério; embora fosse mulher enérgica, ela parecia terrivelmente impressionada. Ambos, levando uma vela acesa, aventuraram-se a entrar na água furtada; com sua presença, cessou o barulho. Depois de ter inspecionado o lugar, inutilmente, eles se retiraram e fecharam a porta: imediatamente recomeçou o barulho. Entraram de novo, cessou a algazarra. Saíram

de novo: o alarido recomeçou com mais força, logo que fecharam a porta.”<sup>13</sup>

Tal é, abreviadamente, o caso extraordinário examinado pelo professor James Hyslop. A dúvida não é possível. A ameaça de manifestação, ligada ao pacto desse estudante, foi perfeitamente bem executada pelo falecido; e o que nos demonstra não ter sido essa bulha feita por vivos, agindo sem o saber, é que essa bulha cessava justamente com a presença desses vivos, recomeçando quando eles se afastavam, coisa freqüente nessa ordem de fenômenos.

Assim, os fatos de observação provam que os mortos voltam por causa de pactos, de promessas, de ameaças e, por conseqüência, existem sempre. Onde estão eles para produzir esses fenômenos? Não o sei de modo nenhum. Onde estava a alma desse esqueleto? Ignoro-o. Mas é evidente que era ela quem agia.

Expusemos há pouco manifestações visíveis, aparições, e já tínhamos observado (t. II, cap. IV) produções de imagens pelo pensamento dos moribundos, fatos extremamente numerosos, imagens visíveis, objetivas exteriores, consideradas pelos videntes como realidades materiais, mas que, entretanto, são subjetivas, formadas no espírito do observador, embora não possam ser consideradas alucinações, pois não são nem erros, nem ilusões: têm uma causa, a vontade do moribundo – ou do morto – que as produz.

São projeções psíquicas que apresentam o aspecto de projeções físicas.

A que vamos contar é tão significativa quanto à precedente, embora menos macabra. Trata-se de um cantor da igreja que devia vir ensaiar trechos de música com um colega, num sábado determinado, e que morre na véspera vitimado na rua por um ataque de apoplexia, com a idade de cinqüenta anos. Ele aparece diante do colega, segurando na mão um rolo de música. Esse ignorava a sua morte. A narração foi dirigida ao professor Adams, de Cambridge (Estados Unidos).<sup>14</sup> Examinemos o caso:

“St Luke’s Church, San Francisco.

11 de setembro de 1890.

Há algumas semanas o regente de canto do nosso coro, homem de saúde robusta e temperamento céptico, viu, positivamente, a aparição de um dos seus cantores, que acabava de falecer.

O Sr. Russell, o baixo do coro, caiu na rua com um ataque apoplético, numa certa sexta-feira às 10 horas; morreu às 11 horas em sua casa. Minha mulher, sabendo dessa morte, enviou meu cunhado à casa do regente, o Sr. Reeves, para lhe falar acerca da música que seria tocada nas exéquias. Chegou à casa do regente mais ou menos à 1 hora e meia. Subitamente ouviu uma exclamação no vestíbulo. Alguém acabava de gritar: “Meu Deus”!

No meio da escada, sentado num degrau, estava o regente em mangas de camisa, aparentando grande susto.

O Sr. Reeves, ao sair do quarto, acabava de ver na escada o Sr. Russell, em pé, uma das mãos na testa e com a outra estendendo-lhe um rolo de música. O regente adiantou-se para ele, mas o fantasma desapareceu. Foi nessa ocasião que soltou a exclamação acima.

Não sabia que havia falecido o seu cantor. É a mais autêntica história de Espírito que eu tenho ouvido. Conheço muito bem todas essas pessoas e posso garantir a sua sinceridade. Não duvido que o regente tenha visto alguma coisa subjetiva ou objetivamente que o fez adoecer por vários dias, apesar da sua robusta saúde habitual.

Aliás, eis a minha convicção pessoal. O Sr. Russell era um homem muito pontual, muito leal e muito seguro. Cantara no coro durante anos sem remuneração. Seu último pensamento deve ter-se formulado assim: “Como poderei participar ao regente que não posso ir ao ensaio amanhã à noite?” Morreu ao cabo de uma hora sem ter recuperado os sentidos.

A atitude em que estava, quando apareceu, corrobora essa hipótese; indica sua moléstia (dor na cabeça) e o desejo que tinha de cumprir o seu dever.

*W. M. W. Davis, Reitor.”*

A crônica de San Francisco relatou por sua vez essa história curiosa nos seguintes termos:

“Sexta-feira, de manhã, Edwin Russell, inglês muito conhecido, chegava na esquina das ruas de Stutter e Mason, quando caiu vitimado por um insulto apoplético, dele falecendo antes de meio-dia.

Habitava há dez anos nossa cidade e era honrosamente conhecido no mundo comercial. Era membro da Igreja Episcopal Protestante e tinha uma voz magnífica, uma voz de baixo que o tornava muito apreciado no coro da Igreja de S. Lucas e o tinha relacionado com o Reverendo W. W. Davis, vigário da igreja, e com o Sr. Harry E. Reeves, o novo regente do coro.

Foi com o Sr. Reeves que se deu o acontecimento sensacional de que falam. Fui entrevistá-lo em casa da sua irmã, a Sra. Cavenagh, rua da Califórnia. Declarou-me que não era espírita e contou-nos o seguinte:

– Eu tinha visto Russell no sábado, antes de sua morte. Tinha vindo ensaiar. Perguntei-lhe onde poderia achar um bom charuto e ele me levou a uma loja. Depois convidei-o a vir a minha casa – ou, por outra, à casa de minha irmã – para ensaiar, e combinamos que seria no sábado seguinte. Não pensei mais nisso até sexta-feira, depois do meio-dia; e como tenho o hábito de procurar nas minhas músicas quais as que se deve cantar no domingo, escolhi dois *Te Deum*. Saí do meu quarto e avistei meu amigo Russel, tão nítido, tão vivo que me adiantei logo para apertar-lhe a mão, e dar-lhe as boas vindas.

Numa das mãos tinha um rolo de música e colocara a outra no rosto. Era ele mesmo. Estou absolutamente certo disso, mas logo se desfez como uma nuvem que desaparece no ar...

Ia falar-lhe, mas minha língua emudeceu. Caí abatido junto à parede, exclamando: “Ah! meu Deus!” Minha irmã, minha sobrinha e outra pessoa subiram. Minha sobrinha me disse:

– Tio Henrique, que há?

Queria explicar, mas não pude falar. Minha sobrinha me disse então:

– Sabe que o Sr. Russell morreu?

Fiquei completamente assombrado. vi Russell três horas depois da sua morte, tão bem como o vejo aqui nesta poltrona.”

Pelo inquérito feito, com todo o cuidado já conhecido, pela Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas, esta aparição espontânea não deixa pairar qualquer dúvida. O grito do Sr. Reeves foi ouvido por testemunhas, a visão deu-se num estado completamente normal e a hipótese de uma alucinação é absolutamente inadmissível, dadas todas as circunstâncias do fenômeno.

Trata-se aqui, como nos casos de promessas cumpridas, de uma intenção bem definida de não faltar a uma entrevista combinada. Discutir indefinidamente, para furtar-se à aceitação do fato, de nada serviria.

Essas manifestações de mortos são numerosas e variadas como acabamos de verificar.

Eis ainda uma que muito surpreendeu à observadora. Um índio mestiço aparece a uma viajante, depois de lhe ter prometido fazê-lo. Ele estava no Colorado e ela, de volta à Europa, estava então na Suíça. A Sra. Bishop, em solteira Bird, viajante e escritora bem conhecida, relata o que segue.

Quando viajava nos Montes Rochosos, a Srta. Bird conhecera um índio mestiço, o Sr. Nugent, conhecido pelo nome de “Mountain Jim”, e ela adquirira sobre ele considerável influência.

“No dia da minha partida – escreve ela – ele estava muito comovido. Tivera com ele uma longa conversa a respeito da vida mortal e da imortalidade, conversa que eu terminara com algumas citações da Bíblia. Pareceu-me muito impressionado e exclamou:

– Talvez não a veja mais nesta vida, mas vê-la-ei quando morrer.

Separaram-se depois disso.



Durante algum tempo tive notícias dele; soube que se portara melhor e que depois recaíra nos seus usos selvagens; mais tarde fora ferido em uma rixa, depois melhorara de saúde e formara planos de vingança. Na última vez que tive notícias dele, eu estava no Hotel Interlaken, em Interlaken (Suíça), em companhia da Sra. Clayton e dos Ker.

Algum tempo depois de ter recebido essas notícias (era no mês de setembro de 1874), estava uma manhã estendida na cama, escrevendo uma carta a minha irmã, quando, ao levantar os olhos, vi *Mountain Jim* de pé, diante de mim.

Seus olhos me fitavam e ele me disse em voz baixa, porém muito distintamente:

– Eis-me como prometi.

Depois, acenou-me com a mão e acrescentou:

– Adeus!

Quando a Srta. Bessie Ker veio trazer-me o almoço, tomamos nota do acontecimento, marcando o dia e a hora. A notícia da morte de *Mountain Jim* chegou-nos às mãos algum tempo depois e a data, dada a diferença de longitude, coincidia com a da aparição.”

Em resposta ao inquérito feito sobre esse caso, a Sra. Bishop escreveu que nunca mais teve outra alucinação sensorial. Vira “*Mountain Jim*” pela última vez em São Luís (Colorado), no dia 11 de dezembro de 1873. Em Fort Collins, nesse mesmo Estado de Colorado onde ele faleceu, foi averiguado que a morte se deu no dia 7 de setembro de 1874. A promessa – ou a ameaça – do mestiço realizou-se pontualmente.

Não podemos, todavia, deixar de notar que essas juras, esses pactos, essas promessas, deixam muitas vezes de ser cumpridos. Quanto a mim, muitos me prometeram e nunca recebi nada. Será culpa dos falecidos ou culpa minha? Será sempre possível manifestar-se um morto? Será sempre possível a um vivente perceber essas manifestações?

São vibrações; e as cordas de harpas, que podem ser impressionadas por elas, são, sem dúvida, bastante raras.

A propósito dessas dificuldades e dessas raridades de aparições, podemos, com Myers, comentar o exemplo citado pela Condessa Kapnist e notar que a realização das combinações dessa espécie é feita muitas vezes por intermediários, o que é bastante esquisito.<sup>15</sup> Assim é a irmã da Condessa Kapnist quem vê a aparição e não ela mesma. É provável que várias dessas tentativas não deram resultado por falta de adaptação do médium a ser impressionado e ter-se-iam realizado com uma manifestação característica se aquele que queria aparecer se tivesse dirigido a médiuns mais sensíveis.

Assim acontece no caso seguinte, realização indireta de uma promessa anterior: Uma senhora tratara com uma amiga de infância, e seu fantasma foi visto depois de sua morte. Esse exemplo curioso foi fornecido pelo Rev. Artur Bellamy, de Bristol, em fevereiro de 1886, na relação seguinte:

“Quando minha mulher era menina, combinara com uma colega da escola que aquela que morresse primeiro devia aparecer à sobrevivente, se fosse do agrado de Deus. Em 1874 minha mulher, que nem vira, nem ouvira mais falar desde muitos anos da sua amiga de colégio, soube que falecera.

Essa nova recordou-lhe o que haviam combinado, tornando-se então muito preocupada, e falou-me a respeito. Eu conhecia esse trato feito por minha mulher, mas nunca vira uma fotografia de sua amiga nem nada ouvira que lhe dissesse respeito.

Uma ou duas noites depois, dormíamos tranquilamente; um fogo claro brilhava no quarto e uma vela estava acesa. Despertei subitamente e vi uma senhora sentada na cama, do lado em que minha mulher dormia profundamente. Sentei-me na cama e olhei para ela, vendo-a tão distintamente que ainda me posso lembrar da sua forma e da sua atitude. Se eu fosse pintor, poderia pintar na tela o seu retrato, bem semelhante. Lembro-me de que me impressionou seu penteado bem cuidado e elegante. Não posso dizer quanto tempo fiquei sentado a olhar para ela; mas logo que esse fantasma desapareceu, saí da cama para ver se alguma roupa, colocada

na cabeceira, teria produzido alguma ilusão de óptica. Ora, na linha de visão, nada havia até à parede. Não podendo admitir uma alucinação, não pus em dúvida ter visto realmente uma aparição.

Deitei-me de novo e fiquei deitado até que minha mulher despertasse, algumas horas mais tarde; contei-lhe então o que vira, descrevendo-lhe a fisionomia da aparição. Ora, a tez, o porte, etc., tudo coincidia exatamente com a lembrança que minha mulher tinha conservado da sua amiga. Perguntando-lhe se nada havia nela de particular, minha mulher replicou logo:

– Sim, na escola costumávamos bulir com ela por causa dos seus cabelos, que ela penteava sempre com um cuidado especial.

Era precisamente o que me chamara a atenção.

Devo acrescentar que nunca tinha visto aparição e que desde então nunca vi outra.”

Podemos supor que essa aparição teve como causa uma influência psíquica exercida sobre a Sra. Bellamy por sua amiga falecida, e transmitida por ela ao marido, visto que não havia razão para que a falecida se manifestasse a esse senhor que lhe era estranho. Porém outras observações nos tornam perplexos. O que sobretudo nos chama a atenção é que a aparição, destinada à mulher, fosse vista pelo marido e não por ela. Ora, já vimos (vol. 2, “Durante a Morte”) uma aparição, destinada a uma Sra. Clerke, ser vista pela sua criada preta e não por ela. E, há pouco, as cócegas feitas nos pés da Sra. Galatéri? E lembramos também a Condessa Kapnist.

Tenho sob as vistas um número cinco ou seis vezes maior de promessas realizadas por mortos que delas se lembraram exatamente e que puderam executá-las (entre elas, a narrativa tão comovedora do General Thiébault, publicada em suas *Memórias*, Paris, 1893, t. I, págs. 43-47), a respeito da aparição de seu irmão, acompanhada desta frase: “Nunca pude acreditar nisso e entretanto nunca pude duvidar”.

Falta-me espaço para publicá-las. os exemplos que acabamos de considerar são suficientes, parece-me, para nos convenceremos da realidade dessas manifestações. Muitos nada acrescentariam a essas provas; devemos admitir essas observações. Explicá-las é um pouco mais difícil.

Dentre as cartas recebidas, destacarei ainda a seguinte, que me foi enviada de Kaliche (Polônia russa), no dia 27 de junho de 1913:

(CARTA 2.358)

“Muito estimado Sr. Flammarion:

Meu pai, após sua morte em 1879, deu-me provas de que ainda estava vivo, pelos sinais que tínhamos combinado de antemão:

1º- o vidro, que ambos tínhamos marcado, partiu-se em linha reta horizontal e a quebra foi acompanhada de um ruído semelhante a um tiro de espingarda;

2º- o relógio, que tínhamos escolhido, cujo som era ordinariamente rápido e alegre, começou a dar as horas lentamente, tristemente e assim fez durante várias semanas.

Não mais me devo calar, porque estou velho, e o senhor, defensor da verdade, não sendo moço tampouco, tem como dever falar, pois que o mundo o escuta.

*Nicoláo Stepanow.”*

Se já era convidado pela minha idade a não me calar em 1913, com mais razão em 1922, e a este dever obedeço, classificando os testemunhos, para assim estabelecer o conhecimento geral.

Diante desses fatos de observação temos a impressão, como dizia Oliver Lodge, de que as almas dos mortos tentam comunicar-se conosco e que, de ambos os lados, os esforços são comparáveis aos dos sapadores, que para abrir um túnel através duma montanha empreendem o trabalho em cada extremidade do túnel. A parede que separa o fundo das duas galerias é ainda bastante espessa, mas deste lado começamos a ouvir os golpes da picare-

ta, dados também do outro lado. Parece mesmo que o tabique já está atravessado pelos raios X.

Assim, eis seguramente exemplos de mortos que voltaram para cumprir juramentos recíprocos ou promessas. Parece-me que este segundo capítulo, lido depois do primeiro, não pode deixar de fortalecer as bases sobre as quais deve ser fundada a nova ciência. Prossigamos nosso estudo, comprovando agora que os mortos também voltam para negócios pessoais, independentemente das declarações de que acabamos de falar.

## CAPÍTULO III

### Mortos que voltaram para negócios pessoais

- *Revelações. – Pagamentos de dívidas. – Restituições.*
- *Promessas não cumpridas. – Serviços a prestar.*
- *Testamentos. – Confidências. – Censuras.*
- *Protestos. – Perseguições. – Vinganças.*
- *Avisos. – Manifestações diversas.*

*“Pode, às vezes, o verdadeiro não ser verossímil.”*

*Boileau*

Esse título pode surpreender mais de um leitor.

Acabamos de ver exemplos variados de mortos que se manifestaram por causa de promessas feitas em vida. Os que vamos apresentar aqui mostrar-nos-ão atos póstumos não menos dignos de atenção, tendo como causa regularizar negócios pessoais. Aqui, como precedentemente, a primeira objeção que se nos impõe é procurar uma explicação na própria mente dos observadores; mas essa objeção já nos pareceu inaplicável nas narrações precedentes, tais como a de Lorde Brougham, a aparição de Rambouillet, a relação do Sr. Castex-Dégrange, as do Sr. de Maricourt, do Cônego Bouin, a aparição do cantor Russel, etc. O mesmo acontecerá aqui. Investiguemos entretanto a fundo, para que não fique sombra alguma no nosso inquérito.

Já que buscamos a verdade, seja ela qual for, nosso dever é acolher, sob reserva de análise, toda qualidade de hipóteses. Examinemos tudo, comparemos.

Uma “possibilidade” que se apresenta espontaneamente ao nosso entendimento, para explicar as manifestações, é a da transmissão de pensamentos entre vivos, cujo sólido feixe de testemunhos, incessantemente robustecido por novos fatos, constitui base da mais alta importância para nossos estudos psíquicos.

Essas transmissões de pensamentos podem explicar certos fenômenos atribuídos aos mortos, que nos parecem voltar de além-túmulo para se meterem ainda em nossos negócios, se bem que se trate, muito provavelmente, em muitos casos, de emanções de nosso mundo vivo.

Nosso “inconsciente”, ou, se preferirem, nosso “subconsciente” é um receptor de sensibilidade variável conforme as pessoas e, às vezes, um reservatório prodigioso de impressões latentes. Umas, sob certas influências exteriores físicas ou psíquicas, por um processo ainda mal definido, surgem deste íntimo e misterioso âmago de nosso ser psíquico; outras – a maior parte – nele permanecem ocultas e nele são reabsorvidas.

O pensamento de um devedor pode ter-se comunicado, quando vivo, aos seus filhos e ter ficado no cérebro destes durante meses, impressão essa oculta, insuspeita, confundida com todas as outras impressões latentes, porém não destruída; depois, por uma causa desconhecida, em circunstâncias favoráveis, isolar-se ela, sobretudo em sonho, formular-se e emergir, clara, definida do obscuro subconsciente. O mesmo se pode dar para o lugar secreto de uma quantia de dinheiro em reserva.

É apenas uma hipótese, mas é digna de atenção.

Mesmo que essas manifestações só provassem faculdades desconhecidas pertencentes ao ente humano, esta aquisição, por modesta que seja para a ciência nova, deve ser tomada em consideração. Antes de nos arremessarmos na vida futura, esforcemo-nos por conhecer melhor a vida terrestre.

A palavra não é indispensável para exprimir o pensamento, pois há, por vezes, transmissão de pensamento não formulado. Conheço pessoalmente numerosos exemplos que foram cientificamente comprovados por experiências.

A palavra é uma das últimas conquistas da Humanidade. Antes de empregar a linguagem articulada, nossos longínquos antepassados comunicavam-se entre si por meio de gritos – como os animais, aliás – gritos significativos. Hoje, servidos pela palavra, somos incapazes de compreender tudo o que há de oculto nas expressões do mundo animal.

A propósito da transmissão de pensamento, meu sábio amigo, o Dr. Coste de Lagrave, comunicou-me, entre diversas experiências, a seguinte que lhe é pessoal. Diz ele:

“Escolho uma folha de árvore. Impregno meu pensamento do seu aspecto; incorporo-o a mim psiquicamente e a tal ponto que tenho certeza de reconhecê-la, mais tarde, no meio de cem mil outras diferentes. A uns 50 metros distantes vou reunir-me à pessoa sensível. Ela venda os olhos, tomolhe do pulso e, pensando na folha que ela deve designar, acompanho-a. Corre, muito depressa, arrastando-me atrás de si, pára no lugar onde se acha a folha, estende a mão que está livre e coloca-a delicadamente sobre a folha que eu tinha marcado e escolhido alguns minutos antes. Resulta isso da transmissão de pensamento não formulado.

Tanto quanto possível pus-me em comunicação com os transmissores de pensamento, sobretudo para descobrir se havia alguma fraude e para fazer experiências por mim mesmo. A transmissão do pensamento não formulado é uma faculdade que existe na realidade, mas é mais ou menos desenvolvida. Em certas pessoas existe poderosa; a receptividade do pensamento não formulado pode também ser desenvolvida e certas pessoas apresentam resultados notáveis.”

Assim fala o Dr. Coste de Lagrave, cujo curso de Psicologia é apreciado desde muito tempo em Paris.

Eu mesmo fiz outrora experiências análogas com Ninof e Clóvis Hugues (*O Desconhecido*), as quais, por sua vez, provam a realidade das transmissões do pensamento. E é possível que se lembrem igualmente de minha experiência feita com Charcot, na *La Salpêtrière*, de que falei no capítulo “O pensamento produtor de imagens”, no volume 2, “Durante a Morte”.

Há mais de um século foram publicadas 28 obras importantes sobre *os sonhos*, a primeira por Maine de Biran (1792), a última por Yves Delage (1920), passando por uma das mais clássicas, a de Alfred Maury (1861); tenho-as todas diante de mim e devo confessar que nenhuma me deu ainda a explicação total e definitiva do sonho.



Como decidir se uma aparição – ou qualquer outra manifestação – de uma pessoa falecida é alguma coisa mais do que uma simples alucinação subjetiva, e se um sonho é produzido por um espírito exterior ao nosso?

Só poderemos chegar a um resultado por meio de análises cuidadosas.

Tomemos alguns exemplos significativos.

Desde muito tempo chamei a atenção de todos para essas observações psíquicas. Meus leitores já puderam ver em *Urânia* o curioso episódio a seguir, extraído da vida de Swedenborg:

“Em 1761 a Sra. de Marteville, viúva de um ministro da Holanda em Estocolmo, um credor do seu marido reclama uma quantia de 25.000 florins de Holanda (50.000 francos). Esta senhora sabia que essa quantia fora paga por seu marido e pagá-la segunda vez a colocaria em grandes apuros, arruiná-la-ia quase. Era-lhe impossível descobrir o recibo.

Vai visitar Swedenborg e, oito dias depois, vê em sonho o marido, que lhe mostra o móvel no qual estava o recibo junto a um grampo com 20 diamantes, que ela julgava perdido também. Eram 2 horas da madrugada. Cheia de alegria, levanta-se e acha tudo no lugar indicado. Tendo-se deitado de novo, dorme até às 9 horas. Pelas 11 horas, o Sr. de Swedenborg vem visitá-la. Antes de saber o que tinha acontecido, contou-lhe que na noite precedente tinha visto o espírito do Sr. de Marteville, o qual lhe havia declarado que ia à casa de sua viúva.”

Essas observações não são tão raras como se pensa. Tenho neste momento grande número delas diante dos meus olhos.

Da mesma época de que falamos, muitas podem ser vistas na história de *A Vidente de Prevorst* (menos imaginária do que parece).

Existe uma justiça imanente? Um roubo cometido será absolvido e anulado?

No conjunto dos documentos que recebi, ou reuni, muitas comunicações de mortos indicam que eles não estavam tranqüi-

los depois da sua morte e vieram reclamar restituições de que eram responsáveis.

Já que encetamos este capítulo com essas revelações póstumas de desassossegos financeiros, reunamos aqui os diversos fatos da mesma ordem.

Desde o início do meu inquérito recebi da Argélia a carta que se segue (abril de 1899):

“Conhecemos dentre as pessoas de nossas relações um curioso acontecimento que se refere a Monsenhor Pavie, o qual faleceu como bispo de Argel. Estava ocupado a ler em seu gabinete, quando ouviu abrir-se a porta atrás dele. Voltou-se e viu uma sombra ou vapor, cujos contornos eram bastante nítidos para que reconhecesse nessa sombra um dos seus paroquianos falecido havia algum tempo e a quem se afeiçoara particularmente. Depois percebeu distintamente estas palavras: “Vós que me amastes, auxiliai-me! Deixei uma dívida para pagar (o algarismo foi dado assim como o nome do credor e seu endereço), pagai esta dívida para que eu cesse de sofrer.”

O observador, muito comovido, não podia, por ser adiantada a hora, ir naquele mesmo dia ao endereço indicado. Lá foi no dia seguinte. As informações dadas eram exatas e a dívida correspondia precisamente ao algarismo indicado pelo falecido; o Abade Pavie pagou-a.”<sup>16</sup>

Não se pode, neste caso, falar de alucinação.

Poderíamos talvez supor que esse padre conheceu a dívida em confissão e que, por “uma fraude piedosa”, teria querido liquidá-la assim. Mas é pouco provável, e parece que nesse caso ele teria contado a história como se fosse sonho. Sua relação precisa apresenta sinal completamente diferente.

Recebi mais de uma comunicação análoga à precedente. Esta me foi mandada de Nice no dia 23 de unho de 1899:

(CARTA 732)

“Uma senhora de Paris, das mais distintas e muito religiosa, afirmou-me que seu pai, morto havia alguns dias, apare-

ceu-lhe às onze horas da noite, enquanto velava no seu leito (sem dúvida sonhava).

Tendo-a primeiro sossegado do susto que dela se apoderara, prescreveu-lhe pagar a dívida (que sua filha ignorava absolutamente) de uma certa quantia que devia a um indivíduo que ele designou. Muito preocupada com esse acontecimento extraordinário, a senhora levantou-se bem cedo e, ao abrir sua janela, a primeira pessoa que se lhe deparou foi precisamente o credor indicado pelo “defunto”. Apressou-se ela em convidá-lo para entrar, embora fosse hora imprópria, e informou-se, perguntando se o pai lhe era devedor de uma quantia qualquer. O indivíduo respondeu afirmativamente e determinou mesmo a quantia indicada na véspera pelo falecido.

Certifico-lhe este fato como vindo de uma pessoa na qual tenho toda a confiança. Sem acreditar nas aparições de fantasmas, não é possível impedir-me, entretanto, de refletir nessas coisas afirmadas por pessoas perfeitamente razoáveis, muito sãs de corpo e espírito. Não creio ter o direito de dar o nome dessa pessoa, da qual estou certo como de mim mesmo. Mas eu assino, dando-lhe o meu endereço.

*Peretti.”*

Explicam-se geralmente esses sonhos como reminiscências de coisas conhecidas. Mas o narrador teve o cuidado de notar que essa pessoa *ignorava* a existência da dívida.

Outra comunicação sobre o mesmo assunto. A carta seguinte apresenta por sua vez um indício sério a favor da sobrevivência. Submeto todos esses fatos ao julgamento dos meus leitores:

(CARTA 774)

“Romanof (Governo de Volhynia), 13 de outubro de 1899.

Querido mestre:

Desejoso de ser útil a suas pesquisas tão leais e tão sinceras a respeito das manifestações de além-túmulo, tomo a li-

berdade de lhe relatar um fato bem conhecido na minha família e que sempre ouvi contar pelos meus.

O irmão do meu avô, o Conde Tadeu Czacki, depois da morte de seu pai, viu este último em sonho, dizendo-lhe que pedira emprestado a um vizinho, o Sr. N., 100 ducados, pelos quais este último não quisera receber um documento escrito. Pedia, pois, a seu filho para pagar esta dívida, a fim de dar tranqüilidade à sua alma.

Meu tio-avô considerou esse sonho como um sonho qualquer e não lhe deu atenção. No dia seguinte o mesmo sonho se repetiu exatamente da mesma forma. Então meu tio-avô mandou preparar imediatamente o carro para ir visitar o vizinho e, fazendo-lhe perguntas, soube que emprestara efetivamente 100 ducados, mas disso não possuía nenhuma prova escrita. Meu tio-avô pagou e seu pai apareceu-lhe ainda uma vez para lhe agradecer.

Muito satisfeito ficaria se esta história lhe pudesse ser útil. Posso garantir a sua autenticidade, porque todos os membros da minha família sempre a consideraram como verdadeira.

*Henrique Stechi.”*

Objeção: Podemos supor que o filho ouviu falar o pai a respeito desse empréstimo de 100 ducados; esqueceu-o e recordou-se dessa dívida em sonho, associada a seu pai sob outra forma. A generosidade e o desinteresse do credor tinham podido impressioná-lo na data do acontecimento, porém essa objeção é apenas uma hipótese. A do defunto leal, voltando para recordar ao filho essa dívida e pedindo-lhe para saldá-la é outra hipótese, que não temos o direito de recusar.

Estamos estudando. Consideremos todos os fatos e discutamo-los. A objeção que acabamos de fazer não poderia ser aplicada na observação seguinte, extraída de uma obra apreciada do Dr. Binns, que a publicou fazendo notar que a verificação do caso nada deixou a desejar.

Trata-se de uma carta escrita no dia 21 de outubro de 1842 por um padre católico, o Sr. Carlos M'Kay, à Condessa de Shrewsbury. O Conde de Shrewsbury tinha enviado essa carta ao

Dr. Binns. Dale Owen citou-a também em sua obra *Footfalls on the Boundary of another World* (pág. 294). Eis o fato, em resumo:

“Em julho de 1838 deixei Edimburgo para a missão de Perthshire. Ao chegar a Perth fui chamado por uma senhora presbiteriana, Ana Simpson, que havia mais de uma semana se achava na maior ansiedade, almejando falar com um padre, porque uma das suas amigas, chamada Maloy, lhe tinha aparecido durante muitas noites, suplicando-lhe pedir a um padre que pagasse uma pequena quantia (três xelins e dez pence) que a falecida ficara devendo. Não havia outra indicação.

Pus-me a investigar e descobri que uma senhora desse nome havia falecido e que fora lavadeira num regimento. Acabei por encontrar o vendeiro onde ela comprava e perguntei-lhe se uma mulher por nome Maloy lhe devia alguma coisa. Consultou seus livros e disse-me que ela lhe devia três xelins e dez pence. Paguei essa quantia. A senhora presbiteriana veio visitar-me para me dizer que as aparições haviam cessado.”<sup>17</sup>

Esses exemplos de mortos a voltarem para seus negócios pessoais são absolutamente significativos e completamente inegáveis. Acrescentar-lhes-ei ainda o seguinte, tomado da obra tão documentada de Bozzano *Les Phénomènes de Hantise* (Fenômenos de Assombração). Extraiu-o ele do livro bem conhecido de Robert Dale Owen *The Debatable Land*<sup>18</sup> (pág. 226).

O autor precede o caso com estes esclarecimentos:

“Soube do caso seguinte pela própria Srta. V., durante o inverno de 1869-1870, obtendo seu pleno consentimento para publicar os nomes e as datas. Entretanto, quando a Srta. V. falou com a tia a respeito disso, esta manifestou o temor da notoriedade que resultaria para seus nomes. A Srta. V., por conseguinte, teve que retirar o consentimento dado.”

Robert Dale Owen prossegue nestes termos:

“Uma senhorita das minhas relações, jovem e ilustrada, pertencendo a uma das mais antigas famílias de Nova Iorque e que indicarei pela inicial de Srta. V., tinha ido passar uns quinze dias em casa de uma tia, proprietária de uma casa muito grande e muito velha, colocada à margem do rio Hudson. Essa moradia, como muitos castelos europeus, tinha a reputação de ser assombrada. Falavam disso em família o menos possível, mas não se serviam do tal quarto, a não ser em casos excepcionais. Durante a estada da Srta. V., chegaram justamente muitos hóspedes e em tão grande número que não havia mais quarto disponível e a tia perguntou à sobrinha se se sentia com coragem para dormir no quarto assombrado, cedendo o que ocupava, por uns dois ou três dias e arriscando-se a receber a visita de um fantasma. A Srta. V. consentiu sem hesitar, acrescentando que as visitas das almas não a incomodavam muito.

À noite a Srta. V. deitou-se e adormeceu sem a mínima preocupação. Despertou à meia-noite e viu a forma de uma mulher já madura a passear pelo quarto; estava trajada com um vestuário muito limpo de criada de quarto, era porém de feitio muito antigo.

A princípio, a Srta. V. não se assustou de modo nenhum, supondo tratar-se de uma empregada que tinha vindo buscar alguma coisa; mas, refletindo, lembrou-se de que tinha fechado a porta com a chave. Esse pensamento fê-la estremecer e seu medo aumentou quando viu a forma aproximar-se do leito, inclinar-se para ela, esforçando-se em vão por falar. Apoderando-se dela um verdadeiro pavor, a Srta. V. escondeu o rosto debaixo dos lençóis, e quando, passado um momento, olhou de novo, o fantasma havia desaparecido. Pulou então fora do leito e correu à porta; achou-a fechada e com a chave na fechadura.

Algum tempo depois, estando em casa de uma das suas amigas íntimas, que se ocupava de Espiritismo, ela teve a curiosidade de tomar parte nas experiências. Ora, certa noite manifestou-se uma entidade que disse chamar-se Sarah Clarke, nome desconhecido das experimentadoras. Essa per-

sonalidade explicou que, havia muito tempo, fora criada de quarto em casa da tia da Srta. V., e que, quando esta tinha estado de visita à sua parenta, ela havia tentado inutilmente falar-lhe, a fim de acusar-se de furtos feitos em prejuízo da tia e implorar o seu perdão. Ela acrescentou que o desejo de confessar sua falta era tão forte que a obrigava a assombrar o quarto que havia habitado durante sua vida.

Disse depois que, em vida, subtraíra diversos objetos da casa, entre os quais um açucareiro de prata e outras coisas, que enumerou. Ela concluiu, dizendo que conservaria um reconhecimento eterno à Srta. V. se quisesse comunicar à tia seu pedido, expressando seu profundo arrependimento e implorando seu perdão.

Na primeira ocasião, a Srta. V. perguntou à tia se por acaso tinha conhecido alguma Sarah Clarke.

– Certamente – respondeu ela –, foi uma criada de quarto que tivemos há trinta ou quarenta anos.

– Que gênio tinha?

– Era boa, trabalhadeira e fiel.

– Durante o tempo que esteve consigo nunca deu por falta de objetos de uso na mesa e que eram de prata?

Depois de refletir um momento, a senhora de idade exclamou:

– Sim, lembro-me agora; naquela época desapareceram, de modo inexplicável, um açucareiro de prata e vários objetos desse gênero.

– Nunca suspeitou de sua criada de nome Sarah Clarke?

– Nunca. É verdade que ela entrava com toda franquia na casa toda; mas todos nós sabíamos que era muito honesta e acima de qualquer suspeita.

A Srta. V., então, participou à tia a comunicação mediúnica e verificaram que a lista dos furtos, dada pelo pretendido espírito de Sarah Clarke, concordava com os objetos efetivamente furtados na casa da tia. Depois dessa descoberta, a

velha senhora limitou-se a declarar que “se Sarah Clarke era realmente a culpada, ela lhe perdoava com muito gosto”.

O remate mais notável desse episódio é que, desde aquele dia *as manifestações cessaram no quarto assombrado* e Sarah Clarke não apareceu mais a ninguém.

Repito que afirmo a veracidade dos fatos, conhecendo eu pessoalmente as duas protagonistas.

Neste exemplo, além da prova manifesta das relações de causalidade entre essa idéia fixa da morta e os fenômenos de assombração, prova confirmada pelas palavras da entidade comunicante, que “o desejo de confessar sua falta era tão violento que a obrigava contra a sua vontade a assombrar o quarto que habitara em vida”, é preciso também notar a “contra-prova” muito importante da cessação imediata das manifestações no quarto assombrado depois que o Espírito assombrador teve atendido o seu desejo imperioso de obter o perdão.”<sup>19</sup>

Este fato, tão exatamente averiguado, instrui-nos como todos os precedentes sob mais de um ponto de vista. As observações são numerosas em demasia para que não sejam tomadas em consideração: aparições de mortos ligadas a sonhos e reclamando certos préstimos, dando recados a serem feitos, poderíamos dizer. É muitas vezes difícil, para não dizer impossível, atribuir esses incidentes a alguma auto-sugestão, a alguma recordação, a algum ato do subconsciente do sonhador. Na pequena relação que vamos assinalar, o autor atribui o fato, não ao morto, porque não admite os fantasmas, mas a um gênio, a um espírito, o que também não é demonstrado.

Eis o fato. Não deve ser desprezado por ter-se dado no XVII século. Dizem muitas vezes: “É história muito velha”. Mas pensam realmente que Montaigne, Descartes ou Molière observavam pior do que nós? O abade de Villars, autor de *O Conde de Gabalis* (1670), conta que soubera a história pela própria observadora, a Marechala de Grancey.<sup>20</sup>



“Um gênio se lhe apresenta durante o sono sob a figura do seu falecido esposo. Seu discurso não foi longo; disse-lhe simplesmente:

– Senhora, mande dar buscas no meu guarda-roupa; há no bolso dos meus calções uma carta que é da maior importância para um dos nossos bons amigos; trate de queimá-la.”

A marechala quis interrogá-lo sobre o outro mundo; o fantasma desapareceu sem lhe responder. Ela despertou toda perturbada, chamou pelos criados, correndo todos para junto do seu leito; contou seu sonho. Mandou despertar o criado de quarto do falecido marechal, o qual ficara na casa depois da morte do seu amo. Acudiu para receber as ordens da Sra. de Grancey. Ela perguntou-lhe se tinha ficado alguma vestimenta do marechal no seu guarda-roupa; ele respondeu que não e que delas se tinha aproveitado. A marechala ordenou-lhe de fazer novas pesquisas minuciosas. Foi e voltou de mãos vazias. Mandaram-no de novo e não foi mais feliz. Porém, finalmente, tendo lá ido uma terceira vez pelas solicitações insistentes da sua patroa, tanto procurou que descobriu no canto mais escuro do guarda-roupa, no meio de um monte de restos e trapos, umas velhas bragas de tafetá preto com ilhoses, como se usavam antigamente. Apresentou esses calções à marechala; esta enfiou a mão num dos bolsos, daí tirando uma carta que abriu e, compreendendo-lhe a importância quando a leu, atirou-a ao fogo, para poupar a um amigo da casa os pesares que sofreria se fosse divulgada.”

O narrador não quer que seja o marechal, ele mesmo, quem tenha aparecido à mulher e atribui o fato a um espírito, a um gênio (essa recusa nos recorda nossas reflexões a respeito de Lorde Brougham e do Marquês de Rambouillet, relatos citados páginas atrás). Quanto a mim, conto o fato como me foi relatado, convidando meus leitores a compará-lo com outros análogos. Instruamo-nos sem idéia preconcebida, mas sejamos lógicos. Nesta observação, como nas precedentes, não será mais provável ser a alma do morto que outro qualquer espírito?

Esses exemplos nos mostram mortos a voltarem por causa de negócios íntimos pessoais, para reclamarem o pagamento de

dívidas desprezadas ou para confessarem furtos de que eram responsáveis. Muitos outros tenho sob as vistas e mais ou menos semelhantes. Desenvolvamos nosso plano e julgemos também os testemunhos de descobertas, não de dívidas para saldar, porém de valores revelados por indicações póstumas.

A manifestação seguinte, três dias depois da morte, parece bem estabelecida. Foi-me comunicada de Hyères, no dia 31 de maio de 1899. Esse relato foi feito ao narrador por uma vizinha, digna de estima sob todos os pontos de vista “simples, verdadeira e sincera”. Disse ela:

(CARTA 710)

“Havia três dias que tínhamos perdido nosso pai, falecido subitamente (congestão cerebral). Como o hábito em casa era que nosso pai fosse encarregado de todas as despesas, só ele tinha em mão o dinheiro, guardando-o e colocando-o, conforme suas idéias um pouco esquisitas, em certos lugares mais ou menos ocultos aos nossos olhos.

Depois das exéquias, quando quiseram pôr tudo em ordem, minha mãe, desejando pagar contas urgentes, pôs-se a procurar a quantia que servia para o comércio da casa ou para qualquer outra necessidade, a qual, com certeza, tinha sido escondida por meu pai em algum lugar. Essa quantia devia ser um tanto importante.

Toda a família, composta de minha mãe, de mim mesma e de dois rapazes, se pôs a procurar a dita quantia. Procuramos desde as águas furtadas até o fundo da adega, sem resultado, tal qual se não tivéssemos procurado nada. Minha mãe estava desesperada, contando com esse dinheiro para continuar nosso comércio e para valer-nos nas outras despesas; não sabíamos mais a que santo pedir e estávamos todos na mais profunda aflição.

Na terceira noite, entre onze horas e meia-noite, ouvi subitamente passadas a descer as escadas que iam ter às águas furtadas, onde ficava o feno; essas passadas pararam no patamar para o qual abria a porta do meu quarto e, imediatamente, ouvi suspender o trinco e guinchar a porta. E logo a

voz bem conhecida de meu pai ressoou aos meus ouvidos, chamando-me por três vezes:

– Batistinha, minha filha.

Como bem pode imaginar, eu estava mais morta do que viva. Como minha prima estava deitada perto de mim, empurrei-a com toda a força que me restava, tentando acordá-la; foi inútil: ela não se mexeu. Respondi então ao meu pai, mas com a voz tão emocionada que só com muita dificuldade pude articular estas duas palavras:

– Meu pai!

– Escuta, minha filha – respondeu-me ele –; desde que os deixei, estão vocês nos maiores apuros e nas mais terríveis angústias por causa desse dinheiro que vocês não podem achar. Pois bem! ele está numa antiga caixa de despachar laranjas; essa caixa está no quarto, atrás da cozinha. Ali, nessa caixa, que tem divisões, há de um lado sementes de diversas espécies, em saquinhos, e no outro, bem no fundo, debaixo de trapos, está o dinheiro que lhes causa tanta tribulação!... Adeus, minha filha...

É inútil acrescentar que toda a família levantou-se imediatamente e alguns minutos depois agarrávamos o pecúlio.

Tal é a narração da qual nada tiro, assim como nada lhe acrescento.

*Hilarion Marquand*  
Proprietário. Praça das Palmeiras nº 34.”

Como tivesse, no meu inquérito habitual, pedido ao autor que obtivesse confirmação dessa narração, recebi a resposta seguinte:

(CARTA 719)

“Muito feliz por satisfazer seus desejos, esta manhã fui ao jardim da viúva Eugênio Ardouin, de solteira Batistinha Pons; estava ocupada a colher morangos. Em duas palavras expliquei-lhe qual o fim da minha visita.

Participei-lhe a carta que tive a honra de lhe escrever, perguntando-lhe se era bem igual ao que ela me tinha relatado a

respeito da aparição de seu pai. Respondeu-me que “era isso mesmo”.

Disse-lhe então:

– É preciso que me faça um obséquio; deve enviar ao Sr. Flammarion uma narração bem simples do fato, tal como dele ainda se pode lembrar.

Ela sorriu, dizendo-me que isso não era possível, pois não sabia escrever! Fiquei desgostoso com isso. Fi-la repetir ainda como se passara o fato; ela contou-mo com boa vontade, mas denotando bastante emoção.

– Estava bem certa de não estar a dormir?

– Oh! bem certa, o barulho que ele fez, descendo os degraus das águas furtadas, era muito forte; ter-se-ia dito que arrastava correntes consigo.

– Mas como é que seu quarto de dormir, sobretudo o quarto de uma jovem, só estava fechado com o trinco?

– Oh! meu Deus! – respondeu ela – em casa não era costume fechar as portas.

– E a tal quantia – disse-lhe eu também – de que importância era?

– Era de 1.500 francos. Parece-me que ainda vejo essa caixa velha, toda carcomida, cheia de saquinhos de sementes de um lado e do outro a quantia que tanto nos tinha incomodado.

Acrescentei enfim:

– Não seria a grande vontade de descobrir esse dinheiro que a teria feito sonhar com a quantia e com seu pai?

– Não, não – tornou ela –, eu era menina demais naquele tempo para pensar em coisas tão positivas como o dinheiro. E depois, como poderia esse desejo fazer descobrir o esconderijo?

Tal é o fato aqui ocorrido, querido mestre. Não é para adúlá-lo, mas admiramo-lo demais para termos a idéia de modificar em alguma coisa os documentos que lhe submetemos para instruir a Humanidade.

*Marquand.*”

Mais de uma descoberta desse gênero foi feita por sonhos. Seria um sonho? A narradora declara que estava acordada, que ouviu barulho de passadas, que a porta do quarto se abriu, que não viu, mas ouviu seu pai e que ele lhe revelou o esconderijo, *só dele conhecido*. Parece-me contudo que isto se passou em sonho; o que não exclui a intervenção do pai. Audição subjetiva, mas real, determinada pelo morto.

No meu desejo de só considerar o que é certo, assinalei (tomo II) um curioso incidente do arrebatamento de um anel do dedo de um moribundo, devendo ele ser atribuído mais a vivos do que ao morto. Uma carta do General Berthaut (de 22 de julho de 1921) convida-me a tratar de novo desse fato, no 3º volume. “Há nisso – escreve-me ele – uma aparição em sonho, bem caracterizada, depois da morte, pois que encontra sua confirmação na confissão subsequente. Os fatos desse gênero são preciosos para a tese da sobrevivência, mas são, infelizmente, os menos numerosos.” (carta 4.583).

Obedeço com prazer a esse convite, pedindo simplesmente ao leitor para ler de novo, com atenção, as páginas de 299 a 301.

Parece, com efeito, mais ou menos certo que o irmão manifestou-se à irmã em sonho, cerca de dois meses após a morte.

O General Berthaut já me havia comunicado em setembro de 1920 a observação seguinte, extraída do *Essai de Psychologie Physiologique*, de G. Chardel, conselheiro do Supremo Tribunal, antigo deputado do Sena (Paris, 1841):

(CARTA 4.270)

“Durante os motins da Bretanha morreu na aldeia de la Garenne, perto de la Chèse, um tecelão chamado João Goujon. Era viúvo, sem filhos, e deixava sua choupana deserta e abandonada. Estava-se no tempo da colheita. Uma rapariga de 19 anos, voltando dos prados, ia entrar na herdade vizinha, quando recuou soltando gritos porque via, dizia ela, João Goujon a olhar para ela, deitado e atravessado na soleira da porta. Pediu que mandassem dizer missas em sua inten-

ção, indicando para isso o dinheiro que havia ocultado no canto da lareira, atrás de uma pedra. O dinheiro foi achado e as missas foram rezadas.”

Teria sido interessante saber *como* foi feito esse pedido. Seria uma voz interior que ela ouviu? Somos hoje algum tanto exigentes para nos instruímos exatamente, tanto mais quanto as manifestações tomam todas as formas. Em todo caso, esse incidente tem o seu lugar neste capítulo.

Um pai aparece ao filho no momento de uma grande perplexidade. Leiamos a carta seguinte de uma certa Sra. P. (que deseja não ver seu nome divulgado) ao Sr. Myers.<sup>21</sup>

“Casada em 1867, minha vida foi tranqüila e feliz até o fim do ano de 1869, quando a saúde do meu marido se alterou, tornando-se ele de gênio irritável. A todas as minhas perguntas ele respondia evasivamente. Na véspera de Natal, pelas 9 horas e meia, meu marido se deitara, deixando aceso o lampião, porque eu ficara um instante perto do berço de minha filhinha, quando de repente, com grande espanto meu, vi um homem fardado de oficial de Marinha, com um chapéu pontudo em cima da cabeça... Para mim, seu rosto ficava na sombra, tanto mais quanto apoiava o cotovelo na cabeceira da cama, sustentando a cabeça na mão. Perguntei-me a mim mesma quem podia ser esse homem; toquei meu marido no ombro, pois ele estava voltado para o lado oposto, e murmurei-lhe:

– Willie, quem é este homem?

Ele virou-se, olhou estupefato o intruso, depois, levantando-se de repente, gritou-lhe:

– Que vem fazer aqui?

A forma levantou-se lentamente, depois, com voz imperiosa e descontente, pronunciou:

– Willie! Willie!

Olhei meu marido. Tornara-se lívido e na maior agitação; levantou-se da cama como para assaltar o estranho, mas imediatamente ficou perplexo ou apavorado, enquanto a

sombra atravessava o quarto, impassível e solene, dirigindo-se em ângulo reto para a parede. Quando passou diante do lampião, uma sombra escura projetou-se na parede e sobre nós mesmos, como se fosse um ente vivo; apesar disso, o fantasma desapareceu de maneira misteriosa através da parede. Meu marido, sempre agitado, tomou o lampião, dizendo:

– Quero percorrer a casa e ver onde ele foi.

Eu estava também muito agitada; entretanto, lembrando-me de que a porta estava fechada e que o misterioso visitante não se tinha dirigido daquele lado, observei:

– Mas ele não saiu pela porta!

Todavia, meu marido puxou os ferrolhos, abriu a porta e foi passar revista na casa. Tendo ficado sozinha no escuro, eu pensava: “Vimos uma aparição. Que anuncia ela? Talvez esteja doente meu irmão Artur (era oficial de Marinha e estava de viagem para a Índia). Sempre ouvi dizer que estas coisas acontecem.”

Estava a refletir, apertando nos braços a minha filhinha, que acordara, quando vi voltar meu marido, mais lívido e mais agitado do que nunca. Sentou-se à beira do leito, passou-me o braço pelo corpo e murmurou:

– Sabes quem vimos?

– Sim – respondi eu –, um espírito; receio que se trate de Artur, mas não lhe pude ver o rosto.

Sentou-se e respondeu:

– *Era meu pai!*

O pai de meu marido falecera havia 14 anos; quando moço, fora oficial de Marinha, depois, por motivos de saúde, tivera de abandonar a carreira antes do nascimento do meu marido e este só o vira fardado uma ou duas vezes. Quanto a mim, não o conheci.

No dia seguinte contamos o caso ao nosso tio e à nossa tia e todos pudemos notar que a agitação do meu marido não se acalmava.

À medida que se passavam os dias, ia definhando o meu marido e teve que deitar-se, gravemente doente. Foi somente naquele momento que me pôs gradualmente a par do seu segredo. Desde algum tempo estava em grandes embaraços financeiros; e quando lhe apareceu o pai ele ia deixar-se dominar pelos maus conselhos de um homem que o teria levado à ruína, talvez a coisa pior ainda. Não me posso impedir de ver nisso um aviso providencial, trazido ao meu marido por meio da voz e das feições daquele que mais venerara em sua vida e ao qual, unicamente, teria obedecido.”

O marido da narradora respondeu ao inquérito:

“Não acrescentarei pormenor nenhum à narração de minha mulher; é rigorosamente exata e os fatos se sucederam exatamente como foram descritos.”

Trata-se aí da aparição de um fantasma que se mostra sabedor dos negócios do filho, estando desse modo a par dos fatos *acontecidos depois da sua morte*, mas que *estavam no espírito desse filho*. Mas o fantasma foi visto primeiro justamente pela percipiente que ignorava os fatos em questão.

O Sr. Bozzano faz notar que a hipótese telepática não deve ser totalmente excluída na explicação desse caso, se bem que se apresente de maneira demasiado complexa e emaranhada para ser facilmente aceita.

Seria necessário, com efeito, supor que o marido da percipiente, estando na iminência de aventurar-se numa empresa perigosa para a honra, tivesse pensado instintivamente na memória respeitada do pai, provocando assim uma alucinação telepática correspondente na mulher, a qual, por sua vez, dirigindo a atenção do marido para sua própria objetivação, lha teria transmitido; de modo que este último, preso de remorsos ao ver o fantasma paterno, teria sido vítima de uma auto-alucinação complementar *verbal*, pela qual o fantasma o censurava com tom imperioso e descontente, auto-alucinação que o marido teria “retelepatizado” à mulher?

Isto é muito complicado! Não será mais simples admitir a intervenção do pai morto, embora seja incompreensível? Tratava-



se também aqui de um negócio financeiro e sobretudo de uma situação desesperada do filho. Esse fantasma apresenta-se como real, fazendo sombra e desaparecendo através da parede (4ª dimensão).

Poderíamos juntar a essa observação mais de uma manifestação análoga. Um homem prestes a naufragar, com seu barco, é salvo do perigo por um protetor morto desde muito tempo. Aksakof nos contou como o navio “Harry Booth”, comandado pelo Capitão Drisko, que o narrou, foi salvo do naufrágio durante a travessia entre Nova Iorque e Dry Tortugas, em 1865. Eis as passagens essenciais da sua narração:<sup>22</sup>

“Vendo que tudo estava em ordem na coberta, deixei, para me substituir, o meu imediato, oficial digno de toda a confiança, e desci para o camarote a fim de descansar um pouco.

Faltavam dez para as onze quando ouvi distintamente uma voz que me dizia:

- Sobe para a coberta e faze deitar a âncora.
- Quem és tu? – perguntei, correndo para a coberta.

Estava admirado de receber uma ordem. Lá na coberta, encontrei tudo em ordem. Ninguém vira pessoa alguma descer para o meu camarote.

Supondo que eu tivesse sido vítima de uma ilusão de ouvido, tornei a descer. Faltavam dez para meia-noite quando vi entrar no camarote um homem vestido com um sobretudo comprido, cinzento, um chapéu de abas largas à cabeça; olhando-me fixamente nos olhos, deu-me ordem de subir e de deitar a âncora. Nisso afastou-se tranqüilamente e eu ouvi bem seus passos pesados, quando passou diante de mim. Subi novamente para o convés e nada vi de extraordinário. Tudo ia bem. Absolutamente certo de minha rota, não tinha motivo para obedecer ao aviso, viesse donde viesse. Voltei de novo para meu camarote, mas não foi mais para dormir; não me despi e fiquei pronto para subir, se fosse necessário.

Faltavam dez para 1 hora, o mesmo homem entrou e intimou-me, com um tom ainda mais autoritário, de subir ao convés e de mandar deitar a âncora. Reconheci então no in-

truso o meu velho amigo, Capitão John Burton, com o qual eu tinha feito viagens quando rapaz e que me tinha testemunhado grande benevolência. De um só pulo cheguei ao convés e dei ordem de arriar as velas e de ancorar. Estávamos com uma profundidade de 50 toesas. Foi assim que o navio evitou de encalhar nos rochedos de Bahamas.” (pode-se ler os pormenores no *Light* de 1882, pág. 303).

Ilusão do ouvido primeiro; era admissível. Ilusão da vista, em segundo lugar, era um pouco mais forte. Mas será imaginária a aparição definitiva? O acontecimento prova o contrário.

Ação de um defunto, difícil de recusar. Meus leitores não esqueceram certamente o episódio tão característico, análogo ao precedente, o fantasma comandando: “Rumo para noroeste” (*Urânia*, pág. 214).

Aksakof contou também como um testamento importante foi achado por indicação do próprio morto. No 5-17 de julho de 1867, o Príncipe Wittgenstens narrou o fato na carta aqui transcrita:<sup>23</sup>

“Um dos meus amigos, o Tenente-general Barão de Korff, falecido há alguns meses, manifestou-se-me mediunicamente (sem que eu pensasse nada nisso), ordenando-me que indicasse à sua família o lugar onde, por malevolência, haviam escondido seu testamento, num determinado armário da casa onde ele morreu. Eu nem sabia que os herdeiros procuravam sem resultado o dito testamento. Ora, foi achado no lugar exato indicado pelo espírito do defunto. Tratava-se de um documento da mais alta importância para a gestão dos bens da família, assim como para as questões a resolver por ocasião da maioridade dos filhos.

Eis um fato que desafia toda e qualquer crítica.”

Ao registrar este caso notável de comunicação de além-túmulo, acompanhado dos documentos justificativos, Aksakof recorda o do filho do Dr. Davey, revelando que na sua carteira havia 70 libras esterlinas em lugar das 22 declaradas e o exemplo publicado pela Sociedade Dialética de Londres a propósito de uma execução testamentária.

Sob o título: “Identidade da personalidade de um defunto verificada pela comunicação de fatos que só puderam ser conhecidos do próprio defunto e que só ele pôde comunicar”, ele cita um certo número de observações características, dentre elas a seguinte:

A Sra. G., mulher de um capitão de tropas regulares dos Estados Unidos, habitava em 1861 a cidade de Cincinnati, com o marido. Em dezembro de 1863, o irmão do seu marido, “Jack” como lhe chamavam familiarmente, faleceu subitamente. Em março de 1864 a Sra. G., fazendo por curiosidade experiências de Espiritismo, percebeu que era médium e o nome de Jack lhe foi dito por meio de pancadas repetidas; a Sra. G. perguntou-lhe se desejava alguma coisa. A resposta foi uma série de dívidas para pagar, cuja especificação ocupa duas páginas da obra precitada. Esse mesmo capítulo contém vários outros testemunhos de identidades. Mas, destes, possuímos demasiada quantidade.

O célebre magnetizador Deleuze, que era, como se sabe, bibliotecário do Museu de História Natural de Paris, e cujas principais obras os nossos leitores conhecem certamente, apresentou a observação seguinte como testemunho de aparição de morto:<sup>24</sup>

“Acabo de ter um exemplo disto; ei-lo:

Uma jovem, sonâmbula, que havia perdido seu pai, viu-o duas vezes, muito distintamente. Veio em sonhos dar-lhe conselhos importantes. Depois de haver feito elogios da sua conduta, preveniu-a de que ia apresentar-se para ela um casamento, o qual pareceria conveniente, e que o rapaz lhe agradaria, mas não seria feliz se com ele casasse, aconselhando-a a recusá-lo. Acrescentou que se não aceitasse esse casamento, outro se apresentaria pouco depois e que tudo estaria concluído antes do fim do ano. Estavam no mês de outubro.

O primeiro rapaz foi apresentado à mãe, mas a filha, impressionada pelo que o pai lhe dissera, o recusou. Um segundo, chegando na província, foi apresentado à mãe, por amigos. Pediu a moça em casamento e este foi marcado para o dia 30 de dezembro.”

Eis um sonho premonitório como já publiquei muitos. Geralmente têm como causa produtora o próprio sonhador. Mas neste caso? Não está indicada aí a ação do pai?

Ainda outro exemplo: Um defunto, mal apenas enterrado, vem fazer uma revelação pessoal de interesse para o filho e a filha. O exame desse caso foi demonstrado com um cuidado especial, por Hodgson, e foi publicado por Myers no tomo VIII (pág. 200) dos *Proceedings of the S. P. R.* e em *Human Personality*, II, pág. 36, e ainda por Bozzano nos *Annales des Sciences Psychiques* de abril de 1910. Eis em resumo a sua narração. Estamos aqui nos Estados Unidos.

“A 2 de fevereiro um tal Michel Coulay, rendeiro, residente nos arredores de Iônia, foi encontrado morto numa cocheira da hospedaria Jefferson. Após o inquérito regular, feito sob a direção do juiz, o Sr. Hoffmann, o cadáver foi colocado no caixão, esperando a hora do enterro. A roupa toda enlameada, com que estava vestido, foi atirada no quintal.

A filha do morto, ao saber da morte do pai, caiu sem sentidos e, ao refazer-se, exclamou:

– Onde está a roupa de nosso pai? Ele me apareceu vestido de camisa branca, de casaco preto e com chinelas de cetim; *tinha cosido um pacote de notas de banco na camisa cinzenta* e serviu-se para isso de um pedaço de fazenda encarnada, cortado de um velho vestido meu, e *ele me previne de que o dinheiro ainda está lá, onde ele o pôs.*

Em seguida desmaiou novamente.

As pessoas da família só viram nisso uma alucinação. Entretanto o doutor aconselhou-os a mandarem buscar a dita roupa, com o fito de acalmar a excitação da doente. O filho telefonou ao juiz Hoffmann, que a achou ainda no quintal. Sua irmã descrevera exatamente a roupa com que tinham vestido o defunto e até as chinelas, se bem que não tivesse tornado a ver seu pai depois da sua morte e que os íntimos só lhe tivessem visto o rosto através da tampa do caixão. Acharam a camisa cinzenta e na parte interior do peitilho um pacote de notas de banco (35 dólares) cosido num pedaço de

fazenda encarnada igual à do vestido da sua irmã. Os pontos eram grandes e irregulares como se tivessem sido feitos por mão inexperiente.

O Rev. Amos Crum, pastor de Dubuque, enviou um atestado desses fatos, com pormenores complementares confirmados também pelo juiz Hoffmann, pelo Rev. R. A. Green, os Srs. Ham e Carver, proprietário do jornal *The Herald*, o Sr. H. L. Sill, redator desse mesmo jornal, e a Sra. George Brown, mulher do rendeiro, concidadãos da família Coulay.”

Essa narração foi investigada cuidadosa e imediatamente; mostra-nos que o defunto comunicou dois fatos essenciais, um deles (a roupa com que foi sepultado) só era conhecido das pessoas estranhas à vidente e o outro (a existência do bolso interno e do dinheiro nele encerrado) só era conhecido dele mesmo.

A aparição do pai e a visão lúcida da filha são dois fatos tão notáveis um quanto o outro.

Os testemunhos de identidade são raros e preciosos; rejeitá-los de ânimo assentado não é método honesto. Alguns há particularmente respeitáveis. Podemos, parece-me, ter os seguintes em alta estima.

O Sr. de la Roulière, no castelo das Loges (Saint-Christophe-sur-Roc, nas Duas Sevres), escrevia-me em data de 16 de julho de 1920:

(CARTA 4.200)

“No ano passado tive a desgraça de perder uma filha de 24 anos. Era muito boa. Morreu como uma santa. Também tinha um filho que foi morto em Douaumont. Era encantador, muito bom. Ora, minha prima, a Srta de G. me disse um dia:

– Não se aflija assim pela morte dos seus filhos. Estão muito felizes. Suas almas estão na luz, estão conhecendo a perfeita felicidade. Sua querida filha falou-me outro dia. Ela me disse:

– Meu pobre *papaizinho* chora por mim; diga-lhe que estou muito feliz. Ele tentou cumprir uma promessa que me havia feito, mas não a cumpriu.

– Como? Que promessa é esta?

– Fale disso com meu *papaizinho*; bem saberá o que quer dizer.

Fiquei estupefato com estas palavras da minha prima. Com efeito, na véspera da sua morte, rezava meu rosário com minha filha, que me fez este pedido:

– Meu *papaizinho*, prometa-me rezar dez rosários todos os dias em minha intenção.

Ao cabo de um mês deixei de fazê-lo. Ninguém neste mundo sabia dessa promessa. Como pôde sabê-la minha prima? Foi, pois, minha filha quem lho disse. Eu respondi à minha prima:

– É verdade; mas eu perdi o rosário que minha filha me havia dado.

– Venha a minha casa hoje à noite; eu lhe darei outro.

Minha prima tomou uma caixinha, onde havia 20 ou 25 rosários que dava às crianças das irmãs de caridade, e ofereceu-me um, cor de prata.

– Ah! – disse ela – sua filha não quer que eu lhe dê este rosário, pois sinto uma resistência na mão.

Minha prima deu-me outro, preto.

– Oh! – fiz eu – é curioso. Este rosário preto é absolutamente igual ao que minha filha me tinha dado.

Era exato. Tornei a achar esse rosário. Explique isso, Sr. Flammarion.

Outro problema. Meu filho foi morto no dia 4 de março de 1916 diante de Douaumont. Minha prima me disse um dia:

– Meu pobre primo, você acredita que João está prisioneiro. Pois não é isso. Ele foi morto por um tiro no coração. As últimas palavras que disse foram: “Ah! Renata! Minha pobre mulher...”

Dois meses depois a ordenança de meu filho (prisioneiro na Alemanha) escrevia-me: “Seu filho, meu valente tenente, caiu a dez passos de mim. Disse quando caiu: “Ah! Renata! minha pobre mulher!”

Como pôde minha prima saber quais foram as últimas palavras que me foram transmitidas, por carta, três meses após a sua morte?

Desde aquele dia, sem ser o que se chama espírita, creio no Espiritismo.

*Dr. de la Roulière.”*

Penso, com meu honrado correspondente e com sua parenta a Marquesa de G., que me fez a honra de vir, ela mesma, expor-me suas experiências, que a intervenção da jovem e religiosa defunta é digna de atenção. As coisas se passaram como se ela mesma tivesse vindo lembrar a promessa feita por seu pai. E como este não estava ali, tiveram que preveni-lo. mas pode o Sr. de La Roulière ter absoluta certeza que nunca falou com sua prima da conversa realizada no leito de morte de sua querida filha? Não poderá também ter havido telepatia entre os seus cérebros? Não parece haver aí uma ambiência muito humana?... Vê-se como devemos ter cuidado ao tratar desses estudos para obtermos conclusões seguras.

O episódio do filho morto no campo de honra mereceria igualmente uma explicação adequada. A ciência psíquica está toda por criar.

Na manifestação seguinte, um morto se revolta contra uma acusação injusta. Este caso foi-me assinalado de Curitiba (Brasil) a 21 de maio de 1921, na carta que se segue:

(CARTA 4.511)

“Meu querido mestre:

Não devem, todos os homens que pensam, auxiliá-lo em sua obra, qualquer que seja a latitude a que pertençam?

Considero como um dever comunicar-lhe que o fato abaixo relatado se deu no Rio de Janeiro, há alguns meses, e causou muita bulha.

Trata-se da morte de um oficial de Polícia que tinha a seu cargo vários artigos militares, cujo desaparecimento foi verificado depois da sua morte. Esse fato provocou uma reunião de oficiais superiores para decidir qual a parte de responsabilidade que caberia à viúva.

Estava essa reunião em plena animação, não se mostrando favorável ao morto, quando, súbito, *uma pancada de extraordinária violência foi dada na mesa e tão forte que os tinteiros foram atirados ao chão.*

Foi verificado mais tarde que o morto não tinha responsabilidade alguma no desaparecimento dos objetos.

*Gaston Cord' Homme."*

Um dos meus colegas, o Sr. Léon d'Einbrodt, dirigiu-me, a esse respeito, as seguintes reflexões:

“Seria útil saber se a viúva do oficial incriminado assistia ao inquérito, se estava presente no momento em que se produziu essa pancada tão violenta, porque então se poderia crer que foi um efeito do subconsciente dessa senhora, uma explosão de reserva de força psíquica. No caso contrário, seria mais fácil atribuir essa pancada a uma intervenção do seu marido falecido.

Lembro-me de que na sua obra *Vie des Dames Galantes* Brantome conta uma história que parece provar a possibilidade de defender-se com efeitos psíquicos. Uma jovem senhora, vendo seu marido enciumado precipitar-se sobre ela, de espada na mão, só teve tempo de invocar a Virgem e, no mesmo instante, o marido rolou no chão; mas em lugar de se levantar mais furioso ainda, o que teria sido natural, eis esse homem mudado subitamente em anjo, limitando-se a perguntar a sua mulher o que tinha podido salvá-la.”

Todos podem ler esta história em Brantome (Discurso I), onde, indubitavelmente, ninguém a teria ido procurar, se não fosse



a erudição do meu atento correspondente. Adultério e devoção! (não é coisa muito rara...) Houve aí uma ação mental decisiva bastante característica, a qual, com efeito, entra no molde dos nossos estudos.

No inquérito que fiz no Brasil a respeito do caso do oficial de Polícia, tive a confirmação da sua exatidão, mas não pude saber se a viúva estava presente. Podemos perguntar de que modo seu “subconsciente” teria podido dar esse murro extraordinário. Estamos em plena força invisível; a ação do acusado parece ser a mais provável.

Que devemos também pensar da observação seguinte?

“No mesmo dia da sua morte, uma senhora que acabava de falecer ao dar à luz uma criança manifesta-se a uma amiga, dizendo-lhe:

– Morri, mas a criança viverá.

Alguns dias antes ela lhe havia enunciado os temores que tinha pelo seu estado, confessando que tinha medo de morrer. Era no mês de junho de 1879. A narradora é a Sra. Smith, diretora do Jardim da Infância de Amble, Northumberland (Inglaterra).

A aparição deu a volta da cama, afastou-se em direção à porta que estava oculta por um reposteiro e deixou de ser visível. Muito impressionada com essa visão, a Sra. Smith levantou-se para se certificar, correu inutilmente para a saída e chamou pela irmã, deitada num quarto ao lado; esta teve o cuidado de tomar nota do caso no seu canhenho diário. O professor Sidgwick e sua senhora fizeram um inquérito cuidadoso e publicaram o seu relatório. A narradora tinha então 29 anos e gozava perfeita saúde. As crianças foram admitidas na sua escola e tratadas com cuidado especial.”<sup>25</sup>

Já notamos, no tomo II, um caso singularmente semelhante a este: uma jovem mãe, morrendo em Bruges, e seu recém-nascido sendo apresentado, com o irmão mais velho, a sua cunhada, Srta. Lucy Dodson, na Inglaterra. Nesse caso a apresentação foi feita pela mãe da narradora, morta havia 16 anos; mas tomamos o cuidado de indicar que esta aparição não pertence, por isso com

certeza, ao plano do nosso terceiro volume, visto que pode ter havido nesse caso somente uma transmissão de pensamento da agonizante, com associação de idéias (o pensamento produtor de imagens). O fantasma da mãe, apresentando seus dois filhos, se nos depara por conseguinte como manifestação telepática do espírito da parturiente. É o que expusemos acima, ao falar da visão dos fantasmas.

São sempre, como se vê, pessoas mortas que se manifestaram para negócios pessoais. Sua reunião comparativa nos instrui.

Há, por vezes, nessas manifestações póstumas, vinganças, dramas, tragédias. Falta-nos espaço para tudo relatar. Não quisera, entretanto, abster-me de pôr sob as vistas do leitor atento o ato seguinte, de um homem assassinado vindo vingar-se do seu assassino. Esta observação foi feita pelo Sr. Bozzano numa sessão de Espiritismo, à qual ele assistia, e foi publicada recentemente, pois foi necessário esperar, para poder publicá-la, que se desse a morte do... herói do caso.

“Hoje – escreve o Sr. Bozzano <sup>26</sup> – posso falar do caso, no interesse geral das pesquisas metapsíquicas, embora calando o nome da personagem principal.

*Sessão do dia 5 de abril de 1904* – Estão presentes o Dr. Giuseppe Venzano, Ernesto Bozzano, o cavalheiro Perrétti, o Sr. X., a Sra. Giudetta Perrétti e o médium L. P. A sessão começa às 10 horas da noite.

Desde o princípio verificamos que o médium está perturbado por um motivo desconhecido. O espírito-guia Luigi – pai do médium – não se manifesta e L. P. fica com o olhar fixo, com expressão de pavor, fitando o ângulo esquerdo do quarto. Pouco depois liberta-se das mãos dos seus “verificadores”, põe-se de pé e começa uma luta singularmente realista e impressionante contra um inimigo invisível. Solta breve grito de terror, recua, atira-se ao chão, olha com pavor aqui, depois foge para o outro ângulo do quarto, bradando:

– Para trás! Vai-te embora” Não, não quero. Ajudem-me” Socorro!

Não sabendo o que fazer, os assistentes concentraram intensamente seus pensamentos para o espírito-guia Luigi, invocando seu auxílio. O meio é eficaz, pois o médium acalma-se pouco a pouco, considera com menos ansiedade um canto do quarto, depois seus olhos têm a expressão de alguém que observa um espetáculo longe, mais longe ainda. Finalmente solta um longo suspiro de alívio e murmura:

– Já foi! que rosto de bruto!

Logo depois manifesta-se o espírito-guia Luigi, que, exprimindo-se pela boca do médium, nos informa que na nossa sala de sessão achava-se um espírito de má índole, contra o qual lhe era impossível lutar. O intruso que perturbou a reunião sente ódio implacável contra uma das pessoas do grupo. O médium grita, então, com tom de medo:

– Está aqui outra vez! Não posso mais defender-vos. Suspendei a...

Luigi, com certeza, queria dizer: “Suspendei a sessão”; mas já era demasiado tarde. O espírito mau apoderara-se de novo do nosso médium que gritava, os olhos a chisparem de furor, as mãos alçadas na posição de agarrar, imitando o movimento das garras de uma fera impaciente de apoderar-se da sua presa. E a *presa* era o Sr. X., indicado pelos olhares enfurecidos do médium. Um estertor semelhante a um rugido contido saía dos lábios cobertos de baba e, súbito, nosso médium soltou esta apóstrofe:

– Até que afinal encontrei-o, covarde! *Fui soldado na Marinha Real*. Não te recordas do caso do Porto? *Lá, tu me mataste*. Mas hoje vou vingar-me e estrangular-te.

Essas palavras febris eram ditas no mesmo momento em que as mãos do médium L. P. agarravam a garganta da vítima, apertando-a como tenaz de aço. O espetáculo era apavorante. A língua do Sr. X., saía-lhe inteira da boca escancarada, os olhos fora das órbitas. Tínhamos corrido todos a socorrer o desgraçado. Unindo nossos esforços com toda a energia que a situação desesperada nos indicava, depois de

uma luta terrível, corpo a corpo, conseguimos libertá-lo do aperto encarniçado.

Imediatamente o afastamos, empurrando-o para fora e fechando a porta à chave. O médium, exasperado, esforçava-se para romper nosso círculo e correr em perseguição do seu inimigo. Rugia como um tigre. Éramos quatro para contê-lo... Enfim, ele caiu em completa prostração e tombou, abatido, no tapete.

No dia seguinte pusemo-nos a campo para elucidar o caso e recolher informações que nos pudessem confirmar as declarações do “Espírito do Porto”. Estávamos de fato, já perfeitamente certos da veracidade das acusações alegadas, pois era de notar que o Sr. X. não havia de modo algum protestado, quando lhe tinham atirado ao rosto a grave acusação de assassino.

As palavras proferidas pelo espírito furioso me serviram de orientação para descobrir a verdade. Ele havia dito: “Fui soldado na Marinha Real”. E eu sabia vagamente que o Sr. X. tinha sido oficial de Marinha, quando moço, que assistira à *batalha de Lissa* e que depois de sua demissão dedicara-se a empresas comerciais. Baseando-me nesses fatos fui em busca de outros pormenores junto a um vice-almirante reformado, o qual também combatera em Lissa. Por sua vez, o Dr. Venzano foi entrevistar um parente de X. que rompera relações com este desde muitos anos. Ambos recolhemos um maço de documentos que coincidiam maravilhosamente e que, agrupados, chegaram a este resultado:

O Sr. X. servira efetivamente na Marinha Real. Um dia, tendo embarcado num navio de guerra para um cruzeiro de instrução, fizera escala por algumas horas, no Porto (Portugal). Durante a escala, passeando pela cidade, ouviu partindo de uma taverna, um alarido de vozes furiosas de ébrios e percebeu que falavam italiano. Compreendendo que se tratava de uma briga entre marinheiros do seu navio, entrou na sala, reconheceu seus marujos e deu-lhes ordem de voltar para bordo.

Um dos ébrios, mais embriagado do que os outros, respondeu e chegou a ameaçar o seu superior. Irritado pela sua atitude o oficial puxou da espada e enterrou-a no peito do insolente, que morreu logo. Como conseqüência desta aventura, o oficial passou em Conselho de Guerra, foi condenado a seis meses de prisão na fortaleza e, ao terminar o tempo, foi intimado a apresentar a sua demissão.

Eis os fatos; deles se depreende que o espírito perturbador não havia mentido. Revelara exatamente seu ofício de marinheiro na Marinha Real italiana. Tinha recordado seu assassinio pelo Sr. X. Além disso, declaração particularmente notável, indicara com precisão o lugar de sua morte, o teatro do drama: havia designado o Porto.

Um inquérito mais completo nos confirmou a autenticidade de todas essas circunstâncias. Qual a hipótese pela qual poderíamos explicar uma concordância de fatos tão impressionantes, entre os que nos foram revelados na sessão de 5 de abril de 1904 e os que se desenrolaram em Portugal, muitos anos antes?

*Ernesto Bozzano.*”

Esta é, indubitavelmente, uma manifestação bastante dramática. Não vejo qualquer objeção, a não ser imaginar que os remorsos do oficial puderam criar um fantasma no espírito do médium! coisa pouco provável. Conhecemos ameaças, talvez mais ferozes ainda, e que receberam um começo de execução na pessoa do Dr. Gibier.

É tempo de interrompermos esta apresentação especial dos “mortos que voltam para negócios pessoais”. Assim como em todos os nossos capítulos, este poderia ser três ou quatro vezes mais extenso ainda, em fatos demonstrativos. Os que acabamos de julgar são amplamente suficientes para provar que mortos se manifestaram com um fito pessoal, assim como os mortos reunidos no capítulo precedente voltaram para obedecer a promessas feitas. Parece-nos que esses negociozinhos da vida terrestre não deveriam mais preocupar os que se foram e que deveriam gozar de um descanso eterno (*Requiem æternam dona eis Domine*),

sim, *parece-nos*; mas assim não é. Vivem sempre. A possibilidade de comunicações com mortos apresenta-se tão indiscutível como a das comunicações telepáticas entre vivos. Entre os exemplos eliminados deste capítulo, por falta de espaço, devo assinalar (poder-se-á lê-lo no livro *As Casas Mal-assombradas*) o do Sr. Sainte-Foix, pai do tradutor de *La Mystique* de Gorres, que foi atormentado pela alma de um dos seus parentes até que chamasse a si a tutela de seus filhos. Essas manifestações são irrecusáveis e a dúvida não é mais possível.

Os diversos fatos de observação, apresentados neste capítulo, mostram-nos mortos que vieram para negócios pessoais. A única objeção que se ergue diante de nós, para sua interpretação, é a parte desconhecida que os vivos podem ter tido, sem o saberem, nessas curiosas manifestações. Estes três primeiros capítulos estabelecem claramente o problema e suprimiram essa objeção na maioria dos casos.

Admitindo naturalmente que não conhecemos atualmente toda a extensão das faculdades humanas, no homem vivo, podemos logicamente atribuir-lhe a propriedade de tudo que ignoramos e supor uma falsa interpretação perpétua do que se apresenta como sendo realidade? Recapitulemos. O desconhecido que veio bater no lustre, conforme sua predição formal, parece bem ter sido o falecido Sirchia; o fantasma visto e reconhecido pelo Sr. e Sra. Ballet Gallifet foi bem identificado; a boa mulher do café de Nantes veio mesmo anunciar que tinha morrido desde dois dias; o pretense suicida Roberto Mackenzie veio, com efeito, desculpar-se da falsa acusação; o arranhão do cadáver da jovem americana era bem real; a esposa do Sr. Bossan, Agostinha Chabert, falecida em Grenoble, manifestou-se realmente em Nancy; o amigo de Lorde Brougham cumpriu sua promessa, aparecendo-lhe; a velha senhora de capa foi mesmo vista e reconhecida; o colega defunto do Cônego Bouin empurrou-o mesmo pelo ombro; o esqueleto de Adams fez mesmo bulha; o cantor Russell apareceu mesmo; o Bispo de Argel, Pavie, pagou mesmo uma dívida revelada por um morto; Sarah Clarke apareceu mesmo para se acusar de um furto; um pai morto havia 14 anos mostrou-se mesmo a sua mulher e a sua filha; o Capitão Drisko evitou

mesmo um naufrágio por obedecer a uma ordem vinda do exterior; a amiga da Sra. Smith, morta ao dar à luz, garantiu bem o futuro dos seus filhos; e, quanto ao nosso último exemplo, a vingança do marinheiro, foi igualmente bem espontânea, tão inesperada quão desagradável. Que os vivos, os assistentes, os experimentadores destas cenas sejam os autores de tais manifestações parece hipótese não somente inverossímil, mas ainda inadmissível na maioria dos casos. Como já notamos, um fato incompreensível é sempre um fato; porém uma explicação incompreensível não é uma explicação.

Vê-se que o inquérito aberto para o estudo desses problemas nos deu resultados interessantes: sou feliz por tê-lo provocado, apesar das zombarias, dos sarcasmos, das injúrias, até de um grande número de ignorantes.

Que procuramos todos? A verdade. Queremos saber. Que é a vida? Que é a morte?

Quando visitava um dia a Abadia de Westminster, panteão dos homens ilustres em Londres, li sobre o monumento erguido a John Gay a seguinte inscrição, esquisita para um túmulo:

*Life is a jest; and all things show it.  
I thought so once; but now I know it.*

(A vida é uma brincadeira; tudo o demonstra.  
Outrora assim pensava; agora sei.)

Brincadeira, facécia, chocarrice, ironia, mistificação, comédia ou drama, farsa ou tragédia, se os que estão do outro lado da porta sepulcral o sabem, como John Gay, continuemos a interrogá-los.

Vamos agora passar em revista considerável número de observações diversas e, para melhor analisá-las, vamos classificá-las em ordem, conforme o intervalo de tempo após a morte, começando pelas que mais próximo desta estiverem; são as que continuam nosso tomo II. Mas antes de prosseguirmos, não esqueçamos que, pelo que acaba de ser assentado, sabemos doravante que *alguns* mortos, e não *os* mortos, se manifestam, provando seus atos que eles nos vêem e ouvem. Dizemos *alguns*, e não *os* mortos, porque nada prova que todos estejam nesses

casos. A vida de além-túmulo é mais complexa do que se pensa; todas as almas não se parecem e não têm profissão idêntica. Procedamos em nosso estudo exatamente com o mesmo método científico e rigoroso que nos levou até agora aos resultados já obtidos.



## CAPÍTULO IV

### **Manifestações e aparições de mortos imediatamente após o falecimento (alguns minutos até 1 hora depois)**

*“Salvo os fatos, o mais não passa de opinião. Para o homem só serão verdades positivas os fatos que ele puder observar.”*

*Lamarck*

Como acabamos de expor, apresentaremos em ordem cronológica todas as observações a serem estudadas. O método é necessário. O assunto é grave. Trata-se de descobrir a realidade de que os três capítulos precedentes já deram notáveis testemunhos; trata-se de cada um de nós, do que nos espera, amanhã ou depois, numa hora inevitável: a Terra não terá dado cem voltas em torno do Sol, sem que vós e eu, queridos leitores, tenhamos entrado na vida futura.

Ninguém viu em Veneza o admirável, o sublime túmulo de Canova, de um simbolismo tão penetrante, esta entrada da alma humana no desconhecido, sem se sentir profundamente comovido perante esta porta entreaberta para a noite eterna. Quem não sentiu a mesma emoção diante do magnífico Monumento aos Mortos, de Bartolomeu, no Cemitério do Père-Lachaise, simbolizando com a mesma eloquência o mistério perturbador da morte?

A importância do assunto se impõe a todos os pensadores e cada um sente que este problema, não resolvido ainda, só pode ser tratado de ora em diante pelo método positivo que adotamos; pela comprovação e pela discussão dos fatos. A nova ciência psíquica reclama a mesma argumentação que as ciências naturais por ocasião da reforma proposta por Lamarck. Este profundo naturalista, em 1809, na sua *Filosofia Zoológica*, que transformou completamente toda a História Natural, desde os moluscos

até o homem, escrevia: “Salvo os fatos, tudo o mais não passa de opinião. Para o homem só serão verdades positivas os fatos que ele puder observar.”<sup>27</sup> É esse o princípio adotado nestas páginas, desde a primeira linha do nosso primeiro volume.

Essa importância científica e filosófica não é compreendida por todos. Quantas vezes tentaram desviar-me dessas pesquisas, supondo que elas não podiam chegar ao fim? Ora, os três capítulos que precedem não serão acaso suficientes para nos impelir a continuar o exame?

É somente pelo estudo comparativo que poderemos conseguir a solução do problema. O assunto se impõe. Jamais houve ponto de interrogação mais imperativo do que esse.

E por isso que as cartas a mim enviadas por negadores ou contraditores me causam espanto.

Procedem de dois antípodas extremos: Os espiritualistas clericais e os materialistas radicais (é rica a rima nesta associação singular).

Aqui dou dois exemplos:

(CARTA 1.049)

“Barcelona, 15 de julho de 1900.

Caro e ilustre mestre:

Assim é o que o qualificam os que me cercam e na Espanha é o senhor venerado como um deus por homens descrentes. A viagem triunfal que nela acaba de fazer, por causa do eclipse do Sol, é prova do que digo.

Ora, o senhor não é um mestre, é antes um escravo do diabo. É inaudito ver um sábio tão célebre perder um tempo que poderia ser mais bem empregado, em vez de procurar o que nos foi revelado há perto de dois mil anos.

Depois da morte nossa sorte não é duvidosa para ninguém. É preciso ser completamente ignorante, permita-me dizer-lho, para não saber que os bons vão para o céu, os maus para o inferno, os medíocres, isto é, o maior número, para o purgatório. Se estes últimos se podem manifestar, só pode ser com a licença de Deus. Ou então são anjos decaídos.

Nunca leu então o Evangelho? Ignora que Nosso Senhor desceu aos limbos na Sexta-feira Santa, depois de ter derramado seu sangue para a salvação do mundo?

Que necessidade tem, pois, de pesquisar? A Igreja recebeu do Espírito-Santo a missão de ensinar e só ela tem esse direito. O senhor é um renegado como Julião, o apóstata, e há de acabar como ele, com o seu culto ao Sol.

O senhor põe a perturbação nas almas. Deixe-as por conseguinte dormir sobre a almofada da fé.

Sim, o senhor serve a Lúcifer, Satanás, Belzebu, Astaroth, como fazem os maçons; é escravo julgando-se livre e mestre. Renuncie pois a pesquisas estéreis que não o podem levar a coisa alguma e que comprometem sua reputação de sábio. É o que lhe deseja um antigo admirador bem desiludido a seu respeito.

*Canônico Della Ventura.”*

São um pouco das idéias que vimos em nosso primeiro volume a respeito de Lourdes e das curas atribuídas à Virgem Maria. As opiniões são divididas. Cristão muito convicto – e mesmo fervoroso no proselitismo –, o Sr. João Vetter me escrevia da Suíça, a 7 de outubro de 1925:

(CARTA 4.710)

“Só Jesus é que age. Quanto à sua mãe a Senhora José ou Senhora Maria, que não merece o nome de Virgem, pois Jesus tinha irmãos e irmãs, sua ação é nula.”

Não temos que nos ocupar aqui dessas interpretações. A “Virgem-mãe” é um mito muito anterior ao Cristianismo, hindu e egípcio.

Estabeleçamos os  *fatos*.

Eis agora um protesto  *idêntico* ao precedente, embora  *em sentido contrário*:

(CARTA 770)

“Lião, 10 de setembro de 1900.

Senhor:

Não respondi aos seus convites publicados nos jornais relativos aos pretendidos fenômenos psíquicos porque via com grande tristeza um homem de Ciência, como o senhor, tentar recomeçar um *De prodigiis* de Julius Obsequens e fazê-lo com o pior dos métodos, o que consistirá no provocar as elucubrações de todos os farsistas, de todos os impostores, de todos os trapaceiros, de todos os neuróticos, de todos os histéricos, de todos os espíritos fracos, alucinados e transformados do Universo.<sup>28</sup> A não ser que deseje um êxito de livraria, que com certeza obterá, mas à custa da sua dignidade de sábio, não compreendo de modo nenhum o que pode esperar.

Não tenho a honra de o conhecer, mas acompanhei atentamente seus trabalhos, desde seu primeiro livro, na época em que eu era estudante em Paris, morando no depósito da livraria de meu pai, 5, rua de Tournon, época em que Allan Kardec (o Sr. Rivail) era o seu guarda-livros. Era ele ao mesmo tempo guarda-livros no jornal *L'Univers*, incógnito, bem entendido. Era excelente homem, mas, fora do seu trabalho, era absolutamente telhudo;<sup>29</sup> eu gostava muito de conversar com ele. Os eclesiásticos e os prelados, que freqüentavam muito a casa, por causa da especialidade do negócio de meu pai, acreditavam firmemente no Espiritismo, na existência dos espíritos, nas manifestações de alémtúmulo, mas asseguravam que todos esses fenômenos eram manifestações do demônio. Havia nisso, bem compreende, um antagonismo profissional e ao mesmo tempo uma fé cega e propositada nas afirmações que se abstinham, tanto uns como os outros, de verificar seriamente, com receio de abalar a lucrativa armação das duas profissões, muito mais sócias do que rivais.

Essas relações, desde minha mocidade, chamaram minha atenção e minha curiosidade para os fenômenos apelidados de psíquicos ou sobrenaturais.

Mas meu espírito eminentemente crítico não me permitia crer em coisa alguma sem provas. Ninguém me pôde forne-

cer alguma. Todas as vezes que quis verificar cientificamente uma narração, uma aparição, uma evocação ou qualquer pretendido fenômeno ocorrido fora das leis naturais conhecidas, achei-me em presença do nada, mas um nada lamentável e muitas vezes doloroso:<sup>30</sup> ora porque eu não tinha fluído; ora a presença de um incrédulo detinha os “espíritos”; ora porque não estava preparado para receber suas comunicações, ou então confessavam-me lealmente, como a Sra. Blavatsky e os teosofistas, que era preciso torturar-se, transformar-se o espírito, hipnotizar a sua inteligência durante anos para ficar num estado de... embrutecimento... capaz de permitir a comunicação com os mahatmans... Para encurtar, ouvi contar coisas admiráveis; mas, cada vez que fui ao âmago dessas narrações, sempre encontrei ou ilusões grosseiras ou farsas ou testemunhos de terceiros, aceitos, sem verificação, por espíritos fracos ou sem juízo ou então mentiras nas quais seus próprios autores acabavam por acreditar seriamente, depois de tê-las contado, fenômeno esse muito frequente.

Não falo das imposturas calculadas e desejadas, como a da superiora das irmãs da vila de...,<sup>31</sup> a qual, para ocultar suas entrevistas noturnas com o mestre pedreiro, que havia edificado a casa para a escola, aterrorizou durante 18 meses toda a aldeia e até o arcebispo, que não sabia mais para que exorcismos apelar.

Mais tarde viajei no oriente para acompanhar estudos de História Natural e de história das religiões, e lá faquires hindus me mostraram coisas absolutamente assombrosas, o caso da mangueira, a levitação, o transporte invisível de certos objetos para lugar determinado, etc. Mas uma diferença capital separa todos esses prodígios do estudo das nossas pretendidas manifestações psíquicas no ocidente: são elas indefinidamente reprodutíveis, conforme a vontade do operador, e por isso mesmo entram imediatamente nas aplicações científicas das leis naturais.<sup>32</sup> Seguramente não conhecemos as forças por meio das quais executam isso, mas vemos claramente que isso se faz, não devido a um ente caprichoso e

desconhecido, mas pelo jogo de uma lei natural geral. Esse sinal é mesmo o melhor *criterium* que possa permitir-nos diferenciar o verdadeiro do falso, os fenômenos de ordem científica a estudar, as imposturas a confundir e os embustes a desvendar.

Se os mortos pudessem reaparecer, todos o fariam e sobretudo para coisas úteis àqueles que amaram, para salvar inocentes injustamente acusados, para indicar os tesouros que sabem de utilidade para os que amaram e que sofrem; essas aparições não se limitariam a muito poucas pessoas e ainda assim para lhes dizer tolices. Quanto às dívidas a pagar, o interesse do embuste é demasiado grosseiro: *is fecit cui prodest*, sem contar que Monsenhor Pavie pôde muito bem ter imaginado esse meio de obsequiar, sem magoar, uma pessoa que ele já sabia digna de interesse.<sup>33</sup> Além disso, é bem evidente que se os mortos pudessem reaparecer, eles o fariam completamente nus. Onde arranjariam vestuários, desde muito tempo apodrecidos, com os quais pretendem vê-los? Essas aparições só podem ser subjetivas e realizar-se no cérebro daqueles que os vêem. Então como deixam sinais materiais nos trastes, nas placas fotográficas? Há aí um dilema de que é impossível sair. Em resumo, não há, em tudo, absolutamente nada de sério, nada que seja digno de um homem de Ciência, e quanto aos que se compraziam ou que se comprazem nas parvoíces pueris dessa espécie, encontrarão ainda maior número delas nas *Acta sanctorum*, de que parece ser supérfluo compilar nova edição.

Também, senhor, não é este o fito, mas simplesmente o pretexto para esta carta já demasiado extensa. Aquilo de que lhe quero falar é questão exclusivamente científica e pela qual poderia, se quiser, fazê-lo, prestar à Ciência, na qual é mestre, um serviço incomparável.”

Esta carta, interessante por diversos motivos e cujo assunto nada tinha de novo para mim, tendo sido cem vezes examinado e refutado, continuava convidando-me a fundar um observatório na ilha Bourbon, no monte Bénard, a 3.000 metros de altitude, análogo como posição ao Observatório Flammarion, construído

em 1880 em Bogotá, no Equador, a 3.000 metros igualmente, por José Gonzalez. Esta carta era assinada pelo mais distinto dos árbitros, o Sr. E. Pélagaud, presidente da Sociedade de Antropologia de Lião, doutor em Letras e em Direito.

Quis colocar esses dois protestos, escolhidos no meio de grande número desse gênero, nas 4.800 cartas recebidas desde 1899, sob as vistas dos meus leitores, conhecedores dos fenômenos psíquicos, para que julguem por si mesmos e apreciem de que lado está a razão: do lado dos negadores ou do lado dos pesquisadores.

Os casos possíveis de farsitas, de mentirosos, de desequilibrados, de iludidos foram, naturalmente, previstos e assinalei-os há muito tempo com cuidado (vide *O Desconhecido*, pág. 94, e *As Forças Naturais Desconhecidas*, pág. 201: “Fraudes, embustes, mistificações”). Esses casos existem, mas numa exceção mínima. Toda vez que eu pude fazer um inquérito pessoal, encontrei pessoas de perfeita boa fé. Alguns puderam enganar-se, ser vítimas de ilusões; mas eles próprios se tinham preocupado com essas ilusões possíveis.

Nas observações aqui apresentadas é absolutamente impossível encontrar um farsista, um impostor, um trapaceiro, qualificativos propostos pela segunda dessas cartas.

Compreende-se que eu não me tenha deixado levar pelas considerações precedentes, que já tinha ponderado desde o ano de 1865 (primeira edição de *As Forças Naturais Desconhecidas*) e tornado a examinar muitas vezes desde então.

Recebi certo número de críticas desse gênero, a maioria inspirada, admito, pelo desejo de me prestar um obséquio e muito sinceramente agradeço a meus desconhecidos amigos. Não há dúvida de que o espírito científico oficial assim como a opinião do mundo são contrárias a essas pesquisas: notei-o todas as vezes que chamei a atenção para esses problemas, em diversas revistas de França e do estrangeiro. O fruto não está maduro. Tem-se medo. Os confessores são muitas vezes os conselheiros desses escrúpulos; do lado dos crentes como do lado dos racionalistas, não se compreende ainda que esta averiguação da existência da alma humana e da sua sobrevivência a esta vida tão fugitiva, tão

frágil, tão rápida, é o mais importante de todos os estudos, que ele é rigorosamente científico e representa o primeiro dever dos sábios. Compreender-se-á um dia... daqui a cem anos talvez.

O que nos pode consolar é que Lamarck esteve exatamente nos mesmos casos por ocasião da sua reforma da História Natural – que esperou por Darwin para ser compreendida.

Como nunca escrevi uma linha nem nunca fiz ação alguma por interesse pessoal e, embora estas averiguações independentes sejam em geral mal vistas, continuo persuadido de estar servindo à instrução geral e à liberdade das consciências.

Mas não se trata da minha efêmera pessoa (lamentando pô-la algumas vezes em evidência), trata-se *do método* preconizado aqui, bem diverso das crenças antigas e das considerações sentimentais. Estudemos livremente as manifestações e aparições dos defuntos. Supor, como fazem por vezes, que uma aparição é uma ilusão, porque não se pode admitir a existência dos fantasmas, significa simplesmente: “Não creio porque não creio.” Que lógica! Não será tempo de agir como homens livres?

Comecemos nossa exposição cronológica pelas observações mais próximas do momento do falecimento. É a continuação natural das relações apresentadas em nosso tomo II, as aparições e manifestações no momento da morte. Pela nossa análise atenta atribuímo-las a moribundos, a entes ainda vivos. Entretanto vários nos deram a impressão de poderem ter sido produzidas após o falecimento, como por exemplo na última das manifestações, a desse doido de Landry, fazendo bulício na hora em que a religiosa do hospital vinha trazer o almoço a seus antigos vizinhos de célula e, por exemplo também, a da criada afogada, toda molhada, aparecendo diante da sua patroa; ou ainda os avisos de mortos, expressos nesses termos: “*estou morto*”; nos exemplos citados ainda em outras páginas do mesmo volume; e também esse jovem soldado de Ivry morto na guerra por um estilhaço de obus, a 16 de junho de 1915 e anunciando sua morte por meio de três pancadas batidas na porta do quarto de sua mãe; ou o filho da Sra. Pierre Ulric, morto na famosa cota 304 (a qual durante toda a guerra alemã deteve tão desesperadamente nossa atenção) imediatamente depois da morte do jovem sargento: não foi antes



que a bala o tivesse ferido que ele produziu esses ruídos especiais ao ouvido de sua mãe; não foi com certeza, muito tempo depois; foi com toda probabilidade no momento mesmo: chamadas telefônicas. Aliás, nossa pergunta muitas vezes feita a respeito do *tempo* volta à baila: que é duração? Como notamos, um minuto de análise é mais longo que seis horas de sono.

\* \* \*

Os exemplos de manifestações de pessoas que vieram anunciar sua morte são tão numerosos, tão variados, tão independentes uns dos outros que é impossível duvidar deles. Depois do momento do falecimento vejamos os que a este seguiram imediatamente. Só apresentarei neste capítulo as observações feitas *durante a primeira hora depois da morte*.

Eis uma, bastante singular, que me foi comunicada em 1900 por uma correspondente russa:

(CARTA 1.007)

“Meu avô experimentava verdadeiro prazer quando assustava as pessoas de maneira ingenuamente original. Batia palmas três vezes no momento em que se estivesse absorto, preocupado e sobretudo quando se tinha a infelicidade de estar meio adormecido.

Como tivesse essa mania desde a sua primeira juventude, aconteceu-lhe ter desavenças sérias com desconhecidos ou mesmo com amigos pouco pacientes. Sua verdadeira vítima era uma das suas velhas parentas, uma D. Estefânia, solteirona abeatada, tranqüila ao possível, um pouco apática e devaneando muitas vezes nos cantos das salas.

Meu avô, encantado com essas boas disposições, a surpreendia sempre quando menos esperava e a assustava de tal modo com seus terríveis estalos, que ela desmaiava inteiramente! E ria-se o desalmado, felicíssimo, *repetindo-lhe à saciedade que podia ficar absolutamente certa de ouvir suas três palmas no momento da sua morte*, em qualquer lugar que ele morresse, nem que fosse a mil léguas.

Isso durava desde muitos anos. Uma vez meu avô, antes de uma longa viagem, passou algumas semanas em casa de D. Estefânia, a quem, aliás, se afeiçoara particularmente. Não se privou de assustá-la mais do que nunca. Era uma verdadeira mania, divertindo-se sempre em acordá-la. Ao despedir-se, afirmou-lhe de novo que podia ter certeza de ouvir as três palmas no momento em que ele morresse. Ficou ela vários meses sem receber notícias dele. Meu avô viajava sempre.

Uma noite, estava ceando com uma das suas vizinhas, exatamente às 9 horas e meia, quando ouvem ambas as três terríveis palmas. Estupefatas ao mais alto grau, procuram os esconderijos onde teria podido achar-se meu avô, inutilmente aliás. A pobre Estefânia adoeceu. Vários dias depois recebia um portador especial, enviado por meu tio Max, que lhe participou a morte súbita do meu avô, a 13 de novembro, às 9 horas e meia, *no momento em que iam cear*. Justamente falavam de D. Estefânia. Meu avô, rindo às gargalhadas, esvaíava o copo quando caiu fulminado.

A chácara em que ele morreu está situada no interior da Volhynia (pequena Rússia) a cerca de 150 léguas russas do castelo em que habitava D. Estefânia. Como não existisse a telegrafia naquela época e como as comunicações eram difíceis, meu tio Max lhe enviou um portador especial que levou, creio eu, perto de duas semanas para fazer o trajeto. Todos os membros da minha família podem certificar esse fato.

*Olga Pouchkine.”*

É esta, sem dúvida, uma história esquisita. Que o amável galhofeiro, morrendo subitamente, tenha tido a idéia de bater suas três palmas antes de estar morto, não é provável; teve que pensar nisso... *depois*. Poderíamos por isso conjecturar que a morte não é um acontecimento tão dramático como se pensa e que nosso gênio não se transforma instantaneamente.

O único meio de escapar ao incômodo de admitir esse incidente significativo é declarar que a narradora mentiu! E o mesmo acontece com todas as observações semelhantes.

Outra manifestação intencional por meio de pancadas foi-me assinalada na carta seguinte, datada de Paris a 16 de maio de 1900:

(CARTA 919)

“A 23 de novembro de 1893 tinha-me deitado pelas 9 horas. Um quarto de hora depois pancadas muito nítidas foram batidas na minha biblioteca. Surpreso, atribuí a princípio a bulha a estalidos prováveis da mobília. Alguns minutos depois, três pancadas foram de novo batidas na parede; sentei-me na minha cama; a Lua brilhava no céu, com viva luz; não havia sinal de vento que pudesse agitar janelas ou gelosias e concluí que essas pancadas repetidas deviam significar o aviso de um acontecimento que me interessasse.

Pedi então que, se fosse isso, as pancadas que até esse momento tinham sido batidas em diversos lugares, na parede e na mesa, etc., batessem agora à cabeceira. Dois ou três minutos se passaram e as pancadas foram reproduzidas muito nitidamente, perto de mim; continuaram assim, por intervalos, até às 2 horas da manhã, quando cessaram.

No dia seguinte, 24 de novembro, recebi a participação da morte do meu sobrinho Ernesto Jonard, que se dera na noite anterior.

Estou absolutamente convencido de que esse pobre amigo pensou em nós, no momento supremo, e que seu espírito veio prevenir-me da sua partida. A hora da sua morte correspondia com essas manifestações esquisitas.

Afirmo-lhe sob palavra de honra a exatidão absoluta desse fato que pode servir à sua documentação.

*A. L. Danet (em Paris).”*

Seria difícil não ver também nesse caso uma relação muito precisa de causa e efeito e não pensar que essas pancadas tenham

sido um aviso desejado e dado pelo morto já falecido, pois provavelmente ninguém há de imaginar um moribundo agindo dessa maneira.

O que chamamos “morte” é a continuação da vida, sob outra forma. Não inscrevi esta observação no tomo II por parecer-me pertencer a este volume, pois as respostas foram intencionais. É a continuação das manifestações, no momento da morte, que passamos em revista. Como notamos, é muitas vezes difícil decidir se esta ou aquela manifestação se efetuou no momento mesmo do falecimento ou alguns instantes depois.

Recebo constantemente comunicações a respeito dessas revelações inesperadas. Uma professora de Copenhague, que me pediu não lhe revelasse o nome, escreveu-me contando que tinha o hábito, aos 20 anos, de corresponder com o marido, mentalmente, escrevendo ambos em geral as mesmas idéias às mesmas horas.

Ela acrescenta:

(CARTA 929)

“Meu marido adoeceu e foi tratado num hospital bem distante de mim. Uma manhã, apareceu-me ao pé de minha cama, parecendo estar de saúde, Era um sonho, mas um sonho que me acordou e que me fez exclamar subitamente: “Você aqui e curado!” Olho, procuro; lá não estava naturalmente; mas ouvi sua voz dizer de modo tão suplicante que jamais a esquecerei: “Reze, minha amiga querida, reze.”

Naquela manhã morrera subitamente, vítima de um acidente. Supondo que grande número de observações ao senhor dirigidas de todos os países podem ajudá-lo a decifrar os problemas mais profundos da alma, endereço-lhe estas linhas da Dinamarca, senhor professor, para servirem às suas pesquisas tão úteis à Humanidade. Mas se minha relação verdadeira tiver de ser publicada, pedir-lhe-ia não dar a conhecer a signatária desta.”

Temos sempre tendência a ver nesses casos apenas alucinações que coincidem com a hora do falecimento. Será isso admis-

sível? Não. São em demasia. O cálculo demonstra sua improbabilidade. Se esse doente tivesse aparecido moribundo a hipótese poderia ser discutida de novo; mas ele se apresentou com a aparência de curado. Essa manifestação de morte pode, por conseguinte, ser considerada como real. Mas por que esse pedido de orações? A que podem servir? Mistério sobre mistério e, entretanto, realidade. Transmissões mentais. Traduções subconscientes pela mentalidade religiosa que acredita em preces? Alma errante?...

Que os fantasmas existem substancialmente ou que não passem de transmissão telepática do pensamento do defunto, podemos notar que a questão a todos nós interessa, pois que todos devemos arribar a essa plaga.

É inconcebível que prefiram nada saber pela razão pueril de que essa perspectiva nada tem de agradável. O assunto nos diz respeito a todos pessoalmente. Mas será a sorte igual para todos? Ao saírem da vida serão errantes todas as almas? Não haverá algumas que voarão imediatamente para as esferas superiores? O mundo invisível não será tão variado – e mais ainda – do que o nosso?

Outras tantas perguntas a serem elucidadas pela ciência futura.

O único meio de nos instruímos é compararmos as observações feitas. Acrescentarei aqui, às anteriores, uma comunicação que também data do meu primeiro inquérito e que não publiquei em *O Desconhecido* porque, por princípio, nele deixei de publicar todas as cartas anônimas. Documentado de modo mais completo, após um novo quarto de século de estudos comparativos, acho muitas vezes, quando as torno a ler, que têm acentos de incontestável sinceridade. eis a carta de que acabo de falar:

“Tinha sete anos e estava num internato, na Itália; minha mãe partira com meu pai para Viena (Áustria), onde devia ser operado de pedras. No dia 23 de novembro tinha sido castigada, porque não soubera meu solfejo, recebendo pão seco como refeição. Minha mestra, provavelmente condoendo-se de mim, disse-me:

– Vai lá em cima buscar teu caderno de música e, se souberes a lição, jantarás.

O piano ficava numa saleta do terceiro andar. Subo sem luz, naturalmente; desconhecia a palavra medo, a qual, aliás, não era admitida em nossa casa; tomo meu caderno e volto-me ao ouvir que me chamavam:

– Mimi, Mimi! – três vezes seguidas.

Vejo meu pai e atiro-me para ele. Não estava ali, desço com toda a pressa, gritando:

– Papai está lá em cima!

Sobem com luz: nada, nada. Chorei a noite inteira, dizendo que meu pai viera, que se escondera porque eu não era aplicada e prometi estudar bem para que ele voltasse.

No dia seguinte receberam um telegrama no colégio: meu pobre pai falecera às 7 horas e meia da noite, na hora em que me havia aparecido.

Não foi somente a mim, mas também à minha avó, que era mãe de minha mãe, sogra por conseguinte de meu pai, mas que ele amava muito, que ele apareceu. Estavam reunidos os três na sala de jantar, minha avó, seu segundo marido e a filha de minha avó, quando a porta se abriu e meu pai entrou. Minha avó exclamou:

– Oh! está aqui, que felicidade ficar curado tão depressa.

Ora, não havia ninguém. E vovó disse:

– Oremos! ele morreu.

Eis os fatos que lhe posso certificar. Tê-los-ia talvez esquecido, por ser muito criança (hoje tenho 46 anos), mas repetiram-nos diante de mim tantas vezes, que ficaram gravados na minha memória; minha convicção é irredutível.

Como assinatura, prefiro que o senhor só dê minhas iniciais.

*L.-M.-G. (em Veneza).”*

Após exame, a sinceridade dessa narração não me deixou dúvida alguma. As duas aparições distintas lhe dão valor especial. E uma menina de sete anos!...

Ilusões! alucinações possíveis, objetamos sempre conosco. Mas essa hipótese, preguiçosa decididamente, não nos satisfaz mais. Queremos uma explicação. Que por vezes haja alucinações é coisa certa, mas que só elas existam em todos esses fatos é coisa inadmissível.

A observação que vamos ler, por exemplo, é tão precisa, tão espontânea, tão inesperada que me parece impossível não considerá-la como peremptória. Foi transcrita de uma carta recebida recentemente (17 de abril de 1921).

(CARTA 4.443)

“Mui venerado mestre:

Nunca me teria animado a escrever-lhe se não sentisse que os modestos, porém seguros documentos que eu lhe posso trazer podem ser úteis à sua obra sublime.

Jovem engenheiro, eu o conheço desde muito tempo por meu pai, um dos seus mais antigos leitores.

Eu tinha um amigo por nome Carlos, rapaz de 16 anos. Era em 1908. Uma noite, ao voltar a casa, ouvi que me chamavam por diversas vezes, muito distintamente, e reconheci perfeitamente sua voz. Inquieta era esta voz, implorante também, mas muito meiga. Lembrei-me logo de que Carlos me havia contado ter visto, em nossas sessões de Espiritismo, um de seus tios, falecido havia pouco tempo e que lhe fazia sinal para ir com ele.

Inquieto contra a minha vontade, só adormeci muito tarde e quase logo, aliás fui despertado por me tocarem na testa, ouvindo uma voz que me chamava e vendo nitidamente Carlos à minha cabeceira, o qual me dizia:

– Adeus!... Adeus!... Estou bem!... Consolem minha família!... Voltarei às suas sessões!...

E ele desapareceu lentamente. Depois, mais nada!

De manhã cedo corri à casa dos nossos amigos. Encontrei-os muito inquietos: Carlos não voltara a casa, à noite.

Não sei por quê, instintivamente pensei numa chacarazinha que eles tinham na roça e, confiando meus receios à família, levei-os lá.

No jardim, debaixo do caramanchel, encontramos seu corpo estirado no chão; segurava na mão direita um frasco, no qual restava ainda um pouco de solução de cianureto. Suicidara-se e disso me prevenira por meio da manifestação.

Coisa curiosa e que a todos impressionou, os arredores do caramanchel estavam repletos de florzinhas brancas ali nascidas como que espontaneamente, pois estou certo de que ali não estavam alguns dias antes e nada havia sido feito para que lá nascessem.

Eis, caro mestre, o que lhe posso certificar ser exato e que o senhor poderia verificar se quiser, embora tenha eu perdido esta família de vista, desde muito tempo.

*Henry Bourgeois (em Macon).”*

A correlação entre a manifestação e o ato do suicida é certa. Invocar o subconsciente, o subliminal, tudo o que quiserem, não nos dá a solução desta visão, desta audição: “Adeus, console minha família, voltarei às suas sessões”, palavras bem pessoais do suicida.

Os entes que amamos durante a vida e que nos ficaram afeiçoados até à hora da morte não são estranhos para nós. Existem sempre e sentimos, em diversas circunstâncias, sua presença invisível. As provas, porém, materiais e positivas da sua comunicação são raras.

Na obra muito documentada, mas um pouco parcial, do Marquês de Mirville: *Des Esprits et de leurs manifestations diverses*, podemos notar com d’Assier o seguinte incidente (*L’Humanité Posthume*, pág. 41):

“O Sr. Bonnetty, redator atual dos *Annales de Philosophie Religieuse*, contou-nos que uma noite, antes de adormecer, viu o rosto de um dos seus amigos, então na América, entre-



abrir as cortinas do seu leito e dizer-lhe que *acabava de morrer* naquele instante. A triste nova foi mais tarde confirmada, verificando-se que esta hora foi a última do seu amigo. Demais, esta imagem trajava um colete cujo desenho, muito singular, chamara a atenção do Sr. Bonnetty. Informou-se mais tarde e pediu que lhe enviassem o desenho desse colete. Era exatamente o da aparição.”

Aqui, também, onde estaria o papel do subconsciente? As cartas que me dirigiram sobre as manifestações, seguindo-se imediatamente à morte, são demasiado numerosas para serem publicadas neste capítulo; há uma, entretanto, dentre todas, que eu não desejo eliminar.

A Sra. Thénard, da Comédie Française, escrevia-me no mês de agosto de 1908:

“A morte de Etienne Thénard foi percebida a distância por minha bisavó e de modo muito esquisito. Jogava loto, uma noite... e, como já naquela época estivesse cega, a Srta. Raquel mandara fazer de propósito para ela uns cartões em relevo. Ora, ela parou bruscamente de jogar e exclamou:

– Parem, meus filhos, meu netinho está doente!

Caçoaram da avó demasiado inquieta. Como podia ela supor que Etienne estivesse doente? Pois não tinha recebido, ainda na véspera, notícias dele? Entretanto ela insistia:

– Estou certa disso, ouvi bater duas pancadas na janela.

Notem que ela habitava no segundo andar do número 176 da rua Montmartre, um apartamento sem sacada.

Julgaram que tivesse sido vítima de uma alucinação e mansamente a obrigaram a continuar a jogar. Mas, ao cabo de alguns minutos, pôs-se a soluçar e disse com voz firme:

– De joelhos, meus filhos! – ordenou ela. – Etienne morreu, oremos por ele!

Terrificados pela sua atitude e ao mesmo tempo apossados de tristeza, cada um de nós a imitou, e parte da noite se passou perto dela, nas preces e em lágrimas.

No dia seguinte de manhã soubemos por um telegrama que Etienne Thénard falecera na véspera, às 9 horas da noite, isto é, no instante mesmo em que se passara a cena que acabo de narrar.

– Tinha certeza da minha desgraça – gemeu então a pobre cega –; tinha ouvido bater de novo à janela: era a alma do meu neto que me dizia adeus!

Agosto de 1908.

*J. Thénard* (da Comédie Française).”

(Etienne Thénard, da Ópera Cômica, nascido em Lião em 1807, faleceu em 1838. A primeira senhora Thénard, nascida em 1757, em Voiron, faleceu em 1849. Representou no Théâtre Français, de 1777 a 1819; bisavó da nossa contemporânea, a Sra. Thénard. Raquel, nascida em 1820, faleceu em 1858).

Eis ainda uma transmissão telepática imediatamente após o último suspiro. Sensação, audição de pancadas na janela, sem realidade efetiva, impressão sob a influência do falecido. Escolhidos dentre número muito maior, vimos no tomo II considerável quantidade de fenômenos fictícios, coincidindo com o trespasses de *moribundos*. Os que provêm incontestavelmente dos mortos são muito menos numerosos, menos automáticos, mais intencionais. Dentre muitos citarei, entretanto, um completamente assimilável aos primeiros; eu o encontro numa antiga carta de abril de 1899. Eis a observação:

(CARTA 313)

“Meus avós habitavam na vila principal de uma comarca da Sabóia. Vovó tinha um irmão que muito amava e que habitava a cerca de 50 quilômetros dessa vila. Ora, uma noite, pelas 11 horas, vovô e vovó ouviram *um grande ruído de louça a cair* na cozinha que ficava ao lado do seu quarto de dormir.

Meu avô levanta-se para ver o que havia, e com enorme surpresa nota que nada está quebrado, nem desarrumado na cozinha.

Após refletir um momento, minha avó disse, então:

– Esse barulho não é natural. Meu irmão morreu, tenho certeza; monta a cavalo e vai.

Vovô partiu alguns instantes depois e tinha percorrido uns 20 quilômetros, quando encontrou um criado do seu cunhado que vinha avisá-lo da morte deste.

Continuou sua rota e ao chegar à casa mortuária soube que o falecimento se dera 15 ou 20 minutos antes do barulho ouvido.

Cito-lhe esta manifestação como sendo da mais rigorosa exatidão.

*H. Mollier (em Paris).”*

Nem que eu repetisse pela centésima vez que esses barulhos nos parecem absurdos, conquanto incontestáveis, isto nada adiantará para a solução do problema. Por enquanto limitemonos a examinar a realidade das correspondências. Esse ruído fictício efetuou-se no momento da morte ou depois? Dou a narração como a recebi.

A observação seguinte me parece ter-se dado imediatamente após o falecimento. Trata-se de um caso muito pessoal. Foi publicada, com inquérito confirmador, na obra *Phantasms of the Living* e foi narrada por uma escultora conhecida, a Srta. Hosmer:

“Uma jovem italiana, chamada Rosa, tinha sido minha empregada durante algum tempo; fora obrigada a recolher-se à casa de sua irmã, devido a uma enfermidade. Quando dava meu passeio habitual a cavalo, ia eu freqüentemente visitá-la. Por ocasião de uma dessas visitas feita às 6 horas da tarde, encontrei-a mais alegre do que de costume. Desde muito tempo descreia eu da sua cura, porém nada na sua aparência dava a impressão de perigo imediato. Despedi-me, contando vê-la ainda muitas vezes. Ela demonstrou-me o desejo de ter

uma garrafa de vinho de qualidade especial e prometi trazê-la no dia seguinte de manhã.

Durante o resto da noite, não me recordo de ter pensado nela. Fui deitar-me com o espírito tranquilo. Despertei, porém, depois de profundo sono, com a impressão de haver alguém no quarto. Refleti que ninguém nele podia entrar. Meu leito estava colocado no meio do aposento, um biombo estava aberto nos pés daquele. Julgando que pudesse estar alguém atrás dele, gritei:

– Quem está aqui?

Mas não recebi resposta. No relógio do quarto vizinho soaram 5 horas. No mesmo instante vi a forma de Rosa, de pé, junto à minha cama; e não sei como (não posso afirmar que ela falasse) percebi que me comunicava estas palavras: “*Adesso son felice, son contenta.*” (Agora estou feliz e contente). Depois a forma se desfez.

Durante o almoço eu disse à amiga que morava comigo, no mesmo apartamento:

– Rosa morreu.

– Que é que está imaginando – respondeu-me ela –, pois não me disse tê-la achado melhor, ontem?

Contei-lhe então o que me tinha sucedido de manhã. Ela riu e me respondeu que eu tinha sonhado; continuou a gracejar a esse respeito, aborrecendo-me mesmo um pouco pela sua persistência, pois eu estava absolutamente certa de não estar dormindo quando o fato se deu. Para resolver o caso, enviei alguém para perguntar como estava passando Rosa e tive como resposta que ela tinha morrido às 5 horas da manhã.

Eu ouvia – disse ela –, no aposento inferior, ruídos que me eram familiares, o barulho feito pelos criados ao abrir as janelas e as portas. Uma pêndula velha bateu a hora com vibrações sonoras e eu contei: um, dois, três, quatro, cinco, resolvendo levantar-me imediatamente. Foi nessa ocasião que vi Rosa olhar-me sorrindo.

*H. G. Hosmer.”*

Não demorarei em refutar as objeções dos negadores anquilosados que, como cegos, continuam negando tudo. Continuemos, pois, a tomar nota das manifestações ocorridas depois do falecimento.

A seguinte aparição manifestou-se meia hora depois da morte. É uma das que oferecem a maior cópia de sinais de autenticidade e que são mais bem explicadas pela simpatia recíproca.

A Srta. Estela escrevia de Chári (Itália) a 18 de janeiro de 1884:

“Quando eu tinha cerca de 15 anos, estando em gozo de férias em casa do Dr. J. G., ali fiz amizade com o primo do dono da casa, rapaz de 17 anos. Éramos inseparáveis, estudávamos juntos, juntos passeávamos a cavalo e tínhamos os mesmos divertimentos, como se fôssemos irmãos.

Ele tinha saúde frágil, eu tinha-lhe cuidado e nunca passávamos uma hora separados. Dou-lhe todos esses pormenores para lhe mostrar que não havia entre ambos o mínimo sinal de paixão; éramos um para o outro como dois camaradas.

Uma noite vieram chamar o Sr. G. para ir tratar do seu primo que caíra doente de uma inflamação pulmonar. O pobre rapaz morreu na noite seguinte. Não me tinham dado a conhecer a gravidade do seu estado e eu não tinha receio algum por ele. Na noite em que ele morreu, lia eu em sossego, quando a porta se abriu e Bertie (meu amigo) entrou. Levantei-me bruscamente e impeli uma poltrona para junto da lareira, pois ele parecia ter frio e estava sem capote, conquanto nevasse. Pus-me a ralhar com ele por ter saído sem se agasalhar. Em vez de responder, levou a mão ao peito e meneou a cabeça, o que, para mim, queria dizer que ele não tinha frio, estava com o peito a doer e tinha perdido a voz, o que lhe acontecia às vezes.

Estava eu a censurar-lhe a imprudência, quando o doutor entrou e perguntou-me com quem estava falando. Eu lhe respondi:

– Estou falando com este mau rapaz que está aqui, sem capote e com uma constipação tão forte. É preciso emprestar-lhe um capote para que volte a casa.

Nunca me hei de esquecer o horror e a estupefação que vi no rosto do bom doutor, pois ele sabia (o que eu ignorava) que o pobre rapaz havia falecido meia hora antes e ele vinha justamente para mo dizer. Sua primeira impressão foi que eu já o sabia e que eu enlouquecera. Fez-me sair do quarto, falando-me como se eu fosse uma criança. Durante alguns momentos trocamos ditos incoerentes. Enfim, ele me explicou que eu tivera uma alucinação, uma ilusão de óptica; não negou que eu tivesse visto Bertie, com os meus olhos, mas deu-me uma explicação “muito científica” dessa visão, pois receava assustar-me ou deixar-me sob impressão dolorosa. Quanto a mim, estou certa do que vi. Estava lendo um romance divertido e lembro-me bem que estava rindo a bom rir de um disparate do herói, justamente no momento em que a porta se abriu.

*J. B.”*

O inquérito feito revelou que a narradora nunca teve alucinação e não é nervosa, nem exaltada.

A casa em que faleceu o rapaz ficava a um quarto de hora de marcha da do doutor e o falecimento se deu meia hora antes da aparição. O que sempre pareceu estranho à narradora foi ter *ouvido* ranger a maçaneta da porta e esta abrir-se, pois foi o ruído da lingüeta a mover-se que a fez levantar os olhos. O fantasma atravessou o quarto em direção à lareira e sentou-se. Tudo lhe pareceu absolutamente natural e ela julga que a cena durou cerca de cinco minutos. O aposento só estava iluminado pelo fogo forte do fogão, a cuja luz ela lia. Acendeu a vela quando chegou o amigo.

Assim, a figura <sup>34</sup> de um moço morto, havia meia hora, abre uma porta e atravessa um quarto, demonstrando ter frio. Sua companheira habitual não suspeita que morreu. Conversa com ele, porém não obtém resposta. Esse “duplo” assemelha-se muito aos que vimos em “Durante a Morte”, imagem produzida no

espírito da Srta. Estela pelo defunto, que nela pensava, porém há, além disso, um ato material.

Devemos inscrever igualmente neste capítulo as duas aparições seguintes, sendo que a primeira manifestou-se imediatamente após o falecimento.<sup>35</sup> O bispo de Carlisle escrevia (*Contemporary Review*, janeiro de 1884):

“Meu correspondente, um estudante de Cambridge, tinha combinado alguns anos antes, com um dos seus colegas de estudo, de se reunirem em Cambridge em certa época, para trabalharem juntos. Pouco tempo antes da época marcada para o encontro, achava-se meu correspondente no sul da Inglaterra. Despertando uma noite, viu ou julgou ver o amigo sentado na sua cama, perto de seus pés, e ficou naturalmente muito admirado com isso e, ainda mais, por ver o amigo totalmente molhado. Falou-lhe, mas a aparição limitou-se a abanar a cabeça e desfez-se. Essa aparição voltou duas vezes na mesma noite. Breve chegou a nova de que, pouco tempo antes do momento da visão, o amigo, ao banhar-se, morrera afogado.”

Sabendo que o correspondente do bispo era o arcediogo Farler, os encarregados do inquérito dirigiram-se a este último, que lhes respondeu em 9 de janeiro de 1884:

“Pampisford Vicarage, Cambridge.

A visão foi contada na manhã seguinte, ao almoço, vários dias antes de receber a nova da morte de meu amigo. Contei o fato ao meu professor John Kempe, à sua senhora, à sua família. Morava eu em Long Ashton, no Condado de Somerset; meu amigo morreu no Condado de Kent. Como não fiquei de modo nenhum assustado com essa visão, dela falei antes como sonho esquisito do que como aparição de morte.

Minha visão deu-se a 2 ou 3 de setembro de 1868. Deu-se de novo a 17 do mesmo mês. Nunca mais tive qualquer espécie de alucinação.

*G. P. Farler.*”

Foi verificado no registro dos falecimentos que o amigo do narrador se afogou na ribeira Crouch, no dia 2 de setembro de 1868.

Assim, na mesma noite em que se afogou, o estudante apareceu duas vezes ao seu colega e este o tornou a ver 15 dias mais tarde. Seria a segunda visão uma reminiscência da primeira? Mas não era mais a mesma imagem, porque a primeira era a de um afogado e a segunda apareceu vestida com a roupa usual.

Notam-se repetições análogas de aparições diversas nos *Phantasms of the Living*, 1º volume, págs. 415, 444 e 561; 2º volume, págs. 59, 237, 256, 467 e 500. Em relação a *afogados*, vi mais de um exemplo no volume.

Quando se fala de almas do outro mundo, de aparições de falecidos, a certas pessoas, exprimem elas a crença tradicional de que “essas coisas só podem acontecer com licença da Providência”. Fredrich Myers nota, a esse respeito, que nisso há pelo menos três suposições que não podem ser verificadas: primeiro, porque as palavras *licença* e *providência* não podem ser aplicadas a este fato ou a outro qualquer por pessoas crentes em um Deus que tudo rege, e depois porque nada prova que esteja ali o próprio fantasma e que o aparecido não seja um “duplo”, uma projeção feita a distância pelo falecido, uma alucinação. Em vez de definir um *espectro* como sendo “um morto com licença para vir comunicar-se com um vivo”, poder-se-ia considerar isto como “manifestação da energia pessoal”, uma indicação de que, após a morte, uma certa espécie de força é exercida de conjunto com uma pessoa que viveu na Terra. Também podem subsistir imagens persistentes de que o morto não poderia mais ser a causa produtora.

Uma comunicação entre um morto e um vivo só pode ser uma comunicação entre um pensamento num certo estado de existência e um pensamento num estado completamente diferente; não é como uma conversa entre duas pessoas. De um lado está o espírito desprendido da matéria e do outro o espírito num cérebro. A pessoa hipnotizada, que só se comunica com o seu magnetizador, já nos dá uma idéia desses estados diferentes do espírito.



Essas diferenças se firmarão por si, no correr destas páginas. Procedamos com ordem.

Parece-me que nenhum leitor imparcial, ao ler as relações que precedem, poderá duvidar da aparição de mortos, imediatamente *depois* do falecimento, a amigos que ignoravam sua morte. Considerá-los apócrifos seria audácia tão inadmissível quanto ridícula.

As observações apresentadas neste primeiro capítulo das “Manifestações e aparições”, classificadas conforme o tempo decorrido após o falecimento, foram feitas *durante a primeira hora* decorrida depois da morte.

Vejamos agora as que se realizaram várias horas e mesmo 24 horas depois, durante o primeiro dia póstumo.

Penso, todavia, que é de toda utilidade notar que nem uma só das observações dadas neste capítulo foi feita numa sessão de Espiritismo. As manifestações ditas “espíritas” formarão o assunto de capítulo especial.

## CAPÍTULO V

### **Manifestações e aparições de mortos quase imediatamente depois da morte (algumas horas: de 1 a 24 horas)**

*“O enxame dos mortos  
zumba e sobe.”*

*Sófocles*

Continuemos nosso estudo obedientes à mesma ordem, afastando-nos gradualmente da cessação da vida terrestre. Reunamos neste capítulo as manifestações e aparições observadas nas 24 horas depois da morte. Delas existe um número muito grande e somos obrigados a limitar-nos a uma escolha muito restrita.

As relações do capítulo que acabam de ler são referentes a observações feitas imediatamente após a morte, não ultrapassando o espaço de uma hora. As que se seguem estão escaladas entre 1 e 24 horas.

A primeira, nesta ordem de classificação, é-nos apresentada por um dos meus colegas da Real Sociedade Astronômica de Londres, o Sr. Charles Tweedale, e foi publicada numa revista científica bem conhecida dos astrônomos, *English Mechanic and World of Science*, de 20 de julho de 1906.

Eis a sua tradução textual:

“Na sexta-feira, 10 de janeiro de 1879, fui deitar-me cedo. Tendo despertado do meu primeiro sono, vi, pela janela que dava para o sul, a Lua, cujos raios iluminavam meu quarto. Meu olhar foi logo atraído para as portas de um armário de parede. Acompanhando com o olhar a luz lunar que iluminava a parede oriental do meu quarto, onde estava justamente o armário, vi aparecer-me, subitamente, uma forma por sobre as portas do armário. Indecisa, a princípio, tornou-se gradualmente mais distinta, até que reconheci as feições da minha avó. Havia alguns segundos que eu a observava,

quando a visão se desfez lentamente e desapareceu na luz lunar. Uma particularidade chamou-me a atenção e ficou gravada na minha memória: a minha avó tinha à cabeça uma touca à moda antiga, estufada ou com fofos. Não fiquei assustado e, julgando ser vítima de uma ilusão causada pela luz lunar, voltei-me para o lado e adormeci de novo.

No dia seguinte, de manhã, ao primeiro almoço, estava eu começando a contar a aparição da noite, quando, com grande surpresa minha, meu pai afastou-se da mesa, bruscamente, muito agitado, e saiu apressadamente da sala, deixando o almoço quase intacto. Perguntei à minha mãe qual a causa disso e ela acenou que me calasse. Depois da porta fechada, repeti minha pergunta. Então minha mãe me respondeu:

– Carlos, eu te vou contar a coisa mais estranha de que tenha ouvido falar. Esta manhã teu pai me disse que, despertando à noite, viu a mãe, de pé, perto da cama, mas que, no momento em que lhe quis falar, ela desapareceu.

Essa cena e essa conversa se deram pelas 8:30 da manhã de sábado, 11 de janeiro. Ora, antes do meio-dia recebemos um telegrama anunciando-nos a morte de minha avó durante a noite. Mas o caso não estava terminado, pois meu pai soube mais tarde que sua irmã, moradora a cerca de 30 quilômetros da nossa casa, também havia visto a aparição de minha avó. Assim, três pessoas tiveram, independentemente uma da outra, a mesma visão que atribuíram a uma alucinação.

Que essa aparição tenha sido a de uma pessoa, passando por essa transformação a que chamamos morte, não é coisa para duvidar, dado o momento em que se realizou a tríplice aparição. Lembro-me perfeitamente de que meu pai tomou nota do instante preciso da visão: 2 horas da manhã. Eu não me levantei para saber da hora, mas notei-a aproximadamente. A casa está orientada para o sul e a janela do meu quarto também tem vista para essa direção.

Quando quis verificar as particularidades do caso, procurei qual a hora da passagem da Lua pelo meridiano, na noite de 10 para 11 de janeiro de 1879. O *Nautical Almanaque* indica

2:19 da manhã. Quando a Lua está no meridiano, as duas paredes leste e oeste estão iluminadas igualmente, assim como a parede norte, do fundo do quarto. Tenho, por conseguinte, certeza de que a Lua não estava longe do meridiano, no momento da aparição, e que eram cerca de 2 horas da manhã, o que confirma de modo notável a hora marcada por meu pai.

Minha tia também marcou o momento da aparição, *depois* da morte que *ocorreu à meia-noite e quinze minutos*, provando, desse modo, que não se tratava de manifestação telepática ou subjetiva, produzindo-se antes ou no momento mesmo do falecimento, mas sim de aparição realmente objetiva, realizando-se *depois* que a vida havia deixado o corpo; pode-se pois concluir que a finada, conquanto aparentemente morta, tinha algumas horas mais tarde vida suficiente para se manifestar a diferentes pessoas, separadas umas das outras por distâncias consideráveis.

A respeito do “vestuário das aparições”, descrevi a meus pais somente a visão, tal como a vira, sem tentar verificar *o traje e os acessórios, que me tinham chamado a atenção*. Há algumas semanas, querendo obter pormenores precisos sobre esse mistério, escrevi a meu tio (minha tia faleceu em 1900), pedindo-lhe para me determinar com precisão certos pontos interessantes; enviei-lhe então um desenho da visão, feito de memória. Da resposta que recebi, transcrevo o seguinte:

“Posso certificar a exatidão desses pormenores, pois vossa avó morreu em minha casa, sábado de manhã, a 11 de janeiro de 1879, faltando 15 minutos para meia-noite. Entrou em agonia na sexta-feira e expirou pouco depois da meia-noite, assim como o notei, naquela ocasião, em meu canhenho. Eu e minha filha temos certa recordação de como minha mulher se exprimiu ao contar-nos a visão que tivera. Perguntais-me se o desenho da touca que me enviais tem alguma analogia com a que a finada tinha à cabeça após a morte. A semelhança *é maravilhosa*. É mesmo a touca com fofos que vossa avó usou durante a moléstia e na hora da morte, assim como a descrição que fazeis do fantasma, *concorda inteiramente*

com a aparência que ela tinha quando faleceu. Isto é a expressão da verdade e, se for necessário, estou pronto a afirmá-lo sob juramento.”

Meu pai não existe mais desde 1885; porém minha mãe ainda vive e recorda-se nitidamente do que se passou e confirma os pontos essenciais:

“Li com muito cuidado a narração de meu filho sobre a visão que teve e lembro-me também da do meu falecido marido, o Dr. Tweedale. Fomos informados, na mesma ocasião, do fenômeno a que assistira a minha cunhada na mesma noite.”

O fato que acaba de ser relatado apresenta tantas garantias de autenticidade que não é possível considerá-lo como duvidoso. Aconselho aos incrédulos tomarem conhecimento de casos análogos já observados, e acrescento que há muitos fenômenos interessantes e autênticos que ficam sem explicação.

*Rev. Charles Tweedale*

Membro da Real Sociedade Astronômica de Londres.”

Pareceu-me útil relatar aqui esta narração, sem resumi-la; é notável porque relata um fato observado cerca de uma hora e três quartos após o falecimento e visto por três pessoas, independentemente umas das outras. O falecimento deu-se 15 minutos depois da meia-noite e a aparição foi vista às 2 horas.

Como poderá isso ser explicado?

É evidente que, neste caso, é impossível pensar numa fraude qualquer.

Discuti esta observação de alto valor nos *Annales des Sciences Psychiques* de outubro de 1906, comparando entre si as hipóteses da ilusão, da alucinação e da telepatia.

Na ignorância em que estamos atualmente sobre a constituição da matéria, sobre a natureza da energia e sobre a essência do espírito, toda e qualquer tentativa feita para comprovar se as aparições são reais, ou não, deve ser aprovada por todos os

amigos da verdade, e é nossa obrigação felicitar o Sr. Tweedale por ter dado a conhecer esta tríplice observação.

Parece-me coisa inadmissível haver ilusão e alucinação em três testemunhas afastadas uma da outra.

O narrador declara que, para ele e para seu pai, o fantasma ali estava *objetivamente* e que *a touca é a prova disso*. Parece-me, a mim, que a realidade da aparição pode ser interpretada com a suposição de que a falecida agiu sobre o espírito de seus filhos e que esta sugestão transformou-se em imagem. Um ser morto pode agir a distância sobre um ser vivo, manifestar-se-lhe sob qualquer forma, sem dúvida impressionando o cérebro.

Continuemos nosso exame. A aparição de que acabamos de falar foi vista uma hora e três quartos depois da morte.

Eis aqui outra aparição, a de uma mãe à sua filha, vista um pouco mais tarde.

Devo a amável atenção do brilhante poeta Augusto Dorchain a notável relação que se segue, datada de 1821, e que trata de um caso de telepatia bem preciso, observado na época em que estes fenômenos nem eram conhecidos nem falados. Esse incidente dramático foi extraído das *Memórias do Coronel Voutier*,<sup>36</sup> ardente fileleno nas quais narra suas campanhas na Grécia, nelas intercalando a narração de uma aparição em sonho, imediatamente após o assassinio de uma senhora turca.

O soldado historiador não era nem embusteiro nem crédulo; ele não se encarrega de explicar o mistério, narra-o com lealdade. Ei-lo:

“Outubro de 1821... Antes de reencetar a narração que me vai afastar de Tripolitza, obedeço ao desejo de contar um facto notável:

Meus soldados trouxeram à minha presença uma jovem turca; era bela e o susto que tinha ao pensar nos males que podem suceder a uma menina de 16 anos, num país em que a escravidão das mulheres é tão odiosa, esse susto, como dizia, tornava-a mais interessante ainda. Aceitei o presente que me ofereciam e para sossegá-la dei ordens para que fosse

conduzida a um aposento separado, onde seria tratada com todo o respeito devido ao seu sexo e à sua situação.

Esse modo de agir assombrou minha prisioneira que, com lágrimas, me demonstrou seu reconhecimento.

Poucos dias se haviam passado e minha bondade para com ela, e mais do que tudo, minha reserva tão diferente dos costumes muçulmanos, me haviam angariado sua afeição e sua confiança. Eu passava alguns momentos junto dela, procurava consolá-la; separada da mãe, só a mim tinha por confidente da sua dor; amava-me como a um amigo e eu a ela me afeiçoara por essa satisfação íntima desconhecida do leitor que percorre estas linhas com ar motejador. Uma resolução decidida que havia formado de salvar destas desordens uma jovem virgem e a necessidade em que me achava de dar aos meus soldados o exemplo de uma virtude que eles começavam a esquecer, tudo isso me proibia qualquer afeição bem diversa para com a linda escrava.

Um dia chegou-se ela a mim, cabisbaixa e olhos marejados de lágrimas.

– Que tens? – disse-lhe eu. – Choras, menina?! Não podes então banir tua tristeza?

– Ah! muita razão tenho de chorar. Eles mataram minha mãe.

– Quem te contou isto?

– Ela mesma.

– Quando?

– Esta noite, *eu a vi*, ela me falou e me disse: “Minha filha! vê! os malvados me mataram”; e ela me mostrava o pescoço traspassado; outro ferimento dilacerava-lhe o lado. “Cava-me uma sepultura”, acrescentava ela. – E com que, minha mãe? – “Cava a terra com tuas unhas, minha filha.”

Para sossegar esta infeliz menina, dei ordens para que se informassem da sorte da sua mãe. Vieram dizer-me que haviam encontrado uma mulher morta, tendo ao pescoço e ao lado feridas ainda a gotejar sangue.

Perguntei à triste Emmé como seria possível reconhecer-lhe a mãe.

– Ela usava calções desta fazenda.

Fui onde estava o cadáver; tirei um pedaço dos calções e, apresentando-o à moça:

– Era assim o da tua mãe?

– Sim, é o de minha mãe, o senhor a encontrou e a encontrou morta. Desgraçada de mim!

E arremessando-se a mim, procurou tirar o meu punhal para matar-se. Detive-a e, para desviá-la dessa idéia, contei-lhe que, efetivamente, haviam raptado sua mãe, mas a tinham mandado para a Ásia. Com essa mentira a desventurada recuperou a calma.

Confesso que a recordação desse acontecimento deixou em meu espírito uma impressão extraordinária; não acredito nas revelações noturnas e, entretanto, a coincidência dessa horrível realidade com o sonho da jovem turca ainda hoje me confunde; é preciso pensar pelo menos que há, nesse caso, um efeito estranho da fatalidade.

Tenho, enfim, o suave consolo de ter assegurado o futuro da pobre Emmé, que foi adotada por uma família respeitável do Peloponeso.”

Só podemos repetir o que já dissemos para certos casos: uma coincidência fortuita é possível, pois a moça, estando muito aflita pela sorte da mãe, teria podido sonhar que esta fora assassinada. Mas é impossível deixar de notar: 1º- que não é um sonho vulgar, que a impressão sentida foi violentamente forte; 2º- que os ferimentos foram vistos e o drama realizado. Embora *possível*, a coincidência fortuita de um sonho é completamente *improvável*. Ao demais, a quantidade considerável de fatos análogos hoje conhecidos, estudados, discutidos, leva-nos a considerar a comunicação telepática como sendo uma probabilidade vizinha da certeza.

A isso estamos preparados pelo fantasma da Sra. Tweedale – e por todos os outros.



Essa aparição da mãe à filha, em um sonho telepático, parece ter-se dado pouco tempo depois do assassinio.

Pelo cálculo das probabilidades, uma alucinação representando esta ou aquela pessoa não deveria coincidir por efeito do acaso com um acontecimento especial – por exemplo a morte dessa pessoa – numa proporção maior do que para outros acontecimentos. Passada esta proporção, tem-se alguma razão para não admitir o acaso e, por conseguinte, pensar que o fantasma tem uma causa real.

Meus leitores devem lembrar-se de ter lido um fato com alguma semelhança com o precedente: é a aparição muito notável de um morto ao seu irmão, algumas horas depois do falecimento, fato que publiquei em *O Desconhecido* (capítulo VII, caso LXIX). Esta observação é do Sr. Frederico Wingfield, em Belle-Isle-en-Terre (Côtes-du-Nord). Escreve ele:

“Durante a noite de 25 de março de 1880 sonhei que via meu irmão Ricardo Wingfield Baker, *sentado numa cadeira, diante de mim*. Falava eu com ele e ele inclinava simplesmente a cabeça, em vez de responder; depois levantou-se e saiu do quarto. Acordei e reparei que estava de pé, um dos pés no chão perto do meu leito e o outro em cima deste, tentando eu falar e pronunciar o nome do meu irmão. A impressão que tinha da presença do meu irmão era tão forte e tudo o que se passara tão real, que saí do quarto para ir ter com meu irmão na sala de visitas, não encontrando ali ninguém. Tive então a sensação de uma desgraça iminente, descrevia essa “aparição” no meu diário e anotei-a deste modo: “Permita Deus que tal não aconteça!”

Três dias depois recebi a notícia de que meu irmão morreria naquele dia, às 8 horas e meia, em consequência de uma queda que sofrera numa caçada.”

O falecimento, pois, precedera de algumas horas esta visão tão formal.

A objeção que formulamos, contra a realidade da aparição da mãe da jovem grega, não teria cabimento algum aqui. É deste modo que as observações se corroboram umas pelas outras. Não

menos demonstrativo é o fenômeno que se segue, realizado ao ar livre, em pleno dia. Uma pessoa é vista nitidamente e perfeitamente reconhecida, duas horas após a sua morte, por um jardineiro que ignorava essa morte. Esse caso foi especialmente estudado por Fredrich Myers.<sup>37</sup>

O Rev. C. T. Fórster, pastor de Hinxton, escrevia no dia 6 de agosto de 1885:

“A falecida Sra. de Fréville, minha paroquiana, era uma senhora algum tanto excêntrica; tinha pelas sepulturas um interesse especial que não era normal. Dois dias depois da sua morte, que se dera em Londres, a 8 de maio, de tarde, ouvi contar que o jardineiro Alfredo Bard a vira naquela mesma tarde do dia 8 de maio. Mandeí chamá-lo à minha presença e ele me fez uma narração muito clara e muito pormenorizada do que vira.

É um homem dotado de grande hábito de observação; aprendeu sozinho o ofício de horticultor e estou convencido de que diz a verdade sem nenhum exagero. Também tenho absoluta certeza de que a nova da morte da Sra. de Fréville só pôde chegar a Hinxton no dia seguinte (9 de maio) de manhã. Foi ela encontrada morta às 7 horas e meia da noite. Tinham-na deixado sozinha em seu quarto; estava um pouco adoentada, porém não a julgaram seriamente doente.

*C. T. Fórster.”*

Eis aqui a narrativa do próprio Sr. Alfredo Bard:

“Sou jardineiro e trabalho em Sawston. Quando saio do meu trabalho, sempre atravesso o cemitério de Hinxton para voltar para casa. Sexta-feira, 8 de maio próximo passado, voltava como de costume pelo cemitério, quando olhei com bastante atenção para uma vaca e um jumento que se tinham deitado bem para dentro da porta. Quando abaixava a cabeça, meu olhar se dirigiu para o lado do mausoléu quadrado onde o Sr. de Fréville foi enterrado. Vi então a Sra. de Fréville encostada na grade, vestida como habitualmente, com um chapéu, feitiço de cesto para carvão (*coal-scuttle bonnet*),

uma jaqueta preta enfeitada de fumo e um vestido preto. Olhou-me bem de frente; seu rosto estava muito pálido, mais pálido do que habitualmente.

Eu a conhecia bem, tendo sido seu empregado algum tempo. Supus que ela viera, como fazia algumas vezes, para entrar no mausoléu e pensei que o Sr. Wiles, pedreiro de Cambridge, estivesse lá dentro endireitando alguma coisa. Dei a volta, olhando atentamente, para ver se a porta estava aberta. Estava com os olhos fitos nela e à distância de uns 5 a 6 metros. Voltou o rosto para mim e acompanhou-me com os olhos. Parei entre a igreja e o mausoléu (medeiam uns 4 metros entre os dois) e olhei para ver se a porta estava aberta, pois ela me escondia esta entrada; quando me virei ela tinha partido. Era impossível que tivesse saído do cemitério, pois para alcançar qualquer das duas saídas devia forçosamente passar diante de mim.

Fiquei, pois, convencido de que ela tinha entrado no mausoléu. Dirigi-me para a porta, contando encontrá-la aberta, mas, com grande surpresa minha, estava fechada e nem tinha sido aberta, não havendo chave na fechadura. Esperava poder olhar para dentro do próprio mausoléu, sacudi a porta para certificar-me de que estava realmente fechada; mas nenhum sinal havia que indicasse estar ali alguém. Fiquei então muito assustado e olhei o relógio que marcava 9 horas e meia.

Quando cheguei em casa perguntei-me a mim mesmo se o que eu tinha visto não era efeito da minha imaginação; entretanto, tudo narrei a minha mulher. Quando me disseram, no dia seguinte, que a Sra. de Fréville havia falecido, fiquei tão impressionado que dei um pulo do lugar onde estava. Nunca mais tive outra alucinação.

*Alfredo Bard.”*

Um atestado da Sra. Bard, que não transcrevo por falta de espaço, confirma *in totum* essa narração.

O pastor Fórster levou o Sr. Myers ao cemitério de Hinxton e a exatidão da descrição do lugar foi exatamente confirmada. Quanto à data da morte, foi ela verificada pelo *Times*.

Imaginar uma alucinação? Mas: 1º- esse honrado jardineiro nunca as teve; 2º- a aparição deu-se depois do falecimento, que ele ignorava; 3º- a mulher original gostava de visitar as sepulturas.

Esta também é uma prova irrecusável de aparição depois da morte. O vestuário da falecida deve ser explicado. Podemos pensar que o fantasma obedeceu ao seu hábito de visitar o cemitério – para onde devia, ao demais, ser transportada – e que sua presença invisível, espiritual, impressionou o espírito do jardineiro, apresentando-lhe a imagem corpórea.

O caso seguinte é talvez ainda mais curioso.

Uma jovem, que acaba de morrer subitamente, manifesta-se ao seu médico. Morre ela à 1 hora da madrugada e às 4 horas o doutor desperta, vendo luz forte no seu quarto e uma forma de mulher que ele não reconhece. Vamos traduzir a narração que foi publicada por Podmore em suas *Aparições*.<sup>38</sup>

O observador escrevia de Albany (Estados Unidos) ao Dr. Hodgson, no dia 10 de setembro de 1888:

“Sou médico, há onze anos que clinico e tenho excelente saúde, nunca acreditei em aparições.

Segunda-feira passada, 3 de setembro, deitei-me mais ou menos às onze horas, depois do meu trabalho habitual. Tinha feito uma refeição frugal às sete horas.

Meu quarto de dormir fica no 2º andar e fecho todas as portas com exceção da que comunica com o quarto de minha senhora.

Ocupo o quarto nº 1 e minha mulher o de nº 2, que só tem uma janela e uma única porta que dá para o meu quarto; este tem três portas que fecho à noite e uma só janela. As duas janelas dos nossos quartos são vedadas por espessos reposteiros verdes que descem até o soalho para impedir a passagem da luz exterior. Nenhuma luz artificial alcança as janelas e o luar o faz a custo.

Despi-me e deitei-me pelas onze horas e adormeci depressa. Pelas quatro horas da manhã fui despertado por forte luz sobre o meu rosto. A princípio julguei que fosse minha mulher, pois ela devia levantar-se às 5 horas e meia para tomar um trem da manhã. A luz era tão brilhante que chamei por ela, mas ninguém me respondeu. Enquanto eu falava, a pessoa foi para outro ponto e pareceu esvaecer-se em direção à porta. O deslizar silencioso da luz fez-me pensar numa criada que atravessasse o *hall*, tendo a luz passado pelo buraco da fechadura. Entretanto isto não era possível, pois um reposteiro ocultava a fechadura. Acudiu-me então a idéia de um gatuno no quarto vizinho; gritei para minha mulher, pedindo para acender a luz imediatamente. Ela despertou e dirigiu-me esta pergunta inesperada:

– Que luz brilhante é esta no seu quarto?

Acendi o gás e por minha vez procurei, notando então que não havia luz no outro quarto.

Minha mulher partiu pelo trem da manhã e eu tratei das minhas ocupações habituais. Quando voltei ao meio-dia, minha criada me informou que, durante minha ausência, um homem viera pedir um atestado para uma jovem que morrera pela madrugada, de uma hemorragia pulmonar. Falecera cerca de 1 hora da manhã. Eu vira a aparição às 4 horas; tanto quanto pude reparar, não havia grande semelhança entre ela e minha cliente, a não ser o talhe. A dessemelhança do rosto não era talvez considerável, mas a aparição me dera a impressão de mais idosa. Eu tinha visitado a doente na noite precedente e sua moléstia não me parecera de gravidade iminente: adoecera só dois dias antes. Tinha escarrado a princípio um pouco de sangue, depois de ter feito um esforço. Quando se deu a hemorragia, naquela madrugada, pronunciou meu nome, pedindo que a socorresse.

É o único fato desse gênero a que eu tenha assistido pessoalmente. Essa aparição era bem evidente, mas dissipou-se rapidamente. Minha mulher tinha notado a luz antes que eu a chamasse, no momento mesmo em que eu a tinha despertado. Quanto a mim, ao ver essa aparição luminosa, eu me ti-

nha levantado imediatamente, pois tenho o hábito de acudir ao telefone durante a noite.”

Parece bem indicado que devemos registrar aí uma relação de causa e efeito, e que a agonizante – ou a morta – produziu esta manifestação. Não pode ser invocado o acaso.

Frank Podmore, de acordo com seu título, *Apparitions and thought transference*, só quer considerar esse caso como transmissão do pensamento da jovem cliente para o seu médico, antes da sua morte. Mas será essa a verdadeira explicação?

Primeiro, o fenômeno realizou-se três horas depois da morte. Por que teria esta súplica da agonizante levado tanto tempo para agir sobre seu médico tão habituado a acudir ao telefone e não tendo, pois, o sono muitíssimo profundo?

Em seguida, qual é a causa dessa luz vista por duas pessoas e que não pode ser atribuída a uma alucinação?

Perante nós, sem subterfúgios, está o quesito a que devemos responder com toda a franqueza: esta manifestação de luz e de aparição terá sido produzida pela pessoa ainda viva ou igualmente por ela, porém três horas após a sua morte? Devemos julgá-lo imparcialmente, sem nenhum preconceito.

Não lhes parece logicamente, simplesmente, que a resposta está mais em favor de ter sido a morta do que uma transmissão de pensamento singular e esquisita, pois teria ficado latente, durante três horas, no cérebro do doutor e teria finalizado com essa luz e esse fantasma?

Notemos que em oposição às aparições da avó do Sr. Tweedale, da mãe da jovem turca, do Sr. Wingfield, esse fantasma permaneceu indeciso. As impressões são extremamente variadas.

Citemos outro exemplo. Um habitante de Bordéus ouve abrir uma porta, sente que alguém acaba de entrar atrás dele, sentando-se a uma mesa. Vira-se e olha: era seu tio, morador em Laroche-foucauld, o qual se suicidara às 5 horas da manhã; eram então 9 horas da manhã. Vejamos a narração do relator.

“Em 1888 eu habitava, em Bordéus, um aposento da rua do Palais Gallien. No dia 27 de fevereiro, às 9 horas e meia da manhã, num dia bastante claro, estava eu sentado diante

da minha mesa de trabalho, quando tive subitamente a impressão de que a porta acabava de ser aberta e que alguém, sem fazer ruído, entrara e estava atrás de mim. Voltei-me para a esquerda e vi bem nitidamente meu tio G. A visão foi bastante curta.

Cerca de um quarto de hora depois fui interrompido no meu trabalho por um telegrama anunciando-me que meu tio estava muito mal e me chamava para junto de si em Larochefoucauld (Charenta). O telegrama fora expedido pouco depois das 8 horas.

Parti imediatamente e, logo ao chegar, soube da morte de meu tio. Tinha dado dois tiros na cabeça e os médicos marcavam a morte para as cinco horas da manhã. Quando o vi no meu aposento da rua do Palais Gallien, trajava a mesma roupa com que eu o vira na nossa última entrevista, cerca de 8 dias antes. Correspondíamos muito seguidamente. Ao chegar, achei diversas cartas a mim endereçadas e escritas na noite que precedera o suicídio.”<sup>39</sup>

Outro fato: Uma pessoa, em plena saúde e em condições de observações absolutamente normais, vê a aparição de seu tio durante alguns minutos, 7 horas após a sua morte, que ignorava.<sup>40</sup>

“Na terça-feira, 25 de maio de 1897, às 8 horas da manhã, a Sra. Lagenest, estando a criada ausente, fazia a sua cama no aposento que ocupava em Fontenay-le-Comte; nisso, de frente dela, do outro lado da cama (esta se achava colocada no centro do quarto), vê seu tio, o Sr. Bonnamy, morador em Loché (perto de Loches) e que ela julgava estar de perfeita saúde. Via-o sorrir como que satisfeito, porém essa aparição a incomodou e ela passou para o lado oposto, julgando não vê-la mais. Com grande espanto, viu o tio no lugar onde acabava de estar. Dirigiu-lhe então a palavra, perguntando por que ali estava; não obteve resposta e a aparição, deixando de sorrir, olhava-a com bondade. Para fugir desse olhar que a perturbava e levando a obsessão em conta de alucinação, a Sra. de Lagenest desceu aos aposentos do andar térreo

e entrou no gabinete do marido. O mesmo fantasma se er-  
gueu diante dela.

– Mas, meu tio, por que vem cá? Então, o senhor morreu?

Dissipou-se imediatamente a aparição, logo que essas pa-  
lavras foram proferidas pela Sra. de Lagenest.

Essa senhora foi ao jardim para se restabelecer da como-  
ção que acabava de sofrer e, meia hora depois, como bates-  
sem na campainha do portão, apesar de não ver a pessoa que  
lá estava, voltou-se para o criado que estava perto dela e dis-  
se-lhe:

– Vá buscar o telegrama que estão trazendo; meu tio fale-  
ceu.

Era exato, pois o Sr. Bonnamy falecera em Loché, a 25 de  
maio, à 1 hora e um quarto da madrugada.

A Sra. de Lagenest é de opinião que a visão durou dez mi-  
nutos. Produziu-lhe um cansaço excessivo que só se dissipou  
muito tarde, à noitinha.

*F. Bodroux.”*

É sempre permitido supor uma ilusão óptica, mas convém ra-  
ciocinar completamente. Essas coisas são *ilusões corresponden-  
tes a realidades*. De fato o tio apareceu à sobrinha sete horas  
depois da sua morte, que ela ignorava.

Conhecemos muitas outras observações do mesmo gênero.  
Não assinalamos, no tomo II, a aparição de um amigo que foi  
visto numa poltrona da sala de visitas, doze horas depois da sua  
morte?

Supor que todas essas aparições espontâneas sejam ilusões é  
coisa cada vez menos admissível, dados o número e as circuns-  
tâncias normais dessas observações.

\* \* \*

A sensação seguinte, sofrida por um filho após a morte de sua  
mãe, parece bem ter sido produzida pela influência dessa mãe,  
morta e feliz por estar libertada da vida terrestre. Essa comunica-  
ção que me foi dirigida a 11 de dezembro por meu amigo, o



diplomata americano Warrington Dawson, já conhecido dos meus leitores (*Antes da Morte*), é duplamente interessante pela premonição esquisita que ela contém. Ei-la:

(CARTA 4.352)

“Dezesseis meses antes da sua morte minha mãe se vira estendida, morta, no lugar em que devia morrer, em consequência de um resfriamento accidental.

Em janeiro de 1908 tínhamos muita pressa de achar um apartamento. Uma manhã, descobri um na rua de l’Université, o qual muito me agradou. Quando voltei para almoçar com minha mãe, na rua de Varennes onde habitávamos, propus-lhe ir vê-lo já e, se lhe agradasse, iria naquela mesma ocasião falar com o gerente e assinaria o contrato.

Foi o que fizemos. Minha mãe parecia tão satisfeita como eu; ao passarmos de um quarto para outro, discuti comigo como colocaríamos os móveis e os quadros. Tínhamos chegado à porta do quarto que devia servir-lhe de quarto de dormir. Subitamente vi-a empalidecer e ficar com os olhos fitos no painel central da parede da esquerda; nunca lhe vira tal expressão. Soltei uma exclamação, perguntando-lhe o que havia. Ao ouvir minha voz, um calafrio estremeceu-lhe o corpo, dominou-se e respondeu com voz sufocada:

– Não é nada, estou com frio.

Como estávamos em janeiro e o apartamento estava desabitado, pareceu-me coisa natural e não pensei mais nisso.

Algumas semanas depois de termos feito a mudança, fiquei muito admirado quando amigos nossos me disseram que minha mãe estava muito infeliz em nosso novo apartamento, tendo por ele verdadeiro horror e lamentando amargamente a pressa que eu tivera em assinar o contrato. Conversei então com minha mãe, perguntei-lhe o que havia, pois nunca teria alugado um apartamento que lhe não agradasse. Ela pareceu incomodada, dizendo que nossos amigos não deviam ter repetido um dito impensado. Mas sua perturba-

ção demonstrou claramente que me ocultava alguma coisa. Insisti e respondeu-me com objeções fúteis.

Por várias vezes insisti no assunto, percebendo sempre que ela ocultava o que pensava. Finalmente decidi-a a expandir-se; disse-me então:

– É porque ao chegar ao limiar do quarto de dormir *eu me vi morta, estendida neste leito*, no lugar em que está. Compreendi então que sairia deste apartamento no meu caixão.

Ouvindo estas palavras, recordei-me da expressão do seu rosto quando tínhamos visitado o apartamento pela primeira vez; até aquele momento tinha aprovado tudo; dali por diante tinha-me deixado agir, sem protestar.

Tentei com mil argumentos tirar-lhe do espírito essas idéias a que chamei mórbidas; não o conseguindo, propus-lhe ir passar alguns meses em casa de minha irmã, na América. Ela partiu e só voltou em dezembro; perguntei-lhe se queria mudar de casa e não lhe recordei a visão, contando que a tivesse esquecido, pois parecia estar gozando perfeita saúde. Ela me respondeu que nunca seria feliz nesta casa e que me pedia muito para anular o contrato

Concordou o proprietário, mas sob a condição de lhe apresentar outro locatário que alugasse com contrato; procurei e consegui encontrar um. Foi nessa ocasião que parti inesperadamente com o presidente Roosevelt, em abril de 1909. Ela preparou sua mudança. Coisa esquisita, numa das últimas cartas que me escreveu ela falava da arrumação dos objetos e acrescentava: “Estou-me preparando para o grande Êxodo.” Essa carta, escrita na rua de l’Université, antes da sua moléstia, só me chegou às mãos muito tempo depois de sua morte.

Amigos, entretanto, telegrafaram-me que ela estava gravemente doente de pneumonia. Dia a dia sucederam-se os telegramas, não me deixando nenhuma esperança. Esperava as tardes com terror, pois era quando me entregavam os telegramas; passava os dias e as noites aflitíssimo, com o sentimento da catástrofe inevitável e iminente.

Um dia, era a 5 de maio, senti subitamente um alívio indescrevível; senti que ela estava presente, perto de mim, e fui invadido por um bem-estar celestial como nunca senti igual.

Refleti logo nos laços telepáticos que nos uniam desde tão longos anos. Minha idéia foi: “Está terminada a crise – minha mãe está salva – e, pensando em mim, comunicou-me seu alívio.”

Pela primeira vez, depois que recebera o primeiro telegrama, me senti inteiramente feliz. Ao pôr do Sol, ouvi que me chamavam – um indígena chegara, trazendo, como de costume, um telegrama. Precipitei-me ao seu encontro, rompi o papel: *anunciava-me a morte de minha mãe.*

Esta notícia abateu-me completamente. Eu a julgava viva, ela me havia comunicado seu pensamento, comungara com ela em espírito e ela tinha morrido! Perdê-la teria sido terrível para mim, mesmo que eu estivesse preparado para isso; não o estando, era como se me tivessem dado uma cacetada.

Só depois de muitos anos é que compreendi a verdade. Minha mãe, com efeito, me havia comunicado seu pensamento, mas já estando no que chamamos o outro mundo; ela me fizera sentir sua presença, fizera-me partilhar o seu alívio, o seu bem-estar celeste, dissera-me de todo seu amor de mãe, mostrando que nossas almas não podiam ficar separadas. Tendo podido ouvir, não pudera compreender.

Tanto quanto pude estabelecer a correlação do tempo, passou-se isto *várias horas depois do seu falecimento* em Paris; sua alma havia exigido essa demora, fosse para se habituar às condições da vida eterna, ao deixar a terrestre, fosse para se fazer sentir por mim através dos véus da carne.

*Warrington Dawson.”*

Essa manifestação nada tinha de material. Não deixa por isso de ser notável e acolhi-a tanto mais como fato real quanto mais apreciei a profunda afinidade que unia o filho à mãe, dotados ambos de faculdades psíquicas especiais. Como observamos há

pouco, as impressões produzidas pelos mortos são extremamente variadas.

A aparição seguinte, realizada doze horas depois da morte, tem, como a precedente, todos os sinais de autenticidade. O autor é nosso conhecido (tomo II). Foi-me enviada de Munster a 2 de abril de 1899.

(CARTA 618)

“Sou um homem de 47 anos, gozando saúde, de porte alto e reto, gordura razoável, tendo boa aparência, bom apetite e dormindo bem, empregado antigo da administração do Telégrafo – e livre pensador.

Um dos meus amigos morreu no dia 9 de abril de 1898, véspera da Páscoa, às seis horas da manhã; apareceu no meu quarto e pôs-se a olhar todos os quadros militares que ali coloquei e que eu prometera mostrar-lhe.

Alguns dias antes da sua morte, quando eu lhe dizia que o achava melhor, e que um couraceiro de 1870 não podia morrer antes de estar libertada a Alsácia, ele me tinha respondido que ia curar-se para ver meus belos quadros. Reconheci-o, embora estivesse com mortalha e não tivesse mais seus bigodes tão característicos. Ficou muito tempo a olhar meus quadros, fez-me um sinal de amizade e desapareceu subitamente. Estava eu perfeitamente acordado. Fui de manhã mesmo à casa mortuária e notei que a boca e os bigodes estavam cobertos com um pano branco.

*Jean Lau.”*

Pela descrição feita pelo autor da sua própria pessoa, seria difícil admitir neste caso uma alucinação, uma impressão nervosa, uma ilusão imaginária. Nenhum argumento positivo poderia estabelecer a impossibilidade de ter vindo o espírito do morto visitar seu amigo algumas horas após o falecimento. Que sua imagem tenha acompanhado seu pensamento, também nada tem isto de absurdo. Transmissão telepática de morte. Essa relação confirma o que dissemos no tomo II.

Foi igualmente 12 horas depois da morte que o incidente abaixo descrito foi feito. Assinalaram-mo logo no início de minhas investigações, em março de 1899, na comunicação seguinte escrita por um menino de 12 anos:

“Eu não conhecia o medo. Um primo meu, com quem conversara na véspera até às 9 e meia, durante nosso passeio, morreu subitamente às 11 horas.

Às 4 horas da manhã (estávamos em agosto), saí do sítio para ir à escola, como de costume, porém saí mais cedo, para fazer a declaração do óbito na Casa da Câmara.

Tinha por hábito ir às 11 horas tocar o sino e dar corda ao relógio, que ficava no campanário da igreja. Para lá chegar era preciso subir uma escada em caracol e atravessar um desvão de uns 20 metros de comprimento. Naquele dia o professor me deteve e me disse:

– Se te é desagradável ir sozinho dar corda ao relógio, fica, eu irei em teu lugar.

– Eu? – respondi – por que me seria isso desagradável?

Narro tudo isto para explicar em que disposição de espírito eu me achava naquele momento. Lembro-me muito bem que pensei comigo mesmo: “Ora, que idéia esquisita tem o mestre de me fazer esta pergunta!”

Chegando ao desvão, fiquei bastante admirado ao ver, de pé, ocultando em parte a porta do relógio, e o rosto iluminado em cheio pela trapeira do telhado, meu primo, vestido com sua roupa de trabalho, olhando para mim fixamente e o rosto um pouco triste. Apanhei uma pequena barra de ferro que lá estava e, adiantando, mandei-a em cheio na aparição. A barra, ao bater na porta, produziu um som surdo e maciço, e a ilusão – se ilusão havia, pois suas narrações fazem-me duvidar disso – desfez-se. Dei depois corda ao relógio e saí.

Meu primo estava agora à direita, debaixo do desvão, sorrindo, e desta vez deixando a passagem livre. “Isto é demais!” disse eu em alta voz, como para provar a mim mesmo que eu não sonhava. O fantasma fez um movimento para levantar o braço e desapareceu subitamente.

Desci rapidamente a escada e contei o caso ao professor, que me disse:

– Foi medo que tiveste.

*J. Turquin*  
Professor (Ardennes).”

Por esta narração, realmente não parece que esse menino absolutamente calmo, tranqüilo, com o descuido da sua idade, tenha sido iludido por uma alucinação, sobretudo duas vezes seguidas, e não tendo ficado de nenhum modo impressionado, a não ser como fenômeno curioso e sem causa a ser examinada. O fato de ter desferido uma pancada, com a barra de ferro, no fantasma, demonstra completa ausência de receio por parte desse menino, simplesmente admirado e sem refletir absolutamente numa manifestação possível do seu amigo, ato puramente maquinal. Essa aparição, 12 horas após a morte, foi espontânea.

Segundo meu método de investigação, perguntei ao autor dessa narração se o professor de quem fala poderia confirmá-la e recebi o seu atestado, dando-me a impressão de que *o próprio professor vira a aparição*.

Outra comunicação da mesma época:

(CARTA 210)

“Montbéliard, 26 de março de 1899.

No ano de 1888 apareceu-me certa noite meu genro, que habitava no Alto-Loire; eram mais ou menos 11 horas e eu estava bem acordada.

Ora, no dia seguinte soube que ele era falecido na manhã daquele dia às 11 horas. É preciso notar que eu não tinha razão alguma para julgá-lo doente e que morreu subitamente. Peço para só dar minhas iniciais, caso publique minha carta.

*C. H.*”

Esta aparição, 12 horas depois da morte, efetuou-se, notemo-lo, sem que a observadora soubesse do falecimento.

Desejaria dar, dessas comprovações, apenas relações concisas e muito curtas como a anterior, de modo a relatar maior número delas, mas casos há em que os pormenores são indispensáveis, como acontece com o que se segue.

Uma morta, que não se julga morta, anuncia seu falecimento! O que aqui transcrevo foi extraído de uma carta a mim endereçada de Cherburgo, no dia 10 de outubro de 1921:

(CARTA 4.712)

“Certa noite (13-14 de setembro de 1918), a Sra. Boulier julgava-se acordada e ouviu chamar-lhe pelo nome; seu primeiro pensamento foi este: “Oh! eu estava então dormindo, pois que sonhava!” Porém, nesse momento ouviu de novo: “Senhora Boulier!” Convicta de que estava acordada, olhou ao redor de si e viu, entre a janela e o armário, um busto de mulher, que saía da parede e lhe falava.

– Quem sois? – perguntou.

– Não me reconhece?

– Não.

– Entretanto a senhora comprou-me peixe, hoje de manhã, nas *Halles* (mercado). Sou a mãe Arondel.

– Ah! é verdade, e que quer?

– Devo estar morta, vi meu corpo estendido no chão e meus filhos a chorar em volta dele. Por mais que falasse com eles, não me ouviam.

– Como morreu?

– Zanguei-me ao voltar a casa e cáí; depois vi meu corpo no chão e gente em volta; entretanto eu não estou morta!

– Bem, mas que quer?

– É preciso que a senhora vá dizer àquela gente que está em minha casa que eu não morri.

– Não, que me julgariam louca; não posso fazer isto. Deixe-me, minha boa mulher.

A aparição foi-se então, esgueirando-se de lado, através da parede.

No dia seguinte, bem cedo, a Sra. Boulier foi à casa de uma das suas vizinhas, a Sra. Micheau, e contou-lhe tudo. Partiram ambas para as *Halles*, a fim de verificar o fato. Um papel, grudado na sua banca, anunciava a morte da mãe Arondel, e as outras vendedoras explicaram que ela tinha morrido subitamente, logo que entrara em casa.

*Gaston Thorin.*”

Procedi a um inquérito em Cherburgo para verificar essas diferentes declarações e agradeço ao autor desta comunicação o cuidado com que o dirigiu. Diversas pessoas foram encarregadas dele. Na Casa da Câmara o registro civil traz como data da morte o dia 13 de setembro de 1918, 13 horas: viúva Arondel, nascida a 22 de fevereiro de 1846. Uma vendedora de peixe certifica tê-la visto ainda no dia de sua morte, ao meio-dia, quando partia do mercado, sabendo quando voltou, às 2 horas, que ela morreria subitamente à 1 hora. Esses atestados são tanto mais explícitos para mim, que me encontrava em Cherburgo em setembro de 1918.

O que devemos notar nessa observação é que a falecida não se julgava morta e que sua aparição deu-se cerca de 12 horas após o falecimento.

A manifestação que se segue provém de um morto, como a precedente, e não de um vivo, de um moribundo. Um rapaz morre na tarde do dia 8 de janeiro de 1908, no hospital, em Paris. Sua avó, moradora em Vierzon, na noite seguinte tem um pesadelo, no qual vê o rosto do seu neto passar e tornar a passar atrás das vidraças da janela, olhando para ela. Ele desaparece e ela o vê estendido, morto sobre uma espécie de laje. A visão realizou-se 10 ou 12 horas depois da morte. Leiamos a narração deste fato exposto por um juiz competente. Copio-a de uma carta do Dr. Fernand, de Vierzon:

(CARTA 1.823)

“Procurai sobretudo fatos. Eis um que eu soube por obra do acaso e que talvez o interesse.



Deixe-me primeiro dizer-lhe que tenho 39 anos e que pessoalmente não tenho convicção preestabelecida sobre nenhum sistema filosófico, porém estou persuadido de que não conhecemos tudo e que seria *anticientífico negar o inexplicável*.

Trato aqui, em Vierzon, como médico, da Sra. X., com cerca de 70 anos (peço licença para não lhe dar o nome). Muito inteligente; temperamento nervoso, beirando à neurose, quando moça. Trato dela, atualmente, nas suas crises de asma.

A pedido meu, sua filha, que morava em Paris, veio habitar com ela, em dezembro de 1907.

Na noite de quarta para quinta-feira, 8 a 9 de janeiro próximo passado, pelas 2 horas da manhã, a doente chama a filha e pede-lhe luz, dizendo:

– Acende a lâmpada. Tive um horrível pesadelo.

Foram estas as suas palavras. No domingo seguinte ela lhe diz:

– Não devias ter comido muito ao almoço.

E, respondendo ao espanto da filha:

– Não devias ter comido muito não, porque estás bem aflita. É inútil ocultá-lo: teu filho morreu. Na noite em que te chamei, eu vi seu rosto passar e tornar a passar atrás das vidraças da janela, olhando para mim. Depois desapareceu, mas então *eu o vi estendido, morto, em cima de uma espécie de laje* e coberto com um pano cor de cinza.

Ora, o neto da doente falecera realmente na quarta-feira, 8 de janeiro, de tarde, em Paris, num hospital onde fora admitido algum tempo antes, por estar atacado de tuberculose pulmonar.

Tal é a narração que me foi feita, a princípio, sob a primeira impressão e, posteriormente, várias vezes mais, e em épocas cada vez mais remotas – isto pela própria doente e por sua filha – não havendo diversidade na narração, apesar das minhas perguntas, discretas porém precisas.

Permita-me ainda algumas palavras para mostrar quanto é extraordinário o caso:

A filha da doente só soube do falecimento do filho na *quinta-feira de manhã* e por telegrama. Ela não foi a Paris para o enterro e não saiu de perto da mãe; não houve, pois, ausência que pudesse provocar suspeitas. Já usava roupa preta e não mudou de vestuário para o luto.

Enfim, ninguém falava do neto diante da doente, porque o seu estado desde muito tempo parecia estacionário: a sua morte foi quase uma surpresa.

Tal é o fato, que eu lhe relato secamente, do mesmo modo como o faria se se tratasse de uma observação clínica, nada deixando à imaginação. Sem querer interpretá-lo, acrescentarei estas reflexões:

- 1º) concordância da aparição com a realidade;
- 2º) a expressão empregada pela vidente é de perfeita exatidão. Quando se dá um falecimento num hospital, levam o cadáver para uma sala, a fim de ser feita a autópsia e colocam-no em uma mesa estreita e comprida, forrada geralmente de zinco: “uma espécie de laje”. O termo é certo e a Sra. X. ignorava esta particularidade;
- 3º) neste caso não pode haver telepatia entre dois cérebros: a aparição realizou-se depois da morte real do rapaz;
- 4º) parece que estamos perante dois fenômenos distintos:  
*a)* a imagem de um homem, *morto* em Paris, mostra-se em Vierzon à sua avó (coisa notável: a aparição não entra no quarto, fica *atrás* das vidraças da janela); *b)* a consciência da segunda personagem – *vivo* – parece *em seguida* transportar-se de Vierzon a Paris e *vê o cadáver*.

*Dr. Fernand*  
Em Vierzon (Cher).”

Esta dupla observação é tão útil de conhecer que pedi ao doutor se havia indiscrição em publicá-la. eis a sua resposta:

“Não creio trair o segredo profissional, pois que não dou o nome da pessoa. Dou-lhe, pois, autorização para usar da mi-

nha comunicação como lhe convier, mesmo com meu nome: só tomo em consideração as relações assinadas.

Considero a “observação” que lhe transmiti como sendo baseada em todas as garantias possíveis de veracidade; em caso contrário não lhe teria dado crédito algum. Tive a narração pela própria boca da minha cliente e da sua filha.

Essas duas pessoas são inteligentes e instruídas.”

Que devemos pensar?

O fenômeno realizou-se 10 ou 12 horas depois da morte. A interpretação simples e direta é que o neto, morto, pensou em sua avó e manifestou-se: 1º- aparecendo-lhe; 2º- mostrando-lhe seu cadáver.

Pode-se procurar outras, supor que pensou nela antes da sua morte e que esta impressão foi prolongada no cérebro da percipiente até às 2 horas da manhã. Mas isto é mais complicado.

Pode-se supor também que a vidente, presa a seu neto por uma afinidade profunda, transportou-se em espírito de Vierzon a Paris. Sim; mas então por que tê-lo-ia visto atrás da janela?

Cada um dos meus leitores pode, como eu, procurar livremente.

Parece-me que por enquanto devemos limitar-nos a *registrar os fatos*, sobretudo quando são observados com tanto cuidado como este o foi. Isto já é muito, dada a incredulidade idiota em geral.

Onde termina a vida? Onde começa a morte? No capítulo X do tomo II, sob o título “Entre a vida e a morte”, está o apelo de uma jovem (a Srta. Noell) a seu irmão, 18 horas depois da sua morte. Conforme os termos desse apelo: “Que fazes, meu Luís! vem, vem!” Parece que ela assim se expressou no momento de morrer, antes da morte.

É pelo estudo comparativo dessas observações, sabiamente discutidas, que nos poderemos instruir sobre sua natureza e sua indicação psicológica. Ora, tive eu comunicação de uma observação análoga muito singular e que é interessante analisar. Sua autenticidade é tão segura, tão inatacável quanto a que acabo de lembrar. Ei-la:

(CARTA 4.669)

“No sábado, 28 de maio de 1921, à noite, e durante todo o dia de domingo 29, senti-me adoentada, sem causa aparente, tanto que descansei parte da tarde, pois sentia cansaço, acompanhado de peso nos ombros e de impressão vaga de que algo de anormal e de penoso se ia dar. Ao anoitecer do domingo, 29, deitei-me cedo e logo que adormeci encetei um sonho que durou a noite toda, e que sonho! Achava-me junto de uma das minhas amigas, moradora em Versalhes, ausente de mim havia dois anos. Via-a distintamente no seu leito, com o rosto exangue dos mortos que sofreram muito. Ela me estendia os braços e me queria abraçar, mas, pregada no lugar pelo terror, eu não fazia nenhum movimento para chegar-me a ela. Seu pobre rosto, por isso, estava todo triste. Esse apelo para que eu a fosse abraçar e os esforços que fazia para chegar perto de mim duraram a noite toda; despertei muitas vezes e cada vez que adormecia recomeçava novamente o sonho.

Foi uma verdadeira luta durante toda a noite, para fugir desse pesadelo, tanto que de manhã, cansada e toda dorida, as primeiras palavras que dirigi ao meu marido, quando despertei, foram para narrar-lhe esse sonho doloroso. Apenas tinha terminado, quando tocaram a campainha e meu marido recebeu uma carta, tarjada de luto, anunciando as exéquias de minha pobre amiga, cuja morte se passara no sábado, 28, às 9 horas da noite.

Muito perturbada por todos esses acontecimentos, fui a Versalhes na terça-feira, dia das exéquias. Logo que cheguei, três amigas dela, que tinham assistido a seus últimos momentos, disseram-me:

– A senhora não é a Sra. David?

– Sim – respondi.

– Pois esta querida amiga, no sábado, antes de morrer, chamou por si diversas vezes, repetindo seu nome com insistência!

Acudiu-me logo todo o meu sonho. Era então o apelo mesmo de minha pobre amiga, o qual viera a mim, não logo, mas 24 horas depois. O mal-estar que eu sentira, mesmo ao anoitecer de sábado, era já um registro inconsciente desse pensamento que se me procurava impor.

*L. David*

149, rue de Rennes, Paris.”

Esta relação precisa tem um interesse muito grande.

A agonizante pensou intensivamente em sua amiga, a Sra. David, antes de morrer, ao anoitecer de sábado, 28 de maio. Naquela noite e no dia seguinte, a Sra. David sentiu-se doente e angustiada. Na noite de domingo, 29, para segunda, 30, um horrível pesadelo mostrou-lhe essa pessoa, que ela não via desde dois anos, sob a aparência de uma morta viva. Expirara ao anoitecer do sábado, 28, e enterravam-na na terça-feira. Uma transmissão telepática entre a Sra. Denis e a Sra. David, tendo começado na hora da morte e tendo continuado no dia seguinte, não é, pois, de uma evidência inegável? A hipótese de uma coincidência fortuita não será improbabilidade?

Para meu inquérito metódico, o Sr. David (que é funcionário do Estado) quis bem dar-me a confirmação completa de todos os pormenores acima especificados.

A transmissão telepática não é duvidosa e continuou após a morte.

Não tem esse aspecto fúnebre a que damos a seguir. A aparição singular, amena e ingênua, que vamos ler, de uma menina apresentando-se a um menino que não a sabia morta, aparição realizada 18 horas após o falecimento, pode interessar-nos especialmente pelo seu aspecto seguramente raro.

Soube o caso por uma observadora já conhecida dos meus leitores,<sup>41</sup> a qual quis, conjuntamente com o seu marido, pesquisar especialmente o fato, muito particular e digno da nossa atenção.

A carta, participando esse acontecimento, merece transcrita textualmente.

É anterior à que lemos no tomo II. Ei-la:

(CARTA 3.995)

“Paris, domingo, 30 de novembro de 1917.

Mestre:

Perdoai-me vir roubar vossa atenção, mesmo alguns instantes, por causa de um fato passado recentemente em minha moradia; mas tenho boa intenção e desejo trazer-vos um humilde testemunho, o qual, junto a milhares desse gênero, e que já possuis, servirá para enriquecer vossa documentação, triunfando, assim, a Verdade.

Certa noite, pelas 2 horas da madrugada, fomos despertados, eu e meu marido, por nosso filhinho Fernando, de seis anos e meio, que chamava por mim. No meio sono em que estava, naquele momento, julguei que ele sonhava. Disse-lhe que dormisse e, então, ficou tudo silencioso.

No dia seguinte pela manhã, Fernando, como de costume, veio abraçar-nos em nosso quarto. Perguntei-lhe, então, por que me chamara e que sonho o havia assim agitado durante a noite; eis, sem mudar-lhe uma palavra, o diálogo que entre nós se travou:

– Por que me chamaste esta noite?

– Estava com medo, mamãe.

– Medo? Por que, meu amor?

– Uma menina estava sentada nos pés de minha cama.

– Uma menina? Como?

– Uma menina, que estava com uma boneca nos braços, ninava-a, e diante dela – (devo acrescentar que nosso filhinho dorme na sala de jantar, numa caminha de ferro, e que a mesa fica encostada à cama) –, em cima da mesa, estava uma baciazinha, com uma esponja; ela lavava o rosto da boneca, olha, assim – disse ele, imitando o que vira.

– Ah! – disse eu – foi sonho, meu querido.

– Não foi não, mamãe, porque eu fiz assim para ver se estava dormindo (fez então um gesto engraçado: com os dedinhos levantou uma das pálpebras); meus olhos estavam abertos, eu bem que senti, e para ter certeza, eu me sacudi na

cama e ela faz clic-clac. Então, a menina se levantou e andou em cima da cama, caminhando para mim; eu tive medo e te chamei e me escondi debaixo dos cobertores algum tempo; depois, pus a cabeça de fora e nada mais vi.

– Ah! – disse eu, e olhei para meu marido.

– Que era? dize, mamãezinha? – disse ele, ainda amedrontado.

– Teu anjo de guarda, com certeza, meu amor; ele veio ver se te portavas bem.

Completamente sossegado e entusiasmado, meu filho me perguntou então se voltaria e acrescentou?

– Que bonito que estava meu anjo de guarda; estava vestido como uma menina e tinha bonitos cachos.

Disse-lhe então que fosse para o quarto vizinho. Logo que ficamos a sós, meu marido e eu, olhamo-nos, embora pouco surpresos, pois já fôramos testemunhas de fato semelhante, quando morrera meu sogro.

– Esta menina – pensamos – era uma morta e vamos saber alguma coisa.

De manhã saí para fazer algumas compras. Encontrei uma senhora que não via desde uns dez dias. Como sua filhinha estivesse adoentada, pedi-lhe notícias e ela, toda satisfeita, deu-me notícias muito boas. Nesse momento, aproximou-se de nós outra senhora, amiga da primeira e que eu apenas conhecia. Ia afastar-me por delicadeza, quando ouvi essa senhora dizer:

– Imagine! Que terrível desgraça! Uma tão bonita menina!

Intrigada, cheguei-me maquinalmente, impelida não sei por que curiosidade, e perguntei de quem se tratava.

Soube então que a filhinha da porteira da primeira senhora, com quem falara, tinha falecido na véspera, de uma meningite cérebro-espinal, morrendo em 48 horas.

Insisto de novo, caro mestre, fazendo-vos notar que havia *uns dez dias* que não via essa senhora e que só ela poderia ter-me anunciado a moléstia dessa menina.

Eis, agora, como o mistério se explica. Essa menina brincava com meu filhinho e muitas vezes, neste verão, esses peizes, da mesma idade, tinham brincado juntos. Logo que começou a má estação, não se viram mais; essa menina gostava muito de brincar com bonecas, como tantas futuras mãezinhas, e seu brinquedo predileto era fazer a *toilette* do seu bebê; e foi assim que esse anjinho, para ser reconhecida, veio despedir-se do seu amiguinho Fernando.

Quando voltei a casa contei o fato ao meu marido e perguntei ao meu filho se tinha reconhecido a menina. Eis textualmente o que me respondeu:

– Seu rosto estava coberto por um véu, não pude vê-lo, parecia ter uma cassa sobre o rosto. Estava toda branca; o vestido, os cabelos, tudo era branco.

Eis, mestre, o caso em toda a sua simplicidade e a única testemunha verídica e inocente foi um menino.

Desculpai, peço-vos, a ingenuidade desta pobre carta que, pois não ousou esperar o contrário, ficará sem dúvida sem resposta e crede, repito, na sua absoluta sinceridade. Acreditai, mestre, em nossa profunda e respeitosa admiração.

*Sra. F. Gayraud*  
5, rua Nobel, Paris (XVIII).”

Após ter recebido esta carta, respondi a quem a tinha escrito, para meu inquérito analítico.

A narradora é a senhora do Sr. Paulo Gayraud, pianista, 1º prêmio do Conservatório. Ambos de boa vontade se dispuseram a levar esse inquérito a bom porto. Aqui transcrevo o resultado.

Foi na quarta-feira 21 de novembro de 1917 às 8 horas da manhã que a menina faleceu: Emiliana Blin, 117, rua Caulaincourt, e foi na quinta-feira, 22 de novembro, às 2 horas da manhã, isto é, 18 horas depois, e sem que essa morte fosse sabida nem por seus pais nem por ele, que o pequeno Fernando Gayraud a viu em cima de sua cama.

As duas crianças brincavam juntas.

“Paris, 11 de janeiro de 1918.



Mestre:

Atesto que os fatos relatados por minha senhora são da mais rigorosa exatidão.

Afirmo que, ao voltar a casa ao meio-dia, na quinta-feira, 22 de novembro de 1917, minha senhora dirigiu-me estas palavras:

– Tenho a explicação do fenômeno desta noite. Conheces a pequena Emiliana, aquela menina que brincou tantas vezes neste verão com Fernando?

– Sim – disse.

– Morreu.

– Ah! quando morreu?

– *Ontem*. Vês, estava bem morta, quando veio esta noite.

– Sim – respondi –, e isto nos dá muito que pensar.

*Paulo Gayraud.*”

Outros Atestados:

“Nós, abaixo assinados, atestamos que o Sr. e Sra. Paulo Gayraud fizeram-nos a narrativa da aparição de que seu filho Fernando foi testemunha, na noite de 21 para 22 de novembro de 1917, fato que se seguiu à morte, sobrevinda na véspera e por eles ignorada, de uma companheira de brinquedo do dito menino.

*Em. Boulanger* – 18, rua Saint-Jean.

*E. Prud’Home* – 10, rua Custine.

*M. Forcin* – 72, rua Lamarck.”

Além da comunicação precedente, o inquérito feito na pretoria estabelece que a menina de que se trata é Emiliana Blin, 117, rua Caulaincourt, falecida na quarta-feira, 21 de novembro, às 8 horas da manhã.

Assim, não há dúvida de que, 18 horas após a sua morte, ela apareceu ao seu camaradinho Fernando. De que natureza é essa aparição? Ela não veio lá, sentar-se aos pés da cama e lavar o rosto da boneca, porém agiu sobre o espírito do pequeno. De que

modo? Pensou nele quando morreu e sua imagem impressionou o cérebro do menino para nele ficar latente durante 18 horas? Hipótese sustentável, mas não demonstrada. Parece mais provável que essa ação foi produzida após o falecimento, comunicação de pensamento (telepatia) que se exprimiu pela imagem habitual da menina.

Repitamos, pela centésima vez, que a impossibilidade em que estamos de explicar uma coisa em nada diminui a sua realidade.

Essas manifestações de mortos, no primeiro dia da sua vida póstuma, são em número relativamente considerável e só elas seriam suficientes para formar um volume igual a este. Só posso dar as principais, lamentando estar obrigado a demasiadas abstenções. Lamentaria, por exemplo, não relatar aqui que a Sra. Juliette Adam, tão conhecida e tão estimada em França,<sup>42</sup> a encantadora autora de *Paienne*, tornou-se autora de *Cristã*, por ter-se convertido devido a uma manifestação da Sra. Blavatsky, no próprio dia em que esta faleceu (8 de maio de 1891). Fazia parte das minhas relações a Duquesa de Pomar, em cuja casa fiz algumas conferências, assim como nosso amigo. A. de Rochas. Ela entregava-se com certa paixão às experiências espíritas. Mas ouçamos a Sra. Adam:

“Tinha por costume nunca sair à noite sem passar rapidamente os olhos nas últimas notícias do *Temps*. Ora, tendo desdobrado o jornal, antes de ir à casa da Duquesa de Pomar, que nos havia prometido um médium extraordinário, chamou-me a atenção a notícia da morte da Sra. Blavatsky, parecendo-me impressa em tipo enorme. Não lhe dei maior importância e fui à reunião.

Sentamo-nos; um assistente toma o alfabeto e vai dizendo as letras. Batem, e o nome batido é Blavatsky.

– É impossível – exclama a duquesa – estive com ela há três dias.

Fico calada, o médium insiste; a Sra. Blavatsky volta e dita: “Estou morta, deixei um testamento ao Coronel Olcott, no qual peço para ser incinerada. Ora, a incineração, tal como a fazem na Índia, ao ar livre, está de acordo com as pres-

crições religiosas, mas aqui fazem-na em um forno e isso faz com que se perca a personalidade psíquica. Peço-vos para escreverem ao Coronel Olcott para que não me faça incinerar, se bem que pressinta não obter resultado. Todavia fiz empenho em vos contar isto para salvar uma alma, a da Sra. Adam, a qual, há 15 dias, fez um testamento e neste pede ela também para ser incinerada.”

– É verdade?

– Rígida, e nenhuma das pessoas presentes podia estar a par desse pormenor.”

A Sra. Blavatsky foi incinerada em Londres, onde acabava de falecer.

A Duquesa de Pomar, que todos os ocultistas conheciam, havia perdido a orientação necessária para esses estudos, pois ela se julgava Maria Stuart reencarnada e, entretanto, ela evocava o espírito da desventurada rainha da Escócia!

Falta-nos aqui espaço para perder-nos nestas recordações, e nosso próximo capítulo, que deve ser a continuação deste e consagrar-se às manifestações realizadas no intervalo de um dia a uma semana após o falecimento, reclama-nos com urgência.

Parece-me que, visto as observações que acabam de ler, leitor nenhum poderá ficar indiferente ou indeciso.

## CAPÍTULO VI

### **Manifestações e aparições de mortos pouco tempo depois do falecimento (intervalo de um dia a uma semana)**

*“A morte domina todos os viventes.”*

*Auguste Comte*

Continuemos a examinar essas manifestações póstumas, classificadas na mesma ordem. Passemos em revista as que se deram na primeira semana após a morte, de um a oito dias. Assim como as precedentes, são muito numerosas.

A grande obra bem conhecida dos meus leitores, *Phantasms of the Living*, concluiu, após pacientes e numerosas observações, que o intervalo entre uma ação psíquica expedida e a sua recepção não deve ultrapassar 12 horas, o que traz como conclusão o seguinte: as manifestações e aparições observadas depois desse intervalo não provêm de comunicações retardadas, de vivos, mas de defuntos. Este é o caso das relações a seguir.

Eis a aparição de uma morta, vista por duas pessoas, no dia seguinte ao falecimento. É extraída de uma carta que me foi enviada da Itália em 16 de julho de 1899:

(CARTA 751)

“Em um artigo do jornal *La Stampa*, tratando das pesquisas que publicais, li que teríeis prazer em saber de fatos análogos aos que estudais, e sinto que é do meu dever comunicar-vos os seguintes casos, como absolutamente certos.

Uma noite, pelas nove horas, todos em casa estavam ainda acordados e ocupados; minha irmã de 17 anos de idade, ao passar pelo corredor, viu, espantada, debaixo do bico de gás aceso perto dela, uma jovem alta e bela, de pé, vestida como camponesa e que não lhe era conhecida. Estupefata, soltou um grito e o fantasma desapareceu. Chorou de medo e mi-

nha mãe ralhou. No dia seguinte, de manhã, a cozinheira, rapariga de uns 25 anos, dirigiu-se a minha mãe contando-lhe que à noite, apenas se deitara, tinha ouvido um sopro e sentido como se respirassem sobre seu rosto; tinha aberto os olhos e vira de pé, perto de sua cama, uma amiga sua da terra, rapariga alta e bela, vestida como camponesa.

– Esta bonita moça – dizia a cozinheira – portava-se mal, e muitas vezes dei-lhe bons conselhos, inúteis.

Ela havia falecido no dia anterior.

*Condessa Amélia Carandíni*  
Em Parcella, Província de Turim.”

Julga-se tudo explicar, denominando essas visões de alucinações sem causa. Ora, neste caso existem duas impressões independentes. Os numerosos quadros, que aparecem sucessivamente em nosso exame, demonstram que não mais nos podemos satisfazer com esta explicação infantil.

O escritor Júlio Lermina<sup>43</sup> comunicou-me em 1915 a observação seguinte que lhe havia sido endereçada de Bruxelas, por uma senhora cuja família é das suas relações:

“Vi, no dia 4 de abril de 1878, um dos meus parentes e com ele falei, embora tivesse morrido na véspera acidentalmente, *ignorando eu esse falecimento*. O fato é bastante curioso para que eu o narre o mais fielmente possível.

Em oposição a todos os meus hábitos, acabava de sair da mesa, durante o jantar, isto pelas 6 horas e meia da noite, para ir buscar na cozinha um objeto qualquer que a criada tinha esquecido. Enquanto estava inclinada diante de um armário, onde habitualmente colocavam a louça e quando estendia a mão para agarrar a compoteira de que precisava, chamaram-me pelo nome e reconheci a voz de meu primo. Levantei os olhos para a janela do subsolo, na cozinha, e lá vi efetivamente meu primo, inclinado para a janela, acenando-me com a cabeça e repetindo-me:

– Bom dia, Lula – (termo que empregava quando me via).

– Bom dia, Wenand – respondi.

E, levantando-me de um pulo, deixei no aparador o objeto que devia tomar, subi ao rés-do-chão e abri eu mesma a porta da rua; mas lá não havia ninguém.

Meu pai, que estava na sala de jantar, admirado que abrissem a porta da rua sem que ninguém tivesse tocado a campainha, saiu da sala e veio para o corredor, a fim de ver o que se passava. Expliquei-lhe a chegada de meu primo e acrescentei que devia estar escondido, sem dúvida nenhuma para bulir comigo. Meu pai me respondeu:

– *É impossível que Wenand esteja aqui! Morreu ontem...*  
Eu não te quis dizer.

Resumindo, vi, por conseguinte, uma pessoa morta já há 24 horas e com ela falei: não estava nem triste nem doente quando tive essa visão, e nem tinha sombra de febre.”

Lermina, muito a par desses fatos, registrou esta observação como tendo o mesmo valor das que conhecemos. Houve nesse caso dois fenômenos: voz do falecido e aparição.

Eis outra observação mais notável ainda:

Um homem assassinado aparece à sua mulher e à sua mãe e indica uma particularidade do assassino:<sup>44</sup>

“O Conde Ubaldo Bêni habitava, havia alguns meses, na pequena comuna de Pietra Montecorvino, na qualidade de diretor da usina de extração.

Para estes trabalhos, o Conde Bêni empregava o jovem Garibaldi Veneziâni, filho do chefe da estação de Lucera. Este moço era encarregado de receber as quantias que chegavam à estação, para a Sociedade; para esse fim, o Conde Bêni entregava-lhe os recibos assinados, em branco.

No mês de maio de 1916, Veneziâni guardou 900 francos dos 1.200 que havia recebido em nome do Sr. Bêni; este não demorou muito a perceber o desvio e alterações muito vivas se deram entre o diretor e o empregado infiel.

A partir desse incidente, o Sr. Bêni desconfiou do seu subalterno, o qual, sabendo que o conde tencionava renunciar ao seu cargo de diretor da exploração, desejou substituí-lo e

soube manobrar com tanta astúcia, que na segunda quinzena de agosto, dois dias antes da partida do diretor, foi encarregado do lugar provisoriamente. Infelizmente, este, antes de partir, podia verificar a contabilidade do seu sucessor, ao passar por Lucera...

Ora, em 24 de agosto de 1916, o Sr. Bêni foi a Lucera tratar da venda de um cavalo e pelas 8 horas da noite partiu de volta a Pietra Montecorvino, num tilburi, sendo acompanhado por Veneziâni, de bicicleta, durante longo trecho do caminho, voltando este em seguida para sua casa.

No dia seguinte, de manhã, pessoas que passavam encontraram o cadáver do conde coberto de ferimentos, na estrada que vai de Lucera a Pietra, perto de um pequeno bosque. Tinha ainda consigo o relógio preso à corrente e a carteira com 20 liras.

O lugar onde foi descoberto o cadáver fica a algumas centenas de metros do ponto em que Veneziâni declarou ter-se despedido do conde, para voltar a Lucera. As suspeitas não levaram muito tempo para recair no empregado e o inquérito demonstrou que ele tinha recebido diversos vales no valor total de 1.600 liras, quantia esta de que não dissera palavra. A princípio ele negou esse desvio. Puseram-lhe sob os olhos os recibos do Correio e, diante da evidência, teve que confessar ter-se apoderado dessas quantias, embora pretendesse tê-las entregue ao conde, alguns dias antes de sua morte.

Veneziâni foi preso sob a acusação de homicídio e desvios de dinheiro. O inquérito estava a terminar, quando o juiz, dele encarregado, recebeu do delegado de polícia de Spolete (Umbria), residência da família Bêni, uma nota acompanhando duas cartas, uma da Condessa Ana Bêni-Gasparini (a viúva); a outra, da Condessa Catarina Bêni, mãe da vítima. Eis os dois documentos:

“Atesto que na noite de 24 do corrente, quando esperava ansiosa a volta de Ubaldo, vi diante de mim meu marido, que me disse: “Olha, tiraram-me das mãos as rédeas do cavalo. Procura o traidor. O culpado tem uma mancha na vis-

ta.” No dia seguinte de manhã, falei logo do que antecede com a Sra. Filomena Rampôni, em Pietra Montecorvino; contei-o também ao Príncipe Strózzi, de Florença.

*Ana Bêni.”*

“Na noite de 26 do corrente, tenho a certeza que vi praticarem o crime que matou meu pobre filho Ubaldo. Pareceu-me vê-lo chegar no seu tilburi, por uma estrada deserta, quando foi atacado. O agressor tinha um sinal especial, pequena mancha numa das vistas. Meu pobre filho, ao cair ao chão na parte baixa da estrada, fez um movimento e o assassino fugiu precipitadamente.

*Catarina Bêni.”*

Em resumo, a Condessa Bêni-Gasparini e a condessa mãe tiveram a mesma visão, com o pormenor característico da mancha na vista, a primeira no dia seguinte ao crime, a segunda dois dias depois, quando ignorava ainda todas as minúcias do drama.

Quando nos procuramos inteirar da natureza do fenómeno, podemos pensar, primeiramente, que se trata de um duplo caso de telepatia, tendo sido o Conde Bêni o “agente”, no momento em que o assassinavam.

Teria pensado na senhora? Mas é difícil aceitar essa hipótese para a visão da condessa mãe, pois que ela se deu dois dias após o crime, a 500 quilômetros de lá.

Pode-se também supor que a viúva, tendo tido sua visão em Lucera, transmitiu-a telepaticamente à sogra, em Spoleto. Mas que complicação!

A visão da condessa mãe, realizando-se dois dias após o crime, apresenta-se como manifestação *post mortem* da vítima. O falecido, como para provar indiretamente a identidade do assassino, fornece um sinal ignorado da percipiente e dos que a cercam: a mancha na vista. Se se tivesse limitado a dar o nome do assassino, a prova seria discutível, pois que o clamor público já dava Veneziâni <sup>45</sup> como o culpado.

Conforme meu modo de inquirir, recorri a um habitante de Lucera, o meu sábio amigo Dr. Lastaria, membro da Sociedade



Astronômica de França, tendo ele obtido a verificação completa das diversas fases desse drama; enviou-me a *declaração do procurador do rei* (carta 4.732). A publicação de todos esses atestados ocuparia, parece-me, um lugar desnecessário. Penso que, após tantos exemplos concordantes, ficam meus leitores bastante documentados para não desejarem mais frases inúteis.

A manifestação do morto, que vão ler, foi-me dirigida de Florença, em 9 de novembro de 1920, pela Sra. J. de Vasconcelos:

(CARTA 4.306)

“Em 1915, no dia 15 de janeiro, às 2 horas e 50 da manhã, perdi meu irmão, o qual tinha 41 anos. Espírito superior, por sua bela inteligência, era um idealista convencido. Sua moléstia durou 20 anos! Sofria do peito e extinguiu-se bruscamente, pois o coração enfraquecera. No último mês da sua moléstia, conversava muitas vezes a respeito da sobrevivência, na qual acreditava, mais por esse instinto peculiar a toda natureza superior do que por opinião religiosa.

Dois dias depois da sua morte, durante a noite, na hora do seu falecimento (2 horas e 50 minutos da manhã), fui despertada por um ruído forte junto da minha cama. O quarto era iluminado pela luz elétrica e o ruído era na cômoda, a um metro de distância de meu leito. Era um dos puxadores da cômoda que batia, com violência, pancadas nítidas e muito fortes! Eu não tive a coragem necessária para olhar logo do lado donde provinham as pancadas. Depois de curto intervalo elas recomeçaram. Virei a cabeça, não sem emoção; as pancadas cessaram, mas não tive mais a coragem de olhar e dei as costas. As pancadas foram repetidas por diversas vezes e logo, deste ponto da cômoda, um fluido violento, cujo ruído estranho jamais esquecerei, *atravessou* meu leito todo até à extremidade do quarto.

Com a passagem dessa forte corrente que não posso definir, pois não era igual ao ar, tive a impressão de que minha cama ia partir-se em migalhas, e os estalidos contínuos foram tão violentos e tão fortes que um casal belga, morador

do quarto contíguo ao meu, despertou e eu ouvi o marido e a senhora exclamarem:

– Que é isto?

Essa forte corrente atravessou meu leito em direção à cômoda e de novo um dos puxadores continuou a bater, com força, várias pancadas muito nítidas, como se fosse movido por mão invisível. Não pude mais dormir. De manhã, a criada de quarto, antes que eu lhe falasse desse fenômeno, disse-me que pelas 3 horas da madrugada alguém havia procurado abrir sua porta e que ela ligara a luz e perguntara quem lá estava, mas não recebera resposta. Não duvido nada que fosse o espírito de meu irmão que procurava manifestar-se, tentando dar-me uma prova de sobrevivência.

*J. de Vasconcelos.”*

Que prodigiosa variedade em todas essas observações! E pretendem conhecer as leis da Natureza!

Esses movimentos, de aparência elétrica, surpreendem-nos pela sua banalidade; porém seria necessário saber como podem os espíritos chamar a atenção; os meios para isso não são talvez numerosos.

Essa manifestação foi observada dois dias após o falecimento. Tenho sob os olhos grande número delas, que se deram, como esta, quase imediatamente depois da morte.

Tal é, entre diversas, a curiosa notificação seguinte que me foi andada por ocasião do meu inquérito geral (1899):

(CARTA 136)

“Por ocasião da morte de um amigo de meu pai, na noite das suas exéquias, meu pai, minha mãe e três dos seus filhos, o mais moço com 15 anos no mínimo, estávamos todos reunidos para a refeição da noite e falávamos do amigo falecido, quando ouvimos um barulho esquisito e muito forte, parecendo ser nas águas-furtadas. Desse dia em diante, logo que anoitecia, esse barulho persistiu durante 20 noites seguidas e aumentava até à madrugada. Quase que só podíamos dormir durante o dia, tornando-se isso muito incômodo, para

não dizer insuportável. É inútil afirmar-lhe que empregamos todos os meios imagináveis para descobrirmos a causa dessa algazarra estranha, não obtendo nenhum resultado.

Enfim minha mãe resolveu apelar para o “sobrenatural” e sem avisar ninguém. Com receio de que meu pai caçoasse dela, foi ter com o padre da paróquia e pediu-lhe para celebrar missa em intenção da alma desse amigo. Depois do ato de fé não ouvimos mais nada.

Pelo que li de suas obras e ouvi de sua boca, o senhor não admite o sobrenatural, não reconhece doutrina alguma, não acredita que Deus tenha podido revelar-se ao homem de uma forma palpável; por isso concluo que o senhor não admitirá como possível minha história de fantasma, porque seria um ato de fé que teria feito cessar o barulho.

*Viúva Montceny*

Rua dos Anjos nº 8, em Lyon-Saint-Just.”

Minha sinceridade tudo supera e eu publico esta carta desejando que sirva, como todas as outras, para nos instruir.

O fato de ruídos cessarem, por terem dito missas em intenção do morto, não me pode impedir de admitir que esses ruídos tenham sido ouvidos realmente. Antes do Cristianismo, quando a missa não existia, as mesmas observações foram feitas pelos pagãos.

Vejam a carta de Plínio, o Moço, Valério Máximo (*Simonid*, I, 7), etc. Nem por isso somos obrigados a acreditar no sobrenatural, porque tudo deve existir na Natureza. Nada neguemos. Submeto tudo que aqui está ao julgamento dos leitores. Um homem morto pode crer na eficácia das preces. E depois não temos nós a impressão de que as manifestações dos mortos estão associadas à mentalidade dos vivos? Não estão unidos “Espiritismo e Animismo”?

Uma aparição no dia do enterro foi assinalada pela Sra. Blackwell na *Revue Scientifique et Morale du Spiritisme* e na *Revue des Études Psychiques*. Muitas vezes, na interpretação dessas narrações, somos detidos pela idéia de alucinações possí-

veis (ao demais, freqüentes) e, quanto a mim, eliminei delas grande parte no meu arquivo. Porém, há um limite.

Onde acabam os casos de alucinações subjetivas, sem causas externas? A leitura do fato seguinte não favorecerá o ser ele considerado como *fenômeno real*? Eis a curiosa relação:

“Na manhã de sexta-feira, 1º de março de 1901, a sogra de minha criada de quarto (arrumadeira) morreu de um câncer; estava no hospital. Nunca vira a velha mulher, nunca imaginara qual o seu físico e nunca ouvira dizer o seu nome de batismo; minha criada, quando dela falava, dizia sempre: minha sogra.

O enterro efetuou-se no dia seguinte, sábado, à tarde. Pelas seis horas da noite desse sábado, lia eu no meu quarto, estando, por assim dizer, sozinha, pois meu marido saíra e os empregados estavam todos no subsolo, isto é, dois andares abaixo. Durante mais de meia hora ouvi, por várias vezes, *pancadas muito fortes*, ora uma, isolada; ora, sucedendo-se rapidamente, e assim como diversos ruídos de objetos arrastados pelo chão, a tal ponto que a cada instante levantava a cabeça, esperando, cada vez, que ia ver alguém, se bem que eu esteja habituada a ouvir ruídos dessa espécie. Por diversas vezes também, *ouvi passos no corredor*, como se alguém entrasse no quarto de *toilette* contíguo ao meu quarto e dele saísse novamente. Duas vezes corri à porta e abri-a depressa; não havia absolutamente ninguém nem nos vestíbulos, nem no patamar, nem nas escadas; a porta do quarto de *toilette*, que dá para o corredor, estava fechada. Não havia ninguém em parte alguma.

Depois do jantar, enquanto eu e meu marido estávamos na sala de visitas, a criada veio dizer-me que estava de volta. Disse-me que o enterro se fizera muito bem, que as irmãs do hospital tinham sido muito boas, colocando um travesseiro no caixão e envolvendo o corpo em bonito lençol. Saiu da sala sem acrescentar outros pormenores e, alguns instantes mais tarde, uma jovem amiga veio passar o serão conosco. Pouco depois, pelas 9 horas e meia, *vi subitamente uma forma indecisa*, a alguma distância, do outro lado da sala. Ime-

diatamente chamei a atenção de meu marido e de minha amiga para ela, mas eles nada viram.

Pouco a pouco, os contornos da forma se firmaram e breve eu os vi claramente, distintamente e tão opacos que não se via os trastes colocados atrás deles, absolutamente como se fosse um corpo verdadeiramente material.

A forma parecia ser a de *uma mulher velha*, olhos muito brilhantes, muito penetrantes, nariz bastante pontudo, cabelos grisalhos, mais escuros na testa. A princípio seu vestido parecia preto, mas percebi breve que era azul escuro. Tinha um lenço de seda à cabeça, parecia de seda e de xadrez mesclado de vermelho. Seu primeiro movimento foi levar a mão à cabeça, atirar o lenço para trás, deixando-o cair sobre o pescoço, onde ficou como um xale atado descuidadamente.

Eu e meu marido lhe dirigimos a palavra em inglês, mas não pareceu compreender, embora seu olhar parecesse interrogar-nos ansiosamente. Falamos então em francês. Desta vez ficou completamente agitada e pareceu responder com volubilidade, sem que eu tenha podido, entretanto, compreender suas palavras. Embora invisível para as outras duas testemunhas desta cena, ela parecia vê-las e ouvi-las. Minha amiga sentiu-se muitíssimo impressionada por uma sensação de opressão ou de sufocação, como que devido a uma presença desagradável. Dirigi-me à forma, mas sem poder ouvir sua resposta, o que pareceu irritá-la.

Minha amiga, por fim, sugeriu que podia ser a Sra. M., a sogra da criada. Acenou vivamente com a cabeça que “sim”. Pude então distinguir alguns sons e enfim compreendi a palavra “Clemência”.

– É seu nome? – perguntei-lhe.

– Sim – respondeu, acenando com a cabeça.

– Então – disse minha amiga – não pode ser a Sra. M., pois vi seu nome no jornal, no obituário, e esse nome era Maria M. (eu não vira o jornal).

A sombra acenou afirmativamente com a cabeça. Interrogando-a, compreendi que tinha os dois nomes, depois que

vinha pedir-nos alguma coisa e que ignorava estar morta, se bem que admitisse ter assistido ao seu próprio enterro, naquela mesma tarde.

Tendo-lhe perguntado se tinha arrependimento de sua aspereza para com sua nora, fez sinal que não. A todas as minhas perguntas respondia acenando com a cabeça; mas, em seguida, ouvi a palavra “ameixa”. Recordando-me que minha criada me dissera ter-lhe levado muitas vezes ameixas, perguntei-lhe se queria algumas. Com a cabeça acenou que não. Depois de várias tentativas, meu marido então adivinhou que ela queria dizer “um vestido cor de ameixa”. Ela pareceu muito contente. Sim, era isso mesmo. Perguntei-lhe se desejava fazer presente de um vestido cor de ameixa a alguém. Fez-me compreender, indicando-se a si mesma com o dedo, e isso por gestos repetidos, que era para ela o vestido. Tentamos explicar-lhe seu novo estado, mas foi em vão. Quis chegar-me perto dela, mas a forma se tornou vaga e pareceu vibrar violentamente. Enfim, desapareceu pouco a pouco da minha vista. Enquanto isto se passava, a sala estava brilhantemente iluminada pela eletricidade.

Naquela mesma noite, subindo para me deitar, comecei a falar com minha criada a respeito de sua sogra, dizendo-lhe que minha amiga vira seu nome no obituário, “Maria M.” e perguntei-lhe se tinha outro nome. Respondeu-me imediatamente que tinha dois: Marta Clemência, e que ela sempre preferira o de Clemência.

Perguntei-lhe então se a tinha visto quando a tinham vestido pela última vez, como estava, etc. Disse-me que chegara atrasada, mas que sua irmã e seu marido, o filho da velha, lhe haviam dito que a tinham amortalhado muito bem, as irmãs do hospital haviam-lhe posto um vestido azul escuro; pensava também que lhe haviam posto à cabeça um lenço de algodão, com quadrados vermelhos, e um rosário na mão. Levei muito tempo para descobrir, no meio de uma quantidade de pormenores, que a velha tinha 72 anos e cabelos grisalhos, mas tendo tido o hábito de tingi-los, na frente, com cosméticos; que tinha olhos brilhantes e havia deixado tras-

tes, os quais, sem dúvida alguma, pertenciam agora a seu filho, o marido de Júlia; mas as roupas eram muito velhas e não valia a pena guardá-las, excetuando dois vestidos, um preto e outro *cor de ameixa*, ambos quase novos e de que a velha muito gostava, sobretudo do último.

No dia seguinte, de manhã, meu marido interrogou Júlia sobre esse assunto e com muito cuidado dando-lhe como causa do interesse, que lhe despertavam pormenores tão minuciosos, o ser médico e desejar por isso saber como se passavam essas coisas no hospital. Fê-la assim falar até que lhe tivesse repetido tudo o que me havia contado.

*Dora Blackwell.*”

Testemunhas: *Srta. A. Bird; M. P. D. Wise; Lady Blackwell; Dr. A. Blackwell.*<sup>46</sup>

Embora reconhecendo a reserva prudente que nos ordena de tomar em consideração ilusões, auto-sugestões, alucinações, parece-me que qualquer leitor imparcial terá como real a aparição acima descrita. A observadora é uma sensitiva. Mas por que esses pormenores vulgares? Por que é que uma morta tem apego ao seu vestido? Invocamos naturalmente as idéias pessoais dos que contam essas histórias: mas a narradora nada sabia. E então?... A morta julgava-se ainda viva. Evidentemente, o mais simples seria negar tudo. Mas podemos nós assim agir? Devemos fazê-lo? Além disso, não possuímos outras quejandas observações? Não vimos anteriormente a Sra. Arondel, de Cherburgo, imaginar que não estava morta?

A seguinte observação mostra-nos igualmente uma pessoa enterrada com roupas desconhecidas do observador. Foi-me comunicada em Vence (Alpes Marítimos), no mês de abril de 1921, por um homem muito erudito, desejoso de saber, porém pouco disposto a admitir a vida futura, sobretudo “porque não podemos ter uma idéia nem da forma, nem da duração dessa vida de além-túmulo”. Entretanto está convencido de que uma morta foi vista no cemitério onde foi enterrada. Eis esta relação:

(CARTA 4.479)

“Habitava então em Paris à rua Mazagran, na mesma casa que a família Bilger. A Sra. Bilger havia perdido sua mãe, moradora com seus outros filhos, em Saint-Rambert-sur-Rhône, falecendo ela depois de moléstia muito rápida. Soube da morte no mesmo momento em que sabia da moléstia.

A Sra. Bilger partiu para Saint-Rambert alguns dias depois. Ao chegar, pediu a uma das cunhadas que a acompanhasse ao cemitério. Chegando perto da sepultura, qual não foi sua surpresa vendo *diante dela* sua mãe, com as roupas que lhe tinham vestido para sepultá-la! Essas roupas eram modestas, completamente usadas, e ela por isso exprobrou sua cunhada, a qual confirmou o caso, porém dando como desculpa que não havia necessidade de vestir um morto com roupa nova.

*Courton*  
Praça Nacional, em Vence.”

O autor garante sua convicção na sinceridade da Sra. Bilger. É impossível admitir uma ilusão, pois ignorava o que se havia passado. Será possível supormos que a imagem da morta estava na mente da cunhada e mostrou-se a quem a acompanhava? Isto não passa de suposição. Será realmente lógico querer sempre eliminar a explicação direta?

Não parece que a morta produziu, ela própria, a aparição vista? Estudemos sem idéia preconcebida. Isso tudo edifica uma ciência nova.

\* \* \*

Continuemos inscrevendo aqui as observações feitas durante a primeira semana póstuma. As duas seguintes realizaram-se dois dias após a morte.

A Princesa de Montarcy assinalou-me as observações pessoais seguintes (carta do dia 10 de dezembro de 1920):



(CARTA 4.342)

“*a*) – Minha avó sempre me havia dito: “Se não estiveres presente quando eu morrer, irei avisar-te.” Estando em Monte Carlo no mês de maio de 1886, recebi um telegrama de minha prima, prevenindo-me da moléstia de minha avó e pedindo-me que partisse sem demora. Era 1 hora e eu só podia partir às 6 horas. Às 4 horas outro telegrama avisava-me de que melhorara. Decido partir no dia seguinte pelo trem das 8 horas da manhã. Na noite desse mesmo dia deito-me às 7 horas. Às 9 horas meu cãozinho salta da cama e põe-se a uivar. Olho e vejo (a lâmpada estava acesa), aos pés de minha cama, minha avó, como a vira da última vez, porém pálida. Manda-me um beijo com a mão e desaparece. De manhã, às 7 horas, trazem-me um telegrama anunciando-me que ela falecera entre 8 e 9 horas da noite.

*b*) – Aos 20 anos era eu noiva de um conde húngaro – afeição profunda –, porém minha mãe adotiva, a Duquesa de B., havia ideado outra coisa para mim e levou-me a Roma. Aí, alguns dias mais tarde, contou-me que o conde havia rompido seu compromisso. Repliquei que não acreditava nisso... Como resultado destas incertezas, caí doente em Roma e logo que melhorei levaram-me a Spa. No dia 30 de setembro ficara na cama, pois havia dois dias que me achava muito adoentada; lia eu quando ouvi pronunciar meu nome por voz agonizante. Olho maquinalmente e vejo o conde morto, estendido no chão (calça branca, camisa azul, sem colete); segurava numa das mãos um frasco e na outra meu retrato. Solto um grito; a criada entra com os jornais de Paris. Abro o *Gil Blas*, jornal que nunca abria, e leio, na primeira página, que tinham encontrado o conde, morto, no seu quarto, envenenado pela morfina, no dia 28 de setembro.

Esses dois fatos impressionaram-me para toda a minha vida.

*Princesa de Montarcy.”*

Nem sempre os inquéritos, para conhecer a veracidade dos fatos contados, são fáceis de fazer. É bem evidente que é possí-

vel permanecer incrédulo em relação a muitos fatos. Qual é a prova de não me enganar o autor dessa narração? A certeza histórica não é da mesma espécie que a certeza científica. Se contais a um amigo que hoje de manhã comestes peixe ao almoço, ele não tem obrigação de acreditar-vos. Mas por que lho diríeis se não fora verdade? Será geral a mentira? Não creio. Em todo caso, é muitas vezes inadmissível.

As observações que o leitor vai ler estão impregnadas de tal boa fé e de convicções tão escrupulosas, e ao mesmo tempo são tão concordantes e tão simples, associadas às impressões ingênuas da infância, que elas atestam muito especialmente a sobrevivência. Eis alguns trechos de uma longa carta:

(CARTA 750)

“Meu marido, um dos homens melhores e mais inteligentes que tenham existido neste mundo, prometera-me que, se partisse antes de mim, viria certamente dar-me um sinal positivo da sua vida de além-túmulo, caso lhe fosse possível.

Foi ferido em plena saúde por uma insolação argelina que o levou em alguns dias. Morreu no dia 10 de outubro de 1898. Habitávamos, no campo, a mesma casa em que ainda estamos. A família era composta de meu marido, eu e minha filha, mui jovem, viúva com três filhinhos, de dois anos e meio, três anos e meio e cinco anos. Durante os dias cruéis que terminaram pela morte de meu marido, amigos tomaram conta dos meninos e os levaram, ocultando-lhes a morte do avô. O mais moço dos três, Guy, estava, no dia do enterro, sentado à mesa com nossos amigos, cerca de meio-dia, quando, subitamente, levantou-se da cadeira, dizendo:

– Vovô está ali, na janela! Olhem.

Quis sair da mesa para ir à janela. Ele tinha dois anos e seis meses e não somente *ignorava a morte do avô*, como não tinha idéia do que fosse a morte.

No dia seguinte de manhã, ouvia-o num quarto contíguo ao meu, fazendo alarido, todo alegre, pulando, rindo e chamando:

– Vovô! Vovô!

Aborrecida, saí para mandá-lo calar. Mas continuava a bater palmas, rindo, e disse-me:

– Olhe como vovô está bonito, está todo branco e dá luz.

Minha nora e os empregados que tinham acudido ao barulho ficaram assustados e perguntaram-lhe se estava vendo o avô. O menino pareceu não compreender que não o víssemos.

– Mas ele está ali, ali! – gritava, e seus olhos se erguiam para a altura onde teria ficado o rosto de um homem.

Depois, ao cabo de um momento, olhou para cima e disse:

– Oh! já foi!

Oito meses mais tarde Guy, já com três anos e dois meses, teve pela terceira vez a mesma aparição. Meu marido falara-me muitas vezes de um lugar encantador, perto de La-Mottes-Bains, nos Alpes delfineses, e tinha o maior desejo de lá nos levar.

No mês de junho, depois de sua morte, fomos com minha filha, seus três filhos e a empregada passar o verão em La Motte. Quis, em memória de meu marido, visitar o lugar que tanto lhe havia agradado e lá fomos todos juntos. É, efetivamente, um lugar de montanha, ideal, deliciosamente coberto de matas, cheio de flores, de morangos e de framboesas selvagens. Raimundo, o mais velho dos meninos, começou a apanhar morangos para a mãe. Estêvão trouxe-me framboesas. Então o pequeno Guy disse:

– Pois eu colho minhas flores para vovô.

Raimundo exclamou:

– Como quer você dá-las a vovô, se ele morreu!

Guy pareceu muito admirado e replicou:

– Morreu como! Ele está aqui, estou-lhe dando a mão.

Ao cabo de alguns instantes ele disse com tristeza:

– Não está mais aqui, partiu.

Querido mestre, afirmo-lhe a perfeita exatidão destes fatos. Os três meninos eram pequenos demais para se recordarem deles, porém minha filha, a ama seca e eu conservamos a sua impressão inapagável.

A imortalidade da alma é, como diz, assunto muito grave e tudo que a ela se referir merece tratado com séria boa fé, sem arranjos e sem ordenação cênica. Se o senhor e os outros homens de Ciência, que se ocupam de reunir e verificar essas manifestações, conseguissem estabelecê-las de modo incontestável e pôr fim à dúvida, que serviço prestariam à Humanidade! A certeza absoluta de uma vida futura, na qual persistiria a individualidade pessoal, impediria o crime e a mentira; e os que choram seus mortos queridos cessariam de os chorar.

Toda a gratidão dos que já estão convencidos lhe é devida e lhe pertence; queira receber a expressão sincera da mesma.

Ben-Danoun-Kouba, Argel, 20 de julho de 1899.

*Anne E. Carrière.*”

O fato de esta criança de dois anos e meio ver o avô parece-me um argumento válido contra a tese das alucinações. Esse inocente nada sabe, não imagina o que é a morte e vê o avô como se este estivesse presente. É inadmissível desprezar tudo isso.

A observação que vão ler dá a mesma impressão. Foi extraída dos *Proceedings* da Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas (vol. XI, pág. 428) e foi estudada por Bozzano como relação de uma autopremonição de morte de uma menina de dois anos e sete meses, ao qual seu irmãozinho, falecido aos oito meses, aparecia, A mãe descreve essas aparições nos seguintes termos:<sup>47</sup>

“Existirá uma vida de além-túmulo? Se eu disso duvidasse minhas dúvidas ter-se-iam desfeito perante as “visões” que testemunhei.

Em 1883 era eu a mãe feliz de dois belos e robustos meninos. O mais velho tinha dois anos e sete meses; o outro era um anjinho de oito meses; perdi-o no dia 6 de agosto de

1883 e fiquei com o pequeno Ray, o qual gozava então perfeita saúde. Todavia, desde o dia em que falecera seu irmãozinho, tomara o hábito de me dizer várias vezes por dia:

– Mamãe, o irmãozinho está chamando Ray.

Muitas vezes largava os brinquedos para correr ao meu encontro, gritando a frase habitual:

– Mamãe, o irmãozinho está chamando Ray.

E de noite ele me acordava para repetir ainda a mesma frase:

– Mamãe, o irmãozinho está mesmo chamando Ray; ele quer que vá com ele; mas você está chorando? Por que? Você não deve chorar quando Ray for com o irmãozinho, porque o irmãozinho quer.

Um dia, em que eu estava a vigiar a limpeza da sala de visitas, veio a mim, correndo da sala de jantar onde estava a cadeirinha que pertencera ao irmãozinho morto; nunca o vira tão excitado; agarrou-me pelo vestido e puxou-me para a sala, gritando:

– Mamãe, mamãe, vem depressa, vem ver o maninho sentado na cadeirinha.

No momento em que abria a porta para mo mostrar, ele exclamou:

– Oh! mamãe, era preciso vir mais depressa... Já não está mais! Se você tivesse visto como ele sorriu para Ray, quando Ray passou perto dele! Ray irá com ele; mas você não deve chorar, mamãe.

Pouco tempo depois nosso filhinho adoeceu gravemente; nossos cuidados e nossas lágrimas não surtiram nenhum efeito: a 13 de outubro de 1883, dois meses e sete dias depois da morte do irmão, falecia ele também. Tinha uma inteligência muitíssimo superior à sua idade.”

Ao ler essas narrações, confesso que não compreendo que delas zombem e as tratem de invenções.

O Dr. Hodgson escreveu à narradora e dela recebeu esta confirmação:

“Só tenho que atestar em todos os seus pormenores o que o Sr. Kingsbury publicou no *Religio Philosophical Journal*. Quando o menino veio correndo, anunciar-me que o irmãozinho estava sentado na cadeira que lhe pertencera, só estava em casa a criada, à qual nada disse; porém, quando meu marido veio almoçar, contei-lhe tudo; nesse mesmo dia narrei o caso a diversas pessoas amigas. O pequeno Ray não podia saber o que fosse a morte.

A última vez que fui com ele visitar o túmulo do meu filhinho – isto pouco tempo antes de ele cair doente – sentamo-nos ambos junto da sepultura e eu pensei: Oh! se eu pudesse tomar meu “bebê” nos braços e vê-lo um minuto só! Como seria feliz! Simultaneamente Ray exclamou:

– Oh! mamãe, tomemos o irmãozinho no colo um minuto só; então ficaremos contentes.

Como nos preparávamos para partir, ele colocou em cima da sepultura vários torrões de terra, dizendo:

– Breve Ray dormirá aqui, perto do maninho; mas você não deve chorar, mamãe.

Dorme agora no lugar que havia marcado.”

O pai do menino escreveu também ao Dr. Hodgson:

“Atesto que minha mulher me contou o incidente (da visão na cadeira) no dia mesmo em que se deu, quando voltei para almoçar. Estive presente muitas vezes, quando o menino anunciava à sua mãe que o irmãozinho o chamava com insistência.

W. H.”

A Sra. J. H. Shulsters, amiga do casal W. H., confirmou por sua vez tudo o que precede.

Este fato apresenta um interesse particular, como todas as manifestações supranormais observadas por crianças, porque sua mentalidade virgem está isenta de influências capazes de predispor-las às formas variadas de alucinações sensoriais. E cada vez que a essas visões se prende um aviso de morte realizado, esta

última circunstância apresenta um aumento de indução legítima em favor da sua realidade.

A observação seguinte, extraída de uma carta que me foi enviada de Bordéus, em abril de 1899, pertence a esta categoria:

(CARTA 259)

“Eu acabava de perder meu filho Gastão, com a idade de 16 anos (fevereiro de 1884). Alguns dias depois seu irmão mais moço (5 anos de idade) estava só num quarto que servia de sala de brinquedo para as crianças e divertia-se em arrear um cavalo de pau, quando, precipitadamente, foi ter com a mãe e lhe disse:

– Mamãe, eu acabo de ver Gatão – (era assim que chamara o irmão) –; ele estava sentado e me via brincar, ele me disse para me portar bem e depois foi embora sem querer brincar comigo.

O menino, que hoje tem 20 anos, tem sempre a lembrança disso na memória.

*N. V.*”

Essa visão do menino efetuou-se alguns dias após a morte do irmão mais velho. Já vimos uma igual, observada no dia mesmo, uma hora depois da morte (“Durante a Morte”, pág. 105). Eis outra:

(CARTA 4.322)

“Quando meu irmão Henri Chambige (em literatura Marcel Lami) faleceu, sua filhinha mais moça, que tinha então três anos, afirmou vê-lo por diversas vezes, dizendo, por exemplo:

– Por que é que choram, ele não partiu; meu papá, ele está ali, não estão vendo?

Ela afirmava que o via sentado numa cadeira de braço ou inclinado a sorrir sobre sua caminha. Só ela o via e sempre pensei que, se era possível à alma de meu irmão manifestar-se, ele o tinha feito aos olhos de sua filha mais moça, a qual,

ignorando o que é a morte, não se assustou ao vê-lo. Isto se passava em Cluny (Saône e Loire).

*André Germ. Roze*  
Em Montelimar (Drôme).”

Essas observações de crianças parecem-me significativas. São tão instrutivas para nós como todas as outras. Vistas por crianças ou por pessoas de certa idade, essas aparições a nós se apresentam como realidades.

Que são essas aparições? Quando se dão a conhecer, quando vêm anunciar a morte ou quando aparecem como consoladoras, julgamos compreendê-las. Mas algumas há que são de uma incompreensibilidade desconcertante. Tal é a que se segue, recebida por meu amigo o Dr. Dariex e enviada por uma pessoa cujo caráter, estima e ponderação ele aprecia. Eis o que lhe contou a narradora,<sup>48</sup> a Sra. E. M.:

“Em 1846 minha mãe, com a idade de 46 anos, deu à luz um filho que nos pareceu cair do céu; minha irmã estava casada, morava longe, e eu tinha 18 anos.

Privada de distrações na roça, recebi esse menino com entusiasmo; dele cuidava da manhã à noite e tornei-me para ele uma segunda mãe, dedicando-me o menino uma afeição profunda. Separamo-nos quando ele estava com oito anos. Casei-me e ele foi posto no liceu onde fez progressos tão rápidos que, aos 14 anos e meio, pôde, depois de obter licença por causa da idade, fazer seus exames de bacharelado. Foi aprovado com a nota “boa”; seis meses depois, com a mesma brilhante aprovação nos exames de ciências, inscreveu-se no primeiro ano de Medicina, vindo a Paris com 16 anos apenas, para prosseguir em estudos que apaixonavam seu espírito, no mais alto grau.

Sempre superior em seus exames, embora com menos trabalho que seus rivais, sua facilidade prodigiosa deixou-lhe muitas horas vagas. Não soube, em certas ocasiões, resistir às tentações da sua idade e conjuntamente estudou e divertiu-se. Porém, muito moço, de organismo delicado demais



para poder suportar impunemente uma *surmenage* mesmo passageira, resfriou-se ao sair de um baile. O resfriado agravou-se e ele consumiu-se durante quinze meses, preso à vida unicamente devido aos nossos ternos cuidados. Morando desde meu casamento a 30 quilômetros da casa de meus pais, ia todas as semanas passar três dias com ele. Descrever a dor do meu coração, vendo definhar de dia para dia esse irmão adorado, dizer meu amargo pesar ao ver o aniquilamento de esperanças tão brilhantes, é coisa impossível.

Ele, iludindo-se ainda com esperanças quiméricas de cura, acolhia-me com expansiva alegria.

Na última semana da sua vida despedi-me dele com saudade, achando-o mais enfraquecido; porém, nada fazia prever o desenlace fatal; eu pertencia também à minha outra família.

No dia seguinte recebi um telegrama, chamando-me com urgência; acudi e só pude abraçar um cadáver! O pobrezinho partira, com 19 anos apenas, assim como vela que se apaga com um sopro... Meu nome lhe acudira aos lábios por diversas vezes!

Minha mãe estava sucumbida de dor; meu pai triste e desanimado. Tomei minhas disposições para ficar oito dias com eles, tentando quanto me era possível suavizar o irreparável.

Dois dias após esse acontecimento lamentável – não poderia precisar, mas, com certeza, não mais de três dias –, desci a escadaria, desejosa de respirar o ar puro, antes de me deitar. Deviam ser mais ou menos 9 horas. A alguns passos de onde eu estava, a estrada que atravessa a propriedade destacava-se toda branca sob a luz fraca do quarto crescente da Lua e vinha perder-se atrás do muro que cerca o terreno, formando um ângulo com o muro onde eu estava encostada. Olhava esse panorama familiar, sem pensar, parece-me, em nada, quando, da volta do caminho, vi desembocar um senhor de alto porte, corretamente abotoado numa sobrecasaca, de cartola na cabeça, o qual, com passo apressado, sem

dar-me atenção, seguiu seu caminho no espaço descoberto que meu olhar alcançava diante da casa, e desapareceu atrás do muro que servia de cerca.

– Oh! – fiz eu com um espanto, devido à sua roupa de cerimônia – eis um senhor que está bem atrasado!

No dia seguinte, seduzida pela brandura da noite, saí à mesma hora e fiquei de pé no portão entreaberto, sentindo unicamente uma certa sensação de calma, contemplando o céu recamado de estrelas, quando vi, de repente, o mesmo senhor da véspera, vestido exatamente da mesma forma, o qual, com o mesmo andar apressado, atravessou a parte descoberta diante da casa e tomou o caminho atrás do muro que cerca o terreno.

Quem será? disse eu comigo, intrigada somente com a elegância do seu vestuário, neste lugar em que a sobrecasaca só serve para as solenidades, pois nossa estrada, encurtando o caminho, é muito procurada pelos pedestres das duas aldeias. É sem dúvida um corretor de vinhos que vai a uma reunião, acrescentei mentalmente, e, quase satisfeita com minha explicação, entrei em casa sem pensar mais nisso.

As noites de outubro, no sul, são de uma beleza, de uma transparência deliciosa; o desejo de gozar do seu encanto ou outra qualquer força atrativa, misteriosa, impeliu-me para fora, no dia seguinte ainda, sempre das oito às nove horas, quando habitualmente todos se recolhiam ao quarto. Havia apenas um minuto que eu estava apoiada na grade do grande portão, quando o mesmo senhor, reto e esbelto, apareceu na volta do caminho. À pálida luz da Lua, suas feições, como nos dois dias precedentes, ficavam invisíveis sob a sombra projetada pelas abas do seu chapéu de molas. Como na véspera, as abas da sobrecasaca, corretamente abotoada, batiam com a rapidez do andar na casimira de sua calça preta; suas mãos brancas, como na antevéspera, pendiam de cada lado do seu corpo. Passou e desapareceu atrás do muro.

Desta vez fiquei estupefata!

– Mas parece – pensava eu – que este senhor, cada noite, escolhe, para passar diante da nossa propriedade, o momento justo em que eu estou fora!

E cedendo a um movimento de curiosidade, corri atrás dele até o ângulo do muro. Lá parei, presa por uma emoção indizível... Não havia ninguém!... A estrada absolutamente deserta lá estava, como longa fita cinzenta, sem uma sombra... Onde pudera ele meter-se?

Apoderou-se de mim esse pavor desarrazoado que assalta nosso fraco entender quando vemos um fenômeno inexplicável, senti meus joelhos enfraquecerem por súbita fraqueza, um calafrio gélido correu-me até debaixo das minhas unhas e fui assaltada por uma idéia insensata, que se impôs logo ao meu espírito perturbado, idéia indiscutível, evidente como a terra em que pisavam meus pés. Recalquei-a até o mais fundo do meu ser com uma espécie de terror e fui precipitadamente contar à minha mãe o que eu acabava de ver.

Apenas entrara e já as palavras saíam dos meus lábios apressadamente, e a pobre mulher, angustiada, colocou sobre a mesa o lampião que tinha na mão para recolher-se ao seu quarto; meu olhar mergulhava no dela: dois relâmpagos saíram-lhe dos olhos... duas lágrimas...

– Era meu filho! Meu filho querido! Não o reconheceste pelo seu alto porte? Não o reconheceste pela roupa *com que o pusemos no seu esquite?*... Iremos juntas amanhã, a este mesmo lugar, em que por três vezes ele te apareceu!

Lá estávamos na hora do mistério e abraçadas uma na outra, ouvíamos o pulsar louco do nosso coração. O crescente lunar, já maior, tinha naquela noite uma luz mais forte, a estrada estava mais branca sob nosso olhar hipnotizado. Tudo ficou deserto!... Em vão descemos nos dias que se seguiram, à mesma hora, evocando, com todas as forças da nossa alma, a querida aparição: estava acabado...

Aquele que fora meu irmão, inteligência de escol, alma de luz, como teria dito Victor Hugo, ele, de quem alguns excessos da mocidade tinham sido purificados por quinze meses

de sofrimentos, por uma derrogação excepcional das leis super-humanas, tinha podido vir, em sua forma visível, dizer-me um último e supremo adeus?

Se assim foi, por que não me apareceu mais, quando, depois de compreender, eu o chamava com toda a força do meu espírito? Sem dúvida os vínculos terrestres que, no além insondável e vertiginoso, ligavam ainda o filho do meu coração à minha natureza obscura, ao meu ser grosseiro, estavam para sempre partidos!...”

O Dr. Dariex acrescentava aqui os seguintes reparos:

“Conheço a Sra. M. desde muito tempo. Tem uma memória excelente e a narração desta observação é exata, com certeza. Ao demais, trata-se de um fato simples: uma aparição é vista três dias seguidos, à mesma hora, o que é fácil de lembrar-se. A Sra. M. nunca teve outra alucinação ou visão. É pois muito notável que uma aparição com a forma do falecido tenha sido vista três dias a fio, por uma pessoa que não esperava tal coisa, nada sabendo desses fenômenos, a qual, depois de ter pensado que se tratava de uma aparição de seu irmão, nada mais viu nem tampouco a sua mãe, e não tiveram alucinação quando justamente sua imaginação estava impressionada e nas melhores condições para se auto-sugestionarem.”

*Três alucinações* de uma observadora tão ponderada não podem ser admitidas. Entretanto, também nos é impossível admitir que esse moço, enterrado desde alguns dias, tivesse passeado ali, de casaca e de cartola. Então?... O que há de mais esquisito ainda é que não parecia de modo algum prestar atenção à sua irmã tão querida. Tudo é paradoxal.

Em que mundo misterioso entramos nós?

O pensamento de um morto criando uma imagem automática?

Devemos observar tudo, estudar tudo para conseguirmos a descoberta da verdade nesses problemas tão obscuros.

Eis outra manifestação, recebida três dias depois da morte e extraído de uma carta datada de 10 de abril de 1921:

(CARTA 4.431)

“Em 1918 habitava o Principado de Mônaco com minha irmã: estávamos sem notícias de um amigo residente em Paris e que habitualmente respondia logo a nossas cartas. Ora, havia três semanas que esperávamos impacientemente uma resposta a várias cartas em que falávamos da nossa aflição por julgá-lo doente, quando, uma noite (acabava de me deitar, eram mais ou menos dez horas), ouço no meu quarto de toucador, contíguo ao meu quarto de dormir, cuja porta dava para o toucador, um estrondo horrível, como se todos os espelhos (e eram muitos) se tivessem quebrado, despedaçando-se todos os cristais; porém, em ponto maior, pois não posso descrever esse barulho, que mais se assemelhava a um formidável e muito demorado ronco de trovão, o qual seria produzido por vidros quebrados. Enquanto isto se dava, não posso dizer que tivesse tido medo; estava, antes, admirada e imaginava uma quantidade de coisas; sobretudo a idéia de uma bomba me acudia, apesar de assinado o armistício. Quando cessou o barulho, levantei-me, julgando encontrar tudo pulverizado, e meu espanto foi grande ao ver tudo no lugar. Só um quadro estava no chão, com o vidro apenas estrelado, e a corda, se bem que nova e muito sólida, como que picada. Avistando esse quadro no chão, sabendo que muitas vezes isto é sinal de morte, tinha pensado logo: “Oh! A. deve ter morrido!”

Esse barulho formidável foi também ouvido por minha irmã, que estava ao piano, na outra extremidade da vila (casa) muito grande; porém ela julgou que estavam descarregando um carro de vidros quebrados e não lhe deu maior atenção; os criados também ouviram e foram espiar se na rua algum carro tinha virado.

No dia seguinte, de manhã, às 9 horas, eu recebia um telegrama participando-me o falecimento desse amigo, o qual se dera três dias antes.

Este fato nada tem de mais extraordinário do que os já por si assinalados, mas onde começa o extraordinário é que esse

amigo só se manifestou três dias depois de sua morte e quando já estava feito o telegrama anunciando-me o falecimento, e que me seria entregue no dia seguinte de manhã. Não quis ele, sem dúvida, fazê-lo no momento de sua morte para não deixar-me ansiosa, *impossibilitada de me informar*, e esperou o momento em que uma pessoa, recebendo *certamente* uma participação, me preveniria; e foi o que aconteceu.

Para mim, este fato é uma prova absoluta da sobrevivência, pois houve reflexão e espera consentida.

Assino com meu nome e meu endereço; peço-lhe, porém, para nada revelar de pessoal. Estamos eu e minha irmã numa posição delicada em relação à família desse amigo, casado, que viveu muito tempo em companhia de minha irmã, ficando conosco em excelentes termos de amizade, apesar do seu casamento. É obrigatória a discrição. Mas o fato em si é um documento para suas pesquisas e eu lho entrego em confiança. Quanto a supor que eu o invento, não vejo qual o pretexto para disso ser acusada.

*Sra. X.”*

Acontece que corrijo as provas destas páginas em Monte Carlo (dezembro de 1921), no mesmo lugar onde foi feita esta observação, e vejo mais ou menos como se deu o fato. Todavia parece-me que sua interpretação pode ser discutida.

Devo ao General Berthaut a notícia do fato seguinte extraído de uma carta de H. S. Olcott, publicada pelo *Spiritual Telegraph* do dia 15 de julho de 1854:

(CARTA 4.516)

Um pastor, avisado da moléstia do pai, voltava para casa, quando o avistou de pé num campo de alfafa; era esse campo todo cercado. Adiantou-se para apertar-lhe a mão. O velho pulou a cerca, levou o filho consigo e disse-lhe muitas coisas que a este pareceram bastante esquisitas. O pastor reparou que o pai estava com boa aparência e ele o julgou completamente curado. Quando chegaram perto da casa, o

velho parou e disse ao filho para ir na frente e falar com a mãe. A mãe o acolheu profundamente triste:

– Meu querido filho – disse-lhe ela –, seu pai foi enterrado anteontem.

Ele afirmou que era seu próprio pai quem acabara de encontrar e que nunca lhe parecera mais bem disposto. Levou muito tempo para se convencer de que o pai havia realmente morrido.”

Ao enviar-me esta relação, o General Berthaut fazia-me notar que via nisso “uma ação telepática do espírito do morto sobre seu filho, uma ação psíquica sobre sua vista e sua audição. Não é, acrescenta ele, uma alucinação, que não corresponde a nada; é uma aparência, uma ilusão provinda de certas condições preenchidas, um fenômeno real produzido por um fato, ficando por deslindar sua causa e seu mecanismo.”

Sim, somos obrigados a reconhecer que esses fatos, tão diversos, são ao mesmo tempo reais e inexplicáveis.

O seguinte acha-se nos mesmos casos. Uma mãe recebe em sonho a indicação do lugar em que foi inumado seu filho, morto na guerra. A carta abaixo transcrita foi-me dirigida de Cherburgo a 13 de outubro de 1921 pela Sra. Deméantis, diretora de uma escola primária:

(CARTA 4.714)

“Era nos últimos dias do mês de maio de 1915. Sofria eu o mais rude golpe, a dor mais violenta que uma mulher possa sofrer. Acabavam de anunciar-me a morte de meu filho mais velho, Jorge, sargento no 25º Regimento de Infantaria, prostrado a 23 de maio no ataque do Labirinto. Morria aos 27 anos, deixando a mulher com 24 anos e dois filhinhos. Todos que o conheceram dizem que era um rapaz sério e sossegado, muito instruído, de coração terno e bom e dotado de grande energia. Para nós todos foi uma dor imensa. Consumida o dia inteiro pela verdade atroz e sobretudo pela suposição tão cruel então de que o ente querido não tivera caixão, meu sofrimento era daqueles que não podem ser descritos.

Também à noite eu só podia dormir à custa do bromureto de potássio, que meus filhos me davam. Noto esse pormenor para bem marcar que na noite, de que vou falar, descansava com um sono calmo e profundo que não se devia interromper sem causa, para continuar depois, quase que imediatamente.

Ora, dormindo, vi um quadro com o número “13”. Eu o vi, muito nítido, muito claro, e logo, sem que nenhum abalo, nenhum barulho me tivesse despertado, abri os olhos, bem acordada, como se fosse de dia. Disse comigo: “Acabo de ver isto, que significará?” E, sem esforço, adormeci de novo. No dia seguinte contei à minha família o que tinha visto e ninguém se ocupou mais disso. Estávamos, repito, nos dias que se seguiram imediatamente à morte.

Nesses mesmos dias meu genro, o Sr. Tricart, professor em Cherburgo, partiu para a frente, para esta mesma região ao norte de Arras. Disse-me que tivesse coragem, jurando-me que tudo faria para descobrir a sepultura do nosso Georges. Cumpriu sua promessa este querido e chorado filho (o Tenente Tricart foi morto em Verdun, em setembro de 1916). No dia 8 de agosto de 1915 escreveu-me uma carta enternecedora, que conservo em meu poder, na qual me mandava a planta do cemitério onde repousava meu pobre filho. Essa planta lhe havia sido dada pelo capelão que presidira à inumação e que escrevera no verso os pormenores desejados. Junto lhe remeto essa planta (não reproduzida aqui). Vêem-se nela as sepulturas representadas por linhas paralelas e uma dessas linhas mais comprida que as outras tem ao lado estas palavras: “13<sup>a</sup> sepultura, G. Deméantis”.

Imagine minha emoção! O quadro, com o número “13”, visto no meu sonho, numa das noites subseqüentes à morte de meu filho, acudiu-me logo à mente e esta aproximação perturbadora fez nascer em mim mais do que uma esperança, uma convicção independente mesmo de qualquer dogma religioso: é que o melhor de nós mesmos não perece com o corpo, o espírito daqueles que perdemos subsiste e vive fora da nossa pequena esfera. E do fundo do coração rendo prei-



tos aos grandes pensadores que, elevando-se acima das críticas do cepticismo e do materialismo, procuram laboriosamente achar as provas científicas da sobrevivência da alma.

*P.S.* – Quando, em agosto de 1919, no setor de Roclincourt fizeram a exumação dos corpos desses pobres infelizes, encontraram o do nosso querido Georges na fileira indicada na planta e no lugar marcado no meu sonho. Estava numa sepultura particular, entre duas folhas de ferro ondulado de 25 centímetros mais fundo que os 12 corpos precedentes.

Descansa ele, agora, no cemitério militar de Roclincourt.

*L. Deméantis.”*

Não considerando mesmo esta observação sob o ponto de vista sentimental, é ela de alto interesse. Antes de tudo digamos que a sinceridade e a inteligência da narradora não estão em discussão. Mas como o princípio de meu inquérito é geral, devo dizer que tive a confirmação desse valor intelectual por meu sábio amigo o Dr. Vaileteau de Moulliac, de Cherburgo. Agora, qual é aqui o papel do exame crítico? Que hipóteses são apresentadas para a explicação?

- 1º) “que o caso não é verdadeiro”, é uma anedota inventada pela narradora, não podendo isto ser aceito aqui;
- 2º) que o número 13, visto nesse sonho, foi coisa acidental, que nada significa, foi produzido pelo estado de sofrimento moral da mãe aflita, e que a coincidência do lugar da sepultura com esse número é meramente acidental; mas poderá satisfazer-nos esta explicação? As circunstâncias dessa visão, a aflição da mãe em saber se o filho recebeu uma inumação conveniente, não deverão ser considerados para nosso julgamento?
- 3º) que esse filho morto não teve participação alguma na visão, imaginando que a Sra. Deméantis foi dotada de uma faculdade de lucidez transcendente e viu em espírito esse lugar da sepultura, suposição justificada por todos os exemplos de vista a distância que meus leitores conhe-

cem; mas o caso não é este: ela não viu nem o cemitério nem a sepultura, e não havia nenhum número;

- 4º) a estas *hipóteses* devemos preferir a explicação mais direta: *comunicação de pensamento entre o filho e a mãe*, telepatia que se expressou pelo número representando o lugar da sepultura. Parece-me que, logicamente, nos devemos firmar nesta conclusão.

Conhecemos outros casos análogos, aquele, por exemplo, que se lerá mais adiante (nas manifestações observadas mais de três anos depois da morte), o caso de um oficial morto nas mesmas circunstâncias e cujo lugar de inumação a mãe desejava ardentemente conhecer (carta 4.378), lugar que ela conheceu pela aparição de seu filho entre um russo e um alemão. São transmissões de pensamentos entre o filho e a mãe, cujo modo de agir não adivinhamos, mas que provam a sobrevivência do ente em um estado que não pode ser conhecível pelos nossos sentidos terrestres.

Eis outra ordem de manifestações completamente diferente. O Sr. Armand Moulin, empregado superior nas Estradas de Ferro do Estado, escrevia-me em data de 28 de agosto de 1921:

(CARTA 4.681)

“Muito querido mestre:

Faço empenho em referir-lhe o que minha avó me acaba de contar pela décima vez, ou seja, o fato seguinte, que se deu na família de seu marido, meu avô.

Nela havia um cunhado que morreu aos 25 anos. Durante sua moléstia, quando queria chamar pela mãe, batia três pancadas numa arca de madeira, colocada perto de sua cama. Antes de expirar pediu que depois de sua morte mandassem dizer missas pelo descanso de sua alma. Seu pai, que não acreditava na Religião Católica, não tomou o pedido em consideração. Algumas noites depois do falecimento, a mãe sentiu sobre si uma pressão esquisita, que lhe deu grande susto, e em seguida ouviu três pancadas semelhantes em intensidade às que o seu falecido filho produzia antes de mor-

rer. Essas pancadas provinham da arca, colocada ainda perto do leito do falecido. O pai sentiu igualmente a pressão e ouviu as três pancadas.

Este fenômeno se repetiu várias noites e minha avó ficara tão impressionada que não se deitava mais. Seu marido acabou enfim por consentir em mandar dizer as missas e tudo cessou.

Apesar de já terem decorrido muitos anos desde esse acontecimento, ser-lhe-á muito fácil fazer um inquérito, se o quiser. Minha avó ainda vive e seus filhos também. Sou fiador da sua perfeita boa fé e ouvi narrar esses fatos por mais de uma vez.

Se quiser servir-se dele nas suas obras, das quais sou fervoroso admirador, autorizo-o com prazer a fazê-lo, no interesse do fim que pretendeis.

Segue abaixo um atestado de minha mãe.

*Marc Moulin* (em Paris).”

“Atesto a exatidão do que se acha acima.

*“Louise Moulin.”*

Conforme meu método habitual de inquérito consecutivo, perguntei ao autor se ainda existiam testemunhas dessa observação. A resposta enviada de Bussièrre-Poitevin, a 4 de setembro de 1921, trouxe-me a confirmação com todos os pormenores.

Esta carta terminava deste modo:

“Para meus avós, era, sem dúvida alguma, o espírito de seu filho que reclamava as missas pedidas, para as quais tinha ele deixado o dinheiro necessário.

*Catherine Dupont*, esposa Colin.”

“Quanto a mim, considero um dever afiançar a veracidade dos fatos acima relatados.

*Rose Dupont*, esposa Dodrier.”

Essa relação traz-nos, como tantas outras, uma pergunta.

Não parece, a princípio, que o pedido de missas estava na mentalidade dos sobreviventes e que, por conseguinte, as pancadas poderiam ter sido produzidas inconscientemente por eles mesmos? Mas como? É o que não adivinhamos.

Se é realmente o defunto que reclama essas preces, por que o faz? Vemos aqui a continuação da crença católica do purgatório, da igreja sofredora, da igreja militante (os cristãos vivos) e da igreja triunfante (os seres celestes).

Mas nada está menos provado, nada menos admissível: onde estaria esse céu? Onde esse purgatório? Estados da alma no espaço? Seria realmente uma metamorfose da antiga cosmografia cristã. É o que também não adivinhamos.

Já notamos anteriormente (neste capítulo mesmo) um pedido de missas análogo ao precedente e uma reclamação de prece no rosário (capítulo V). Esses pedidos de preces têm com que nos surpreender; são bastante freqüentes e é dever nosso assinalá-los aqui. Que explicação se lhes pode dar? Que parte tem os viventes nessas manifestações?

Este caso se apresenta nas famílias católicas que acreditam nas almas do purgatório, não nas famílias protestantes que nelas não acreditam.

Pode pensar-se nalguma auto-sugestão. Ouvem pancadas insólitas. Dizem consigo: Eu lhe tinha prometido preces. Ouvem mesmo uma voz que as reclama.

Como explicar que os ruídos cessam depois das missas, o mesmo acontecendo nas casas assombradas?

Acode-nos naturalmente a idéia de que, assim como certas respostas tiptológicas parecem ditadas pelos próprios consulentes, assim também esses ruídos podem ser produzidos pelos próprios ouvintes. Mas como?

Comparações numerosas e variadas poderão unicamente nos instruir.

Seja como for, devo anotar que esses pedidos de preces, essas reclamações de missas são de tradição antiqüíssima.

Pode ver-se no Museu Van Dyck de Bruges um díptico significativo, representando um esqueleto a contar moedas de prata

com uma das mãos e com outra a mostrar um contrato escrito, achado por um padre. Neste momento tenho sob as vistas a fotografia desse quadro; parece, com efeito, representar uma reclamação dessa ordem.

Uma visitadora desse museu escrevia-me a esse respeito (carta 4.781) que ela conhecia um incidente dessa espécie, o qual se deu na Mayenne. Uma rendeira, apavorada por algazarras misteriosas, teve a idéia de se dirigir ao cura, que fez buscas e descobriu uma doação escrita, feita antigamente, para que dissessem missas e que fora olvidada. As missas foram ditas e as algazarras cessaram.

Voltaremos a falar desse enigma.

Dentre as objeções que nossa razão traz inevitavelmente contra a autenticidade das aparições de mortos, podemos imaginar muitas vezes que não passam de visões subjetivas. Porém, quando é ignorado o falecimento, é impossível aceitar esta interpretação. Tal é o caso seguinte, que me foi endereçado da Suíça, em 29 de maio de 1899.

(CARTA 420)

“Tenho 76 anos e não tenho recordação nenhuma de alguma aparição sobrenatural que me fosse pessoal. Mas descrevo-lhe uma que testemunhei na minha infância.

Achava-me no quarto de morada de meu tio em Winzenheim (Alsácia). Minha tia estava na cozinha, ocupada a amontoar lenha. Subitamente ouço-a soltar um grito horrível. Entra apavorada no quarto e diz chorando:

– Minha irmã Hannah morreu! apareceu toda vestida de branco, atrás dos feixes de lenha!

Com efeito, essa irmã que habitava Grussenheim, aldeia distante uns 20 quilômetros dali, tinha morrido alguns dias antes.

*G. Bloche, Le Loch.”*

Essas visões não são muito raras. Notar-se-á uma igual, mais para diante. Tal é também a que se segue.

Lorde Beresford comunicou a observação seguinte à Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas:

“Estávamos na primavera do ano de 1864. Achava-me na fragata *Racoon* e navegávamos entre Gibraltar e Marselha, quando, precisando ir ao meu beliche para lá tomar meu cachimbo, vi dentro do beliche um caixão e neste meu pai; vi isto tão distintamente como se fosse real! Fiquei profundamente impressionado e contei o que tinha visto aos meus companheiros que estavam perto, sentados entre os canhões e conversando. O mesmo fiz com o capelão de bordo, o Rev. Onslow, narrando-lhe o caso. Poucos dias depois chegamos a Marselha e lá soube da morte de meu pai, o qual fora enterrado no mesmo dia e na mesma hora em que me aparecera (meia hora depois de meio-dia). Acrescentarei que no momento da aparição o tempo era esplêndido, e que eu não tinha nenhum desassossego a respeito de meu pai, tendo recebido recentemente notícias de sua saúde, que melhorara. Entre meu pai e eu houve sempre grande simpatia, muito superior à que existe habitualmente entre um homem de 72 anos e um rapaz de 20, sendo estas as nossas idades quando se deu a aparição.”

O inquérito estabeleceu que o pai do observador morreu em Kensington, a 29 de abril de 1864, e foi enterrado a 4 de maio. A visão desse pai em seu caixão efetuou-se no dia do enterro, cinco dias após o falecimento. Será o defunto que se manifestou, que pensou em seu filho quando seu cadáver já estava no esquife? Será o filho que pensou no pai por uma súbita lucidez e sem causa aparente?

Também podemos imaginar que houve transmissão telepática entre um parente assistindo às exéquias e o filho do falecido, mas não será isso muito mais afastado da probabilidade? Em todo caso, vemos como todos esses fatos, descuidados até agora, merecem nossa atenção.

O amor fraternal de Ernesto Renan pela sua irmã Henriette é fato conhecido e é sabido que uma moléstia súbita e cruel quase que a ambos matou ao mesmo tempo no dia 24 de setembro de

1860, em Amschit, perto de Beirute. Lemos numa das mais comovedoras páginas do grande escritor:

“Duas ou três vezes nos sonhos da febre, a mim mesmo dirigi dúvida atroz; julguei ouvi-la, chamando-me da sepultura onde seu corpo fora depositado.<sup>49</sup> A presença de médicos franceses, no momento de sua morte, afasta, sem dúvida, essa horrível suposição.”

O céptico filósofo não parece ter pensado na possibilidade de uma comunicação póstuma entre ele e a sua irmã tão querida. Conhecemos entretanto fatos dessa ordem. Quanto à sobrevivência da alma de sua irmã, escreve mais adiante:

“Não será feita a imortalidade para almas como esta? A matéria não existe, pois ela não é um todo; não é o átomo que existe, pois é inconsciente. O que existe é a alma, quando ela imprimiu realmente seu sinal na história eterna da verdade e do bem... A parte realmente eterna de cada um de nós é a sua relação com o infinito. É no lembrar-se de Deus que o homem é imortal. É lá que nossa Henriette, radiosa para sempre, para sempre impecável, vive mil vezes mais realmente que na época em que lutava com seus fracos órgãos a fim de criar sua pessoa espiritual, quando atirada no meio do mundo, o qual não sabia compreendê-la, procurava com afinco a perfeição. Toda a lógica do sistema do Universo ficaria por terra se tais juízos não passassem de embuste e de ilusão.”

Apesar destas idéias filosóficas, o autor da *Vie de Jésus* não admite a sobrevivência. No seu pensar, sua irmã Henriette não existe mais individualmente. Que significam então as linhas precedentes? E que significa a dedicatória do seu livro à sua irmã Henriette: “No seio de Deus onde repousas”?

A lembrança de Renan não é apresentada aqui como manifestação póstuma de sua irmã; porém apenas como simples “possibilidade”.

Ao terminar este capítulo farei o mesmo reparo que fiz ao acabar os dois precedentes: é que nenhuma das relações que

acabamos de transcrever foi devida às experiências espíritas, as quais serão assunto de capítulo especial.

Essas manifestações foram verificadas durante a primeira semana após a morte. Continuemos nosso estudo. Vejamos as que foram observadas de uma semana a um mês e nesta ordem cronológica.



## CAPÍTULO VII

### Manifestações e aparições de mortos algum tempo depois da morte (de uma semana a um mês)

*“Se eu ouvia falar dos Espíritos que aparecem, das feitiçarias ou de qualquer outra história em que não penso acreditar, sentia-me cheio de compaixão pelo pobre povo iludido. Agora, acho que, pelo menos, era eu tão digno de lástima quanto ele.”*

*Montaigne*

Se nos queremos inteirar exatamente, completamente, rigorosamente, desses fatos extraordinários, não paremos. Talvez parecer-nos-ão cada vez mais fantásticos, cada vez mais incríveis. Porém saibamos que não é um romance que estamos a ler, são observações visuais. Coisas vistas, como diria Victor Hugo. O que é preciso saber é se a velha hipótese clássica da alucinação continua admissível, se a ciência chamada positiva não andou errada até hoje.

A seguinte manifestação, ocorrida oito dias depois da morte, é bastante estranha, mas não é muito rara.

É extraída de uma carta que me foi dirigida de Paris, no mês de agosto de 1900, por um vizinho da casa editora pertencente ao meu irmão:

(CARTA 1.066)

“O avô materno de minha mãe, falecido a 13 de fevereiro de 1880, habitava em casa do seu genro, o Sr. S., bibliotecário da Escola Politécnica. Cerca de oito dias depois da sua morte, a campainha que correspondia com o quarto do Sr. S. pôs-se a tinir. Esse quarto ficara fechado desde a inumação.

Toda a família estava então à mesa na sala de jantar, situada igualmente no andar térreo; a criada estava na cozinha, no primeiro andar.

Todos acudiram ao tinir, mas nada foi notado de particular no quarto, apesar de a corda da campainha estar ainda a mover-se. A mesma manifestação se repetiu por três vezes, com intervalos.

*A. Reboul*

Rua de Vaugirard, 20, Paris.”

Meus leitores estão a par desses toques inexplicados de campainha, constatados com segurança. Esta, como tantas outras, não deixa pairar dúvida alguma nos que conhecem e apreciam o discernimento ponderado do narrador.

São manifestações póstumas, por assim dizer, banais. As aparições são mais raras e muitas vezes mais discutíveis.

Não queremos aqui nem ilusões nem devaneios nem visões imaginárias, queremos observações exatas. As histórias de fantasmas são em geral aceitas de mau grado e é muito natural, visto que quase sempre são unidas a uma credulidade cega que desconcerta. Por mim, sempre estive pouco disposto a aceitá-las e só as aceitei depois de um exame crítico tão minucioso quanto possível; é indispensável indagar do que é realmente verdadeiro e do que a imaginação acrescentou, o que nem sempre é fácil de determinar.

A melhor prova de que nunca tive pressa em aceitar benevolmente essas histórias é que uma conheço desde minha infância e nunca a publiquei. Creio poder dá-la aqui, agora, nas páginas deste capítulo.

Deu-se na minha família, há muito tempo, quando reinava Luís XVI, em 1784, e teve como testemunha minha bisavó materna, que não cheguei a conhecer, pois morreu em 1844, com perto de cem anos, tendo eu dois anos. Quem me fez a narração do caso foi minha própria mãe. Ei-la:

Era numa aldeiazinha do Condado de Bar, Illoud, incorporada hoje ao Departamento do Alto-Marne, não longe de mi-

nha terra natal e terra natal do meu avô materno. Durante toda a minha infância lá passei minhas férias nos cerros cheios de vinhedos, em frente de Bourmont, no meio de graciosas paisagens, nos bosques cheios de pássaros.

A casa onde se deu o fato ainda existe; fica à entrada da aldeia, à direita, e é chamada “o castelo” (pertence atualmente a um primo meu).

Quando estava reunindo os documentos do meu inquérito, em 1899, minha mãe, que tinha voltado justamente à sua terra natal, após longa e trabalhosa existência em Paris, enviou-me a seguinte relação:

“Nunca quiseste tomar a sério a célebre história do “falecido Rollet”, que ouviste contar tantas vezes por papai e por mamãe, mas eu ta envio assim mesmo e dela farás o que quiseres. Eu, pessoalmente, não tenho razão para duvidar dela. Esse Francisco Rollet era o irmão da cunhada de minha avó. Habitavam juntos, eram lavradores. Algum tempo depois da morte desse bom homem, minha avó vai à cozinha que conheces, no andar térreo, para ver, como boa dona de casa, se o caldo do cozido fervia. Vê seu cunhado sentado no canto do fogão grande, como se fosse vivo. Estupefata, foge. Pouco tempo depois, ao voltarem os rapazes que tinham ido trabalhar no campo, dizendo-lhe um deles que tinha muita fome, sem lhe dizer nada, ela o mandou tirar um pouco de toucinho na panela que fervia no fogão, pois assim poderia ele esperar pelo jantar. Esse rapaz serve-se pressuroso. Mas, ao pôr a tampa na panela, dá com o fantasma e põe-se a gritar:

– Meu Deus! meu Deus!

Ouvi dizer também que nesse momento um empregado da fazenda tinha praguejado e que o desaparecimento súbito do fantasma tinha coincido com o soltar da praga.”

Tal é a narração de minha mãe, também ouvida por mim da boca de minha avó. Esta aparição não causava dúvida alguma às pessoas de minha família. *Falecido Rollet* era personagem lendário, embora modesto.

Visão imaginária! diziam. Alucinação da minha bisavó e também do rapaz que voltara da roça e ao qual afirmava ela nada ter contado para divertir-se com a sua surpresa e para saber se ele também veria o falecido. Nenhum ficara satisfeito com essa hipótese de alucinações, pois tinham certeza de ter visto bem, ter reconhecido o homem, sentado tranqüilamente no canto da lareira.

Que há de real, de certo, no âmago dessa história?

O mais provável, parece, é que minha bisavó (tendo então 39 anos) foi vítima de uma ilusão e comunicou-a aos que a cercavam sem disso se lembrar depois. Podemos ler na obra muito documentada de Brière de Boismont, sobre *As Alucinações*, grande número de observações muito interessantes. Mas ao ler essa obra clássica acode a impressão de que a palavra “alucinação” está longe de explicar todos os casos.

Que esse morto, modesto, enterrado com as regras, tenha vindo sentar-se diante do fogão com sua roupa habitual é o que propunham crer e que não admitimos. Entretanto, se o viram, o que se chama visto, seria conveniente achar outra explicação para esse fato, como para tantos outros.

Minha mãe, cuja absoluta sinceridade de um lado e ponderação de espírito do outro (apesar das suas convicções católicas inabaláveis e contra as quais nenhum raciocínio pudera prevalecer) foram apreciadas por todas as pessoas que a conheceram, considerava essa história como absolutamente autêntica.

Tanto mais a admitia quanto conhecia outras iguais, acontecidas em sua própria família, notando-se entre muitas a seguinte, narrada em uma outra carta de 1899:

“Eugénie Bichet, que conhecestes na tua infância e que foi a primeira mulher do nosso primo, o relojoeiro Lomon de Bourmont, perdeu a mãe quando apenas tinha 14 ou 15 anos.<sup>50</sup> Ora, por duas vezes, à boca da noite, indo ao depósito de lenha, pequena construção em frente da casa, por duas vezes diferentes ela viu, mas viu mesmo, sua mãe sentada no monte de lenha. Teve tanto medo que nunca mais lá voltou. Existem ainda pessoas que a ouvirem contar o caso repetidas

vezes, estando eu no meio dessas testemunhas. Pessoalmente, nunca vi nada e quisera tanto ver meu pobre pai!”

Até hoje só consideraram essas visões como puras alucinações. Queremos, porém, aqui analisar completamente o assunto com toda a liberdade de espírito e comparar as observações. Os capítulos precedentes incitam-nos a ter uma atenção científica contínua.

Lembramos, ao encetar este capítulo, um pensamento de Montaigne. La Rochefoucauld por sua vez escreveu:

“Acontece com o verdadeiro amor como com a aparição dos espíritos: todos falam nisso, mas poucos os viram. É real que nessa matéria tão interessante nossas informações pessoais são muito menos numerosas do que as trazidas por terceiros e ainda menos do que as trazidas de mais longe. Mas não poderia ser de outra forma, pois os que nos informam são mais ou menos numerosos, ao passo que cada um de nós é o único observador dos fatos pessoais. É mais uma razão para que nos apliquemos em registrar cuidadosamente o que nos parece autêntico.”

Nossa época não é menos fértil em manifestações póstumas do que no tempo em que viviam La Rochefoucauld ou Montaigne. Começam somente agora a submetê-las à análise rigorosa. Confio que este trabalho servirá para firmar definitivamente a realidade do assunto.

Pôde-se ler em *O Desconhecido* um sonho premonitório, de notável precisão, contado pelo Sr. Amédée Basset, tabelião em Vitrac (Charente). Eis um caso de aparição visto por seu pai, proprietário na Haute-Vienne. Apresentá-lo-ei aqui precedido de uma carta que demonstra toda a importância que o próprio autor liga a essas pesquisas:

(CARTA 640)

“Embora muito ocupado pelo trabalho do meu tabelionato, não posso resistir ao desejo que sinto de lhe manifestar toda a minha admiração por suas pesquisas, sob esse título que deveria cativar todas as pessoas ciosas de se instruir: *O Des-*

*conhecido*. Os problemas cuja solução científica desejais são, com efeito, daqueles para os quais ninguém deveria ser indiferente, pois, na minha opinião, não há questão mais importante para a nossa pobre Humanidade!

Para entrever, que digo! para demonstrar que a célebre afirmação de Lavoisier: “Nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, não se aplica unicamente ao que combinamos chamar matéria, mas também a tudo aquilo que constitui o mundo; estabelecer que tudo se prende na Natureza e que cada fato é consequência de outro, quer se trate do *pensamento*, quer da *energia material*; haverá problema mais cativante e cuja solução seja mais fértil em felizes resultados?

Durante minha cléricatura, apaixonei-me por essas questões e tinha consignado num caderninho, que perdi infelizmente, todo o resultado de minhas pesquisas. Lembro-me, entretanto, que tinha conseguido reconhecer que nossas idéias sobre nossa existência são contrárias à realidade, que o *tempo* e o *espaço* não poderiam ser definidos de maneira racional e que existe um vínculo invisível, porém poderoso, o qual une todos os mundos entre si.

Segundo minha humilde opinião, *o vácuo absoluto* não existe em parte alguma e *o infinito* está povoado por entes, por forças, se quiser, que para serem percebidos por nossos sentidos, e isto para que tenhamos materialmente percepção da sua existência, só desejam achar um agente *ad hoc*, tal como o fluido vital, o qual os materializa, e chegava eu à conclusão seguinte: os videntes têm simplesmente o poder de se desdobrarem, de emprestarem seu fluido vital à força, ao espírito que procura comunicar-se com eles.

Vitrac, 27 de abril de 1899.”

Esta carta demonstra que as questões que aqui estudamos interessam todas as esferas sociais. Continuava com a relação do sonho assinalado acima, e em seguida descrevia a singular aparição de morto que se vai ler. Esta narração é tanto mais digna de atenção que: 1º- trata-se de um fantasma visto em pleno

dia; 2º- o observador o seguiu durante bastante tempo para que a hipótese de uma alucinação não possa ser-lhe aplicada. Que será? Ignoro-o; mas o fato existe. Escreve o Sr. Basset:

“Meu pai viu por diversas vezes, muito nitidamente, o fantasma de um homem falecido havia um mês e dentre muitas na circunstância seguinte: estava vestido como nos dias de festa e é provável que eram essas as roupas com que tinha sido enterrado, e foi avistado atravessando a estrada que ladeia o cemitério, depois subindo o talude que rodeia essa estrada, dirigindo-se depois para a porta do cemitério onde desapareceu. Era cerca de 5 horas da tarde.

Meu pai dava, à noite, antes do jantar seu passeio habitual e diário, acompanhado por um dos seus amigos, quando, subitamente, viu desembocar de um caminho, em frente ao cemitério, um homem, que muito naturalmente atravessou a estrada e, subindo pelo talude da estrada, com 5 a 6 metros de altura, isto com a maior facilidade (cito textualmente a carta de meu pai) chegou ao lugar onde há uma plataforma ao nível do cemitério; depois, caminhando sempre em linha reta, entrou no cemitério. Nada pode fazer admitir meu pai tenha sido vítima de uma alucinação, porque, como ele o nota, foi só quando viu o fantasma subir com grande facilidade o talude e a estrada que ele ficou admirado e lembrou-se, *somente então*, que esse indivíduo (chamado Boireau) tinha morrido.

Meu pai, infelizmente, não se recorda se o amigo que com ele estava viu o fantasma, mas ele precisa o fato de esse amigo ter vivido em muito maus termos com o falecido. O certo é que meu pai nos contou isto naquela mesma noite e deu-nos como explicação dessa aparição o ódio que existia entre seu amigo e o morto.

Meu pai prontifica-se a escrever-lhe os pormenores suplementares que julgaria úteis. Dou-lhe junto seu endereço na Haute-Vienne.

*Amédée Basset.”*

Os Srs. Basset, pai e filho, não admitem a hipótese alucinação. A observação foi feita com muita frieza, muita simplicidade, muito naturalmente, como se se tratasse de qualquer encontro banal.

Coisa curiosa: dentre as centenas – os milhares – de observações que reuni desde 50 anos, uma há que oferece com a precedente a mais completa analogia. Sua narração é devida ao Dr. Fugairon, doutor em Ciências e em Medicina, tendo-a publicado ele no seu livro *La Survivance de l'Âme* (Paris, 1907). Ei-la:

“O desenho aqui incluso representa a entrada oeste da aldeiazinha de Savignac, situada no alto vale do Ariège.

Vê-se à esquerda o cemitério separado do parque por um caminho. A estrada geral ladeia os jardins, pátio e parque do castelo, assim como o cemitério.

No mês de outubro de 1837, às sete horas da noite, minha avó e as suas duas irmãs mais moças passeavam na estrada. Vinham de volta para a aldeia e estavam nos pontos *MG* quando avistaram, quase diante delas, um senhor vestido de cor de cinza e de bengala na mão. Seu chapéu mole de feltro era cinzento, a calça também era dessa cor, porém mais escura que o colete e a sobrecasaca.

Minha mãe disse então à minha avó:

– Se meu tio não tivesse morrido há um mês eu diria que é ele; este tem a roupa igual e o mesmo modo de andar.

Como já estava escurecendo, não se podia distinguir o rosto. Minhas duas tias exclamaram:

– Vamos ver quem é.

E puseram-se a correr. Quando chegaram ao ponto *TT*, o transeunte estava no ponto *F* a uns 30 passos delas, parou de repente e deu uma passada larga do ponto *F* ao ponto *A* por cima de um muro de 80 centímetros de altura, o qual cerca o prado e o separa da estrada. Esta passada não pode ser dada, pois a distância de *F* a *A* é de mais de 3 metros. Ao ver isso, minhas duas tias exclamaram:

– Oh! mas que passada!



Nesse mesmo momento o fantasma desapareceu no ar. Elas correram para o lugar onde havia desaparecido para ver se ele não tinha caído do muro. Caminharam em diversos sentidos no prado, cuja erva estava muito baixa; não viram ninguém.

Essa aparição foi vista por quatro pessoas que não estavam de modo nenhum alucinadas.

Minha tia mais moça morreu em 1895, com 75 anos, e algum tempo antes de morrer tinha-me contado essa aparição, da mesma maneira que eu tinha ouvido minha mãe contá-la por diversas vezes.”

Perguntarei ao leitor imparcial, que acaba de ler estas linhas, se não acha que esses dois fatos, independentes entre si, se confirmam mutuamente e se a hipótese antiga da alucinação não é o que há de mais improvável para esses diversos observadores, pois nesses dois casos o morto pareceu realmente vagar não longe da sua sepultura.

O seguinte caso passou-se na Haute-Marne e me foi referido por um dos meus eminentes patrícios:

“O Sr. de Maricourt fora viajar na Bretanha, de visita a vários parentes. Era no reinado de Napoleão III. Durante essa viagem sua correspondência não lhe fora enviada regularmente pelo correio. Quanto ao telégrafo, não existia nesses lugarejos afastados. Wassy ainda não tinha sua estrada de ferro, iam tomá-la em Saint-Dizier; e era um ambulante que fazia o serviço do correio; o Sr. de Maricourt tomara esse carro ambulante para voltar a casa. A estrada passava diante do cemitério, era mais ou menos meio-dia quando na porta do cemitério viu seu filho que o olhava. Esse moço tinha aparência tão natural que o pai cogitou de mandar parar o carro para descer e voltar com ele. Pensou que tinha havido algum enterro e que o filho saía por estar acabada a cerimônia. Quando chegou a casa soube da morte quase súbita desse filho, já enterrado desde alguns dias.

Muito tempo depois o Sr. de Maricourt ainda chorava quando narrava esse fato.”

Estes três casos tão semelhantes (e muitos outros assim existem) levariam à conclusão de que os mortos vagueiam por vezes nos arredores de suas sepulturas.

Mas entre muitas dificuldades para admitir a realidade objetiva dessas observações, não será ainda a principal a que diz respeito ao vestuário, ao aspecto visto pelas testemunhas?

Poderemos tentar explicá-la? Sim.

Se admitirmos que o morto, no estado de espírito invisível, de sombra imaterial, de ente diferente de nós, inacessível aos nossos sentidos físicos, está ali perto de nós, também podemos admitir que ele age espiritualmente sobre nosso próprio espírito e que essa ação se nos revela sob uma forma sensível. Fulano está aí e influencia nosso cérebro por meio de ondas psíquicas desconhecidas. Essa impressão se evidencia em nós pela imagem do indivíduo que conhecemos. Os espectadores o vêem como o conhecem. O fantasma pode ser real e invisível e tornar-se visível para nós, tomar uma forma em nosso espírito, em nosso nervo óptico e nossa retina, pondo em cena certas fibras cerebrais, não sendo visível para cérebros não adaptados a essas vibrações.

As aparições de *duplos* de entes vivos pertencem provavelmente à mesma ordem. Quando à Sra. Wilmot sucede ver seu marido num navio após uma tempestade e é vista por ele e por seu companheiro de beliche, o Sr. William Fait, era somente seu espírito que lá estava, tendo para isso atravessado o mar. Entretanto, ambos a viram nos seus trajos de dormir (*O Desconhecido*, capítulo VIII, caso XXXVIII). O mesmo se dá em todas as aparições de *duplos*. O fenômeno é ao mesmo tempo objetivo, externo para o vidente, real e subjetivo, interno porque o vidente o interpreta.

Por mais esquisitas que sejam, as histórias de fantasmas têm uma origem baseada na própria observação e nem a alucinação nem a ilusão podem explicá-las. Não é científico negá-las de antemão e eliminá-las sem as examinar e estudar.

Um pesquisador independente, positivista da escola de Augusto Comte, Adolfo d'Assier, declara que escreveu a esse

respeito um trabalho cujas idéias “se afastam tanto das visões místicas quanto das alucinações espíritas”.

Coisas que nos parecem impossíveis e que foram apelidadas ilusões pelos sábios mais sérios são entretanto reais. Nessa obra <sup>51</sup> narra que viu uma comarca inteira em desassossego pelo episódio seguinte:

“O padre Peytou, cura da paróquia de Sentenac (Ariège), morrera havia pouco tempo. Nos dias posteriores deram-se na casa do pároco ruídos insólitos e tão persistentes que o pároco que o substituíra esteve a ponto de abandonar o lugar. Os habitantes tão ignorantes quão supersticiosos não ficaram atrapalhados para explicar esse prodígio. Declaravam que a alma do defunto estava penada porque não tivera tempo de dizer, antes de morrer, todas as missas cujo preço havia recebido. Educados no dogma cristão, diziam que o falecido cura tinha deixado definitivamente o planeta para uma das três residências póstumas: o céu, o inferno, o purgatório, e eles supunham que as portas dos dois lugares de penitência estavam tão solidamente aferrolhados que ele não podia voltar para trás.”

Mas vejamos a história do fantasma. É realmente a mais curiosa daquela época, não só pelo tempo que duraram as manifestações como pelo modo com que se apresentaram, sendo elas presenciadas por um grande número de habitantes.

O Sr. d’Assier, querendo ter como que um atestado exato, dirigiu-se ao antigo professor público de Sentenac, o Sr. Augé, o qual, depois de haver interrogado os anciões da aldeia sobre o que tinham visto ou ouvido, lhe enviou o seguinte resultado do seu inquérito:

“Sentenac-de-Serou, 8 de maio de 1870.

I – Quando, há cerca de 45 anos, morreu Peytou, cura de Sentenac, ouvia-se todos os dias, à boca da noite, moverem as cadeiras nos quartos da casa do pároco, passearem, abrirem e fecharem uma caixa de rapé e isto com o ruído que faz um homem ao tomar uma pitada. Esse fato, que se repetiu por muito tempo, foi admitido pelos mais ingênuos e pelos

mais medrosos. Aqueles que se queriam mostrar como os espíritos mais fortes, mais incrédulos, da aldeia não deram fé ao caso e contentavam-se em zombar dos que estavam persuadidos de que o cura voltava a este mundo. Dois deles, Eycheinne (Antônio), presidente da Câmara Municipal naquela época e falecido há cinco anos, e Galy (Batista), ainda vivo, os dois únicos do lugar que tinham alguma instrução, e por conseqüência os mais incrédulos, quiseram certificar-se por si mesmos se todos os ruídos noturnos que diziam ouvir na casa do pároco tinham algum vislumbre de realidade, ou se eram somente ideados por imaginações fracas, fáceis de se assustarem.

Uma noite, armados, um de espingarda e o outro de machado, resolveram ficar de vigia toda a noite na casa do pároco, bem decididos, caso ouvissem alguma coisa, a não serem ludibriados. Instalaram-se na cozinha, perto de um bom fogo, e começaram a conversar sobre a ingenuidade dos habitantes do lugar, quando, no quarto que ficava justo por cima da cozinha, ouvem um ruído, depois movimentarem as cadeiras, alguém a andar, descer em seguida a escada e dirigir-se para a cozinha. Levantaram-se; o Sr. Eycheinne coloca-se à porta da cozinha e, machado na mão, prestes a ferir quem se atrevesse a entrar, e o Sr. Galy aponta para a porta com a espingarda.

O ente que parecia andar, ao chegar à porta da cozinha, toma uma pitada, isto é, os dois homens ouviram o ruído que faz um homem ao tomar uma pitada. Depois, em lugar de abrir a porta da cozinha, o fantasma entrou na sala de visitas, onde o ouviram passear. Eycheinne e Galy, sempre armados, saem da cozinha, entram na sala e nada vêem. Correm a casa toda, de cima a baixo, revistam os quartos, os recantos, encontrando tudo no seu lugar, tanto as cadeiras como os outros objetos. Eycheinne, que fora o mais incrédulo, diz então ao companheiro:

– Amigo, isso não é coisa de gente viva, é o Sr. cura Peytou; é o seu modo de andar e de tomar pitada que acabamos de ouvir; podemos dormir sossegados.

II – Maria Calvet, empregada do Sr. Ferré, sucessor do Sr. Peytou, mulher corajosa, não se impressionando com coisa alguma, não acreditando no que contavam, e que, sem medo algum, teria, como se costuma dizer, dormido sozinha numa igreja, limpava um dia, ao anoitecer, os utensílios da cozinha, no corredor do celeiro. O Sr. Ferré, seu patrão, que fora visitar o Sr. cura Desplas, seu vizinho, não devia voltar. Enquanto a dita Calvet estava ocupada a lavar com cuidado seus utensílios, um padre passou diante dela sem lhe dirigir a palavra.

– Oh! Sr. cura, o senhor não me mete medo – disse ela –. Eu não sou tola, não vou acreditar que é o Sr. Peytou que vem cá a aparecer-nos.

Não lhe respondendo o padre que passara e que ela julgava ser seu patrão, Maria Calvet levanta a cabeça, vira-se e não vê ninguém. Então apodera-se dela o medo, desce rapidamente, vai à casa dos vizinhos contar-lhes o que acabava de lhe suceder e pede à mulher de Galy para vir naquela noite fazer-lhe companhia.

III – Anne Maurette, casada com Ferran, viva ainda, ao alvorecer, ia com seu jumento buscar uma carga de lenha na montanha. Ao passar diante do jardim da casa do pároco, vê um padre a passear ao longo da alameda e com um breviário na mão. No momento em que lhe ia dizer: “Muito bom dia, senhor cura, o senhor acordou cedo hoje!”, o padre voltou-se, continuando a ler o breviário. A mulher, não querendo interromper as suas orações, seguiu seu caminho, sem que nem de leve pensasse em uma aparição. Ao voltar da montanha, com seu jumento carregado de lenha, encontra o novo cura de Sentenac diante da igreja:

– O senhor acordou cedo, hoje, senhor cura – disse ela –; eu julguei que ia de viagem, quando o vi esta manhã a ler o breviário no jardim.

– Não, mulher, não era eu – responde o cura –, há pouco tempo que levantei, acabo agora mesmo de dizer a missa.

– Mas então – replicou esta assustada – quem era esse padre que ao alvorecer estava lendo seu breviário na alameda do seu jardim e que me deu as costas quando eu lhe ia falar? Teria morrido de medo se tivesse pensado que era o cura que morreu. Meu Deus! meu Deus! nunca mais terei coragem para passar ali de manhã cedo.

Eis, senhor, três fatos que não são o resultado de imaginações fracas e assustadas. Duvido que a Ciência possa explicá-los facilmente. Serão fantasmas? Não o afirmarei; mas é alguma coisa que não é natural.

*J. Augé.”*

Tal é a narração do professor de Sentenac. Sou da mesma opinião que d’Assier: é muito difícil, para não dizer impossível, recusar esses testemunhos, embora tudo isso seja inexplicável, como aconteceu com os aerólitos no século XVIII.

Podem objetar que após 45 anos a lembrança pode estar imprecisa; mas essas observações são tão simples e tão banais que o tempo não pôde alterá-las muito. Posso notar, a esse respeito, que escrevo essas linhas em 1921 e lembro-me, como se fosse ontem, de certos pormenores da guerra de 1870, na qual tomei parte como capitão de Engenharia encarregado da inspeção óptica dos prussianos, que procuravam acampar nas colinas de Meudon, e da seção de obuses, que deviam ser despejados sobre aquele ponto pelos fortes de Montrouge, Vanves e Issy, ligados todos telegraficamente ao nosso observatório de la Muette. Essas recordações são perfeitamente certas. A narração do professor pode ser tida como exata.

Pois bem! esse cura falecido, que volta a sua casa, nela passeia, serve-se da sua caixa de tabaco, lê seu breviário de manhã cedo, na alameda habitual, tudo isso parece uma história inadmissível para a razão mais elementar.

E então?

“Não podem cair pedras do céu”, dizia Lavoisier.

“A Terra não pode girar sobre si mesma”, dizia Ptolomeu.

“ O Sol não pode ter manchas”, afirmavam a Galileu e a Scheiner os peripatéticos de 1610.

“É impossível que um telegrama atravessasse o Atlântico”, sustentava Babinet, do Instituto.

“O fonógrafo é artimanha de ventríloquo”, clamava o Sr. Bouillaud na Academia de Ciências.

“A eletricidade não produz contorções nas rãs”, asseguravam os adversários de Galvâni.

“A vacina não impede a varíola”, declaravam os colegas de Jenner.

“Nunca será encontrado o homem fóssil”, afirmava Elie de Beaumont a Boucher de Perthes, etc.

O autor de *L'Humanité Posthume* declara que em virtude dos princípios do método positivo, os fantasmas são incontestáveis, não sendo possível duvidar deles, e acrescenta às aparições do cura de Sentenac um número respeitável de comprovações análogas. Sua conclusão, igualmente baseada sobre os *duplos* dos vivos, é que todo homem – e mesmo todo animal – possui seu *duplo*, corpo fluídico cuja realidade se tem igualmente, pelas sensações dos amputados que sentem dores na extremidade dos membros que não possuem mais. Todo indivíduo teria em si sua imagem fluídica, que depois da morte constituiria o fantasma póstumo. O ser etéreo, ao destacar-se do corpo, só sentiria uma mudança de meio, conservando muitas vezes seus hábitos, seus preconceitos, suas idéias.

Está preso à sua sepultura, fica em comunicação com as pessoas que ama e mesmo com as coisas. Mas essa continuação de nós mesmos não dura muito tempo. É ela formada de moléculas que se desagregam algum dia e voltam para o Universo. A existência dessa sombra é de curta duração, embora muitos façam o impossível para manter sua vida póstuma à custa dos vivos, como por exemplo os vampiros.

Dou essas conclusões de d'Assier sem com elas me associar, apesar da sua antigüidade egípcia. Ele não acredita na alma, no mundo psíquico, e reduz tudo à matéria.

Suas observações sobre as aparições dos mortos nem por isso deixam de ser interessantes.

Nada neguemos, porém não façamos nenhuma teoria. Ainda não é chegado o tempo. Estabeleçamos os fatos, base da ciência futura. Examinemos tudo com imparcialidade.

O progresso dos estudos psíquicos é devido ao trabalho de um pequeníssimo número de homens que caminham para frente com passo firme e seguro, sem se incomodarem com os murros e os sarcasmos dos campos filosóficos opostos. A maioria conservadora dos sábios sempre e em todos os tempos só cedeu com repugnância e má vontade ao efeito do progresso.

Meus leitores sabem com certeza que o ente humano, excitado pelo desejo de anunciar sua morte a uma pessoa amiga, pode, a distância, agir sobre o espírito desta pessoa de maneira a produzir nela uma impressão correspondente. A ciência oficial, desde muito tempo, deu a essas impressões o nome de *alucinações*, porém seria conveniente haver uma explicação sobre o sentido dessa palavra.

Lendo a obra clássica sobre *Les Hallucinations* (As Alucinações), de Brière de Boismont, tem-se a impressão de que ele está longe de explicar tudo, como o pretende, e como o ensinam habitualmente os fisiologistas. Acontece agora o que aconteceu durante mil anos com o diabo. Os professores daquele tempo tudo explicavam igualmente por meio da sua intervenção oculta, a qual não era provada de modo nenhum.

Os demônios e os gênios dos Gregos e dos hebreus não eram provados também. Hipóteses muitas vezes contentam depressa demais. A alucinação vale tanto quanto valia o diabo. Por vezes parece mesmo que “não vale o diabo”.

Em nosso trabalho atual *os fatos de observação* são os que nos interessam. Pois bem, repito pela milésima vez: a alucinação não os explica.

Que alucinação será possível imaginar para o caso seguinte? Trata-se da aparição de um morto *a duas testemunhas independentes*. É extraído de uma carta que me foi endereçada de Nantes a 31 de março de 1921:



(CARTA 4.407)

“O caso que lhe vou submeter teve duas testemunhas; uma delas habita atualmente Nantes, na mesma casa e no mesmo andar que minha tia.

Essa testemunha, quando solteira, tinha estado empregada como criada numa família, dona de um pequeno bazar. À mesa, quando conversavam sobre a alma e a sobrevivência, o marido dizia à mulher:

– Se eu morrer primeiro e puder voltar, virei visitar-te.

Anos se passaram e o marido cai doente e morre. Algum tempo depois a criada que dormia na cozinha no primeiro pavimento, atrás da loja, ouve, quando estava deitada, um ruído dentro do aparador, como se a louça estivesse estalando. Levanta-se, julgando ser o gato o causador desse barulho, e não o encontra; também não vê quebrados nem copos nem pratos. Admirada, torna a deitar-se. Recomeça a bulha. A luz está apagada. Percebe nos pés de sua cama uma forma esbranquiçada; esta se torna mais precisa, e nesta aparição a criada reconhece perfeitamente o antigo patrão. Assustada, não dorme; e de manhã cedo sobe ao primeiro andar no quarto de sua patroa, levando-lhe sua primeira refeição. Chama a atenção desta a palidez da criada, pergunta-lhe qual a causa dessa palidez e obtém a resposta:

– Maria, imagina que esta noite apareceu-me meu marido. Reconheci-o perfeitamente. Falou-me e disse-me: “Vês, nós não morremos, preciso de preces.” Vai ver – disse a patroa – se as crianças viram alguma coisa, pois não estou sossegada.

Num quarto ao lado, dormiam em sossego duas meninas. A criada, então, contou à ama sua própria observação.

Este caso parece-me interessante porque essa aparição se efetuou bastante tempo depois da morte, *na mesma noite, perante duas pessoas* que dormiam, uma no primeiro pavimento e a outra no primeiro andar, não se tendo elas comunicado as impressões sentidas. Para este caso, onde estará a alucinação coletiva?

*G. Neberry.”*

Meu correspondente tem toda confiança na sinceridade das duas narradoras. Será possível supor que uma das duas teve uma ilusão partilhada telepaticamente pela outra? Mas as impressões não se assemelham. Com a criada deu-se o barulho da louça, com a patroa houve pedido de preces!

Leadbeater<sup>52</sup> assinala um caso notável de aparição de uma mãe a seus filhos para salvá-los de um perigo.

“O Dr. John Mason Neale conta que um homem que acabava de perder a mulher fora convidado a ir com seus filhos passar algum tempo na roça em casa de um amigo. Era uma casa vasta e no seu pavimento inferior havia corredores compridos e sombrios onde as crianças se compraziam a brincar e a correr. Um dia, entretanto, subiram muito sérios ao primeiro andar junto dos parentes a quem dois deles explicaram que, quando estavam a correr num dos corredores, a mãe lhes aparecera, dizendo-lhes que não fossem para diante e voltassem para trás, tendo desaparecido depois de lhes dar esta ordem. Buscas foram feitas e verificou-se que, se as crianças se tivessem adiantado um pouco mais nesse corredor, teriam caído num poço aberto; a mãe, por conseguinte, salvara-os de morte certa.

Este exemplo prova – escreve Leadbeater – que a mãe havia conservado “mesmo no plano astral” o hábito de velar por seus filhos com solícitude e que, como tem acontecido em diversos casos, seu desejo intenso de protegê-los contra o perigo iminente em que estavam dera-lhe um instante o poder de se tornar visível para eles e de se fazer ouvir, ou por outra, teve o poder de sugerir-lhes a idéia de que a viam e ouviam. É também possível que o auxílio tenha sido trazido por outra entidade aparentando a forma familiar da mãe para não assustar as crianças; mas a hipótese mais simples e com certeza mais provável é que esta intervenção foi devida ao amor materno sempre vigilante e persistente, mesmo depois de ter passado através das portas da sepultura.”

Tendo sido este fato verificado exato, parece que a sua interpretação é lógica e perfeitamente razoável.

É um exemplo que se pode acrescentar aos do capítulo III do nosso volume “Durante a Morte”: “o pensamento produtor de imagens projetadas a distância”.

Parece-me igualmente impossível nós nos recusarmos a aceitar a manifestação seguinte, recebida 15 dias depois da morte<sup>53</sup> e assinalada por meu sábio amigo, o professor Charles Richet.

“No dia 3 de setembro de 1916, por ocasião do ataque “do caminho fundo” (região entre Maurepas e Cléry, um dos pontos de mais movimento no Somme), o 2º Tenente D., do 13º Batalhão de Caçadores Alpinos, foi ferido nos dois braços por uma bala, deixando ele a frente para que o tratassem na retaguarda. À noite e 15 dias a fio faltou à chamada. Em vão o procuraram em todas as ambulâncias; foi considerado desaparecido.

A 8 de setembro, o 13º Batalhão voltou a esse mesmo setor onde a infantaria se tinha adiantado uns 3 quilômetros para frente, por causa da vitória do dia 3 de setembro. Agora a manifestação que é preciso explicar.

Na noite de 18 para 19, um amigo íntimo do 2º Tenente D., o Sr. V., segundo tenente comandando o canhão 37 do mesmo batalhão, teve um sonho estranho. Viu D. agonizante, no fundo de um buraco de obus, à beira do dito caminho fundo, na base de um salgueiro, e que o censurava com violência por deixar morrer ali, sem socorro, o seu melhor amigo.

O Sr. V., que é um oficial de sangue frio, calmo, quase céptico, ficou obcecado pelo sonho. Foi contá-lo ao seu chefe, o comandante S., que não tomou o caso muito a sério, mas que, por condescendência e para acabar com isso, lhe concedeu uma pequena licença, para fazer umas pesquisas no “caminho fundo”.

O Sr. V. lá chegou. Encontrou a paisagem do seu sonho. Na base do salgueiro estava uma vara com esta inscrição: “*Aqui, dois soldados franceses*”. Nada fazia prever que nes-

se lugar estariam restos anunciados pelo sonho. O 2º Tenente V. manda cavar a terra. Encontra os restos mortais do seu amigo, perfeitamente identificável por diversas particularidades do uniforme. A inumação fora feita cerca de 15 dias antes.”

Eis agora outra observação feita três semanas após a morte.

Uma avó é vista pelas duas netas, mas em separado e sem se comunicarem. Esta senhora havia conservado fidalga beleza até a avançada idade de 81 anos, idade em que faleceu. Tinha ela um velho relógio que muito estimava, presente de núpcias. Era seu hábito dizer que esse companheiro dos seus longos dias estivera ligado a todas as suas impressões, às ausências do esposo, à volta das crianças quando vinham da escola, à hora de despertar, etc. Leiamos a observação:

“Uma manhã de outubro – escreve uma das netas, a Sra. Judd – três semanas depois da sua morte, vi distintamente minha avó, com seu rosto sempre calmo e seus grandes olhos procurando como de costume o velho relógio. Fechei os olhos durante alguns segundos, abri-os de novo e a vi ainda. Segunda vez cerrei os olhos, mas ao abri-los de novo não a vi mais.

Como minha família me tratava por vezes de romântica, não disse palavra dessa visão.

Na noite seguinte minha irmã, que nada tem de romântica, sendo completamente prática, confiou-me o seguinte, antes de se deitar (seu leito era vizinho do meu):

– Se me prometeres não zombar de mim contar-te-ei uma coisa.

– Que é?

– Eu vi a vovó hoje de manhã.

Os pormenores que ela em seguida me contou concordavam absolutamente com o que eu mesma tinha visto.

Seis de agosto de 1885.

*Carolina Judd.”*

A narradora acrescenta que embora já se tenham passado 20 longos anos desde essa dupla visão, nunca as duas irmãs falam desse caso sem ficarem profundamente comovidas.

Uma carta de sua irmã confirmou a mesma observação. Não parece admissível a hipótese de duas alucinações independentes.

A aparição coletiva transcrita a seguir não pode também ser atribuída a duas alucinações distintas e concordantes; foi relatada por meu laborioso amigo de longa data, Gabriel Delanne, conforme as *Memórias* de Gurney sobre as aparições observadas pouco tempo depois da morte e apresentando elas esta particularidade de impressionar três sentidos diferentes: a vista, a audição e o tato.

A narradora é a Srta. Lister, que, pela morte do marido de uma de suas amigas, viera morar com esta, sendo testemunha dos fatos seguintes:

“Uma noite, no momento em que ela se preparava para ir tomar seu banho, pediram-lhe que fosse buscar um livro deixado na véspera, na sala de visitas. A Srta. Lister viu o marido falecido de sua amiga sentado à mesa dessa sala, apoiando o cotovelo pertinho desse livro.

O fantasma, conta ela, parecia sorrir, como se percebesse o que eu pensava. Tomei o volume e o levei à minha amiga *sem lhe contar o que acabava de suceder*. Dirigi-me em seguida ao banheiro e não pensei mais nisso; mas ainda não havia vinte minutos que lá estava quando ouvi minha amiga chegar e abrir a porta da sala. Pus-me a rir e fiquei escutando se a aparição ainda lá estava; ouvi minha amiga precipitar-se fora do aposento, descer à pressa e agitar febrilmente a campainha da sala de jantar. Uma criada acudiu, eu vesti-me o mais rapidamente possível e desci para junto dela, encontrando-a pálida e trêmula.

– Que há? – disse eu.

– Acabo de ver meu marido! – respondeu-me ela.

– Que tolice! – repliquei.

– Oh! não, eu o vi muito bem; falou-me duas vezes. Fugi da sala, mas ele me seguiu e pôs sua mão gelada no meu ombro.”

Duas alucinações independentes? Hum! É coisa difícil de admitir. Há nisso alguma coisa, como diz o adágio. Esses dois efeitos têm uma causa.

Outra observação:

A aparição de um pai a seus filhos e à mãe destes foi-me assinalada por uma correspondente, apresentando todas as garantias de um juízo ponderado e de perfeita sinceridade, numa comunicação mandada do Mans, a 25 de julho de 1921. Eis a relação:

(CARTA 4.594)

“Ouvi diretamente o caso da pessoa que o testemunhou conjuntamente com toda a sua família. Ela é filha de um ferreiro empregado da Condessa Augusto de Las Cases desde sua infância, tendo sempre merecido a estima de todos.

Quando menina, habitava, assim como seus irmãozinhos e suas irmãs, no mesmo quarto que a sua mãe. Esta, viúva de pouco tempo, repousava a cabeça, voltada para a parede, não vendo, por conseguinte, o que se passava no quarto, mas ouvia seus filhos a se agitarem e a gritarem:

– Está aí papai! Está aí papai!

– Calem-se e durmam, meus filhinhos – disse-lhes ela –; vocês bem sabem que seu papai está no Céu.

Mas as crianças gritavam sempre:

– Papai está aqui! olha o papai! – e uma das pequenas batia nas mãos, alegre por ter voltado seu pai.

A viúva decidiu-se então e voltou-se para o quarto, vendo então seu marido, que lhe falou; disse-lhe entre outras coisas que, se tivesse acreditado na imortalidade da alma, teria tido comportamento bem diverso e lamentava não ter tido essa crença. Tomou-lhe a mão e apertou-a com força.

Não conheço outros pormenores desse caso, mas parece-me muito notável, tendo como testemunhas muitas crianças

e a mãe destas, cuja mão fora tão magoada pelo aperto de mão do fantasma que foi preciso fazer-lhe curativos durante vários dias.

Acrescento que a narradora desse fato é pessoa muito calma, leal, sincera e que conheceu todos os pormenores do fato desde sua infância. Posso, por consequência, autorizá-lo a publicar esta narração que certifico ter recebido diretamente da filha do fantasma. Autorizo-o a indicar meu nome e meu endereço se o senhor o julgar necessário.

*Viscondessa de Breuil.*”

Observação que é preciso explicar, como as precedentes. Alucinação? No meu escrupuloso inquérito ao qual a minha distinta narradora bem quis associar-se muito ativamente, houve, pelo menos, sete cartas trocadas entre nós, das quais resulta sabermos ter a Condessa de Las Cases celebrado num pequeno poema, que tenho sob as vistas, esta aparição extraordinária e ter a mãe da viúva sido curada depois de vários dias (carta 4.727). Esse incidente realizou-se quinze dias depois da morte.

O estudioso dos nossos problemas sabe que, desde a narração de Cícero sobre Parmenídio e a de Plínio, o Moço, sobre o fantasma de Atenas, os mortos insepultos manifestaram muitas vezes o desejo de serem enterrados. Por quê? Que pode isso importar-lhes?... Tem-se então apego ao corpo!... Não se gosta de vê-lo abandonado.

Na narração seguinte o mesmo desejo de inumação parece ter sido a idéia predominante. Esta narração é assinalada pelo Dr. Lee nos seus *Glimpses of the supernatural* (vol. II, pág. 61),<sup>54</sup> onde afirma que a versão foi dada por pessoas competentes, fornecendo elas uma relação sincera e fiel de uma história muito impressionante.

“Dois criadores de gado associaram-se e deixaram a Inglaterra para emigrar para a Austrália, onde não demoraram em se tornar possuidores de uma propriedade considerável. De repente um dos sócios desapareceu sem que fosse possível descobri-lo.

Una noite, cerca de três semanas depois, o sócio sobrevivente voltava para sua choupana por um trilho que costeava um banhado profundo. As sombras do crepúsculo aumentavam e o sol poente sumia-se atrás dos grandes arbustos, dos espinheiros espessos e das pastagens viçosas que crescem rapidamente naquele país. Subitamente avista a forma do seu sócio, tão real e tão viva como dantes, sentada no chão, à beira do açude, o braço esquerdo dobrado e encostado ao joelho

Ia precipitar-se para o amigo e falar-lhe, mas a forma pareceu apagar-se e o rosto, de cor cinzenta, teve uma expressão de tristeza e de melancolia que não lhe era habitual; parou então. A forma tornou-se de novo mais visível; levantou o braço e com o dedo indicador da mão direita designou um buraco fundo onde a água parecia calma, porém negra, e situado sob uma árvore cujos galhos pendiam sobre o açude. Repetiu esse gesto duas vezes com modo decidido. Depois a forma diminuiu pouco a pouco e desapareceu completamente.

No dia seguinte, de manhã, dragaram o açude e o corpo do sócio desaparecido foi descoberto no próprio lugar que o fantasma indicara e enterraram-no então de modo conveniente. Uma grande pedra estava amarrada ao corpo e um machado foi encontrado no mesmo lugar, sem dúvida a arma que servira ao assassino para cometer seu crime. Ao demais, foi reconhecido o machado como pertencendo a um aventureiro que foi acusado e preso. Como fossem achados com ele documentos importantes pertencentes à vítima, teve que confessar seu crime, sendo então executado.”

Julga-se notar neste, como em outros casos, um desejo de ser enterrado, parecendo também juntarem-se-lhe outras intenções. Poder-se-ia pensar que o morto quis indicar ao sócio a sua sorte; também é possível ter sido movido por um desejo de vingança contra seu assassino.

Este último sentimento, aliás, foi a causa de grande número de aparições.



Por que há esse desejo de inumação do cadáver? Entretanto muitos não o exprimem, a julgar pelo silêncio dos inúmeros mortos pela horrível guerra alemã.

Talvez que, conjuntamente, não se puderam manifestar. São talvez somente certos crentes que o desejam. Talvez sejam mais numerosos os indiferentes.

Poderíamos também acrescentar às observações precedentes a descoberta do corpo do poeta italiano Edouard Boner (*Annales des Sciences Psychiques*, 1910, pág. 191) sepultado nos escombros do tremor de terra de Messina (1908), devida à aparição desse poeta que foi visto em sonho por uma menina amiga de sua família.

Este capítulo poderia ser duplicado, triplicado. Mas urge o tempo para que cheguemos às manifestações seguintes.

Notemos que, como nos capítulos precedentes, IV, V e VI, colocamo-nos fora do resultado das experiências de Espiritismo.

## CAPÍTULO VIII

### Manifestações e aparições de mortos bastante tempo depois da morte (de um mês a um ano)

*“Não acrediteis fiando-vos nas tradições.*

*Nada acrediteis fiando-vos nos vossos maiores ou nos vossos instrutores. Porém aquilo que tiverdes experimentado vós mesmos e tiverdes reconhecido como verdadeiro, isso sim, aceitai-o.”*

*Les Paroles du Bouddha*  
(Edição Salet)

Os quatro capítulos que acabam de se ler apresentaram um certo número de manifestações e aparições de mortos observadas desde a hora do falecimento até um mês de distância da extinção da vida terrestre. Vamos continuar nosso exame independente na mesma ordem cronológica. As observações seguintes foram feitas no intervalo de um mês até um ano depois da morte.

Há bastante tempo já, antes do meu inquérito de 1899 (em dezembro de 1896), recebi de um sábio membro do Instituto, o botânico Charles Naudin, diretor do Laboratório do Ensino Superior de Antibes (Villa Thuret), a curiosa comunicação seguinte relativa a uma aparição de morto que é difícil pôr em dúvida e que, aliás, nosso dever científico nos obriga a explicar. Tivera eu ensejo, quando morara no Observatório de Nice, alguns anos antes, de ir passar um dia em Antibes em companhia do diretor desse observatório, meu amigo Perrotin, e de Victori-en Sardou, meu velho colega em pesquisas psíquicas (1858-1864), o qual desejara acompanhar-nos e tínhamos conversado sobre esses problemas e as questões que a eles se prendem.

Eis a carta do Sr. Naudin:

“Antibes, 26 de dezembro de 1896.

Meu caro colega:

Desde a amável visita que nos fez, há alguns anos, passaram-se na Vila Thuret acontecimentos tão dolorosos que não tenho a coragem de neles pensar. Quero falar-lhe de uma observação esquisita, que não pode deixar de interessá-lo e que pertence ao assunto de que se ocupa há tanto tempo e do qual me interessa outro tanto.

Foi a 26 de junho passado que o fato se deu em Denain (Norte). Uma religiosa da Congregação das Damas da Santa-União, cuja casa matriz fica em Douai, tendo uma sucursal em Denain, fora enviada para esta última com o fim de servir de auxiliar à irmã cozinheira, sobrecarregada de trabalho naquele momento. A irmã superiora do convento, que estava muito mal de um câncer no estômago, sentindo que breve morreria, fez prometer, antes de partir, à dita religiosa de orar por ela e esta lho prometeu. A doente faleceu nos primeiros dias de maio.

Cinco ou seis semanas depois, isto é, no dia 26 de junho seguinte, nossa religiosa, que estava ajudando a barrelar a roupa, arregaçara as mangas até aos cotovelos; mandaram-na à adega para dali trazer cerveja. Ali, sem se preocupar com o caso, viu outra religiosa, que ela reconheceu súbito ser a superiora, morta algumas semanas antes; esta beliscou-lhe o braço nu, com força, causando-lhe isso dor violenta e, ao mesmo tempo, disse-lhe:

– Ore, porque soffro.

Isso tudo foi feito em menos tempo do que levamos para contá-lo. A pobre irmã, louca de medo, subiu precipitadamente a escada da adega e veio cair, mais morta do que viva, num banco ali perto. As lavadeiras, vendo que ela não aparecia com a cerveja, foram procurá-la, encontrando-a no banco tão emocionada que só lhes pôde dizer a custo que havia sido beliscada cruelmente; mostrou seu braço, sobre o qual, com grande espanto das pessoas presentes, se viam cinco sinais vermelhos como se fossem queimaduras, quatro ficavam de um lado e o quinto, mais largo e fundo, do outro

lado do braço e que era o lugar do polegar da defunta, dando esses sinais a impressão de que mão em brasas havia agarrado o braço da irmã. Os sinais em breve ficaram empolados.

Foi chamado o Dr. Toison, médico da irmandade, para tratar da doente. Depois de ter tirado a fotografia das queimaduras, receitou o que era preciso; curaram as empolas, mas permaneceram cinco ou seis cicatrizes que dão o testemunho da realidade do acidente. O Dr. Toison, médico distinto, é professor na Academia de Medicina Livre de Lille; é também médico da congregação em Denain.

Não é possível pôr em dúvida a veracidade das pessoas que foram testemunhas do fato. A visão da irmã terá sido subjetiva? A queimadura, entretanto, foi mais do que objetiva.

Submeto o caso à sua competência, pedindo-lhe para aceitar, caro colega, com meus votos de felicidade para o Ano Novo, os melhores sentimentos que por si tenho.

*Ch. Naudin* (do Instituto).”

O sábio botânico continuava sua carta convidando-me a perguntar aos leitores do *Petit Marseillais*, ao qual enviava de tempos em tempos certos artigos de ciência popular, se tinham observado entre eles alguns fatos da mesma espécie, provando com certeza que uma pessoa morta podia manifestar-se de qualquer maneira. “Eis, acrescentava ele, um problema dado há milhares de anos e é realmente lastimável que, apesar de muitas narrativas autênticas, não esteja ele ainda resolvido.”

Publiquei esta carta no *Petit Marseillais*, a 25 de maio de 1899 somente, pois estivera assoberbado por trabalhos consideráveis, e acrescentei o seguinte comentário:

“Este fato, mesmo se o admitirmos textualmente, e por mais curioso que seja, não traz consigo *a certeza*:

1º – A aparição da irmã pode ter sido uma alucinação. Imagens falsas, ilusões da vista dão-se em certos casos. As obras sobre alucinações estão repletas de casos semelhantes, que seria supérfluo relatar aqui.

2º – O estigma dos cinco dedos da mão no braço nu da religiosa é um fenômeno mais raro. Mas a auto-sugestão produz por vezes efeitos iguais e recentemente fizeram a experiência de um vesicatório determinado sobre um braço e isso se fez por simples sugestão.

Essa narração, por conseguinte, *não prova* a realidade da aparição da superiora do convento. Não diremos que não se realizou essa aparição; não o sabemos. Mas ficam a se enfrentar duas hipóteses: de um lado a realidade da aparição e do outro alucinação e auto-sugestão. Entre as duas hipóteses, escolhe-se de preferência a segunda, porque é mais “científica” e parece-nos mais natural.”

A dúvida que exprimia então em 1899 parece-me mais esclarecida hoje, pelas numerosas observações que tenho comparado há 22 anos.<sup>55</sup> A probabilidade a favor da realidade objetiva desses fatos acentuou-se gradualmente em meu espírito; chegou mesmo à certeza para certos casos absolutamente característicos.

Muitas observações análogas à dessa irmã são conhecidas e, mesmo, uma há de aparição em adega ao ir buscar cerveja. Ei-la:

“Uma velha, morta agora, tendo sido empregada de minha família durante muito tempo, acabara por ocupar o lugar de porteira na nossa chácara; depositavam nela toda a confiança; era uma mulher de juízo. Eis o que ela me contou: Seu marido, tendo recebido um dia a visita de um companheiro, mandou-a à adega para de lá trazer cerveja. Quando subia a escada, julgou ver, nitidamente, seu pai, morto, que por ela descia. Cheia de pavor, grudou-se à parede para deixar passar o fantasma, que não demonstrou vê-la.”<sup>56</sup>

Esta semelhança de impressões, de observações espontâneas, é seguramente muito esquisita; mas não podemos deixar de notar de novo aqui que as coisas se dão como se os mortos se manifestassem, seja intencionalmente ou seja por uma causa desconhecida.

Registremos os fatos, esse é nosso dever.

Um dos mais antigos e dos mais venerandos membros da Sociedade Astronômica de França, o Sr. Louis Crémière, escrevia-me de Bordéus no dia 30 de março de 1899:

(CARTA 350)

“Sou um dos doze velhos membros da Sociedade que, em maio próximo passado, o senhor assinalou em seu discurso na Assembléia Geral; suas obras estão sempre à minha cabeceira. Há três anos perdi uma mulher que me deu a felicidade durante 55 anos. Desde minha desgraça, habito seu quarto no meio de tudo o que lhe pertenceu. Uma noite, durante o primeiro inverno, estava a ler, iluminado por um lampião de querosene com um abajur de papel branco que produzia uma luz moderada sobre todos os objetos. De repente, vejo minha mulher querida no canto menos iluminado. Coisa curiosa, com grande mágoa minha, a imagem desaparecia com a visão direta. Fiz três vezes essa experiência. Qual será a explicação?”

O autor dessa carta é um homem de ciência, de perfeita calma. Não duvida da realidade da sua observação e pergunta-se a si mesmo, simplesmente, por que era a aparição perceptível pela refração oblíqua através do cristalino e não o era pela visão direta. Em Astronomia, para a vista das estrelas, nós o explicamos admitindo que a retina está mais cansada, menos sensível no centro. É uma verificação que todos os observadores puderam fazer.

Destaquemos algumas das numerosas relações recebidas desde essa época. A carta abaixo foi-me endereçada de Montbéliard, a 26 de março de 1899:

(CARTA 210)

“Há dezesseis anos, um mês depois da morte de meu marido (em agosto de 1883), estando acordada em uma noite, ouvi abrir a porta do meu quarto, ouvi passos e vi meu falecido marido aproximar-se do meu leito. Apertou-me com força o lado direito, sem pronunciar uma só palavra. Estupefata, eu nada disse. Depois foi-se embora. Eu me inclinei pa-

ra fora do leito para vê-lo partir (o que prova que eu estava acordada), ouvi de novo uns passos e a porta fechou-se de novo.

Durante muito tempo senti uma dor do lado direito. Peço que só dê minhas iniciais, caso publique esta carta.

*C. H.”*

A observação parece ter sido feita com calma: 1º- porta aberta; 2º- passos ouvidos; 3º- visão do marido; 4º- sensação no lado; 5º- partida; 6º- fechamento da porta; 7º- persistência da dor no lado. É difícil imaginar uma alucinação.

Outra relação da mesma época.

A nota seguinte foi-me enviada a 5 de abril de 1899, pedindo o anonimato:

(CARTA 532)

“Minha mãe e minha irmã, cerca de um mês depois da morte do seu cunhado e tio, testemunharam uma aparição deste último, em datas diferentes: minha mãe aproximadamente um mês depois do falecimento e minha irmã quinze dias após a primeira.

Minha mãe o viu subitamente, sem aviso prévio.

Minha irmã, estando sozinha num quarto, admirada por ouvir um andar num corredor perto do quarto de minha mãe, para lá se dirigiu e achou-se em frente dessa aparição, a qual, aliás, desfez-se logo. Devo acrescentar que minha irmã soubera da aparição vista por minha mãe.

*L. B.”*

Terá havido dupla alucinação? Procuramos a verdade. Continuemos, pois, a comparar. Parece-me que, como eu, meus leitores não de chegar à certeza, se ainda não a possuem pelos exemplos dos capítulos anteriores. Já comprovamos quão variadas são essas observações e quanto é difícil interpretá-las.

Eis uma ao mesmo tempo certa e inexplicável. O Dr. L. Ar-noux, de Guadalupe, assinalou-ma como tendo sido feita por um

dos seus clientes, cerca de um mês após a morte da mulher. Esta, escreveu-me ele, que eu fora chamado a tratar, faleceu de febre perniciosa, e isso em 48 horas. O casal, que já tinha três filhos, vivia em boa harmonia e ambos tinham um pelo outro terno afeto.

Eis a narração fiel do marido:

(CARTA 673)

“Eram mais ou menos 4 horas da manhã e eu estava deitado num colchão distante cerca de um metro do meu leito, no qual não dormia mais, desde a morte de minha mulher.

Acordara havia alguns instantes e fumava nesse momento um cigarro que acabara de acender, quando ouvi ruído de passos na escada que vinha terminar no meu quarto. Prestei atenção e, enquanto atento ao ruído que se acentuava cada vez mais, eu olhava o lugar donde parecia ele provir, vi minha mulher surgir daquele lugar, passar rapidamente entre o leito e o colchão, atravessar o quarto e ir ajoelhar-se diante de um oratório colocado num dos cantos do quarto. Levantando-se quase logo, voltou sobre os passos, dirigindo-se para a escada. Quando passou por perto de mim, estendi instintivamente o braço como para agarrá-la pelo vestido, gritando: “Luluta” – apelido pelo qual a chamava habitualmente; mas, passando rapidamente e evitando aproximar-se de mim: “Sossega, Fernando” – disse-me ela imperativamente e, imediatamente, ao passo que procurava evitar-me, alcançou a escada onde desapareceu.

Levantei-me bruscamente, desci ao andar inferior pela mesma escada e visitei minuciosamente todos os quartos, encontrando-os fechados.

18 de junho de 1899.

*Dr. L. Arnoux*

(em Maria-Galante, Guadalupe).”

O sobrevivente nada compreendeu nesta aparição e o mesmo dizemos nós. É sempre fácil explicar tudo com a palavra fatídica *alucinação*. Mas será isso explicação para tantas observações



variadas? Nesse caso o observador estava bem acordado, fumava um cigarro, escutando e olhando com atenção.

Continuemos a inspeção do nosso panorama, obedecendo à ordem cronológica. Eis aqui um caso, sob forma de reflexo, visto por seis pessoas, seis semanas depois da morte.

O Sr. Charles A. W. Lett, do Military and Royal Naval Club de Londres,<sup>57</sup> escrevia no dia 3 de dezembro de 1885:

“No dia 5 de abril de 1873 o pai de minha senhora, o Capitão Towns, faleceu em sua casa em Granbrook Roseray, perto de Sidney (Novas Gales do Sul). Cerca de seis semanas depois minha mulher entrou por acaso, pelas 9 horas da noite, num dos quartos de dormir da casa. Acompanhava-a a Srta. Berthon, e ao entrarem no quarto, o gás acceso, ficaram surpresas ao ver como que o retrato do Capitão Towns refletido na face polida do armário. Viram a metade do corpo, os ombros e os braços: ter-se-ia dito realmente um retrato em tamanho natural. Seu rosto estava pálido e magro como antes da morte e trajava um casaco de flanela cinzenta com o qual costumava dormir. Surpresas e com certo medo, pensaram primeiro que havia um retrato no quarto e que o viam refletido no armário; mas não havia retrato nenhum.

Enquanto estavam olhando, a irmã de minha mulher, a Srta. Towns, entrou e, antes que as outras dissessem algo, exclamou:

– Meu Deus! Olhem papai!

Como uma das arrumadeiras passasse naquela ocasião pela escada, chamaram-na e perguntaram-lhe se via alguma coisa; sua resposta foi:

– Oh! senhorita, o patrão!

Chamaram Graham, o ordenança do capitão, e ele exclamou logo:

– Deus nos proteja! Sra. Lett, é o capitão!

Chamaram o mordomo, depois a Sra. Crane, a ama de minha mulher, e ambos disseram o que viam. Enfim pediram à Sra. Towns para vir. Ao ver a aparição, ela adiantou-se com

o braço estendido como para tocá-la, mas, à medida que adiantava a mão para a almofada do armário, a imagem desaparecia gradualmente. Nunca mais a viram, conquanto o quarto tenha sido ocupado.

Tais são os fatos que se deram e é impossível haver dúvidas a esse respeito.

As abaixo assinadas, depois de lerem a narração acima, certificam ser tudo exato. Ambas fomos testemunhas da aparição.

*Sara Lett.*

*Sibbie Smith* (de solteira Towns).

A Sra. Lett afirma que nem ela nem a irmã jamais tiveram outra alucinação. Está certa de que as testemunhas reconheceram independentemente a aparição e que isto não foi devido a nenhuma sugestão por parte das pessoas que estavam no quarto.”

Mas qual será a razão desta espécie de retrato sobre um armário, em vez de uma aparência corpórea? Como foi produzida essa imagem? Que foi essa fotografia transcendental de um instante, vista por seis pessoas? Alucinação coletiva... Transmissão de pensamentos... Não passará isso de palavras?

A aparição de morta, abaixo transcrita, realizada um mês e meio após o falecimento, foi-me assinalada de Pointe-à-Pitre (Guadalupe) numa carta do Sr. Gilbert de Chambertrand, com data de 15 de abril de 1921.

(CARTA 4.623)

“Em 1896 minha mulher e minha cunhada habitavam com o pai em Saint-François (Guadalupe). Cerca de mês e meio antes falecera uma amiga da família, madrinha de uma das moças, que a tratavam de “tia Armanda”. As duas irmãs iam à primeira missa, mais ou menos às 5 e meia da manhã. Desciam a escada, indo na frente a mais velha, quando viram, em baixo, perto do primeiro degrau, um vulto em pé! A mais velha disse para a irmã:

– Há alguém lá em baixo.

Continuaram a descer até chegarem perto do vulto estranho e a mais moça, fitando-o com insistência, exclamou:

– Tia Armanda!

De medo, caíram para trás. O pai acudiu, ao ouvir o grito, mas nada mais se via. A imagem da senhora *fora vista bem nitidamente pelas duas irmãs*. Estava de braços cruzados, olhar brilhante e um véu cobria-lhe a cabeça, caindo de lado. A aparição ficara imóvel e muda.”

Atribuir tudo a ilusões, sem causas, torna-se cada vez mais hipotético. São em número demasiado grande e sem causas produtoras determináveis.

Uma manifestação de morto, dois meses após o falecimento, foi assinalada, sob reserva, no capítulo do nosso tomo II ao tratarmos de mortes anunciadas por fenômenos físicos (um irmão aparecendo em sonho à irmã e declarando-lhe que um anel que ela lhe confiara havia sido tirado do seu dedo no momento em que falecia), deixando entrever que esta manifestação poderia ser atribuída não ao morto, mas ao subconsciente do vivo. Todavia não está demonstrado ser o morto estranho a esse sonho. Leia-se de novo essa relação, comparando-a com a que acabamos de publicar. São, como se vê, manifestações realizadas dois meses após o falecimento.

Eis outra, que me foi comunicada por carta a 25 de maio de 1899:

(CARTA 713)

“No ano passado morreu em Marselha, no mês de abril, um tio de meu pai. Naquela época habitávamos todos esta cidade, e quando viemos morar aqui, no Luc (Var), deixamos minha irmã com a tia, sobrinha do falecido. Minha irmã estimara muito esse tio, e durante a vigília mortuária prometera orar por ele. Cedo-lhe a palavra.

Um dia – havia cerca de dois meses que falecera – estava sozinha em casa, a coser, tendo minha gata deitada numa cadeira diante de mim. De repente, vejo-a erguer-se, olhar do

meu lado e fazer *pfff!*, como quando está zangada ou quando há visitas que não conhece. Ao mesmo tempo ouço uma voz apenas perceptível que me dizia: “Maria!” e sinto, no meu ombro, como o peso e a sensação de uma mão que nele se apoiasse com força.

Caiu-me o trabalho das mãos. Quis levantar-me; mas a mão apertava-me o ombro. Então pensei: meu Deus, é o pobre padrinho que me vem pedir de novo para orar por ele. Havia alguns dias que eu esquecia a oração habitual.

Desapareceu a pressão quando estava a dizer isso. Entretanto, para saber se o gato não soprara por causa de alguém, abri a sala de espera, nada; no corredor ninguém. De então para cá digo sempre uma oração para meu tio e nunca mais senti nada.

Não acredito em fantasmas nem em almas do outro mundo, porque sei que a imaginação faz ver coisas que não existem. Porém, neste caso?... E a atitude do gato?

*Sra. H. Pontet, filho, em Luc (Var).”*

Observação igualmente inexplicável. Por que causa esses pedidos tão freqüentes de preces? Nossa educação?...

Vê-se como todas essas observações póstumas se multiplicam.

Eis outra bastante singular. A mãe de um médico, morta havia três meses, vem numa circunstância fazer-lhe uma pequena revelação útil:

“Em 1896 a *Revue Spirite* publicou uma carta assinada por Manfred Meyer, contando um caso de identidade obtida em São Paulo, Brasil, por meio do magnetismo.

O caso pareceu ao Dr. Hodgson bastante sério para animá-lo a fazer um inquérito cujos resultados foram substancialmente afirmativos. Eis a história, resumida do *Journal of the Psychological Society* (1898, págs. 281-295):

O Dr. O. Vidigal mora na alameda do Triunfo com sua família composta de sua mulher, seus dois filhos e seu velho pai. Sua mãe morreu há três meses. Necessitando de uma jo-

vem empregada, foi à agência de emigração; lá tratou para empregada uma menina espanhola, com doze anos de idade, que chegara naquele dia e não conhecia uma palavra de português.

A menina era órfã de pai. Na mesma noite em que se empregou em casa do Dr. Vidigal, este recebeu a visita do Sr. Eduardo Silva, nascido em Gibraltar e que falava correntemente o espanhol.

Este pediu um copo d'água e a menina lho trouxe; sendo bom magnetizador, perguntou-lhe, por notável intuição, se consentiria em se deixar magnetizar. Ela anuiu e alguns instantes depois caiu em estado de sonambulismo.

De repente, abriu os olhos, dizendo ver coisas extremamente lindas e pediu que não lhe tirassem sua visão. Depois de alguns instantes de contemplação silenciosa, declarou que via seu próprio pai, que este estava falando e ela levou a mão ao ouvido, ajeitando-o em feitio de concha, como que para escutar. Seu pai avisava-a de que uma senhora de idade, presente nesse momento, tinha que fazer uma comunicação ao Dr. Vidigal; e ela descreveu tão exatamente a senhora idosa que os de casa reconheceram nela a mãe falecida do doutor.

Em seguida o espírito da senhora – por intermédio da menina médium – ordenou ao filho de ir ao quarto onde morara e onde ninguém entrara desde que morrera; ali acharia um vestido de seda preta pendurado na parede e no avesso desse vestido, num bolso cosido, a quantia de 75\$000, *que deveriam ser entregues ao seu marido.*

As pessoas presentes não fizeram muito caso dessa revelação, mas os de casa, refletindo que a menina estava somente um dia com eles e não podia ter nenhuma informação sobre o que havia dito, decidiram-se a ir verificar a coisa. O Dr. Vidigal custou muito a abrir a porta, pois a fechadura estava enferrujada. Entrou no quarto acompanhado do Dr. Eduardo Silva e mais três pessoas desejosas de saber o resultado das pesquisas; um vestido de seda preto estava pendurado na pa-

rede e nele acharam num bolso cosido exatamente a quantia indicada.

Pelo resultado do inquérito feito pelo Dr. Hodgson e pelo professor Alexander, verifica-se que nem a vidente, nem o magnetizador podiam saber qual o aspecto e as roupas da falecida, pois o Dr. Silva conhecera o Dr. Vidigal depois da morte da mãe deste. Soube-se também que, quando a mãe falecera, o Dr. Vidigal estava em embaraços financeiros e com dificuldade pudera satisfazer às despesas do enterro; circunstância importante porque é fácil de crer que, se ele tivesse sabido da existência desse dinheiro, não o teria deixado onde estava.

Eis as conclusões do Dr. Hodgson:

A transmissão de pensamento pelo Dr. Vidigal é admissível, enquanto Francisca (a vidente) se limitou a descrições físicas, tais como a descrição da falecida e a roupa que tinha no leito de morte; mas, tratando-se da quantia cosida em um bolso indicado, somos obrigados a admitir que só a falecida sabia disso e que a revelação provém, pelo menos em parte, dessa entidade desencarnada.”

Será possível acusar de invenção um menino de menos de dois anos e admitir uma alucinação sem causa externa na impressão visual cujo testemunho aqui está?

Trata-se da aparição espontânea de sua avó, morta havia três meses. Essa narração foi comunicada pelo Sr. Gabard, cura de Saint-Aubin.<sup>58</sup> Narram os parentes.

“No domingo 12 de janeiro de 1891, pelas 6 horas da noite, nosso filhinho, Ernesto, com 23 meses e 12 dias, estando nos joelhos do pai, perto da lareira, na cozinha, começou a agitar-se, gritando:

– Senhora, em cima, senhora...

E correu, subindo a escada que vai ter ao quarto alto, por cima da cozinha; nós o seguimos com uma vela, muito intrigados com o caso. Chegando lá, correu para a cama onde falecera sua avó, três meses e meio antes, a 26 de setembro de

1890. Não a encontrando, procurou pelo quarto todo e, avistando-a enfim na janela, correu para ela, gritando:

– Senhora, vovó, oh bonita vovó! – sorrindo e estendendo os bracinhos para agarrá-la.

Quando ia chegar à janela, a visão foi para o quarto, perseguindo-a ele, mas sem poder agarrá-la até que voltou à janela, onde desapareceu. Ele saudou-a com o gesto e a voz:

– Adeusinho, oh! bonita vovó... fugiu... não vejo mais... vamos embora... – tudo isso na sua língua de criança, tão fácil de compreender.

No dia seguinte, subiu várias vezes, sem ver nada. Dois dias depois, de manhã, subiu no colo da mãe, procurou, olhando muito tempo e enfim a viu uns cinco minutos e saudou-a ainda:

– Bom dia, vovó, oh! bonita vovó!

Ernesto tinha 19 meses e meio quando faleceu sua avó, amava-a muito e nunca a tinha visto fora do leito onde faleceu após oito meses de moléstia longa e cruel. Ernesto não é nem mais nervoso nem mais inteligente do que qualquer menino da sua idade. Quando lhe perguntavam onde estava a avó, respondia que estava no céu, sem saber o que isso significava. Não se tinha falado nela desde alguns dias quando o fato se deu.

*Brémond José, Sra. Brémond.”*

O Sr. Gabard acrescenta que pelos registros se vê que Ernesto Brémond nasceu a 8 de fevereiro de 1899 e que a viúva Chardonneau, sua avó, faleceu a 26 de setembro de 1890. As informações acima foram colhidas por ele do próprio casal Brémond e pelos dois assinados. “Declaro – diz ele –, em minh’alma e consciência, que os creio incapazes (conhecendo-os bem) de alterar em nada o que eles acreditam ser verdade. O marido é empregado rural, a mulher é uma vendeira, carregada de filhos, e ambos pouco inclinados às coisas de imaginação.”

Eis agora outro fato, ocorrido também no primeiro ano da morte. Esta comunicação foi-me mandada de Argel a 27 de abril de 1921:

(CARTA 4.472)

“Muito querido mestre:

Sou, desde a idade de 20 anos, sua assídua leitora; tenho 60 agora. Não me animava a escrever-lhe, mas garantem-me que o senhor lerá minha carta.

Há cinco anos que meu marido morreu. Deixei meu apartamento e vendi tudo, retirando-me com um de meus filhos. Ora, três meses depois do falecimento, voltava do campo onde passara o dia todo, sem ter quase pensado em meu marido. Deito-me, tudo estava escuro; de olhos abertos, vejo meu marido diante de mim numa roupa que desde muito tempo havia usado. Suas feições estavam meigas e calmas, como que iluminadas, não brilhantes, mas nítidas e claras, parecendo imateriais. Pergunto-me a mim mesma: Será ele mesmo? Ele se inclina e me beija.

É uma ilusão, digo comigo mesma. Percebo imediatamente um cheiro de mentol (quando vivo tinha sempre um lápis de mentol, porque sofria de dor de cabeça). Penso novamente que isso é impossível. Maquinalmente, como por intuição, passo a língua sobre meus lábios e sinto um sabor ligeiramente amargo; não sei se é este o gosto do mentol. “És tu mesmo?” disse eu. Lentamente ele desapareceu; nunca mais o vi e raras vezes sonhei com ele.

Teria sido uma ilusão? Nunca mais tive outra.

*V. Schwartz.*”

Parece que se isso fosse devido a alucinações, ter-se-ia mais de uma durante a vida. Esta observação inexplicável foi feita três meses após o falecimento.

Pode-se supor que o marido pensou intensivamente na mulher e que esse pensamento se transmitiu sob as formas acessíveis mais simples, mais diretas.



A transmissão seguinte, realizada também vários meses depois da morte, apresenta forma bem diferente: a audição. Foi-me comunicada de Crest (Drôme) a 26 de agosto de 1921:

(CARTA 4.632)

“Meu avô, o Sr. Vertupier, ex-subchefe dos Correios de Paris, aposentado em Crest (Drôme), falecera há alguns meses.

Tinha eu naquela época cerca de oito anos. Desde que fora aposentado, meu avô tinha o costume, para conservar sua flexibilidade e a elasticidade dos membros, de fazer uma ginástica rudimentar logo que saía da cama. Consistia essa ginástica em ir e vir entre as paredes do seu quarto, fazendo flexões com os braços, inspirando e expirando ao mesmo tempo. Tinha-o visto fazer esse exercício mais de 20 vezes e muitas vezes ouvira o ruído das suas chinelas, que ele arrastava um pouco quando andava.

Ora, alguns meses depois da sua morte (se lhe interessar, poderia dar as datas exatas), estava no seu aposento, em que habitávamos desde que falecera. Eram 6 horas da noite, no inverno, estando eu na sala de jantar, separada do quarto do meu avô por uma porta, que não estava fechada, mas diante da qual havia uma cortina; eu estava lendo um jornal infantil – *As Belas Figuras*.

Lia, pensando unicamente na minha leitura, quando ouvi, *muito distintamente*, as chinelas no quarto vizinho, pisando o soalho compassadamente como fazia meu avô. Um medo louco apoderou-se de mim, quis chamar minha mãe, mas não pude: os passos se aproximavam da cortina de separação.

Minha mãe sobreveio naquele instante e eu fugi com ela mas sem me atrever a contar-lhe o fato.

Só no dia seguinte, em pleno dia, foi que lhe contei o caso, chorando, mas o tomou por criancice e não lhe deu atenção.

Desde que alcancei a idade de reflexão (tenho 30 anos agora) quando me recordo daquela noite, *tenho certeza ab-*

*soluta* de ter ouvido esse ruído que tantas vezes ferira meus ouvidos.

*R. Marcellin (em Crest)."*

Atribuir sempre estas impressões a ilusões ingênuas não é hipótese satisfatória. O narrador ouviu esses ruídos. Donde proviham? Resíduo dos hábitos do avô no seu quarto? Que esquisitice? Temos centenas de observações dessa espécie, entre elas a do cura de Sentenac.

Eis outra que lembra diversas aparições análogas e não menos incompreensíveis:

(CARTA 4.100)

“Um membro da família K., habitando a aldeia de Bischheim, perto de Estrasburgo, havia sido incorporado no Exército alemão e se achava em Verdun, quando foi morto por um estilhaço de obus. Cerca de seis meses depois da sua morte, foi o seu corpo trazido para Bischheim para ser enterrado no cemitério. Às 2 horas o corpo chegava à estação; foi tirado do vagão, posto no coche e daí iam levá-lo ao cemitério. Alguns parentes cercavam a jovem viúva na casa do falecido. Súbito, exatamente no momento em que o corpo do morto era colocado no coche, um prato artístico que fora colocado na parede pelo falecido, alguns anos antes, quando se casara, foi violentamente projetado em linha oblíqua, sem que o prego saísse da parede, caindo ao chão.

Os assistentes ficaram muito abalados por profunda emoção, pois tinham tido a impressão de ter uma mão invisível agarrado o prato, atirando-o fora do lugar.”

Pode ter sido o acaso o autor do fato, mas também podemos pensar, diante desse caso muito simples, que a alma do pobre soldado morto foi a autora do fato. Esse honesto operário tinha-se interessado em arrumar e embelezar sua casa, ao ornamentar com pratos sua sala de jantar, tendo por estes grande apego, parece. Trazem seu corpo, vão levá-lo ao cemitério; toma um desses pratos e atira-o ao chão. Idéia singular, dirão. Por que esse ato de um descontente? É demasiado compreensível. É

banal, é vulgar, será tudo que quiserem, mas foi assim que a coisa se passou.

O morto, sem dúvida, tinha no outro estado a mesma mentalidade que durante sua vida. O mesmo deve acontecer mais ou menos para todo o mundo.

Recebi de Marselha, no dia 25 de maio de 1899, a carta seguinte:

(CARTA 702)

“Permita-me comunicar-lhe um fato pessoal para seus estudos tão instrutivos.

Tenho 42 anos. Tive educação religiosa, mas infelizmente para mim perdi a fé depois de inúmeras desgraças que me feriram durante longos anos, ferindo-me ainda sem trégua nem mercê. Quase não creio mais... porém educo meu filho como fui educado, feliz por ver-lhe esta fé e estes sentimentos religiosos que fizeram minha felicidade na juventude. Por conseguinte, não existe em mim opinião preconcebida, nenhuma sugestão, antes, análise bem fria do que segue:

Há dez anos, às 2 horas da madrugada, meu pai faleceu subitamente nos meus braços. Tudo foi feito religiosamente e missas foram ditas por sua alma; talvez não tivessem sido em número suficiente. Seis meses depois, uma noite, eu e minha mulher fomos acordados por ouvir raspar energicamente a armação da cama. Depois, cada noite, recomeçava na mesma hora, mas ouvia-se raspar ora num lugar do quarto, ora noutro. Cada noite, saía do leito, acendia o gás, mas nada via. Mandeí vir o armador, desarmaram a cama, as cortinas, o dossel, pois julgava que fossem camundongos, mas, qual, nenhum sinal.

Ora, nas mesmas noites, na mesma hora, minha mãe, que habitava nossa propriedade, era despertada por um bater de asas no seu quarto. Como bem se compreende, não havia também nenhum sinal no seu quarto.

Pensamos em meu pai, mandamos dizer missas e desde então nunca mais ouvimos nada.

Acrescento mais: Quando desperto de noite, é sempre às 2 horas da manhã. Acrescento a mais, que na segunda ou terceira noite em que fomos despertados minha mulher pensou em meu pai e mo disse. Logo e sem o menor receio eu disse em voz alta:

– Papai, se és tu, aparece ou fala.

Cessou logo o ruído. Quanto a mim, possuidor de um sangue-frio que dizem extraordinário, não duvido dessa quase-aparição, pois estou persuadido de não ter sido auto-sugestionado, tendo analisado minhas impressões no momento em que elas se davam. Isto se passava em Bordéus, em 1889.

(Meu nome é só para si.)

A. T.”

Essa manifestação estranha, sob duas formas, leva-nos a admitir:

- 1º) a sobrevivência do pai do narrador;
- 2º) a continuação das suas idéias católicas depois de morto;
- 3º) sua tranqüilidade depois de satisfeito no que queria.

Temos o dever de registrar sinceramente essas observações. Explicá-las-emos mais tarde... se for possível.

A seguinte comunicação, da mesma espécie, foi-me mandada da Rússia a 12 de junho de 1899:

(CARTA 668)

“Em 1847 tinha partido com meu marido para ir à casa de meu primo que acabava de comprar uma herdade. E como muitos parentes seus tinham vindo naquele dia para o cumprimentar, houve falta de lugar e armaram camas para mim e meu marido na sala de visitas.

Pelas três horas da manhã, despertei suavemente e vi um senhor no meio da sala. Há mais de 40 anos que isso se deu e ainda hoje vejo nitidamente o seu rosto! O senhor *desconhecido* me disse:

– Morri nesse quarto, preciso de suas orações, leia uma ladainha a Nossa Senhora para o descanso de minha alma. Chamo-me João.

É de admirar que eu não tivesse medo nenhum. Ajoelhei-me logo e pus-me a rezar. Meu marido, que dormia na mesma sala, nada viu nem ouviu, mas viu-me rezar. Depois de orar, adormeci sossegada.

No dia seguinte, a pedido meu, contou-me meu primo que realmente, alguns meses antes, um senhor chamado João (esqueci seu nome de família) falecera ali.

Dois dias depois a viúva do falecido, que morava a 12 *verstes* dali, veio contar-nos que naquela mesma noite em que eu tinha orado ela havia sonhado que seu falecido marido lhe pedia para vir agradecer-me ter orado. Devo acrescentar que esta senhora era uma desconhecida para mim.

Senhor, tenho 73 anos e na minha idade só se diz a pura verdade e não ousaria escrever-lhe se a coisa não fosse exata e não tivesse ficado presente na minha memória durante toda a minha vida.

*Helena Danitovitch*  
(em Tyraspol, Rússia).”

A aparição desse morto no quarto do falecimento (coisa desconhecida da narradora) é realmente difícil de negar.

Esses pedidos de preces continuam a causar-me surpresa. Mas é leal assinalá-los.

O Sr. Moreillon, arquiteto (rua Réamur, 102), contou ao Sr. Vetter o fato seguinte:

“Um moço foi criado na Alsácia por sua avó (seus pais faleceram em plena mocidade), morrendo esta quando ele tinha de 20 a 25 anos. Habitou desde então no quarto da avó, onde havia uma poltrona em que ela gostava muito de se sentar. Uma noite, vários meses depois, apareceu-lhe ela sentada naquela poltrona. Esfregou os olhos, fez luz e viu-a ainda um instante. Depois disso notou que seu cão, muito apreciador da poltrona, lá não estava, acabando por desco-

bri-lo debaixo da cama e todo a tremer. Nunca mais subiu o  
cão na cadeira de braços.”

A observação que vamos ler ainda é mais esquisita.

Como um distinto correspondente me deu a conhecer que uma religiosa, superiora de um asilo para a velhice, fora pessoalmente testemunha ocular e auditiva de uma aparição de morto em condições de autenticidade dignas de especial atenção, fui eu mesmo a esse asilo para conversar diretamente a esse respeito com aquela religiosa e julgar assim o mais exatamente possível das impressões que ela havia experimentado. Eis o que me relatou, pedindo-me que lhe ocultasse o nome e o da ordem religiosa a que pertencia:

“Só o contei ao senhor cura – disse-me ela a princípio – e estou admirada de que o caso tenha sido propalado; não se deu aqui, mas num convento do Norte, onde estava há alguns anos.

Eram 9 horas e meia da manhã, acabava de levar as crianças, quando, ao chegar perto da grade do convento, notei que a porta da entrada estava aberta. Ia fechá-la, mas, ao aproximar-me, vi um padre encostado nela, pobrementemente vestido, tendo na mão um bastão cortado em algum galho de árvore e mais uma sacola, como um mendigo. Também segurava na mão um grande lenço amarelo, de quadrados. Bastante admirada desse vestuário, perguntei-lhe o que desejava.

– Quisera uma missa – respondeu-me ele.

– A essa hora não há mais missa no convento – repliquei –, mas, se for à igreja, talvez possa ainda assistir a alguma.

Desci então com ele os três degraus da entrada, acompanhando-o até à grade e indicando-lhe o caminho mais curto para ir à igreja. Mas, enquanto falava, e estando em plena luz, notei melhor seu vestuário. Não tinha gola e sim um pequeno colarinho, estava de óculos e olhava para mim, coando o olhar por baixo dos vidros. Subitamente, seu rosto, os óculos o colarinho e o lenço de quadrados, tudo me lembrou o padre superior da nossa Ordem, o qual falecera seis meses antes. Indiquei-lhe então com o dedo qual a rua por onde

devia seguir, olhando eu para aquele lado. Ao voltar-me para ele não o vi mais: desaparecera!”

Pensamos sempre em alucinações, alucinação dos olhos, alucinação dos ouvidos, sendo preferível dizer alucinação do cérebro.

Mas a observadora assegurou-me que estava com sangue-frio completo, de muito boa saúde, de modo nenhum imaginativa e que *tinha visto bem*.

“A impressão que estivera diante de mim nosso superior falecido causou-me então tão forte choque, que me custou ficar de pé; e as irmãs, quando cheguei, perguntaram-me se eu estava doente.

Estou convencida de que foi ele quem vi.

– Nunca teve *outra alucinação*?

– Nunca. Aliás, o senhor vê muito bem que sou uma mulher de boa saúde, de equilíbrio normal. Ser enganada por uma ilusão destas é hipótese muito fantasista. Esta presença durou cerca de três minutos. Eu não pensava nem no nosso superior falecido nem em coisa alguma que pudesse perturbar minha imaginação. E esse padre, a princípio, deu-me a impressão de um mendigo, o que me admirou. Meu sangue frio não se alterou um só instante; estava tão calma como agora. Foi só depois que compreendi que ele não desejava ir à missa, queria que dissessem uma missa em sua intenção.

– Mandou dizer alguma?

– Logo no dia seguinte e mais de uma. Era uma alma do purgatório que precisava de preces.”

Tal foi a narrativa dessa religiosa, cujo estado autoriza, parece-me, considerá-la como perfeitamente sincera.

Essas aparições se nos deparam cada vez mais precisas, à medida que as vemos suceder perante nossos olhos. Entretanto esse morto estava ali com óculos... com seu lenço de quadrados e seu vestuário.

Observação a explicar.

Eis outra. A visita protetora de uma mãe morta, ao seu filho, aparece no caso seguinte com todos os sinais de autenticidade não duvidosa. Manifestou-se seis meses depois do falecimento. A narração é do reverendo C. Jupp, diretor do Orfanato de Alberlour, Craigellachie.<sup>59</sup>

“Em 1875 um homem faleceu, deixando viúva e seis filhos. Os três mais velhos foram admitidos no orfanato. Três anos depois a viúva morreu e amigos angariaram auxílios para colocar as outras crianças. O mais moço tinha quatro anos. Cerca de seis meses depois da admissão das crianças, uma noite, já tarde, chegaram inesperadamente alguns visitantes. O diretor consentiu em que armassem uma cama para ele no dormitório dos pequenos, que tinha dez leitos, estando só nove ocupados. De manhã, ao almoço, esse diretor narrou o seguinte:

Tanto quanto me lembro, adormeci pelas 11 horas e dormi profundamente durante algum tempo. De repente, acordei sem causa aparente e senti necessidade de voltar-me para o lado das crianças. Levantando os olhos, vi uma luz branda no quarto. Tinham diminuído a luz do gás no corredor e, estando aberta a porta do dormitório, julguei que a luz do quarto proviesse do corredor; mas dali não provinha de modo nenhum. Virei-me e vi uma coisa surpreendente.

Por cima do segundo leito, contando da parede, e do mesmo lado do quarto, flutuava uma nuvenzinha luminosa formando um halo semelhante aos que se vêem em volta da Lua, nas noites habituais de luar.

Sentei-me na minha cama para examinar bem essa aparição esquisita, tomei meu relógio e vi que os ponteiros indicavam 5 minutos para 1 hora. Tudo estava silencioso e todas as crianças dormiam profundamente. Na cama, por cima da qual parecia flutuar a luz, dormia a mais moça das crianças de que falei acima.

A mim mesmo perguntei: Estarei sonhando? Não! Estava bem acordado. Tive a idéia de me levantar e de ir tocar a substância ou o que fosse, pois a totalidade da luz tinha cin-



co pés de altura, mas alguma coisa me deteve. Nada ouvi; senti somente e compreendi perfeitamente estas palavras: “Fique deitado; nada lhe acontecerá.” Não tardei a adormecer de novo e levantei-me às 5 e meia, conforme o costume.

Pelas 6 horas comecei a vestir as crianças, principiando pelo leito mais afastado do meu. Cheguei à cama acima da qual vira flutuar a luz. Levantei o menino, coloquei-o sobre meus joelhos e vesti-lhe a roupa no corpo. O menino acabava de falar com os outros; calou-se subitamente. Depois, olhando bem para mim e com uma expressão extraordinária, disse-me:

– Oh! Sr. Jupp, minha mãe esteve perto de mim a noite passada. O senhor a viu?

Durante um instante, não lhe pude responder. Pensei que era melhor não falar disso e respondi:

– Vamos, apressa-te, ou então ficaremos atrasados para o almoço.

Nunca mais falou o menino da sua visão (foi o que nos asseguraram) nem também nunca lhe falaram nisso. O diretor confessa simplesmente que, para ele, há nisso um mistério; notou o fato e nada mais, quase completamente certo de não ter cometido erro nenhum na relação do que tem lembrança ainda muito precisa.”

Em resumo, houve duas observações bem distintas: a do diretor do estabelecimento e a do menino. Como duvidar da realidade do fato? Não apresenta ele o testemunho do amor de uma mãe para seu filho, seis meses após sua morte?

O diretor tinha contado a história à sua mulher, que respondeu ao inquérito da Sociedade Psíquica: “Certifico ser exata essa narrativa, tendo-me ela sido feita na manhã seguinte do acontecimento.” Em seguida foi relatada ao bispo e a outras pessoas.

Classifico antes esse caso nas “Manifestações” do que nas “Aparições”. Embora sendo um pouco vago, convém acolhê-lo e estudá-lo.

Frank Podmore publicou-o também no seu livro *Apparitions and thought transference* (Aparições e transmissões de pensa-

mentos) e considera-o como uma alucinação telepática. Entretanto não se percebe nenhuma transmissão de pensamento nesse caso. Transmissão de pensamento de quem? Do diretor do Orfanato? Nada o indica. Do menino que estava dormindo? Ele pôde sonhar com sua mãe; mas a luz a iluminar o quarto; “*there has floating a small cloud of light forming a halo of the brightness of the moon on a ordinary moonlight night!*”. Não, isso não é explicação, não sejamos tão sistemáticos assim.

Numa conferência feita na *Spiritual Alliance*, de Londres, o General Dryson relatou o seguinte fato:

“Há muitos anos recebi uma manhã um telegrama participando-me a morte de um dos meus excelentes amigos, um clérigo do norte da Inglaterra. No mesmo dia fui visitar uma senhora que afirmava possuir a faculdade de ver os espíritos e de conversar com eles! Quando cheguei lá eu só pensava no meu reverendo amigo. Depois de alguns momentos de conversa com a senhora, perguntei-lhe se não via perto de mim algum espírito recém-saído do mundo. Respondeu-me que via um, falecido recentemente. Pensei que era o clérigo. Mas a senhora declarou-me que a aparição estava vestida de militar e lhe dizia ter morrido de morte violenta. Deu-me seu nome de batismo, o de família e, ainda mais, um apelido familiar que não somente eu mas seus outros irmãos de armas usávamos para o chamar. Indaguei dela outros pormenores sobre sua morte; ela respondeu que ele fora decapitado e que seu corpo fora atirado num canal, tendo-se passado isto no Oriente e não na Índia. Ora, havia três anos que não via esse oficial e as últimas notícias que dele tivera davam-no como estando no Indostão.

Depois dessa visita fui pedir informações em Woolwich; soube então que o dito oficial tinha estado na Índia, partindo depois para a China. Algumas semanas mais tarde chegou a notícia de que ele fora aprisionado pelos chins.

Ofereceram uma grande quantia para seu resgate; mas nunca mais foi ele encontrado.

Muitos anos depois, tendo estado na Índia com o irmão desse oficial, perguntei-lhe se tinham sabido algo a mais sobre sua morte. Disse-me que seu pai fora à China e lá adquirira a prova de que um chefe tártaro, furioso por ter sido morto um dos seus amigos, mandara cortar a cabeça do oficial, na margem de um canal, atirando neste o seu corpo.”

Farei notar, com Metzger, que, no caso de que se trata, ficam eliminadas a sugestão e a transmissão de pensamentos. O general não pensava no oficial e ignorava o que lhe tinha acontecido. O subconsciente evidentemente não pode também ser invocado.

As manifestações de mortos não são tão raras como se pensa.

Meu patrício o Conde A. de M. (pedindo-me para não lhe publicar o nome) assinalou-me um certo número de fatos ocorridos na sua família, cuja autenticidade me garantiu. Deles destacarei somente o seguinte, como pertencendo a este capítulo, reservando os outros para serem publicados ulteriormente.

(CARTA 896)

“Minha prima, a Baronesa de M., habitava Paris. Alguns meses depois da morte do seu filho Renato, ao entrar na sala de visitas, em pleno dia, voltando de visitar alguns amigos, não tendo pois o espírito em nada predisposto a isso, depa-rou com o filho sentado numa poltrona diante da lareira. Fugiu correndo e nunca mais entrou nesta sala.”

Terminemos este capítulo com a observação seguinte referente a uma manifestação realizada um ano após a morte. Foi publicada pela *Revista de Ciências Psíquicas* (de Caracas) em novembro de 1913:<sup>60</sup>

“O Dr. Cabral, diretor do Ateneu Brasileiro, conta que tinha tratado de uma pobre rapariga abandonada, chamada Deolinda, a qual faleceu de tísica. Algum tempo depois, estando o doutor numa localidade bastante afastada, tinha aceitado hospedagem em casa de um amigo, o Sr. Barbosa de Andrade, cuja irmã acabava de cair tão gravemente doente que foi necessário medicá-la durante a noite. Eis o que narra o doutor:

“Uma noite, tendo terminado meus negócios, achei-me tão cansado que me deitei. Duas irmãs, as Sras. Ana e Felícia Diaz, me substituíram à cabeceira da doente.

Apenas estava eu estendido no meu leito, quando me invadiu intenso sentimento de satisfação. Não podia analisar essa impressão. Breve experimentei uma sensação de contato na cabeça, como se alguém me envolvesse em alguma coisa. Admirado de sentir essa impressão, chamei as duas senhoras que velavam no quarto contíguo e a Sra. Felícia Diaz me disse:

– Vejo na cabeceira de sua cama uma menina vestida de branco, está colocando na cabeça uma grinalda de rosas. Diz que se chama Deolinda e que veio manifestar-lhe seu reconhecimento pela generosidade com que a tratou.

Profundamente surpreso com esta afirmação, lembrei-me então que era o dia de aniversário da morte de Deolinda, coisa em que nem eu nem ninguém havia pensado. Nunca falara eu com pessoa alguma dessa casa sobre o que havia feito para Deolinda.

*Dr. Cabral.”*

Inquérito: Essa narrativa foi confirmada com as assinaturas de: Manuel Barbosa de Andrade, Emília Barbosa de Andrade, Ana Inês Diaz Fortes.”

Como explicar essa manifestação da morta? Sonho, estando acordado?... Mas, nessa hipótese, por que então essa forma, essa grinalda de rosas? Transmissão de idéia da morta?...

O professor Alexander, que recebeu essa observação, nota que, pelas declarações da família Barbosa, ninguém sabia da história de Deolinda. Acrescenta que a Sra. Felícia possuía faculdades mediúnicas muito pronunciadas (*Proceedings of the S. P. R.*, vol. X, pág. 385).

Esse exemplo foi extraído do *Enquête sur les Hallucinations* (Inquérito sobre as Alucinações), do professor Sidgwick, no qual colaboraram Myers, Frank Podmore, a Sra. Sidgwick e a Srta. Alice Johnson. Eis as deduções dessa Comissão:

Se quiserem excluir a intervenção real de Deolinda, é preciso supor:

- 1º) que o Sr. Cabral se lembrava subconscientemente que este era o dia do aniversário da morte da moça;
- 2º) que esta lembrança provocou nele, por associação de idéias, o sentimento da felicidade e a sensação tátil que ele experimentou sem com isso influenciar sua memória consciente;
- 3º) que essa lembrança subconsciente foi transmitida telepaticamente à senhora que viu a falecida.

Confessemos que esta tríplice hipótese parece desmedidamente forçada e sutil e que um pequeno número de casos semelhantes, tão rigorosamente documentados quando este, levam a admitir a realidade das manifestações póstumas.”

Tais são, dentre grande número delas, as observações de manifestações póstumas feitas durante o primeiro ano depois da morte. Passemos também em revista as que mais se afastam da data do falecimento. Aparecem cada vez mais raras.

## CAPÍTULO IX

### **Manifestações e aparições de mortos muito tempo depois do falecimento (durante o segundo, terceiro e quarto ano depois da morte)**

*As principais descobertas  
nasceram da observação exata  
de fatos inexplicados.*

Quanto mais nos afastamos da época do decesso, mais raras se tornam as manifestações e as aparições. Em todos os capítulos precedentes tive que eliminar grande número de narrativas para não ultrapassar uma quantidade de páginas já considerável. Deste capítulo em diante é menor a abundância; segundo o meu método apresentarei aos meus leitores as principais, sempre imparcialmente e só com o fito de nos instruímos. Cito-as como as recebi ou recolhi, sem hipóteses explicativas; estas virão depois. As manifestações que se vão ler realizaram-se de um a três anos depois da morte.

A primeira, observada um ano após a morte, foi-me assinalada acompanhada de uma discussão que parece eliminar qualquer causa de alucinação ou de ilusão nesta comunicação enviada de Paris, a 7 de abril de 1921:

(CARTA 4.426)

“Meu avô materno, homem religioso e leal, adorava a mulher, tendo dela muito ciúme. Faleceu ele em 1895.

Cerca de um ano depois meus pais, indo visitar minha avó, encontraram-na debulhada em lágrimas; perguntaram-lhe por que chorava:

– Ontem à noite – respondeu ela – estava sentada na minha cadeira de braços, quando, dirigindo o olhar para a porta envidraçada, vi meu pobre Henrique (era esse o nome do marido). Olhava-me fixamente, depois seguiu seu caminho,

fumando um cigarro, cuja luz vi nitidamente. Aterrorizada com essa visão, fico sem ação, de súbito passa ele em sentido inverso e sempre com o mesmo passo de passeio. Precipito-me atrás dele, chamando-o; o corredor estava vazio, embora muito iluminado, e a porta fechada à chave.

Em vão tentaram meus pais persuadi-la de que tivera uma alucinação; ela não concordou com isso.

– *Vi* – disse ela –, assim como os estou vendo!

Meu avô costumava à noite passear no corredor que ficava ao lado do aposento, indo e vindo, enquanto a mulher fazia os trabalhos de casa. Quando voltava ao seu gabinete, vestia habitualmente roupa caseira e punha um gorro na cabeça. Foi assim que minha avó o viu.

Outra vez minha avó vê em sonho o marido a falar-lhe com violência, apertando-lhe o braço com força. Acorda com a dor: os mesmos prantos e a mesma angústia como da vez precedente. A dor no braço persiste; de manhã, uma equimose extremamente extensa é nele visível, *como se realmente uma mão forte lhe tivesse apertado o braço*.

Pelo que diziam meus pais, minha avó não tinha a força muscular suficiente para fazer contusão tão grave; aliás nenhum sinal de dedo existia como se daria normalmente se tivesse ela mesma apertado o braço durante o sono. A hipótese de uma pancada acidental teve também de ser recusada.

Devo acrescentar que antes desses acontecimentos minha avó, se bem que nervosa por natureza, não era inclinada a crer no sobrenatural e nunca teria admitido fatos dessa ordem.

No primeiro caso o fenômeno parece ter sido somente visual; ninguém se lembrou de perguntar se também fora auditivo (ruído dos passos) e olfativo (cheiro do fumo), mas parece que, se assim fosse, minha avó não teria esquecido de dizê-lo. Faleceu ela em 1918; é, pois, um ponto que não pode ser elucidado.

No segundo caso pode-se objetar que uma pessoa nervosa, em estado de crise, dispõe de uma força incomparavelmente

maior do que em estado normal. Minha avó nunca teve perturbação alguma neuropática.

Seja como for, não se trata, no primeiro caso, de uma aparição vaporosa, na escuridão, mas sim de uma presença material opaca, ocupando um lugar determinado e obedecendo à perspectiva quando se movia, e isto *em plena luz*.

Não posso terminar, caro mestre, sem lhe confessar quanto, em minha casa, temos veneração por si e por sua obra e quantas vezes nela encontramos interesse, coragem e consolo. Há vinte anos que meu pai reuniu suas obras, ocupando elas o lugar de honra em sua biblioteca. Basta dizer-lhe que fui criado no seu pensar, passando noites a ler suas obras e por si tendo grande gratidão.

Asseguro-lhe igualmente a veracidade dos fatos aqui relatados, autorizando-o a servir-se deles sem restrições.

Queira aceitar, etc.

*Henrique Labour.*”

Esta carta vinha acompanhada do atestado dos pais:

“Atestamos a exatidão do que acima está escrito e associamo-nos aos sentimentos de nosso filho.

*L. Labour*

*Jeanne Labour, de solteira Delpauch.*”

Não preciso fazer notar aos meus leitores que, se conservei o fim desta carta, foi simplesmente, como faço nos casos semelhantes, para deixar a impressão da absoluta sinceridade dessas narrativas e para que se veja nada haver nelas autorizando alguma dúvida sobre a realidade das observações. Só nos devemos ocupar com a sua interpretação. Pois bem! podemos começar perguntando-nos se a primeira visão não foi uma espécie de sonho, estando a pessoa acordada. Ora, a narradora viu tudo em plena luz e correu a procurar o fantasma.

O estigma consecutivo ao sonho, mostrando-lhe o marido e fazendo-lhe sentir a pressão de sua mão, indica, por outro lado, uma impressão violenta. Parece-me admissível ter sido o defunto



o verdadeiro causador do fato, não porque viesse, da primeira vez, fumando um cigarro e com um gorro na cabeça, o que nada significa, e da segunda quando lhe agarrou o braço, mas por ter projetado nela seu pensamento produtor de imagem, agindo ele por meio da energia física. Essa manifestação é menos evidente do que as fotografias de fantasmas que também teremos que examinar; tem ela igualmente por causa o defunto em comunicação de pensamento com a mulher.

A hipótese de uma alucinação é fácil de propor; mas não é de modo nenhum demonstrada. No caso que vem abaixo nem parece admissível, visto nada ter preparado o espectador para isso.

A aparição de uma senhorita morta desde um ano foi-me assinalada de Sestri Ponente (Itália), em uma carta datada de 22 de julho de 1899, pelo Sr. Giuseppe Cavagnaro, sob juramento. Esta moça, morta aos 18 anos, foi vista atravessando os quartos, não somente pelo narrador, mas também por outros locatários da casa; foram essas observações feitas com um sangue frio que não dá ensejo de se pensar na hipótese alucinatória.

Eis a carta:

(CARTA 767)

“Tinha 18 anos e era estudante em Gênova, onde morava em casa de meu pai. Uma manhã, pelas 7 horas, estava folheando um livro grego, quando ouvi como que um ruído de porta a abrir-se; olhei e vi, vindo em direção da cozinha, uma jovem em camisa, pele branca, alta, bela, cabelos compridos castanhos e cacheados que lhe caíam pelas costas abaixo. Passou diante de mim, olhando-me, quase sorridente, depois entrou no quarto de meu pai, abrindo a porta e fechando-a ruidosamente. Fiquei estupefato e disse comigo mesmo: “Quero saber quem é e por quê está aqui.”

Cerca de dez minutos depois meu pai saiu desse quarto mesmo e, como era seu hábito, foi à cozinha para lavar-se; corri imediatamente para o quarto donde ele acabava de sair... mas lá não encontrei ninguém. Olhei em todo lugar, debaixo do armário, onde ninguém teria podido esconder-se

por causa das prateleiras transversais que eram baixas; de baixo da cama, onde uma criança mesmo não teria podido passar; até dentro das gavetas olhei! Fui espiar atrás das cadeiras e em todos os recantos; em uma palavra, tudo espiei. Era impossível que a moça tivesse fugido pela janela, pois habitávamos num 4º andar, numa rua isolada, Via Edera nº 4.

Quando meu pai voltou, depois de ter tomado banho, contei-lhe o sucedido. Corremos logo à escada para examiná-la com cuidado, e nada pudemos descobrir.

Meu pai teve que desferrolhar a porta que ainda estava fechada; ninguém tinha entrado, nem saído, afirmou o porteiro. Fomos então à casa do vizinho fronteiro, o advogado Manzini, a quem narramos o fato. Com grande surpresa nossa, ele não ficou em nada admirado, reconhecendo na descrição que eu lhe fazia *uma jovem* de 18 anos, *morta um ano antes*, no dito quarto de meu pai, onde eu a vira entrar. Acrescentou que eu não era o único que a tinha visto e que uma família inteira, moradora nessa casa antes de nós, *tinha sido obrigada a sair desse apartamento* por causa dessas aparições que assustavam todos os que a viam.

Afirmo sob juramento que o que eu acabo de narrar é a verdade exata.

*G. Cavagnaro.”*

O inquérito a que mandei proceder no próprio lugar provou-me a autenticidade da observação, tão seguramente como me foi certificada a queda da Sra. Brentano atirando-se pela janela numa rua de Milão, tal como me foi narrada pelo Príncipe Troubetzkoy (“Durante a Morte”).

Confesso que, mau grado toda a indulgência possível, estou cada vez mais estupefato das denegações dos que tudo negam.

As deposições de testemunhas pertencentes às classes inferiores da sociedade terão o mesmo valor que as das pessoas ilustradas? É a reflexão que me fazia a narradora da observação seguinte, a qual lhe foi relatada por sua arrumadeira:

(CARTA 308)

“Um dia, em pleno verão, pelas três ou quatro horas da tarde, estando a costurar, essa mulher afirma ter visto passar diante dela seu pai, morto havia cerca de um ano. Entrou num quarto vizinho onde estava depositada a lenha necessária para o inverno. Ela correu para ele. Se bem que soubesse estar ele morto, estava tão certa de tê-lo visto que olhou no quarto onde tinha entrado; mas lá não viu ninguém. Não pensava no pai no momento da aparição e afirma energicamente tê-lo visto tão nitidamente como se vê uma pessoa de carne e osso; lembra-se mesmo de que segurava uma bengala na mão e estava vestido com um fato escuro.

*Berta Liebmann (em Paris).”*

Se vemos mortos em nossos sonhos e se com eles conversamos, de nada vale esta ilusão cerebral. As situações mais incoerentes e mais absurdas apresentam-se durante os sonhos. O mesmo não se dá em estado de vigília.

Por que não seria a observação desta arrumadeira tão válida quanto a de um sábio, de um erudito, de um artista, se essa pessoa possui um temperamento calmo e um bom senso inacesível às ilusões imaginárias? E depois, por que são tão numerosas as observações dessa ordem?

As observações que acabam de ser apresentadas levariam a pensar que os mortos voltam às habitações em que moraram. Podem nelas pensar sem nelas voltar em realidade.

Também podemos considerar isso apenas como imagens produzidas no espírito, ou então alucinações; porém desconfiemos das interpretações muito fáceis. Desse modo só se veria na sensação seguinte uma ilusão da vista e do ouvido; mas foi sentida por uma criança de 5 ou 6 anos, que provavelmente não tinha muita imaginação e, ao demais, conhecemos um número bastante grande de manifestações iguais de mortos, conservando seus hábitos antigos. Esta observação foi-me enviada pela Srta. Eve Cabot, de Montpellier, no dia 27 de abril de 1920 e tem o número 4.134 no meu inquérito sobre os fatos psíquicos. Ei-la:

“Quando eu tinha 5 ou 6 anos, vivia no campo com minha avó. Dormíamos juntas. Uma manhã, quando acordei, vi meu avô, morto havia um ano, que suspirava, passeando de uma janela à outra. Não fiquei nada assustada. Por diversas vezes voltou assim meu avô. Minha avó me repetia, quando eu lhe contava o caso, que isso nada significava; mas ouvi minha mãe dizer-lhe que minhas visões concordavam com os antigos hábitos de meu avô. Tinha-se ele quase arruinado mandando construir a casa em que habitávamos e muitas vezes andava a suspirar, de uma para outra janela.”

Como notávamos há pouco, um grande número de observações desse gênero levariam a pensar que os mortos continuam durante algum tempo nos hábitos que tinham em vida! Essa esquisitice bastante inexplicável será suficiente para rejeitarmos essas observações? Não seria preferível procurar explicá-las?

Eis agora um aniversário póstumo. Escreveram-me de Port-Louis (Ilha Maurícia) no dia 4 de maio de 1899:

(CARTA 654)

“Com a idade de 20 anos, festejava eu em Paris, de passagem nessa cidade, meu aniversário em casa de meu cunhado; tinha ele exatamente o dobro da minha idade; foi isso no dia 13 de dezembro de 1874. Desde essa época fizemos timbre em continuar a festejarmos juntos nosso aniversário. Meu cunhado faleceu em outubro de 1897, isto é, dois meses mais ou menos antes do seu 63º aniversário; não festejei esse aniversário, pois estava muito triste.

Em fins de 1898 já não pensava mais nisso, o que é tanto mais singular quanto não me recordo ter esquecido esse dia durante minha vida. Na noite de 12 para 13 de dezembro, não sei a que horas, durante meu sono, vi distintamente o meu cunhado. As feições estavam bem marcadas; eu o vi, não como se vê em sonho, mas como se fosse em pleno dia. Parecia um pouco envelhecido, tal como teria podido estar depois de um ou dois anos. Quando despertei de manhã o fato pareceu-me muito curioso. Foi somente durante o dia que

percebi qual era a data, lembrando-me então que era meu 44º aniversário.

Acrescento que havia entre nós grande intimidade. Nunca tivera visão semelhante desde a morte do meu cunhado.

*Regis de Chazal*  
Engenheiro de Artes e Manufaturas.”

Procuramos livremente todas as explicações possíveis; não terá o subconsciente do narrador podido pressentir o que não foi percebido conscientemente? Mas temos nós o direito de negar a ação do cunhado falecido? Era um ano e dois meses depois da sua morte. Se quiséssemos interpretar à risca este sonho, dele haveríamos de concluir que o espírito do morto não estava bastante desencarnado dois meses depois da morte, para se manifestar, porém pôde fazê-lo 14 meses mais tarde.

Vimos no tomo II a manifestação de uma mãe, um ano após a morte, convidando sua filha a assistir, apesar da sua fadiga, ao seu aniversário.

Não terá havido nesse caso senão um reflexo do pensamento da sua filha, que se tinha ocupado particularmente de preparar esta cerimônia? Nunca deixemos de pensar que estamos longe de conhecer a extensão das faculdades humanas. É por isso que este fato foi inserido no tomo II e não neste.

Eis um fantasma que foi bem visto, bem examinado pelo observador, e a narração foi escrita pela própria testemunha.<sup>61</sup>

“Em 1880 sucedi como bibliotecário ao meu antecessor. Nunca o vira, nem fotografia ou retrato dele avistara. Podiam ter-me falado dele e do seu físico, mas só isso. Tinha ficado a trabalhar até tarde na biblioteca, numa noite do mês de março de 1884, quando, subitamente, pensei que, se não me apressasse, perderia o trem. Eram 10 horas e 55 minutos e o último trem partia às 11 horas e 5 minutos. Levantei-me à pressa, tomei uns livros numa das mãos e na outra segurei um lampião; depois saí por um corredor. Como meu lampião iluminava o corredor, avistei um homem na outra extremidade e veio-me a idéia de que um gatuno acabava de entrar,

o que, aliás, não era coisa impossível. Voltei imediatamente para o quarto donde tinha saído, lá deixei os livros, tomei um revólver, segurei o lampião atrás das costas e caminhei de novo para o corredor até um canto onde me parecia que o gatuno poderia ter-se escondido para dali entrar no salão. Mas não percebi ninguém e só vi a sala forrada de prateleiras cheias de livros. Gritei por várias vezes, dizendo ao intruso que aparecesse, com a esperança de serem meus gritos ouvidos pela polícia. Notei então que ele parecia inspecionar as prateleiras de livros. a cabeça era pálida e calva, com as cavidades dos olhos muito fundas.

Caminhei para ele; era um ancião de ombros altos, a balançar-se, olhando para os livros que continuou a mirar, dando-me as costas. Com um andar arrastado, afastou-se da biblioteca e dirigiu-se silenciosamente para a porta de pequeno *lavatory* que dava para a biblioteca, não tendo ele outra saída. Lá acompanhei o homem e, com grande surpresa minha, não encontrei ninguém. Examinei a janela, que media cerca de 14 x 18 polegadas, e encontrei-a fechada. Abri-a e olhei para fora. Havia ali um buraco com 10 pés de profundidade, do qual ninguém poderia sair se não fosse auxiliado. Ele não teria podido fugir. Profundamente mistificado, confesso que, pela primeira vez, comecei a sentir o que se poderia chamar “uma sensação de pavor sobrenatural”. Saí da biblioteca e percebi que tinha perdido o meu trem.

No dia seguinte, de manhã, contei minha história a um *clergyman* do lugar, o qual, ouvindo minha descrição, replicou:

– Mas é o velho bibliotecário!

Pouco depois mostraram-me um retrato do meu antecessor: a semelhança era patente. O falecido tinha perdido todos os cabelos, as sobrancelhas, as pestanas, tendo sido, ao que me parece, ferido por uma explosão. Tinha os ombros altos e caminhava bamboleando.

Um inquérito ulterior estabeleceu que havia falecido pela época do ano em que a aparição foi vista: *Later inquiry pro-*

*ved he had died of about the term of year at which I saw the figure.”*

Depois de apresentar essa narração, o Sr. Podmore confessa, muito francamente, que levar até este ponto a hipótese da transmissão de pensamento pareceu a certo número dos seus leitores coisa bastante extravagante “*has seemed to some extravagant*”. Não desiste, porém, nessa opinião, lembrando, contudo, para discutir, as reflexões de Gurney no segundo volume dos *Phantasms of the Living* (tomo II, págs. 267-269), no qual “o elo entre o agente e o percipiente parece ser antes de caráter local do que pessoal, como ação telepática”.

Adivinha-se um pouco o que quer dizer o autor, mas não é de clareza deslumbrante. Podmore acrescenta:

“No caso habitual das aparições, por exemplo a de uma mãe moribunda ao filho, a ação não é a mesma como para um transeunte, visto que há uma comunidade de sentimentos entre pessoas que viveram juntas uma parte da sua existência.

No caso aqui relatado o traço de união para obter tal comunidade pode ser descoberto na ocupação das testemunhas associadas à recordação do defunto.

Esta interpretação leva à conclusão de que a testemunha viu a forma do bibliotecário no seu meio habitual, porque *um amigo do defunto pôde, exatamente nesse momento, recordar-se do antigo bibliotecário e representar-se a sua imagem.*”

Sentimos todos que essa “explicação” nada explica. A transmissão de pensamentos não é uma panacéia universal. Chegar a supor que algum desconhecido pensou naquele momento exato no antigo bibliotecário e que esta idéia deu origem à visão do seu sucessor acompanhando a sombra a passear na biblioteca, indo ela desaparecer no corredor, é, nesse caso, fazer hipótese de audaciosa temeridade, mais afastada da verossimilhança do que admitir-se o fantasma como imagem projetada pelo pensamento do morto, fantasma, aliás, bastante nítido, bastante material

aparentemente, a ponto de ser considerado um gatuno a ser perseguido pelo observador armado de um revólver.

Ver nisso apenas alucinações não é realmente admissível; seria ver loucos e desequilibrados por toda parte. O observador não conhecia a pessoa e a aparição corresponde ao retrato e à descrição que viu depois. O bibliotecário era calvo, alto de ombros e caminhava bamboleando. Foi ele mesmo que seu sucessor encontrou, examinou, seguiu sem nenhuma perturbação nervosa, aliás. Que fazia ele ali? Uma recordação de sua vida, de seus hábitos? Esses fantasmas são esquisitos na verdade. Os similares são numerosos. Somos obrigados a aceitá-los sem nenhuma idéia preconcebida.

Que vem buscar esse antigo bibliotecário? Por que foi visto o cura de Sentenac a passear, lendo o breviário? Como é que seres impalpáveis se tornam visíveis? Negaram, desprezaram, suprimiram todas essas observações; evidentemente é o que há de mais simples. Não seria melhor instruir-nos?

Não deram a data exata do falecimento, mas parece que a aparição foi observada um ano depois da morte.

Quer seja o fenômeno subjetivo ou objetivo, ele tem sua causa.

Ao demais, encontrar um fantasma pode nada ter de desagradável e limitar-se a uma observação de óptica a explicar.

Veremos mais adiante a de Maupertuis, numa sala da Academia de Berlim.

A aparição que vou mencionar, de um cavaleiro um ano após sua morte, foi realmente observada por um homem conhecido e estimado pelas suas qualidades físicas e morais, o General R. Bárter, do Exército inglês. É singularmente fantástica e incrível e entretanto não é possível duvidar do caso! Eis o quadro:<sup>62</sup>

“O general estava em operações de campanha no Pandjab. Uma noite com o esplêndido luar dos trópicos, em plena Lua cheia, estava ele só, a alguma distância do seu bivaque, ocupado a fumar tranquilamente um charuto, quando ouviu o trotar de um cavalo à sua esquerda; acima de um caminho escavado vê primeiro aparecer um chapéu a mover-se, evi-



dentemente o do cavaleiro, pensa ele; e, pouco depois, um grupo, desembocando do caminho e completamente a descoberto, faz-lhe ver um europeu a cavalo, vestido à paisana, acompanhado por dois criados indígenas. O grupo aproxima-se célere. O General Bárter grita:

– Quem vem lá?

Não há resposta. O cavaleiro adianta sempre com o seu séquito. Não estava a mais de 4 passos, quando, depois de uma última intimação enérgica, pára, súbito, e volta o rosto para Bárter, o qual imediatamente reconhece um tenente que ele sabia morto havia um ano. Com rápido olhar analisa todo o quadro: o tenente traz vestuário de cerimônia, chapéu de seda (cartola), colete branco, etc.; mas ele, que tinha o hábito de escanhoar o rosto, estava com barba em volta do queixo; nota também que está mais corpulento do que quando o conheceu. O cavalo atrai igualmente sua atenção: é um vigoroso *poney* de montanha, pêlo escuro, com cauda e crina pretas, etc. O General Bárter não se contém, quer certificar-se completamente do caso e arremessa-se ao cavaleiro fantástico, através de uma escarpa que os separava. Mas a terra desmorona sob seus passos, ele cai para a frente sobre as mãos, mas levanta-se logo... Tudo havia desaparecido!...

Ora, depois de feito o inquérito, apurou-se que o tenente deixara crescer a barba pouco tempo antes de falecer e que havia engordado muito nos últimos tempos. O General Bárter, ao mesmo tempo, ficava sabendo que o tenente possuía um cavalo do país, que correspondia sinal por sinal à descrição que havia feito do da visão. Esse cavalo também morrerá, tendo falecido por causa de uma imprudência do seu dono, conhecido como cavaleiro destemido e estouvado. O Sr. Bárter, que desde muitos anos perdera de vista o tenente, ignorava completamente todos esses pormenores. Não era, pois, auxiliado por reminiscências, que seu espírito teria podido forjar a aparição com tais particularidades, não era tampouco no pensamento do telepatizador inimaginável que a aparição se tinha originado e constituído com todas as partes, sem erro ou omissão alguma.”

Citando este caso de aparição de um oficial morto havia um ano, juntamente com a do seu cavalo, Durand de Gros admite que o pensamento impulsivo parece residir no próprio fantasma “como no caso das aparições letárgicas, como na visita de Alfonso de Liguóri ao papa” (*Le Merveilleux Scientifique*, pág. 68). Mas sua teoria me parece bem vaga.

A explicação de tal observação é seguramente das mais difíceis. Pode-se pensar que não houve ali fantasma real, nem do homem nem do cavalo. Mas não será possível admitir a visão de uma cena real acontecida durante a vida? A dupla vista, a clarividência, vê, às vezes, uma cena futura. Por que não veria uma cena passada? O tempo não existe. E não poderia ter sido produzida esta imagem pelo próprio defunto ao pensar no amigo?...

Em que mundo estamos a navegar, queridos leitores! Não nos perturbemos. Continuemos tranqüilamente a exposição dos fatos observados. Não imitemos os publicistas que imaginam que tudo deve ser explicado com o estado atual das ciências naturais e têm a fatuidade indesculpável de atirar a dúvida e a suspeição sobre os melhores esforços dos pesquisadores de boa fé.

Se devemos ficar convencidos de uma coisa, é de que *nada sabemos*.

As observações precedentes colocam-se no primeiro e no segundo ano depois da morte. Vamos ler agora algumas que se deram depois do segundo ano.

Posso lembrar, aqui, que desde o ano de 1899 eu tinha destacado das cartas recebidas a nota seguinte:

(CARTA 360)

“Na noite de 1º a 2 de janeiro de 1898 vi, em sonho, minha mãe morta havia dois anos e meio. Adiantou-se gravemente para minha cama, beijou-me na testa e saiu sem dizer nada. No dia seguinte recebi uma carta, participando-me *a morte súbita de minha irmã*, na noite de 1º de janeiro, às dez horas da noite. Como não acordei, foi-me impossível saber se houve coincidência perfeita entre *a hora* do sonho e a da morte de minha irmã.

*M. Razous*  
Professor em Trélons (Alto-Garonna).”

A relação existente entre a manifestação em sonho dessa mãe e a morte imprevista de sua filha é certa. Satisfazer-se com o acaso não é realmente suficiente para nossa necessidade de explicação. Nossa impressão é que a mãe pensou no filho nessa hora suprema e que houve comunicação telepática entre ela e ele. Essa relação foi extraída de *O Desconhecido*. Quando estava preparando a redação dessa obra, recebi a seguinte comunicação, que não publiquei porque meu programa era o de assinalar os fenômenos relativos aos moribundos antes de me ocupar dos mortos.

(CARTA 48)

“Posso afirmar-vos a autenticidade absoluta do fato seguinte, experimentado por minha mãe, há alguns anos:

Uma tia, a quem ela muito amava, tinha morrido havia dois anos, deixando um filho com o qual, por razões particulares, minha mãe havia mais ou menos cortado as relações. Uma noite, foi despertada pela impressão muito nítida de estar presente essa tia: tinha-a visto abrir a porta do quarto, aproximar-se do seu leito e ficar de pé e imóvel à sua cabeceira.

Esse fenômeno reproduziu-se com dois dias de intervalo. Desta vez minha mãe, muito comovida, participou o caso a meu pai, pedindo-lhe para se informar se alguma coisa de desagradável havia sucedido com seu primo, não duvidando que a aparição tivesse tido como fito recomendar-lho muito particularmente.

O pressentimento era verdadeiro, porque no dia seguinte vinham avisar meus pais de que uma pessoa da família, moribunda, pedia para vê-los. O primo, pois que era ele, queria reconciliar-se com minha mãe, que considerou como duplo dever cuidar dele até o último momento. Viveu ainda alguns dias.

Hoje, se bem que muitos anos tenham passado desde que se produziu este fato, minha mãe não fala dele sem emoção e permanece convencida de que sua tia veio avisá-la da moléstia do filho.

Por motivos de família, deve esta nota ficar anônima.

A. J.”

Como recusar-nos a admitir essa aparição, seu fito e seu resultado?

Ouve-se a voz de uma mãe dois anos após sua morte.

Recebi a carta seguinte de Siorac de Belvis (Dordonha) no dia 14 de maio de 1899:

(CARTA 117)

“Creio ser meu dever levar ao seu conhecimento um fato que se deu na Comuna de Bosset, Cantão de Laforce.

Uma Sra. X. morreu em 1895, deixando uma filhinha de quatro meses, que foi recolhida por seu tio, honrado lavrador. Dois anos depois este último estava ocupado na colheita com a filha e a mulher; a menina, então com cerca de 3 anos, os tinha acompanhado ao campo, cuja situação não permitia a ninguém poder aproximar-se dos ceifadores sem ser percebido.

De repente estes ouviram perto deles estas palavras: *Bom dia*, pronunciada por voz triste e lenta. Os três ceifadores, que tinham bem conhecido a falecida, reconheceram imediatamente a sua voz, enquanto que a menina, não podendo lembrar-se dela, pois ficara órfã muito criança, perguntou à tia, a quem tratava de mãe:

– Mamãe, quem é que nos está dizendo bom dia? Não há ninguém!

Não lhe responderam, mas puseram-se a chorar, julgando, conforme as crenças do lugar, que a morta reclamava a filha e que esta breve morreria.

Todas essas pessoas são dignas de fé e quase completamente iletradas. Não falavam desse incidente sem terem os olhos marejados de lágrimas.

Se quiser ter informes mais pormenorizados sobre as pessoas, que aliás conheço um pouco, estando todas ainda em vida, assim como sobre o dia e a hora da alucinação, aproveitarei as férias da Páscoa para ir eu mesmo interrogá-las.

*Rebeyrol.*”

O inquérito confirmou a realidade dessa curiosa relação. Mostrou-me, mais uma vez, que negar tudo é insensato. Trata-se aqui de uma impressão auditiva (para explicar... três ouvintes, mais uma criança). O relato a seguir é da mesma época (1899).

(CARTA 223)

“Aconteceu-nos a mim e à minha mãe um fato bastante curioso. Habitamos muito tempo em Seine-et-Marne. Devido a uma mudança administrativa, meu pai foi mandado para Châlon-sur-Saône. Uma noite eu e minha mãe íamos ao Correio; ao dobrar uma rua e sob a luz de um lampião de gás, ouvimos alguns passos e veio ao nosso encontro uma senhora; ambas exclamamos:

– A Sra. Seigneur! – (senhora de idade, amiga nossa, que morara perto de nós outrora e que tinha falecido havia cerca de dois anos).

Depois de refletirmos um segundo, repetimos:

– É ela!

Voltamos para trás para segui-la... Não vimos mais nada... Nunca pudemos explicar essa aparição. Muitas vezes eu e minha mãe conversamos sobre o caso. *Temos certeza* de tê-la visto, podemos até dizer qual a menor particularidade do seu vestuário. Sozinha, eu teria tido desconfiança por causa de minha impressionabilidade nervosa, mas minha mãe é muito calma. Amávamos muito essa velha amiga, muitas vezes falávamos dela. Quis ela nos demonstrar que não nos esquecia?

Outro fato: Na casa religiosa onde terminava meus estudos, minha professora adoeceu de moléstia grave; veio de Paris, para substituí-la, uma jovem de uns 20 anos. Habitava nos pequenos quartos apelidados camarazinhas, juntamente com uma adjunta do Asilo, moça que se preparava para obter seu diploma e uma senhora encarregada do serviço da roupa.

Todas as manhãs essas senhoras iam à missa das 6 horas e meia, exceto a Srta. Adrienne. Certa manhã, quando todas as irmãs saíam da capela, viu-se a Srta. Adrienne sair da cozinha, dizendo que não queria mais ficar no seu quarto, que uma irmã lhe fizera medo, etc. Provaram-lhe que todas as irmãs estavam na missa, salvo ela.

– Bem sei – disse ela –; é uma irmã que não conheço, alta, delgada, muito pálida; ela aproximou-se do meu leito, olhou para mim, eu lhe falei, ela não respondeu, mas nunca esquecerei seu olhar; deu lentamente a volta no quarto, depois foi-se embora.

Nenhuma irmã correspondia à descrição dada por Adrienne e todo o dia passara-se em comentários, quando uma das religiosas teve a idéia de lhe mostrar o retrato da irmã Bouchez, falecida dois meses antes da sua entrada na casa. Adrienne reconheceu-a imediatamente. A irmã Bouchez costumava trabalhar nessas camarazinhas, onde colecionava toda sorte de objetos para os doentes.

*L. Delvert.”*

Repetirei pela centésima vez que é sempre possível considerar esses casos como meras alucinações; mas realmente essa solução, para tantas observações e tão variadas, não é nada satisfatória.

O incidente abaixo parece levar-nos a admitir que um morto pode manifestar-se, em circunstâncias excepcionais, três anos depois da morte. A comunicação seguinte foi-me dirigida de Intra (Itália), a 31 de agosto de 1899, pelo sábio Dr. Peróssi.

(CATA 771)

“Os jornais italianos, meu caro mestre, asseguram que o senhor continua a interrogar pacientemente o desconhecido e que lhe pode ser agradável ser informado das observações feitas em todos os países sobre os problemas cujo estudo acrescenta ao do céu. Aproveito essa circunstância para lhe comunicar uma observação técnica, a qual me é pessoal.

Uma jovem, Maria Bottini, com 13 anos de idade, camponesa de Borégio, caiu num precipício e bateu com a cabeça numa pedra que a feriu na frente direita, fraturou-lhe o crânio e produziu-lhe a penetração de uma lâmina óssea de 6 x 7, isto é, de 42 centímetros quadrados; a lâmina óssea, completamente destacada, enterrou-se na massa cerebral onde ainda está atualmente. A polpa cerebral fazia notável saliência; para poder fazer a sutura cutânea foi necessário extrair cerca de 50 gramas do cérebro. Trouxeram-me a menina cerca de 36 horas depois do acidente; encontrei-a em estado de responder com muita clareza a todas as minhas perguntas e, até agora, nunca sofreu de nenhuma perturbação nervosa, nem em suas faculdades, lado intelectual, ou lado motilidade e sensibilidade.

Apesar do traumatismo, não sentiu nenhuma comoção cerebral e soube dar, como sempre dá, explicações minuciosas sobre o que lhe aconteceu. Tendo caído num barranco formado pelas águas, ali se refugiou, ficando no precipício até o dia seguinte. Perguntando-lhe se não tivera medo durante a noite, respondeu que não, afirmando que ao anoitecer *seu pai lhe aparecera* animando-a, dizendo-lhe esperar com paciência seus parentes, os quais viriam seguramente no dia seguinte procurá-la e a tratariam muito bem. Havia três anos que lhe falecera o pai. Disse-lhe que uma pessoa morta desde tanto tempo não poderia mais voltar; mas afirmou-me com certeza que seu pai tinha vindo e a tinha protegido toda a noite. Essa menina ainda hoje sustenta o que disse.

Eis, querido professor, a história autêntica do fato. Pode estudá-lo. Será uma ilusão ou uma realidade? Nós, médicos, consideramo-lo como alucinação.

Queira aceitar, querido professor, etc.

*Dr. Peróssi.”*

Podemos nós, logicamente, recusar a admitir todas essas observações? Como se manifestariam então essas aparições tão numerosas de mortos, pais, mães, crianças, parentes, todas elas tão concordantes, se não houvesse nada de real no fundo! Alucinações variadas, *independentes e concordantes!*

Eis agora a voz misteriosa de um pai morto que salva a vida do filho e de uma tripulação. A *Filosofia della Scienza*, de Palermo, publicou a seguinte carta, enviada de Civita Vecchia, no dia 27 de fevereiro de 1911 ao diretor dessa revista.

“Todos os meus antepassados foram homens do mar. Meu pai sucedeu ao dele no comando do brigue *Nossa Senhora da Graça*, em Marselha. Era em 1837. Partiu dali para Brindisi, com um carregamento de cereais. Naquela época a navegação era muito mais difícil do que agora, de um lado por causa dos piratas, e de outro porque as costas não tinham faróis; somente, cá e lá, algumas lanternas.

Tinham chegado a Brindisi numa noite negra e tempestuosa. O bergantim metia de ló; meu pai estava na proa, tentando encontrar alguma vaga luz que lhe indicasse o porto. O vento soprava impetuosamente, as ondas, com um barulho infernal, sacudiam o navio, a espaços, cobrindo-o de espuma e açoitando-lhe o costado; os rancos do trovão sucediam à luz dos relâmpagos. A intensidade da tempestade aumentava incessantemente, o momento era crítico.

Subitamente, uma voz grita com força:

– Comandante, comandante! venha! venha já.

Não sabendo o que havia, meu pai correu à popa, donde a voz continuava a chamar.

– Que há? – pergunta ao homem do leme, que tonto e trêmululo balbucia:



– Não está ouvindo? Não está ouvindo a voz que desde alguns minutos repete *puggia, puggia?* <sup>63</sup>

– A voz? Que voz? É a chuva que te faz ouvir vozes imaginárias ou então é o vento a soprar que te está iludindo. Não ouço nada.

Mas não tinha acabado de falar quando, efetivamente, uma voz, vindo do leme (pelo menos parecia vir dali), repetiu com voz de comando:

– *Puggia, puggia, puggia!*

Estupefato, não acreditando no que ouvia, meu pai aproximou-se do lugar donde parecia vir o grito, andou em derredor, procurou em volta, observou todos os recantos da popa, mas, não descobrindo nada e julgando ser também vítima de uma alucinação sensorial, disse ao timoneiro:

– Mas não há ninguém... toda a tripulação está na proa!

Então, a voz, mais clara e mais vibrante, repetiu o comando. Foi nessa ocasião que meu pai pôde não somente ouvir distintamente, mas reconhecer o timbre, a cadência e o tom mesmo *da voz de meu pai*, voz que lhe era muito familiar, pois com ele navegara desde a idade de 9 anos.

Fascinado, impelido por sua vez, por uma força irresistível e incompreensível, gritou a ordem de escorar e, tirando o leme das mãos do timoneiro, executou ele mesmo a manobra, enquanto a tripulação, por sua vez, afrouxava as escoras e as vergas do lado oposto ao vento.

O brigue, apanhando o vento mais em cheio, inclina-se para a direita e, fendendo as ondas furiosas, avança rapidamente, como um cavalo desbocado cujas rédeas se soltaram. Quase ao mesmo tempo um relâmpago iluminava o lado donde vinha o vento, isto é, a bombordo, justamente a direção para onde ia o navio a princípio e, sob a luz rápida, apresenta-se aos olhos apavorados da tripulação a alvura espumante das vagas a esbarrarem raivosas nos rochedos da costa. Ainda alguns minutos na rota primitiva e tudo estaria terminado para o navio e a tripulação. <sup>64</sup>

*F. Scotti*  
Capitão de Marinha.”

Supor que houve aí uma “alucinação” parece-me pura loucura.

Pode-se sempre dizer que é uma história inventada, que o Sr. Scotti mentiu. Pode-se aplicar o mesmo fim de negação a todas as narrativas precedentes. Pode-se ser surdo, cego, idiota. Continuemos livremente a instruir-nos.

A manifestação notável e simbólica de que nos vamos ocupar efetuou-se três anos e oito meses depois da morte.

Em geral, uma ação possível da mentalidade dos vivos só pode, muito dificilmente, ser eliminada, e nossos esforços para obter a verdade não alcançam resultados precisos, comparáveis aos do cálculo das equações algébricas, o qual procede por eliminação segura dos números errôneos e deixando no quadro negro um número definitivo, absoluto.

No caso seguinte, como em tantos outros, não vemos realmente outra explicação a não ser a de admitir a ação pessoal do defunto e agradeço a observadora ter bem querido autorizar-me a dar a conhecer, a todas as almas ansiosas pela solução do maior dos problemas, a eloqüente relação de que lhe sou devedor.

Eis a carta que me foi endereçada de Paris, a 7 de fevereiro de 1921:

(CARTA 4.378)

“Para acrescentar mais um documento ao inquérito tão importante que promove, queira permitir-me assinalar-lhe os dois fatos seguintes que me são pessoais.

No dia 2 de setembro de 1916, entre 10 e 11 horas da manhã, estava a vestir-me no meu quarto, quando subitamente senti uma angústia terrível, com sufocações. O que sentia era tão doloroso que, semivestida e agarrando-me à parede para não cair, precipitei-me para o quarto de minha filha, gritando:

– Não sei o que tenho, sofro, sufoco!

Depois de acalmada um pouco com as boas palavras de minha filha, disse:

– Meu Deus! está acontecendo uma grande desgraça a Renato...

Dois dias depois, a 4 de setembro, o comandante Duseigneur, chefe da Esquadrilha 57, anunciava-me que meu filho querido, piloto-aviador, havia desaparecido nas linhas alemãs depois de um combate aéreo por cima de Verdun, no dia e na hora exata em que eu estivera tão incomodada.

Foi somente depois do armistício que os alemães bem quiseram nos mandar informar que meu filho havia sido morto em suas linhas no dia 2 de setembro, em Dieppe, perto de Verdun, e que havia sido enterrado no cemitério militar de Dieppe na sepultura nº 56. Fizemos quatro viagens e inúmeras pesquisas nesse cemitério, onde só havia dois franceses (sendo os demais alemães) sem nada descobrirmos. O cemitério havia sido revolvido por bombas e a maioria das cruzes estavam partidas. Vendo que não podíamos achar os restos do nosso filho querido, dirigimo-nos ao oficial do setor encarregado da exumação dos corpos para que nos avisasse do dia em que fizessem as exumações nesse cemitério. Diversas pessoas altamente colocadas nos tinham dado cartas de recomendação dirigidas a esse oficial, e meu marido escrevia-lhe amiúde para que não se esquecesse de nós. Isto se dava na primavera passada.

No dia 25 de maio, às 8 horas e meia, apoderou-se de mim uma sensação de tristeza horrível; estava ainda mais triste do que habitualmente, sem razão alguma, e para repelir esta profunda tristeza pus-me à janela e volvi os olhos para o lado da rua Ribera, que sobe em frente da janela. Ali há árvores e um pouco de céu azul... De repente, num grupo de árvores, *vejo meu Renato, meu filho, aparecer!* Seu belo rosto estava pálido e triste; estava como num grande medalhão; a seu lado estavam dois rapazes, um à direita, o outro à esquerda; não os conhecia, nunca os vira. Assustada com essa visão, saio da janela segurando minha cabeça com as duas mãos, perguntando-me a mim mesma se tinha enlouquecido!

Dou algumas voltas no quarto, nesta mesma posição, depois volto à janela; a visão estava sempre ali... Não há dúvida; é Renato... Tem a cabeça inclinada para a esquerda como era seu costume. Mas quem podem ser estes rapazes? O da direita parece ser um russo; o da esquerda um alemão. Mas então?... meu filho não morreu, deve estar prisioneiro em algum lugar. Transtornada ainda pelo susto, saio de novo da janela e corro para prevenir meu marido, mas ao chegar à porta do seu quarto recobro a calma e digo a mim mesma: “Não, não lhe devo contar, julgar-me-ia louca, teria pesar demais, que fazer?” Volto à janela: a visão está sempre ali. Desta vez sento-me no peitoril da janela, bem decidida a ficar ali até ao fim, perto dele... que se passou? Voltei a mim... Teria eu adormecido? Ou teria perdido os sentidos? Não vejo mais meu filho! Levanto-me penosamente, saio da janela, olho a hora. Eram 10 horas e meia. Tudo isso durara duas horas. Fui deitar-me, muito perturbada, alquebrada de emoção, mas não pude dormir e não me animei a contar coisa alguma ao meu marido. Que significava essa visão? Não cessava de me dirigir a mim mesma esta pergunta. Alguns dias depois contei tudo o que me acontecera a três amigas minhas, que poderão certificá-lo, se o deseja.

Passam-se três meses... Depois, nos fins de agosto, o oficial de setor, respondendo a um novo pedido do meu marido, mais insistente que os outros, anuncia-nos que o cemitério de Dieppe foi exumado e que *nosso filho lá não estava*. Estávamos excessivamente magoados. Como saberemos, agora, que fim levou nosso pobre pequeno? Eu, pessoalmente, estava desesperada. Ao cabo de alguns dias de acabrunhamento recobro coragem e quero voltar ao cemitério de Dieppe.

Era uma idéia fixa. Meu marido a isso se opõe, dizendo-me, acertadamente, que nada tendo sido encontrado quando havia corpos, não podíamos esperar que isso se desse agora. Nada me pôde convencer. Vendo-me bem decidida, meu marido quis acompanhar-me e partimos nos primeiros dias de setembro.

Fomos diretamente ao setor d'Eix. Perguntei em que data haviam feito as exumações nesse cemitério. O oficial, consultando o registro, nos disse:

– O trabalho durou cinco dias (havia 110 corpos), do dia 20 ao dia 25 *de maio*.

Esta última data era precisamente *a da minha visão!* Olhei meu marido, porque, por felicidade, eu me decidira a tudo lhe contar. Essa coincidência de data nos perturbou a ambos. Partimos. O cemitério ficava a 5 quilômetros de distância.

Quando para lá nos dirigíamos, pensava que meu marido tinha razão: que íamos procurar lá, pois que não havia mais nada?

Chegando ao destino, dei ordem aos homens de revolver um grande buraco de obus, pensando que, com certeza, não tinham procurado lá dentro. Acharam um par de óculos de avião. Criei coragem: sem dúvida alguma, um avião fora enterrado ali. Procuram ainda. Nada, absolutamente nada... Enfim um jovem soldado, muito inteligente, toma a planta e segue-a à risca. Chegamos assim a uma fossa vazia onde achamos um pedaço grande de peles que eu reconheço, luvas, fragmentos de suspensório de seda roxa... Não há mais qualquer sombra de dúvida: meu filho esteve aí.

– Onde o pusestes?

– No cemitério alemão, sob a rubrica “Desconhecido” e com uma cruz negra.

A cruz desses malditos! Imagine minha dor e minha indignação! Quero ir depressa a esse outro cemitério; não quero que meu filho fique ali. Mas o oficial se recusa a isso. Não pode chamar a si a responsabilidade de mandar desenterrar corpos já postos em caixão. E depois? onde encontrar quem procuramos? Há mais de 2.000 sepulturas nesse cemitério alemão. Mas eu estou decidida. Voltamos para Verdun, a 18 quilômetros de distância. Procuramos o comandante do serviço das sepulturas e, depois de longa discussão, e perante nossa atitude resoluta e ameaçadora, ele cede e dá-nos a autorização para fazermos pesquisas.

No dia seguinte, às 5 horas da manhã, estávamos naquele cemitério, com nove homens e vários soldados. Ao meio-dia tinham aberto 20 caixões, sem resultado. Os homens vão almoçar; ficamos ali, meu marido e eu, aflitíssimos, pois começamos a perder a esperança, e a idéia de deixarmos ali nosso filho, no meio dos seus inimigos malditos, nos desesperava; quando, subitamente, *penso na minha visão*, e como se um raio de luz me atravessasse o cérebro:

– Sim – disse eu – nós o encontraremos, ele está entre um russo e um alemão. Havia um russo no cemitério de Dieppe; procuremo-lo.

Os homens voltam e de novo recomeçam o trabalho. Nós procuramos o russo. De tempos em tempos, é preciso vir verificar cada caixão que abrem; isto demora, atrasa muito nossas pesquisas. Às 4 horas, enfim, descubro o russo. À esquerda dele havia um desconhecido; à esquerda do desconhecido um alemão. Não havia o que duvidar, o desconhecido é meu filho, eu o sinto, tenho esta certeza. Cavam: era ele! Seu pobre esqueleto estava no centro de suas peles. Ainda há pedaços de suspensórios... Mas reconheço sobretudo seus dentes... Tinham aberto 42 caixões; 110 tinham vindo do cemitério de Dieppe, e na totalidade eram mais de 2.000 trazidos de diferentes regiões! Se não fosse minha visão, teria sido preciso renunciar às pesquisas.

Não é isto maravilhoso? Meu filho querido não quis que eu o deixasse nesse cemitério, ele não quis que eu tivesse ainda esse acréscimo de sofrimento cruel, veio auxiliar-me, deu-me a vontade de ir até ao fim, de vencer todas as dificuldades, todos os obstáculos e desde então estou calma, sinto que ele vive, que me vê. Mas o que acho ainda mais extraordinário na minha visão é a imagem desses dois rapazes: deviam ser exatamente suas feições exatas. Ah! quão feliz seria se me quisesse explicar como isso se pode dar. Penso constantemente na minha visão e, cada vez, perturba-me ela.

Meu marido e minhas amigas hão de certificar-lhe certamente a exatidão escrupulosa dessa narração demasiado lon-

ga, sem dúvida, mas pensei que cada pormenor teria para si sua importância.

A. Clarinval.”

Compreende-se bem que depois de ler esta narrativa tão comovedora, tão sincera, tão notável, eu tenha querido completá-la com os inquéritos que costumo fazer quando os assuntos o merecem e, conforme o atencioso convite da própria narradora, pedi a seu marido o Sr. Clarinval, oficial superior reformado, de se dignar escrever-me diretamente, conforme suas *recordações pessoais independentes*. Sua resposta é pormenorizada e refere, em outros termos, os incidentes que se acabam de ler; parece-me desnecessário reproduzi-la aqui. Termina ela nos termos seguintes:

“Essa descoberta foi absolutamente providencial. Se não fora a visão de minha mulher, certifico que teria sido completamente impossível descobrirmos nosso pobre filho. Descansa ele agora no Cemitério Montparnasse, para onde o trouxemos no dia 22 de novembro de 1920.

A exumação do cemitério de Dieppe foi feita do dia 20 ao dia 25 de maio de 1920. Ora, foi exatamente no dia 25 de maio de 1920 que minha mulher teve essa visão e, após verificação, foi justamente nessa data que os restos do nosso filho foram trasladados do cemitério de Dieppe para o cemitério alemão.

Certifico, pois, a exatidão desse acontecimento, acrescentando que minha mulher tem um espírito justo e ponderado e com raciocínio sempre tão são, que eu o confesso, fiquei impressionado ao narrar-me ela esta aparição que durou duas longas horas. O fato é tanto mais importante quanto ela não é sujeita a alucinação alguma e que, em toda a sua vida, isto é, desde 63 anos, nunca teve visão *a não ser esta*.

Clarinval.”

Esse atestado do comandante Clarinval era seguramente mais do que suficiente para meu inquérito. Entretanto, as três pessoas a quem a Sra. Clarinval contara sua visão bem quiseram acres-

centar os seus atestados e vou igualmente publicá-los para meus leitores.

Mas eis, em primeiro lugar, um não menos significativo para nossos estudos, o do eminente médico Dr. Vercontre:

### **Atestados**

*a)* – “Eu, abaixo assinado, doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, atesto que a Sra. Ana Clarinval, apesar das rudes provações pelas quais passou com o falecimento do seu filho Renato, aviador morto no *front*, jamais apresentou a menor perturbação mental e que, pelo contrário, foi graças à perfeita lucidez da sua inteligência que pôde levar até ao fim as pesquisas excessivamente difíceis para o descobrimento dos restos do querido morto.

Paris, 14 de fevereiro de 1921.

*Dr. Vercontre*<sup>65</sup>

(da Associação dos Médicos de França,  
Oficial da Legião de Honra).”

*b)* – “É com a maior boa vontade que lhe envio estas linhas, certificando-o de que *tudo* o que lhe escreveu a Sra. Clarinval me havia sido dito por ela própria, alguns dias depois de ter tido a visão do seu filho. Permita-me acrescentar que isto não me admira de modo nenhum e que, querendo sossegá-la, aconselhei-a que tivesse esperanças, embora não o pensasse. Devo acrescentar que minha amiga, a Sra. Clarinval, antes de ter essa visão, não acreditava no Espiritismo<sup>66</sup> e nem mesmo queria ouvir falar nisso.

*Baronesa de Bournat.*”

*c)* – “Sinto-me muito feliz em poder vir certificá-lo de que a Sra. Clarinval, nos primeiros dias de junho do ano passado, contou-me ter visto, no dia 25 de maio, aparecer-lhe o filho num grupo de árvores da rua Ribera, a qual fica exatamente defronte de sua casa; ao lado do filho havia dois rapazes – um à esquerda e o outro à direita – que ela não conhecia,



mas parecera-lhe que um era russo e o outro alemão. Essa visão a preocupava muito e dela falava muitas vezes.

Só quando foi a Verdun, em setembro, é que compreendeu o sentido dessa visão tão extraordinária.

*J. Dumaillet.”*

*d)* – “Muito feliz me sinto por atestar-lhe a comunicação que recebeu da Sra. Clarinval e que eu soubera antes que ela lha enviasse.

Essa narração é escrupulosamente exata em todos os seus pormenores, tendo-me a Sra. Clarinval contado sua visão 8 dias depois de ela se ter realizado.

*M. Barbier.”*

Tal é o fato irrecusável, firmado sobre observações concordantes todas. Manifestação realizada muito tempo depois da morte: de 2 de setembro de 1916 a 25 de maio de 1920, há 3 anos e 266 dias, ou 3 anos 8 meses e 26 dias.

Que conclusão devemos tirar para nossa convicção pessoal?

O Sr. e a Sra. Clarinval vieram, eles próprios, conversar comigo a respeito. Esse estudo foi feito com o mesmo método seguido para um fato astronômico, meteorológico, geológico ou histórico. É um verdadeiro estudo científico. Não pode subsistir dúvida alguma sobre a autenticidade dessa visão e sobre a relação que existe entre ela e a descoberta do corpo do jovem aviador, e todos nós sentimos qual o consolo que dela resultou para essa mãe angustiada, para esse pai desesperado: o corpo do filho querido está agora aqui, nesta Paris em que habitam; dele pouco ou quase nada resta; mas esse corpo era apenas a vestimenta da alma e eles sabem que essa alma sobreviveu à catástrofe mortal, que ela se manifestou, guiou-os na sua enérgica e perseverante pesquisa.

Não há dúvida de que não estamos ainda completamente satisfeitos; quiséramos saber mais e a nós mesmos perguntamos qual o porquê desse simbolismo nessa visão, por que essa aparição enigmática entre esse russo e esse alemão. Parece que teria sido mais simples, para Renato Clarinval, dizer diretamente à sua

mãe que havia sido morto no dia 2 de setembro e inumado em tal lugar.

(Poderíamos talvez imaginar que, tendo a Sra. Clarival o espírito constantemente ocupado pela idéia do filho, foi momentaneamente dotada da faculdade de ver a distância, ou, para melhor dizer, de sentir o que se passava e poderíamos supor também que essa sensação ter-se-ia concretizado para sua vista, em uma cena viva, nessa aparição do filho entre um russo e um alemão. Mas então, por que não teria ela visto a realidade? Publiquei tantos exemplos de visões precisas a distância, que essa interpretação se apresenta muito discutível e parece menos provável do que a ação psíquica do falecido.)

Não devemos, não podemos julgar pelo nosso ponto de vista corriqueiro. O mundo invisível está todo por descobrir, não lhe conhecemos nem as leis nem as condições. Consideremo-nos felizes em recebermos os elementos que nos trazem para começarmos a investigá-lo. Cristóvão Colombo descobriu a América, julgando aportar às Índias Ocidentais; era um novo mundo fronteiro às... Índias. O mundo espiritual é para nós mais desconhecido do que era a América, em 1492, para seus contemporâneos, embora ele nos interesse mais e esteja em volta de nós.

\* \* \*

Que devemos pensar do exemplo seguinte? Possuindo uma pessoa a faculdade de prever certas mortes, apresenta-se, após seu falecimento, possuindo ainda a mesma faculdade. Leiamos a carta seguinte, transcrita integralmente:

(CARTA 803)

“Muito querido mestre:

Devo assinalar-lhe as observações seguintes.

Em 1891 não estava eu ainda casada. Conhecia em Paris uma senhora muito inteligente, com 50 anos, que muito se afeiçoara a mim. Ela possuía a particularidade de ver sempre em sonhos as desgraças que deviam acontecer aos seus amigos e conhecidos, e quantas vezes fui testemunha de quanto

eram exatos os seus sonhos! Um dia, em que me via um pouco assustada das suas previsões, disse-me rindo:

– Não tenha medo, senhorita; nunca lhe anunciarei sua morte, isto lhe causaria pena, só lhe direi a morte dos outros.

Morreu ela mesma naquele ano (1891), depois de o ter previsto, em sonho, como sempre. Senti sinceramente a sua morte, mas tenho partido de Paris, da França até, já nem pensava nela, quando, numa noite de dezembro de 1892, me apareceu em sonho, vestida de preto, olhando para mim com tristeza e dizendo-me:

– Está acabado.

Senti uma angústia terrível, sem compreender entretanto o que ela queria dizer. Meu pai andava doente, mas naquele dia mesmo eu tinha recebido uma carta dele, mais alegre do que de costume, pois estava passando melhor. Três dias depois desse sonho ele faleceu. Foi o primeiro e o maior pesar da minha vida.

Em 1895, no mês de novembro, ela me apareceu de novo e ainda vestida de preto, mas desta vez não me falou. Três dias depois minha mãe querida falecia. Enfim, no mês de outubro de 1898 eu a vi, sempre de preto, pela terceira vez. “De quem será a vez?”, perguntei-me a mim mesma. Ah! foi a da minha melhor amiga, que habitava Wiesbaden e que eu amava de toda a minha alma. No dia seguinte recebia uma cara dessa amiga, que, adoentada, me escrevia muito alegremente e com muito espírito, como era hábito seu, mas três dias depois um telegrama do marido anunciava-me sua morte.

Eis seguramente três sonhos esquisitos que continuam o hábito que tivera ela em vida. O senhor, somente, querido mestre, poderia explicá-los. Essa senhora de preto, até à hora da morte, havia negado a existência da alma; tínhamos muitas vezes discussões a respeito disso, porque, então como agora, eu tinha a certeza de que a alma existe.

Por que foi justamente ela que me veio predizer a morte dos entes a quem amo? Sem dúvida o faz para provar-me

que, em vida, ela se enganava e que minha crença era a verdadeira.

Não tenho outra religião a não ser um imenso amor pelo Criador da vida, na sua grandeza poderosa e por tudo que nesta Terra possa refletir-lhe a imagem.

*Ida Cail (em Paris)."*

Walter Scott, que escreveu um livro sobre os espíritos, as aparições, a feitiçaria,<sup>67</sup> mostra-se de um cepticismo radical, com negação absoluta, considerando que nesses casos há somente alucinações, pesadelos gerados por digestões difíceis, ilusões da vista, do ouvido e mesmo, na maioria dos casos, fatos de alienação mental. Cita, aliás, exemplos de loucura transitória, tais como as visões de Nicolai e de Gregory, bem conhecidas dos historiadores. Para ele todas as aparições são impressões de doentes.

Dele extrairei o seguinte caso, que, apesar da sua opinião, parece-me digno de atenção, considerado sob a luz dos nossos conhecimentos atuais. Trata-se de Maupertuis, membro da Academia de Ciências de Paris e da de Berlim, da qual foi mesmo presidente. Eis o que relata Walter Scott:

“Pouco tempo depois da morte de Maupertuis, o Sr. Gladisch teve de atravessar a sala das sessões da Academia e, tendo que fazer algumas arrumações no gabinete de História Natural, que era da sua competência, e querendo também preparar-se para a quinta-feira, antes da hora da assembléia, avistou, ao entrar na sala, a sombra do Sr. de Maupertuis, de pé e imóvel no canto esquerdo da sala e com os olhos fitos nele. Eram três horas da tarde; o professor de Filosofia conhecia demasiado a Física para supor que seu presidente, morto na Basílica, no seio da família Bernoulli, tivesse voltado em pessoa a Berlim. Considerou a coisa como uma ilusão, devido a uma perturbação nos seus órgãos. Continuou a ocupar-se do que vinha fazer, sem se deter mais tempo a olhar. Mas contou essa visão aos seus colegas, assegurando-lhes que tinha visto uma figura tão bem formada e tão per-

feita quanto o Sr. de Maupertuis a teria apresentado em pessoa.

Recordando-se de que Maupertuis morreu afastado de Berlim, outrora teatro do seu triunfo, esmagado pelo ridículo sangrento de Voltaire e privado do valimento de Frederico, para quem ser ridículo era ser culpado, deve-se apenas ter surpresa dessa fascinação de um físico que julga ver seu Eí-dolon na sala, testemunha da sua primeira grandeza.”

Walter Scott recusa-se a admitir a possibilidade dessa aparição; entretanto acredita piamente na história dos anjos maus, no pecado de Adão e Eva, no dilúvio universal, no povo de Deus, nos poderes diabólicos, na danação eterna das crianças mortas sem batismo e em outras lendas desprovidas de qualquer verificação experimental.

Schopenhauer tratou com seu espírito crítico habitual, severamente analítico, porém um pouco obscuro, dessa questão das aparições dos mortos.<sup>68</sup>

Conclui dizendo que as aparições dos moribundos e dos mortos são subjetivas, no espírito do vidente, as primeiras frequentes, as segundas excessivamente raras.

Cita grande número de exemplos e toma, notadamente, em consideração as da vidente de Prevorst.

O leitor ajuizará melhor o pensamento de Schopenhauer, extraindo eu da sua dissertação as suas apreciações finais:

“As aparições – diz ele <sup>69</sup> – são como o sonho, simples representações e, como tais, só existem na consciência que conhece; mas pode-se dizer a mesma coisa do nosso mundo real exterior. Esse mundo só nos é dado em primeiro lugar e imediatamente como representação e não é senão simples fenômeno cerebral, provocado pela excitação nervosa e organizado conforme as leis que presidem às funções subjetivas (formas da sensibilidade pura e do entendimento). Querem ter uma realidade doutra espécie? A questão que se defronta é então a questão *da coisa em si*, a qual, aventada por Locke e resolvida muito apressadamente, foi recomeçada por Kant, que lhe viu todas as dificuldades e enfim recebeu

ela de mim a sua solução, embora entretanto com certa restrição. Mas em todo caso, de qualquer maneira que a coisa em si, que se manifesta na aparição de um mundo exterior, se diferencia deste mundo, como nas aparições de espíritos, só há talvez nisso manifestação *da vontade*. No que diz respeito a essa realidade objetiva das aparições de espíritos, assim como quando se trata do mundo dos corpos, quatro sistemas diferentes se apresentam: um realismo, um idealismo, um cepticismo e, finalmente, o criticismo, sistema adotado pelo autor.”

Da sua dissertação, um pouco alambicada, resulta que, para Schopenhauer, é nossa vista interna, a que ele chama “o órgão do sonho”, que percebe as aparições; que as dos vivos são bastante numerosas e as dos mortos extremamente raras; e que o que em nós subsiste à destruição do corpo não é a alma, “pois o homem não é composto de um corpo e de uma alma”, mas *a vontade*. O Espiritualismo, declara ele, é um erro. O que é verdade é o idealismo. Nossa visão do mundo exterior não é simplesmente *sensorial*, mas sobretudo *intelectual*. E o mesmo se dá para a visão dos espíritos.

As teorias do filósofo alemão, feitas por ele, a respeito das aparições de espíritos e de almas do purgatório, são assaz curiosas:

“Negar *a priori* a possibilidade das aparições e levá-las a ridículo, como fazem habitualmente, não pode ter outra base a não ser a convicção de que a morte é o fim absoluto do homem, salvo se esta convicção se apoiar na crença da Igreja Protestante, pela qual os espíritos não poderiam aparecer, pela razão de que conforme têm ou não a fé, durante seus poucos anos de existência terrestre, vão, logo depois da morte, gozar para sempre alegrias eternas no céu ou vão para o inferno padecer penas igualmente eternas e donde nunca podem sair. Por conseqüência, conforme a crença protestante, todas as aparições desta espécie provêm do diabo ou dos anjos, mas não são nunca almas dos homens, como isto foi exposto repetidamente por Lavater (*De Spectris*, Genebra, 1580, par. II, caps. 3 e 4). A Igreja Católica, pelo contrário,

que já no VI século deveu, notadamente a Gregório Magno, encontrar felizmente melhorado esse dogma absurdo e revoltante, com a admissão do purgatório e o intercalar desse termo médio entre os dois termos extremos desta alternativa desesperadora, a Igreja Católica, digo, admite a aparição possível das almas que se acham momentaneamente no purgatório e, até mesmo, excepcionalmente, a aparição das outras, como se acha explicado minuciosamente no livro de Petrus Thyracus (*De Locis Infestis*, par. I, cap. 3 e seguintes).

Os protestantes se julgavam obrigados pelo dilema acima a manter a existência do demônio pela simples razão de não poderem ficar sem ele para explicar essas aparições de espíritos, impossíveis de se negar.

Abstração feita desses modos de ver mitológicos, não se pode rejeitar *a priori* a possibilidade da aparição real dos defuntos, a não ser baseando-se na convicção de que, pela morte, o homem cai completamente no nada. Fora desta convicção não se percebe por que um ente, que existe ainda em algum lugar, não poderia manifestar-se e até agir sobre outro ente, embora se achando em condições bem diversas deste outro.

Se quisermos admitir a possibilidade de uma ação real dos mortos sobre o mundo dos vivos, precisamos admitir também que ela é difícil, rara e excepcional.”

Dei mais detalhadamente a dissertação de Schopenhauer na minha obra (ainda inédita) sobre *As Aparições*.

Resumindo-a aqui, quis lembrar que, embora admitindo-lhes a possibilidade, o filósofo alemão não explica bem claramente esses fenômenos visuais, que lhe parecem ao mesmo tempo subjetivos e objetivos.

Seja como for, para ele as manifestações dos mortos não são duvidosas.

Continuemos nossa revista experimental, independentemente de qualquer teoria. Ela progride gradualmente.

## CAPÍTULO X

### Manifestações e aparições de mortos muito tempo depois do falecimento (além do quarto ano)

*“Haverá observações científicas que permitam duvidar do desaparecimento total do indivíduo quando está morto?”*

*Le Dantec*

As observações que acabamos de ver são de valor diverso. Apresentam-se todas como testemunhos da sobrevivência; porém algumas estão impregnadas de sinais tão humanos que podemos perguntar se a ciência antropológica futura não estará um dia nos casos de descobrir uma explicação. Algumas, todavia, que parecem definitiva e rigorosamente adquiridas como atos póstumos, absolutamente certos, tais, por exemplo a do marinheiro Scotti, salvando seu filho e seu barco; a moça morta, desde um ano, vista nos aposentos do Sr. Cavagnaro; o amigo do General Dryson, assassinado na China; a visita de uma mãe ao seu filho no Orfanato de Alberlour; o cura de Sentenac; o Conde Beni, de Lucera, anunciando seu assassínio à mulher e à mãe; a avó do astrônomo Tweedale, aparecendo-lhe e a seu pai; o amigo da Srta. Estela; Roberto Mackenzie e um certo número de outras manifestações tão evidentes quanto a luz do Sol ao meio-dia. Entretanto, um autor contemporâneo muito conhecido e estimado pela sua lealdade, Félix le Dantec, materialista e ateu convencido, escrevia, em 1914:

“Terei breve 45 anos e nunca verifiquei nada que me tivesse inspirado a necessidade de acreditar em intervenções extrafísicas. Se as almas pudessem manifestar-se, seria muito de admirar que eu nunca tivesse encontrado uma só a agir no momento em que eu fizesse minhas observações.”<sup>70</sup>



E convicto, escreveu a frase que citei acima como epígrafe deste capítulo.

Não creio que um só dos meus leitores se associe a essa opinião negativa.

A classificação ideada para a inscrição das nossas observações póstumas mostrou-nos que essas manifestações podem efetuar-se muito tempo depois da morte.

Chegamos aí a distâncias consideráveis, cinco, dez, vinte, quarenta, sessenta anos e mais.

Falta-me espaço para pô-las todas sob as vistas dos meus leitores. Aliás, são todas discutíveis. Vamos examinar as principais. Chamarão igualmente a atenção certas constatações evidentes e indiscutíveis, entre elas a de Paládia, durante muitos anos, assim como a do pai do Sr. Coccozza, dez anos depois da sua morte. Essas manifestações póstumas longínquas vão ser examinadas.

As aparições de mortos já foram classificadas por Fredrich Myers em uma estatística muito meditada (*Human Personality*, 1903, tomo II, pág. 14), na ordem de freqüência relativamente ao dia do falecimento. Sua estatística mostra que o máximo se produz no momento da morte. Obtive mais ou menos o mesmo resultado ao classificar os fatos que me foram comunicados. As manifestações começam antes da morte, várias horas, vários dias mesmo, quando em estado de coma ou de enfraquecimento, e nós as inscrevemos sob o título de manifestações telepáticas dos moribundos (v. *O Desconhecido*, capítulos III e VII, e o volume 2 da presente obra, “Durante a Morte”, capítulos IV, V, XI e XII).

Daí veio o pensamento de que várias manifestações de *mortos* podiam ser manifestações de *vivos* atrasadas, demoradas no cérebro do percipiente: por uma razão fisiológica qualquer, como notamos particularmente no caso de Helena Noell (tomo II). Mas essa hipótese só é aplicável a pequeno número de casos. Certas aparições só se produziram vários meses e mesmo vários anos depois da morte. Vimos pela nossa própria classificação que o maior número foi verificado nos primeiros dias, nas primeiras semanas, nos primeiros meses. No fim do primeiro ano as observações diminuem, seguindo uma curva muito rápida. Essa curva,

todavia, não me parece, assim como a Myers, poder ser abaixada até zero.

Não podemos também, suprimir as casas assombradas.

As narrações do capítulo precedente já alcançaram vários anos depois da morte. Vamos prolongar o estudo mais longe. Se todas essas observações fossem falsas, ilusórias, seria isto bem inútil. É fora de dúvida que, se muitas dessas narrações dão a impressão de uma certeza absoluta sobre a autenticidade dos fatos contados e sobre as provas de sobrevivência que deles resultam, outros há que dão lugar à hipótese de auto-sugestões, de ilusões, de alucinações. Que procuramos todos, desafogada a consciência? A verdade. Ora, das duas coisas escolhamos uma: ou todas as narrações que temos sob os olhos são falsas ou algumas são verdadeiras. Nem que houvesse só uma verdadeira, incontestável, irrecusável, sua realidade bastaria para provar a sobrevivência. Pois bem! pergunto a qualquer leitor de boa fé, de que lado pende a balança?

O prato pesado dessa balança, repleto de fatos positivos, não vencerá com inclinação flagrante o leve prato das observações discutíveis ou incertas? Em qualquer obra humana erros se podem dar. Não há aqui teoremas matemáticos. Sejam justos em primeiro lugar, julguemos as coisas como devem ser julgadas. Não é por estar um grão de aveia perdido num alqueire de trigo que o valor dos grãos de trigo fica diminuído.

Se considerarmos, pois, esse conjunto, podemos pensar que os leitores ainda não convencidos nunca o serão por prova alguma. Conheço homens, perfeitamente honrados, que pensam com sinceridade não estar provado o movimento de rotação da Terra!

Entre as manifestações póstumas que seguem cronologicamente as precedentes, colocarei primeiro esta sob os olhos dos leitores. Pertence mesmo ao terceiro ano.

O Dr. Martin, da Faculdade de Paris, residente em Penne (Lot-et-Garonne), escrevia-me em março de 1899:

(CARTA 148)

“Duas senhoras, muito respeitáveis, que ainda vivem e podem dar seu testemunho, habitavam uma casa situada no

campo, na qual falecera um velho avô aleijado que morava no primeiro andar, tiranizando todos os criados que chamava com toques contínuos de campainha. A campainha ficava no vestíbulo ao rés-do-chão e estava colocada bem no alto, perto do teto, e os fios haviam sido cortados quando o velho morrera.

Ora, um dia estas senhoras e os criados ouvem um carrilhão diabólico; precipitam-se ao vestíbulo e vêem a campainha a agitar-se desesperadamente. Assustados, os espectadores percorrem a casa em todos os sentidos, não encontrando em parte alguma gracejadores de mau gosto e notando ainda a completa ausência dos fios. Os toques de campainha duraram um certo número de minutos e afinal pararam. Supuseram sempre que o velho avô tinha voltado ao seu antigo hábito. Isto se passava em casa das Sras. Daubèze, em Castel-Sarrasin.

Não preciso acrescentar que as pesquisas feitas para descobrir uma explicação natural não deram nenhum resultado.

*Dr. Martin.”*

O inquérito, aliás supérfluo, confirmou essa narração, que não surpreende meus leitores. Lembram-se eles notadamente no nosso tomo 2, capítulo IX, carta 895, com a planta da instalação da campainha, e sabem que essas manifestações esquisitas, incompreensíveis, inexplicáveis foram constatadas por observadores tão normalmente ponderados quanto vós e eu.

Objetam-me por vezes que é esse caso coisa bem banal. Sou o primeiro a dizê-lo, sobretudo sob o ponto de vista filosófico dos problemas que temos que elucidar. Mas o que posso eu fazer? A chuva também é banal e o nascimento de uma criança também (estas são fabricadas em número de 86.400 por dia, no nosso minúsculo planeta).

Em geral, os habitantes do nosso globo não são filósofos, pensadores, sábios. No dia que se segue à morte devem ser o que eram na véspera do falecimento.

Ainda não é chegado o momento de fazer teorias.

Esta obra só tem um fito: estabelecer que *os fatos* existem, que os mortos se manifestam. Já é muito e ficarei satisfeito se conseguir arraigar esta convicção.

Continuemos nosso estudo.

Eis uma aparição repetida e vista, não somente por duas pessoas, mas por diversas e percebida por um cão. Apresenta um interesse todo especial. É extraída da obra de Myers, *Human Personality* (t. II, pág. 21). Foi exposta por um magistrado russo, o Sr. Mamtchitch, nos termos seguintes:

“São Petersburgo, 29 de abril de 1891.

Paládia era a filha de rico proprietário russo que falecera um mês antes de ela nascer. A mãe, desesperada, consagrou à religião o filho que sobreviesse. Daí seu nome, usado entre as religiosas. Dois anos depois a mãe morreu e a órfã, até à idade de 14 anos, foi educada no convento de Moscou, por sua tia que era superiora dessa instituição.

Em 1870, sendo ainda estudante na Universidade de Moscou, travei relações com o irmão de Paládia, estudante como eu, e entre nós falamos muitas vezes em restituir à sociedade a freira à força; mas esse plano só se realizou em 1872. Eu tinha vindo a Moscou, durante o verão, para ver a exposição, e lá me encontrei com o irmão de Paládia. Soube que ele estava tratando de enviá-la à Criméia, por motivo de saúde, e eu o auxiliei quanto possível. Foi então que vi Paládia pela primeira vez.

Tinha 14 anos; embora de alto porte, era muito débil e já tuberculosa. A pedido do irmão acompanhei Paládia e a irmã até à Criméia, onde ficaram para passar o inverno. No verão de 1873 encontrei Paládia e a irmã, por acaso, em Odessa, onde tinham vindo a consultar médicos. A 27 de agosto estava lendo para que as duas irmãs ouvissem, quando, subitamente, Paládia faleceu de um aneurisma. Tinha 15 anos. Dois anos depois, em 1875, achando-me em Kieff, numa noite de dezembro, aconteceu-me assistir a uma sessão de Espiritismo; ouvi pancadas na mesa; isto não me espantou, porque eu tinha certeza de que era uma brincadeira. De volta

a casa quis ver se as pancadas se repetiriam; coloquei-me na mesma posição, com as mãos sobre a mesa. Breves pancadas se fizeram ouvir. Imitando o que eu vira fazer, comecei a recitar as letras do alfabeto e foi-me ditado o nome de Paládia. Fiquei admirado, quase assustado; não podendo sossegar, pus-me de novo à mesa e perguntei a Paládia o que queria dizer-me. A resposta foi:

– Endireite o anjo; está caindo.

Não compreendi de que se tratava.

Ela está enterrada em Kieff e eu tinha ouvido dizer que queriam fazer um monumento sobre sua sepultura, mas nunca lá tinha ido e não sabia que espécie de monumento era.

Depois dessa resposta, não me deitei e logo que amanheceu fui ao cemitério. Não sem dificuldade e com o auxílio do guarda, descobri o túmulo sepultado sob a neve. Parei estupefato: o anjo de mármore, com uma cruz, pendia completamente para um lado. Concluí ao constatar isso que há um outro mundo com o qual podemos entrar em relações.

Em outubro de 1876 estava eu a instalar-me numa nova morada (rua Droresnaya) com meu colega Potolof, empregado no Ministério da Justiça. Estava de muito bom humor e toquei num pianinho; eram mais ou menos 8 horas da noite. Ao lado se achava meu gabinete de trabalho, também iluminado por um lampião. Meu colega estava sentado à sua mesa, na outra extremidade desses quartos de enfiada. Todas as portas estavam abertas e do lugar em que estava ele podia ver muito bem o gabinete e a sala onde eu tocava.

Subitamente, avistei Paládia! Estava no vão da porta, um pouco de lado, o rosto voltado para mim, olhando-me tranqüilamente. Estava com o mesmo vestido escuro que trazia quando morreu em minha presença. Sua mão direita pendia livremente. Eu via distintamente seus ombros e seu talhe. Todo o tempo olhei-a bem nos olhos e, coisa esquisita, sem pensar que eu tinha diante de mim uma pessoa morta. Ela estava iluminada dos dois lados e eu tenho muito boa vista. Mas confesso que senti logo um calafrio correr-me pelas

costas e fiquei como que petrificado! Não era susto, era outra coisa qualquer, como a sensação que experimento quando olho para baixo de grande altura; sinto então uma terrível ansiedade de vertigem. Quanto tempo ficou Paládia diante de mim não poderia dizê-lo, mas lembro-me que fez um movimento para a direita e desapareceu atrás da porta do gabinete de trabalho. Precipitei-me para ela. Foi somente então que me lembrei de que ela estava morta.

Nesse momento meu colega chegou-se a mim e me perguntou o que eu tinha. Disse-lhe o que acabava de passar-se; entramos então no gabinete, onde não encontramos ninguém. Meu amigo, tendo percebido a brusca interrupção do que eu tocava, tinha levantado a cabeça e, tanto quanto me lembro, dizia ter visto também alguém passar diante da porta; por causa da minha explicação, ele me disse, para me tranqüilizar, que provavelmente fora meu criado que viera preparar o lampião. Ora, ele estava em baixo, na cozinha. Eis como vi Paládia, pela primeira vez, três anos após sua morte.

Tornei a vê-la muitas vezes. Acontece aparecer-me ela três vezes por semana ou duas vezes no mesmo dia, ou então passa-se um mês sem que a veja.

Paládia aparece sempre inesperadamente, apanhando-me de surpresa, no momento em que penso menos nela. Nunca a vejo em sonho.

Vejo-a tanto quando estou só como quando estou no meio de muita gente.

Aparece-me sempre com a mesma expressão serena nos olhos; tem às vezes um fraco sorriso.

Vejo-a sempre com o vestido escuro que trajava quando faleceu. Vejo-lhe distintamente o rosto, a cabeça, os ombros e os braços, mas não vejo os pés, ou por outra, não penso em olhar para eles.

Cada vez que vejo Paládia inesperadamente, fico sem voz, sinto frio nas costas, empalideço, solto um grito fraco e pára

a minha respiração (é o que me dizem os que me observaram por acaso nesses momentos).

A aparição de Paládia perdura um, dois, três minutos, depois se apaga gradualmente e se esvai.”

Esses aspectos muito se assemelham aos tipos mais conhecidos de alucinações; excetuando, todavia, a origem inicial, a revelação da sepultura do cemitério.

As observações seguintes vão suprimir essa analogia.

“Em 1879, no fim de novembro, em Kieff, estava sentado à minha secretária, escrevendo um auto de acusação; eram 8 horas da noite, o relógio estava diante de mim, sobre a mesa. Apressava-me em acabar o meu trabalho, pois às 9 horas eu devia ir a uma festa. De repente, defronte de mim, vi Paládia sentada numa cadeira de braços; estava com o cotovelo do braço direito sobre uma mesa e a cabeça encostada na mão. Tendo recuperado a calma, olhei para o relógio, acompanhando o movimento da agulha dos segundos, depois levantei os olhos para Paládia; vi que não tinha mudado de posição e seu cotovelo destacava-se nitidamente em cima da mesa.

Olhava-me com alegria e serenidade; então, pela primeira vez, decidi-me a falar-lhe:

– Que sente agora? – perguntei-lhe.

Seu rosto permaneceu impassível, seus lábios, tanto quanto me lembro, ficaram imóveis, mas ouvi distintamente sua voz pronunciar a palavra “quietude”.

– Compreendo – respondi-lhe.

E efetivamente, nesse momento, eu compreendia toda a significação que pusera nessa palavra. Para ter ainda mais certeza de que não sonhava, olhei de novo o relógio e acompanhei os movimentos da agulha dos segundos. Tendo olhado de novo para Paládia, notei que começava a apagar-se e a desaparecer.

Em 1885 habitava em casa dos meus pais, numa roça no Governo de Poltava. Tendo despertado de madrugada, vi

Paládia. Estava mais ou menos a cinco passos de mim e olhava-me com um sorriso alegre. Tendo-se aproximado de mim, disse-me duas palavras.

– *Fui, vi* – e, sorrindo, desapareceu.

Que significavam estas palavras? Não pude descobri-lo. No meu quarto, meu cão dormia ao meu lado. Logo que avistei Paládia, eriçou-se o pelo todo do animal e, uivando, pulou para cima de minha cama, aconchegando-se a mim e olhando para o lado onde eu a via. Não latiu, enquanto que, habitualmente, não deixava que entrasse ninguém no quarto sem latir ou rosar. Todas as vezes que meu cão viu Paládia, achegou-se a mim, como se procurasse um abrigo. A ninguém contei esse incidente. Na noite daquele mesmo dia uma jovem, que estava em nossa casa, contou-me que uma coisa esquisita lhe acontecera naquela mesma manhã:

– Tendo acordado de madrugada – disse-me ela –,  *senti como se houvesse alguém à cabeceira de minha cama* e ouvi distintamente uma voz que me dizia: “*Não temas nada, eu sou boa e amorosa.*” Virei a cabeça, mas nada vi.

Um ano mais tarde fiquei noivo dessa moça. Devo acrescentar que tinha visto então aquela moça pela primeira vez e que não pensava de modo nenhum em um futuro casamento.

Cinco anos mais tarde, em 1880, achava-me com minha mulher e meu filho de dois anos em casa dos meus velhos amigos, os Strijewsky, na sua chácara do Governo de Woroneje. Um dia, pelas 7 horas da noite, voltando da caça, passei pela ala que habitávamos, para mudar de vestuário; estava sentado num quarto iluminado por um grande lampião. A porta abriu-se e meu filho Oleg correu para perto da minha poltrona; nisso, Paládia apareceu de repente à minha frente. Notei que ele não despregava os olhos dela; voltando-se para mim e, mostrando-ma com o dedo, disse estas duas palavras:

– A tia.

Tomei-o sobre os joelhos e olhei para Paládia, ela, porém, havia desaparecido. O rosto de Oleg estava completamente



tranqüilo e alegre; começava então a falar, o que explica o nome que ele deu à aparição.”

Esta declaração, muito pormenorizada, como se vê, foi completada pela das outras testemunhas que a confirmam, o que é importante, pois a primeira explicação que nos acode é sempre a de uma alucinação possível.

A Sra. Mamtchitch escreve entre outras:

“Recordo-me muito bem que no dia 10 de julho de 1885, quando estávamos de visita em casa dos pais do Sr. C. Mamtchitch, eu acordara de madrugada, pois havíamos combinado eu e minha irmã que iríamos dar um passeio matutino. Tendo-me levantado um pouco na cama, vi que mamãe e minha irmã estavam dormindo e nesse momento senti como se houvesse alguém à minha cabeceira. Tendo-me voltado a meio, pois tinha por assim dizer receio de olhar, não vi ninguém; deitando-me de novo ouvi distintamente, atrás e por cima de minha cabeça, uma voz de mulher que me dizia branda, porém distintamente: “Não tenhas medo de mim, sou boa e amorosa”, e mais uma frase inteira que esqueci naquele instante mesmo. Imediatamente depois vesti-me e fui passear. É de admirar que não tenha ficado assustada de modo nenhum Nada contei à minha mãe e à minha irmã, porque elas não gostavam dessas coisas e nelas não acreditavam; mas na noite do mesmo dia, como a conversa fosse levada para estes problemas do desconhecido, contei ao Sr. Mamtchitch o que me acontecera de manhã.”

Tal é a relação desta curiosa manifestação psíquica.

Teimar em ver nisso uma alucinação somente seria evidentemente um erro, pois fora necessário admitir que todos, o narrador, sua mulher (que então era para ele uma estranha, seu filho de dois anos e seu cão, tivessem sido vítimas de alucinações concomitantes. Restaria ainda explicar o primeiro aviso referente ao cemitério. Tudo aqui nos leva a concluir a favor de manifestações reais da falecida Paládia (morta aos 15 anos de idade, em 1873), nos anos de 1875, 1876, 1879, 1885 e 1890, isto é, de dois a dezessete anos depois do seu falecimento. O único meio

de sair desta conclusão seria acusar o narrador como inventor de uma série de mentiras. Seria uma acusação bastante grave. E o autor tem quem lhe garanta a honradez: Aksakof.

A alucinação pode ser admitida para certos fenômenos de visão e de audição; mas está muito longe de explicar tudo como pensam geralmente.

Se ela representasse mesmo o papel principal, as pessoas em que pensam os narradores seriam as primeiras a aparecer, de preferência ao surgimento espontâneo de desconhecidos, e seriam entes nervosos, sensitivos que os deveriam ver de preferência, em vez de pessoas calmas, ponderadas, cépticas muitas vezes. Em cerca de cinco mil observações, que me foram dirigidas das diversas camadas sociais e de diversos países, umas cem talvez unicamente provêm de homens ou de mulheres (sobretudo de mulheres) de cujo equilíbrio mental pode-se ter suspeita e nos quais a imaginação domina a razão. Em geral essas observações são tão positivas como observações astronômicas, meteorológicas, físicas, químicas, feitas uma vez por acaso, em circunstâncias imprevistas. Não há nisso nada de patológico.

Não há dúvida de que por vezes recebemos avisos em sonho. Em geral parecem esses avisos provir de nós mesmos, do nosso íntimo, do nosso subconsciente; mas às vezes se apresentam associados a comunicações de parentes mortos. Essa associação pode ser apenas aparente e nada ter de fundado. Entretanto, sabemos também (v. “Antes da Morte”) que há vozes de origem externa, vozes fictícias, porém de origem psíquica.

Também não é raro vermos em sonho pessoas mortas, como se ainda estivessem em vida, e elas não têm participação nenhuma nessas ilusões. Por conseguinte, quando um aviso nos é dado por um amigo de além-túmulo, a pergunta que acode é saber se essa pessoa falecida é realmente o autor do aviso.

A carta seguinte nos depara esse problema. Foi-me dirigida de Baltimore (Maryland) por uma leitora atenta.

(CARTA 653)

“Perdi, moça, aos 19 anos, a mãe que eu adorava. Sua memória me é sagrada e outrora eu a consultava mentalmen-

te muitas vezes. Vários anos mais tarde – cinco ou seis – tive que afrontar grandes lutas e corri, *sem o saber*, grande perigo.

Uma noite dormia profundamente, não sonhava, não vi ninguém nem coisa alguma, mas a voz de minha mãe me disse claramente: “*Toma cuidado, Fanny!*” Não lhe posso dizer se acordei ao ouvir essa voz ou depois de a ter ouvido. Sei que ainda ouvia distintamente o som dessa voz tão querida e tão conhecida e cujo som ficou gravado em meu coração quando estive completamente acordada.

No dia seguinte, em um certo momento, compreendi subitamente por que a voz de minha mãe me pusera de sobreaviso.

Muitos de meus sonhos se realizaram. São o que eu chamarei parábolas de sonho e quando acordo sei intuitivamente o que significaram, não tarde, mas imediatamente.

Agora que estou mais velha, talvez mais robusta, menos nervosa, menos impressionável, quase que não me acontecem mais essas coisas.

Parece-me, se me é permitida uma opinião, que podemos mais ou menos entrar em comunicação com as forças psíquicas ou nos subtrairmos a elas.

Nunca vi aparições e só de pensar nisso tenho medo, mas nenhum estudo me parece demasiado árduo para chegarmos a uma conclusão científica – porque o que se destaca de todas as minhas tempestades morais é essa voz de além-túmulo, clara e nítida: o aviso de uma mãe à sua filha, que ela vê em perigo por causa da sua ignorância.

Donde vinha essa voz e por que era minha mãe? Por que é que o pressentimento do perigo não se me apresentou imediatamente no momento fatal? Tenho muitas vezes pressentimentos, pressinto as coisas e creio nesses pressentimentos; mas a voz de minha mãe era clara e nítida como se me tivesse falado com o seu tom grave; e ela me falou; por conseguinte, não morreu.

*F. Th. Meylau*

Bryn Mawe School, Baltimore.”

Parece bem claro que essa voz pertença à categoria das causas exteriores e tenha como origem a mãe defunta. É antifilosófico negar de antemão. A impressão da narradora pode não ser simplesmente sentimental.

Na observação seguinte a intervenção póstuma afirma-se com mais precisão.

Um homem, que falecera havia dez anos, aparece em sonho a seus filhos e censura-os por deixarem seus ossos exumados pelos coveiros, abandonados na neve e entregues aos lobos, coisa que eles nem suspeitavam. Este caso é particularmente notável, porque parece indicar com certeza a ação do falecido e porque foi a causa de uma discussão jurídica, sendo condenados os coveiros. Eis o documento:<sup>71</sup>

“Castel di Sangro (Itália), maio de 1905.

Na linda cidadezinha de Castel di Sangro, perdida no meio das altas montanhas do Abruzze-Aquilênio e até ontem quase sepultada sob a neve, passou-se um fato que comoveu e ocupou nestes últimos dias as autoridades locais e toda a população.

O Sr. Pascal Coccozza, excelente homem, guarda campestre do Barão Rafael Corrado, viu em sonho o pai falecido havia dez anos, exprobrando-o, assim como a seus irmãos, de tê-lo esquecido e, coisa mais grave ainda, de deixarem seus pobres ossos exumados pelos coveiros, abandonados atrás da torre do cemitério, na neve, entregues aos lobos!

O Sr. Coccozza, muitíssimo impressionado com esse sonho macabro, contou-o à irmã no dia seguinte. Com grande surpresa dele, esta lhe referiu que *tivera exatamente o mesmo sonho*. Então o bom guarda, sem mais demora, apesar da tormenta de neve, levou a espingarda e foi ao cemitério situado numa colina que domina a cidade. Ali, atrás da torre, no meio dos espinheiros e na neve *que ainda conservava sinais de patas de lobo*, ele viu ossos humanos. O sonho fora, pois, verídico.

Naturalmente o Sr. Coccozza denunciou o guarda do cemitério, Francisco Mannarélli, à Casa da Câmara, que, por sua vez, transmitiu a denúncia ao Juiz de Paz, o Sr. Casoria, o qual mandou prender Mannarélli e três outros coveiros.

Os acusados, como desculpa, disseram que o tempo marcado para a exumação dos cadáveres e transladação para o osuário – *dez anos* – tendo justamente findado e estando eles ocupados nessa transladação, tinham sido surpreendidos à boca da noite pelo frio e pela neve, não tendo podido transportar uma parte das ossadas. No entanto, no seu sistema de defesa os coveiros tentaram negar que os ossos encontrados fossem os do pai do Sr. Coccozza; isso permitia-lhes contestar ao guarda campestre o direito de se considerar lesado pela negligência dos coveiros. Mas, por informações confidenciais e após pesquisas feitas no cemitério, foi averiguado que os ossos eram realmente os do Sr. Coccozza pai, falecido havia dez anos.

O sonho foi verídico sob todos os pontos de vista. Se, por um lado, não exclui a possibilidade de uma ação telepática dos coveiros sobre os percipientes, todavia implica também a intervenção de um agente extra-humano, único, a saber: que os lobos tinham investido contra esses ossos. Aliás os coveiros, no momento da exumação, não podiam saber a quem pertenciam esses esqueletos. Enfim – coisa notável – esse sonho se realizou ao mesmo tempo nos dois percipientes, únicos interessados.

*Dr. Guido Fiocca Novi.”*

Um inquérito, seriamente feito, deu certos resultados dignos de atenção. Um dos mais importantes é o que veio com o selo da repartição do juiz de Paz de Castel di Sangro. Ei-lo:

“A pedido do Sr. Dr. Guido Fiocca Novi e para fins científicos, com autorização do Sr. Juiz de Paz de Castel di Sangro.

Certificamos:

Que da leitura das atas do processo instaurado por ordem do Juiz de Paz contra Mannaréli Francisco, Gentil Antônio, Fusco Ippólito, Petrarca Antônio e Ricchiuto Giovânni, em conseqüência de uma denúncia datada de 4 de março de 1905 pelo crime de subtração de ossos de cadáveres humanos, resulta:

1º – Que a folha 1ª do auto de certidão de 4 de março de 1905, o guarda municipal Vito Peschinéli, logo que foi recebida a reclamação do Sr. Pascoal Cocozza, a respeito do falecido Pedro, dirigiu-se ao local e averiguou o que o Sr. Cocozza havia relatado, certificando-se também que em volta dos ossos havia sinais de patas de lobos e de raposas, o que explicava o desaparecimento de algumas partes do esqueleto.

2º – Que à folha 15 do auto de queixa, datado de 7 de março de 1905, o Sr. Pascoal Cocozza expôs ao magistrado ter visto em sonho, na noite de 3 para 4 de março, seu pai, lastimando-se de que ninguém pensava em pôr ao abrigo os seus restos. Então foi imediatamente ao cemitério e para lá voltou em seguida com seu cunhado que dizia lembrar-se do lugar exato em que fora sepultado o falecido. Até à distância de 15 a 20 metros encontraram 13 ossos humanos. O Sr. Cocozza pai havia falecido a 10 de janeiro de 1895.

3º – Que à folha 20 do relatório dos Carabineiros Reais, datado de 7 de março, contendo o resultado das pesquisas, o cabo de carabineiros autor do relatório declarou que tudo leva a afirmar que os ossos de que se trata foram ali abandonados pelos coveiros em razão da dificuldade que tinham encontrado para levá-los ao ossuário geral, pois em volta deste tinha-se acumulado grande quantidade de neve.

Cartório do Juiz de Paz de Castel di Sangre, 24 de maio de 1905.

*Ridolfi Guido*, 2º Escrivão.  
Visto: *O Juiz de Paz – A. Casoria*.

(Selo do Juiz de Paz).”

Antes de publicar este caso o Dr. Dariex, diretor dos *Annales des Sciences Psychiques* naquela época, escreveu de novo ao Dr. Fiocca Novi, para que este lhe informasse sobre o resultado do processo instaurado aos coveiros e também verificar se nos dias que precederam imediatamente o sonho tinha o Sr. Cocozza passado pelo cemitério, onde poderia ter ficado mais ou menos inconscientemente impressionado pela desordem que ali reinava. Eis a resposta do doutor:

“Castel di Sangro, 4 de agosto de 1905.

... Primeiro, inscrevamos o resultado do processo.

– Os coveiros foram condenados, salvo o guarda Manna-rélli que foi absolvido por ter provado a sua ausência naquela ocasião. O Sr. Cocozza teve licença para se apresentar como querelante, na sua qualidade de *lesado*, tendo o juiz admitido pelas provas resultantes dos debates a realidade do sonho.

Quanto ao conhecimento *eventual* ou *subconsciente* que o Sr. Cocozza teria podido adquirir pelo estado dos ossos, deve esta hipótese ser absolutamente abandonada: 1º- porque é o cemitério de acesso difícil; é preciso lá ir de propósito, estando situado no cume de um desfiladeiro muito íngreme, cercado de muralhas ciclópicas e medievais, como pode ser verificado pela fotografia que com esta lhe envio; 2º- na época do acontecimento a neve estava muito alta, os lobos assolavam os campos e tínhamos nada menos de 21 graus abaixo de zero! Foi justamente por esses motivos que os pobres coveiros se tinham retirado. Como teria podido o Sr. Cocozza ir passear no jardim da morte em tais condições, quando houve a maior dificuldade em decidi-lo, assim como os outros guardas (o meu também), a sair de casa?...

*Dr. Guido Fiocca Novi.*”

Poderá ser contestada a ação direta desse homem morto havia dez anos?

Essas observações são do maior interesse.

Considerando que este capítulo é consagrado às manifestações póstumas observadas muito tempo após o falecimento, devemos recordar aqui o fato assinalado no tomo II pela Sra. Lúcia Dodson: o de uma mãe aparecendo 16 anos depois de sua morte, trazendo nos braços duas crianças que apresenta à sua filha, cuja cunhada acabava de falecer de parto.

Mas podemos supor que a parturiente, pensando no futuro dos seus filhos, agiu telepaticamente sobre sua cunhada e produziu ela própria a imagem da mãe.

No caso de ser real a aparição da defunta, ter-se-ia realizado 16 anos depois da morte. A que se segue teria um intervalo de 20 anos. Eu a extraio de uma carta a mim endereçada em maio de 1900.

Essa aparição em sonho, de uma pessoa morta há mais de 20 anos, apresenta-se como exterior ao sonhador. Haverá aí somente uma onda de reminiscência devida à consciência subliminal?

O Sr. Holbrook, editor do *Herald of Death*, em Nova Iorque, escrevia no dia 30 de julho de 1884:<sup>72</sup>

“Durante a primavera de 1870 tive uma crise de bronquite aguda que me tornou muito doente; e como já tivera crise igual cada inverno e cada primavera, isso durante muitos anos, fiquei muito inquieto, acreditando que isto se tornaria crônico, tendo talvez desenlace fatal. Era moço e, tendo acabado de entrar para uma carreira em que desejava permanecer muito tempo, fiquei muito abatido diante dessa perspectiva.

Um dia caí num sono profundo e tive este sonho, ainda presente à minha memória:

Minha irmã, que tinha falecido havia mais de 20 anos e de quem eu quase tinha esquecido, aproximou-se do meu leito e disse:

– Não se atormente por sua saúde; viemos para tratá-lo, ainda tem muito que fazer neste mundo.

Depois desapareceu e meu cérebro me pareceu eletrizado como pelo choque de uma bateria, mas em vez de ser penosa, era deliciosa essa sensação. A corrente descia e era muito



forte no peito e nos pulmões. Daí se espalhava até às extremidades, onde produzia calor agradável. Despertei quase imediatamente e achei-me muito bem. Desde essa época nunca mais tive moléstia alguma. O fantasma de minha irmã era indeciso, mas a voz muito nítida. Nunca me acontecera semelhante coisa e desde então nada mais se produziu.

*M. L. Holbrook.”*

Diante dessas observações, pode-se imaginar qual será a dúvida do pesquisador leal. Será possível que a irmã não tenha nenhuma interferência nessas sensações? Não haverá nisso uma espécie de magnetismo executado além-túmulo?

A relação seguinte me foi enviada de Valparaíso, em 9 de maio de 1899. A aparição vista seria a de uma pessoa morta havia 30 anos:

(CARTA 666)

“Eu era muito moço então e dormia no mesmo quarto que minha mãe. Meu leito estava colocado bem em frente da porta que dava para um corredor. Uma noite mandaram-me deitar cedo (era hábito), minha mãe acompanhou-me com uma vela que colocou sobre a mesa e em seguida se retirou para se reunir ao resto da família, que velava habitualmente até dez ou onze horas. Estava sentado indeciso se devia meter-me debaixo dos lençóis, pois já sentia frio, quando, levantando os olhos, vi na extremidade do corredor – pois a porta ficara aberta – uma mulher idosa que vinha em minha direção. A princípio julguei que fosse minha avó. Mas, à medida que percebi melhor os detalhes, vi que não era ela e que não a conhecia. Minha surpresa transformou-se em terror, quando a aparição entrou no quarto. Embora em plena luz e conquanto a visse nitidamente, percebia os móveis através do seu corpo. O fantasma adiantou-se até aos pés da cama e não pude então me impedir de soltar gritos agudos. Todos acudiram. Conteí o que acabara de ver e todos riram-me na cara, dizendo que eu sonhara.

Ninguém morreu na minha família, naquela época. Alguns anos mais tarde ouvi contar por minha avó que meu tio havia comprado esta casa, uns 30 anos antes, aos herdeiros de uma senhora idosa a quem pertencera, e que esta senhora falecera nesse mesmo quarto onde eu vira a aparição. Indico esta coincidência sem nada concluir. Só acrescentarei uma coisa: é que nunca tivera nem visões nem alucinações, antes dessa aventura, e que nunca mais tive.

*L. Jouride.”*

É hábito raciocinarem como os parentes desse menino acusado de não ter visto coisa alguma, de ter sonhado. Ora, ele não dormia. Visão imaginária? Nunca teve outra qualquer. É assim que eliminaram até hoje essas observações, aliás inexplicáveis. Mas não convirá serem um pouco mais atentos? Esse menino viu uma senhora idosa que, a princípio, julgou ser a avó. Era um fantasma, através do qual eram perceptíveis os móveis. Por outro lado uma senhora idosa falecera nesse quarto. Parece-me que em lugar de passar a esponja nesse quadro e apagar tudo, porque o fato nos atrapalha, mais científico seria nos instruímos examinando e discutindo esses problemas.

Assim, essas diversas relações nos participam aparições observadas dez, vinte, trinta anos depois da morte. Não notamos já, no tomo II, a de uma Sra. Carleton, falecida havia 56 anos, vindo, conforme sua promessa, anunciar à sua amiga que devia preparar-se para morrer naquelas 24 horas e esta, convencida disso, tomar um banho para evitar à sua família o desgosto de lavar seu cadáver, falecendo à hora marcada?

Tenho sob os olhos um grande número de testemunhos de atos de mortos, entre os quais os avisos úteis à vida dos que foram avisados, entre diversas, uma observação pessoal, transmitida pelo Sr. Oscar Belgeonne, secretário do foro de Angers, a qual foi juntada aos meus documentos sob o número 4.421. A abundância dos documentos reunidos para este volume obriga-me a reservar esses testemunhos que poderão ser considerados à *margem* dos que publicamos nas páginas atuais.

Procurando embora explicar normalmente essas observações como recordações esquecidas, adormecidas em estado latente na memória, vimos que muitos reclamam explicação completamente diversa. Tinha reservado uma última, realizada 68 anos após a morte: a de um homem falecido em 1824 e que apareceu em sonho em 1892, ao seu neto, para lhe indicar o lugar da sepultura. A discussão desse caso ocupa grande número de páginas, deixando em seguida a impressão de que é “possível” atribuir esse sonho a uma recordação esquecida. Assinalo-a em todo caso aos pesquisadores que gostariam de analisá-la (v. *Annales des Sciences Psychiques*, 1912, pág. 24).

As observações discutidas judiciosamente, que acabam de ser expostas, não se unem para afirmar a sobrevivência da alma e a realidade das comunicações após a morte? Como se vê, elas se escalam desde o momento mesmo do falecimento até dias, semanas, meses e anos depois.

Outras há que são mais afastadas ainda da época do falecimento, permanecendo como lendas, mesmo durante vários séculos. Foi assim que chegamos gradualmente às casas assombradas.

Não podemos examinar esse importante assunto. Mas não podemos deixar de permanecer ainda sobre outras provas da sobrevivência e da continuidade da vida psíquica, interrogando os ensinamentos do Espiritismo, que não pudemos desenvolver nesta obra.

Há ainda uma série de observações que tinha eu intenção de colocar sob as vistas do leitor, pois acrescentaria argumentos especiais aos precedentes: são, de um lado, as aparições de mortos à cabeceira dos moribundos, vindo avisá-los da sua morte, e de outro a realidade substancial de certos fenômenos e sua fotografia. Mas falta-me igualmente lugar para discuti-los aqui.

Aliás, a conclusão de todas as páginas precedentes e desses dez capítulos é que se os leitores não ficaram convencidos com esses inúmeros testemunhos, claros como o Sol a pino, jamais o ficarão. É como se falassem hebraico ou sânscrito a rurais a lavrarem a terra.

A ciência do futuro descobrirá talvez uma explicação para esses fenômenos diversa da que se nos apresenta hoje como a melhor e a mais normal. Porém, essas observações estabelecem que eles existem e não devem mais ser desprezados.

## CAPÍTULO XI

### As manifestações de mortos nas experiências de Espiritismo. – As provas de identidade

*“Ri, como todo mundo, do Espiritismo, mas o que eu julgava ser o riso de Voltaire não era senão o riso do idiota.”*

*Eug. Bonnemère*

O Espiritismo tem contra si, em geral, imprensa hostil, e o merece. Seus adeptos, na maioria, não têm método, são pouco ponderados e fáceis de se iludirem. Ao exame imparcial e crítico, sem o qual nada é certo, preferem eles uma crença e uma religião consoladoras. São más condições para o estudo e desprovidas de confirmações suficientes.

Desde o tempo de Allan Kardec, nos discursos que à beira do seu túmulo pronunciei (2 de abril de 1869), julguei útil e mesmo necessário proclamar junto a esse mesmo túmulo que “*o Espiritismo não é uma religião, mas uma ciência*” e de acrescentar que “*assistimos à aurora de uma ciência desconhecida*”.

Essas palavras foram pronunciadas há mais de meio século, a marcha contínua dos nossos estudos cada vez mais as afirmou e confirmou.

É somente pelo método científico que progredimos nas pesquisas sobre a verdade. A crença religiosa não deve substituir o exame imparcial. Desconfiemos constantemente das ilusões.

Não falando da fraude consciente, desonesta e indigna de qualquer desculpa, existe a auto-sugestão incitando a fraudes involuntárias. Os crentes são fáceis de iludir. Vi movimentos de mesas produzidos evidentemente pelas mãos dos pretensos médiuns sem que por vezes eles mesmos o percebessem, apesar da evidência flagrante. São aceitos muitas vezes ditados de pretensos Espíritos e isso sem a menor fiscalização. Ainda mais,

acabaram por dar o nome de “fiscal” ao próprio Espírito, isto é, à causa desconhecida que é preciso determinar! É um cúmulo da gramática.

E geralmente tudo isto é feito de boa fé.

Existe também a má fé, os exploradores da credulidade ingênua que dão espetáculos, prometendo aparições e manifestações possíveis aos papalvos que os ouvem e que depois se lamentam risivelmente de terem sido roubados! A espécie humana, suposta inteligente, é realmente esquisita. É necessário muita coragem para trabalhar com perseverança no meio desses impostores: é necessário ser alentado pela convicção de que há algumas verdades por descobrir.

Os estudos metapsíquicos, as experiências de Espiritismo sobretudo, oferecem mais de um perigo, sendo este o principal. Notamos com certeza a realidade de fenômenos não só inexplicáveis, mas também por vezes inverossímeis e razoavelmente inadmissíveis e deslizamos assim por uma tendência perigosa, porque: onde termina a realidade?

Há um limite. Onde está? As piores estupidezes são admitidas por homens e mulheres de muito boa fé, sobretudo, é preciso confessá-lo, por estas a credulidade por vezes corre parelhas com a dos carolas mais simplórios que percebem nos menores acidentes da vida ou da temperatura o diabo ou a providência. E com que atrevimento certos “médiuns” brincam com esses cérebros fracos! É de se perguntar mesmo muitas vezes se esses experimentadores são ingênuos ou cúmplices e se não preferem ser enganados! O que importa é adivinhar essa tendência e nunca dela se aproximar.

O elemento psíquico ambiente é difícil de apreender. Obtêm-se às vezes respostas tão diferentes das idéias das pessoas presentes que a identidade do Espírito evocado parece confirmada pelos pormenores particulares que ele revela... depois, quando se lhe pede o nome, é incapaz de dá-lo! Muitas vezes também só dita uma inicial. Por quê? Isto é de perturbar.

Mas os que rejeitam tudo nessas experiências não têm razão incontestavelmente. Aqui não é o caso de dizer: “*tudo ou nada*”. Há fatos dignos da mais séria atenção. E esses fatos, por sua vez,

nos provam tanto quanto as diversas observações publicadas nos três volumes desta obra que a teoria materialista é um erro.

Parece-me que para julgar exata e rigorosamente da autenticidade dos testemunhos de identidade nas comunicações espíritas, devemos ter certeza, antes de qualquer outra coisa, que nenhuma dessas comunicações *pode provir* da mentalidade latente dos experimentadores e dos assistentes. Se isso é possível, a pesquisa póstuma é ilusória.

Se as pessoas presentes à experiência estão fora da questão, a pesquisa é admissível. Mas não devemos ainda assim descurar dos nossos conhecimentos atuais sobre a telepatia e não esquecermos que os vivos podem agir a distância.

Vê-se quanta atenção exige o estudo experimental do Espiritismo.

Já neste volume vimos algumas das suas aplicações, por exemplo desde nossa investigação preliminar nas revelações da família do Sr. Bossan e em outros casos, quando a identidade do Espírito comunicante nos pareceu confirmada.

Não é de hoje que essas investigações sobre a identidade dos Espíritos comunicantes são discutidas, concluindo pela afirmativa. Há mais de um quarto de século o Dr. Chazarain publicou no *Le Progrès Spirite* de Lião a relação seguinte:

“O Sr. Honoré Chavée, antropologista e lingüista eminente, autor de um livro notável, admirado por todos os sábios do mundo: *La Lexicologie Indo-européenne*, e em cujas lições se formou a ciência de Hovelacque, em lingüística, foi um dos primeiros que ao mesmo tempo que Flammariion, Jaccolliot, Sarcey, Maria Deraisme, etc., se fez ouvir na sala das conferências do bulevar das Capucinas, quando Yves Henry, de quem fui o médico e o amigo, era seu diretor. Estávamos em 1866.

Assistindo a essas conferências, conheci-o e travei com ele relações contínuas e amistosas que duraram até à sua morte.

O Sr. Chavée acreditava nas vidas sucessivas, mas não admitia a possibilidade de os mortos se comunicarem cono-

co. Para explicar as comunicações obtidas e o papel dos médiuns, tinha imaginado uma teoria muito original, equivalente àquela que se baseia na sugestão mental e na exteriorização do pensamento dos assistentes.

Ora, a Sra. Chavée havia obtido por intermédio da Sra. Rodière (que em 1862 serviu de médium ao Sr. Flammari-  
on), uma comunicação que me pareceu expressar as idéias que seu marido devia ter, desde sua volta à vida do Espaço.

Tendo ido alguns dias mais tarde à casa de uma das minhas clientes, a Sra. D., que estava de cama, entrei no quarto onde se achavam sentadas em volta de uma mesinha, colocada ao lado do leito, duas das suas amigas, a Sra. G. e a Sra. V., sua governanta, ambas médiuns que faziam nessa época experiências de Espiritismo; acudiu-me logo a idéia de evocar Chavée. Era por simples curiosidade, não tendo outra idéia.

Como a mesa respondesse afirmativamente, a Sra. D., sentada na cama, tomou nota das letras indicadas pelo movimento da mesa.

Depois da última letra, tendo parado a mesa, perguntamos se a comunicação estava terminada e, tendo sido afirmativa a resposta, a Sra. D. escreveu em baixo o nome do Espírito com essa grafia: CHAVET, que julgava ser a verdadeira.

Tinha apenas acabado e já a mesa, sobre a qual nossas mãos ainda estavam, pôs-se de novo em movimento, ditando essas palavras: “Não é assim que se escreve meu nome.”

Ora, enquanto a Sra. D. segurara o lápis, eu estava colocado a cerca de 2 metros dela, ao nível dos seus pés, e nem que tivesse querido ter-me-ia sido absolutamente impossível ver o que ela tinha escrito. O mesmo se dava com as outras pessoas, cujas mãos estavam em cima da mesa, as quais, aliás, ignoravam a verdadeira grafia do nome. Por conseguinte, nenhum de nós podia saber que o nome escrito fora mal grafado, quando a mesa se moveu para assinalar o erro.



Por conseguinte, o médium não pudera ser avisado do erro cometido por uma irradiação de pensamento das pessoas presentes e agir sobre a mesa.

Devo fazer notar que o grande lingüista Honoré Chavée não podia suportar, quando em vida, que escrevessem mal o seu nome ou que lhe mudassem o nome de batismo. Sua viúva, a quem tinha mostrado a comunicação de que acabo de falar, assim como a observação do seu autor, exclamou logo:

– Ah! essa reclamação é mesmo dele! Imagine o senhor que um dos seus patrícios e amigos (o Sr. Chavée era originário de Namur), tendo falado dos seus trabalhos em termos muito elogiosos em uma conferência feita em Bruxelas, os jornais dessa cidade deram a sua relação, fazendo preceder seu nome pelo de Henri. Ficou de tal modo irritado com essa mudança que, apenas acabara de ler o jornal belga, logo se foi queixar em longo telegrama sobre essa substituição involuntária, sem querer esperar até à noite para enviar por carta a sua reclamação.

Há aqui mais uma prova da identidade desse Espírito. Foi graças à conservação além-túmulo desse lado original do seu espírito que ele quis assinalar o erro cometido e, assim, tivemos de algum modo, por acaso, uma prova das mais evidentes e de valor indiscutível para a identidade. Mas embora obedecendo a essa necessidade do seu gênio que o levava a não poder suportar na Terra ser confundido com outro, um instante que fosse, sou levado a crer que aproveitou com alegria e desejo a ocasião que se lhe oferecia de nos dar uma prova rara da identidade de um Espírito.

*Dr. Chazarain.”*

A melhor prova de que esses fenômenos não provêm sempre de uma auto-sugestão é que eles se produzem muitas vezes fora da nossa vontade.

Por exemplo, quantas vezes, nas sessões de mesas, pede-se em vão a continuação de uma comunicação importante! Todos os assistentes desejam ardentemente a continuação e mau grado à sua espera, por vezes muito longa, nada se produz. Uma vontade

*exterior* vem impor-se a nós ou pelo menos à nossa vontade *consciente*. Uma frase é ditada, julgamos adivinhar-lhe o fim; de modo nenhum, é outra coisa. Uma palavra é começada, prognosticamos as últimas letras e é ditada outra palavra. Certo dia estamos muito bem dispostos a receber comunicações, esperamos meia hora, uma hora, duas horas sem obtermos nada; noutra dia, a mesa estala, bate, move-se imediatamente. Há, evidentemente, uma causa diversa de nossa consciência.

Sem sabermos, vivemos todos no seio de um meio psíquico desconhecido. A atmosfera não contém somente elementos químicos, oxigênio, azoto, ácido carbônico, vapor d'água, etc., mas também elementos psíquicos. Tudo está cheio de almas. Animismo e Espiritismo estão constantemente associados nas experiências de que falamos; é extremamente difícil separá-los, isolá-los. Tentemos entretanto fazê-lo aqui.

Entre as observações experimentais que levam a concluir que há comunicações com os Espíritos, assinalarei especialmente à atenção dos meus leitores as que se seguem, por datarem dos primeiros anos mesmo do Espiritismo moderno, do ano 1855.

Trata-se aqui de um testemunho indiscutível, o do juiz Edmonds, que observou este fenômeno da sua própria família, na pessoa da sua filha Laura.

O juiz Edmonds não é qualquer um. Gozava de fama considerável nos Estados Unidos, em razão das altas funções de que estava investido, primeiro como presidente do Senado, depois como membro do Tribunal de Segunda Entrância de Nova Iorque. Quando o Espiritismo lhe chamou a atenção ele o desprezou com todo o cepticismo do magistrado habituado a julgar a incerteza dos testemunhos humanos. Mas após estudo consciencioso ele declarou reconhecer não só a existência dos fatos, mas também a da sua interpretação pela hipótese dos Espíritos.

A estupefação e a indignação da alta sociedade americana foram de tal ordem que o juiz Edmonds teve que se demitir das suas funções de magistrado e pediu sua demissão. Sacrificou sem hesitar seu interesse pessoal, ao que ele considerava como sendo a verdade. Eis uma coragem rara que não é inútil admirar; reforça muito as informações dessa testemunha da primeira hora.

Sua filha Laura tinha recebido educação esmerada. Era fervorosa católica. Seu diretor de consciência ordenou-lhe renunciar a essas práticas, o que ela fez; recusou então assistir às tais manifestações, se bem que se renovassem muitas vezes na sua roda.

Mas a casa em que habitava acabou por tornar-se uma espécie de casa assombrada. Meio ano se passara assim; ela ouvia constantemente sons estranhos e via fenômenos não menos esquisitos que se realizavam sem intervenção humana aparente e que, entretanto, pareciam ser guiados por uma inteligência. Levada pela curiosidade, recomeçou a freqüentar as sessões. Breve ficou convencida da presença de um agente inteligente, sem perceber o que podia ser. Começou a falar diferentes línguas, embora só conhecesse sua língua materna e o francês aprendido na escola. Seu pai afirma que nesse primeiro ano, em diversas circunstâncias, falou ela nove ou dez línguas, algumas vezes durante uma hora, com uma facilidade e um desembaraço perfeitos. Aliás, ouçamo-lo ele próprio.

“Estrangeiros puderam conversar por seu intermédio com seus amigos defuntos, em sua língua; dentre muitos, deu-se o fato seguinte:

Uma noite recebi a visita de um estrangeiro de nacionalidade grega, chamado Evangelides, que não demorou a conversar com Laura nessa língua. No correr da conversa mostrou-se muito comovido, derramando até lágrimas. Seis ou sete pessoas estavam presentes e uma delas perguntou-lhe qual a causa de sua emoção. O interpelado furtou-se a uma resposta direta, dizendo que eram coisas de família.

No dia seguinte renovou a conversa com Laura e, como em minha casa não houvesse naquela ocasião nenhuma pessoa estranha, deu-nos a explicação desejada: a personalidade invisível com quem conversava, por intermédio de Laura, dizia ser um seu amigo íntimo, morto na Grécia, o irmão do patriota grego Marco Bozárris. Esse amigo o informava da morte de um dos seus filhos, dele Evangelides, o qual ficara na Grécia e que deixara em perfeita saúde quando partira para a América.

Dez dias depois da sua primeira visita o estrangeiro nos avisou que acabava de receber uma carta que lhe participava a morte do seu filho; essa carta devia estar em trânsito por ocasião da sua primeira conversa com Laura.

Desejaria que me dissessem como devo encarar esse fato. Negá-lo é impossível, pois é demasiado flagrante. Nesse caso também poderia negar o Sol que nos alumia. Considerá-lo uma ilusão não o poderia tampouco, pois não se diferencia em nada de qualquer outra realidade comprovada em qualquer época da nossa existência.

Isto se passou perante oito ou dez pessoas, instruídas todas, inteligentes, ponderadas e tão capazes de diferenciar uma ilusão de um fato real como qualquer outra. Seria ocioso pretender que fosse o reflexo dos nossos próprios pensamentos; nunca tínhamos visto esse homem, sendo-nos apresentado por um amigo naquela mesma noite; aliás, supondo mesmo que nossos pensamentos tivessem podido comunicar-lhe a idéia da morte de seu filho, como teriam podido conseguir que Laura compreendesse e falasse o grego, que nunca ouvira?

*I. W. Edmonds.*”

Ao relatar essa observação, Aksakof<sup>73</sup> pergunta a si mesmo como deve ser interpretada. Seria então mais do que nunca o caso, faz ele notar, de invocar a clarividência. Todavia essa explicação não ficaria de pé; Laura via o Sr. Evangelides pela primeira vez na sua vida; nada sabia absolutamente da sua família que residia na Grécia e menos ainda do seu falecido amigo, o irmão de Bozzáris. Onde se acharia, pois, o “intenso interesse”, o “motivo poderoso” pelo qual Hartmann pretende tudo explicar, capaz de tornar o médium clarividente? E, demais, por mais perfeita que tenha sido a clarividência dessa moça, como teria ela obtido a faculdade de falar grego? Não seria lógico tampouco atribuir o dom de falar grego a uma causa e a revelação da morte da criança a outra. Evidentemente as duas manifestações foram produzidas por uma única e mesma causa.

Há aqui um elemento psíquico por determinar.

Eis um outro exemplo da mesma espécie, assinalado também pelo juiz Edmonds:

“Um dia, uma individualidade desconhecida fez que minha mulher falasse o mais puro dialeto escocês. Tinha tomado o nome de uma senhora de Paisley (Escócia); essa pessoa nos anunciava sua morte, que se dera, dizia ela, naquela cidade alguns dias antes. Soubemos que era a avó de um dos membros do nosso grêmio, a qual viera à América havia cerca de um ano. Três ou quatro dias depois a mesma individualidade se manifestava por intermédio de uma jovem, a Srta. Scongall, de Rockfort (Illinois), a qual nada sabe de escocês; anunciava igualmente sua morte, empregando o mesmo dialeto que lhe era familiar e comunicava diferentes pormenores a respeito da casa em que habitava, do jardim, das árvores, etc. A Srta. Scongall não estivera presente na primeira manifestação dessa senhora e nem sabia a mínima coisa do fato. Um moço diretamente interessado nessa comunicação fez diversas perguntas com o fito de verificar a identidade da individualidade que se manifestava; informou-se das pessoas que conhecera na Escócia e recebeu respostas satisfatórias a todas as perguntas que fez. O mesmo Espírito se manifestou em várias sessões consecutivas e deu provas inegáveis da sua identidade.

A convicção do interlocutor de que falei foi tal que escreveu imediatamente aos amigos da Escócia para participarlhes a morte da avó, tendo o cuidado de indicar qual a fonte da informação. As cartas que recebeu confirmaram completamente a notícia.”<sup>74</sup>

Eis, por conseguinte, duas observações análogas: o falecimento de uma pessoa completamente desconhecida do médium, anunciado em uma língua que o médium também ignora, mas que é familiar à pessoa falecida. Datam das primeiras experiências do Espiritismo moderno.

Ainda poderíamos citar grande número de exemplos em que a mensagem anunciadora do falecimento de uma pessoa revela ao mesmo tempo diversos pormenores referentes aos negócios

particulares do morto e que não eram conhecidos pelas pessoas presentes. O *Light* (1885, pág. 315) relatou, dentre muitos, o fato seguinte, seguramente muito notável:

“O Dr. Davey, residente perto de Bristol, tinha um filho médico, também residente no estrangeiro. Querendo este voltar à Inglaterra, embarcou em um navio inglês, indo a Londres; em troca do dinheiro da passagem ofereceu servir como médico de bordo; morreu durante a viagem. Ao chegar a Londres, o capitão participou o ocorrido ao pai e entregou-lhe 22 libras esterlinas que dizia ter encontrado nas roupas do falecido. Entregou-lhe como lembrança uma lapiseira de ouro.

Alguns meses depois o doutor e a senhora assistiam a uma sessão espírita em Londres. Houve diversas manifestações desordenadas, tais como móveis fora de lugar, pancadas, etc. O médium, uma senhora, explicou esses fenômenos, dizendo que os Espíritos queriam fazer uma comunicação a uma das pessoas presentes.

Quiseram saber com quem. Então uma grande mesa, na qual ninguém tocava e que estava na outra extremidade do quarto, pôs-se a deslizar e parou pertinho do Dr. Davey. Perguntaram quem se manifestava. O nome soletrado foi o do filho morto do Dr. Davey: declarou, horrorizando a todos, que fora envenenado!

O doutor, desejoso de se certificar da identidade dessa personalidade, pediu-lhe uma prova disso. Então, seu interlocutor oculto lhe disse o presente que fizera ao capitão, coisa que nenhuma das pessoas presentes podia saber. O doutor perguntou se o veneno tinha sido dado de propósito ou por engano. A resposta foi:

– As duas coisas são possíveis.

Foi ainda comunicado que o dinheiro deixado pelo morto importava em 70 libras esterlinas e não 22. Relatou também diversos outros pormenores.

Em seguida a essas comunicações, o Dr. Davey fez com que o armador do navio lhe desse uma cópia do diário de bordo, não concordando ela com a que lhe dera o capitão.”

Em outubro de 1884, continua o redator, na ocasião de reproduzir essa narração, escrevemos ao Dr. Davey. Eis o que extraímos da sua resposta:

“Após a morte de meu filho (1863), tive ensejo de me ocupar de Espiritismo; soube um dia, numa sessão realizada em Londres, tendo-se manifestado meu filho, que os pormenores comunicados pelo capitão a respeito da sua morte não eram exatos, que sua morte fora devida à imprudência do comissário de bordo, o qual tinha acrescentado essência de amêndoas amargas ao óleo de rícino, em lugar de hortelã, como tinha pedido meu filho. Nada sabia eu dos negócios pecuniários aos quais aludia. Entre os objetos e as roupas que me foram restituídos, após a morte de meu filho, achavam-se somente várias moedas de cobre, porém tenho razões para supor que quando faleceu possuía perto de 70 libras esterlinas.”

Buscamos alcançar a certeza. Mas qual a ciência em que a alcançamos absolutamente? Na maioria dos casos só atingimos um alto grau de probabilidade, geralmente considerado, sobretudo nas questões morais, como equivalente da certeza.

Eis um exemplo notável, certificado por testemunhas seguras.

O Dr. Vicente Gubernári, residente na linda colina de Arcétri, vizinha de Florença (que todos os admiradores de Galileu conhecem), ficara órfão desde os primeiros anos e fora criado com ternura por sua tia, a qual se tornara para ele uma segunda mãe.

Materialista convencido e sobretudo completamente incrédulo a respeito do Espiritismo, ficou contudo impressionado ao ver vários amigos seus instruídos e ponderados tomarem a sério certas experiências e, cioso de verificar ele próprio o que realmente havia, demonstrou o desejo de tentar uma sessão em sua própria casa.

Favorecido pela sorte, casara-se com a Sra. Isabella Sergárdi, pertencente a uma família fidalga de Sienna, tendo-lhe ela trazi-

do um belo dote. Os dois tinham combinado entre si fazerem ambos uma doação recíproca dos bens que possuíam e a Sra. Gubernári já fizera seu testamento nesse teor, julgando que seu marido fizera a mesma coisa.

O doutor combinou com seus amigos espíritas para assistirem a algumas sessões e se inteirarem do que havia. Leiamos a história:<sup>75</sup>

“Celebraram por conseguinte algumas sessões. Na segunda, a 29 de outubro de 1874, apenas tinham os do grupo colocado as mãos em cima da mesa, esta mostrou-se fortemente agitada. O doutor perguntou qual o nome de quem a agitava.

– Tua tia Rosa – responderam.

Bastante surpreso o doutor responde:

– Pois bem, se és realmente minha boa Rosa, ajuda-me a exercer minha profissão e faze com que eu ganhe dinheiro.

– Não vim para isso. Vim para te aconselhar a mudares de vida e a pensares em tua mulher.

– Pensar em minha mulher? Já nela pensei – responde intrepidamente o doutor – e tanto é verdade que fizemos ambos nossos testamentos de doação mútua.

– Mentira – replica o Espírito, agitando a mesa com violência –, ela tudo te deixou e tu nada lhe deixaste.

Nesse momento a Sra. Gubernári, presente à sessão, toma parte no diálogo e declara que o Espírito está enganado e que para provar a verdade seu marido pode mostrar seu testamento aos amigos presentes.

Com essa intervenção da senhora o Dr. Gubernári se vê comprometido, replica que tem por si a sua consciência, mas não mostrará o testamento a ninguém.

O Espírito, então, agitando a mesa com maior violência, ainda acrescenta:

– És um impostor, eu to repito. Muda teu testamento e muda também de vida! Não tens tempo a perder, pois daqui a poucos dias estarás no mundo dos Espíritos.



Essa revelação foi para o doutor como se um raio lhe caísse na cabeça. Ficou consternado e exclamou com raiva:

– Morrer antes de minha mulher! É impossível. Sou mais moço do que ela. Vá para o diabo essa mesa!

Ficou suspensa a sessão.

No dia seguinte um dos seus amigos, o Coronel Maurizio, vendo-o muito agitado, falou-lhe das freqüentes mistificações espíritas e lhe propôs fazerem uma contra-prova em outra sessão, em casa da Condessa Passerini. O doutor pareceu acalmar-se e esperou com impaciência o resultado da nova experiência.

– Não houve nenhuma mistificação – afirmou o Espírito nessa nova sessão – e o que disseram é a pura verdade.

– Então – perguntaram –, deve o Dr. Gubernári morrer breve?

– Sem dúvida alguma e antes do fim do ano.

Para não aumentar a perturbação do doutor afirmaram-lhe que havia nisso ainda uma mistificação e que não devia amofinar-se. Essa argumentação acalmou de tal modo seu tormento que ele não pôde compreender a angústia que sentira com a predição de sua morte próxima.

Todavia, na noite de 12 de novembro foi atacado de febre violenta. Os médicos diagnosticaram mal estar de pouca gravidade. Entretanto o doente sofria horripelmente.

Seus amigos foram de novo à casa da Condessa Passerini para uma nova consulta. Um Espírito se manifestou e respondeu às perguntas:

– Nada entendo de Medicina, mas para lhes ser agradável, posso ir buscar um Espírito que exerceu a Medicina durante sua vida terrestre. Esperem um momento.

Silêncio. Após alguns minutos a mesa se agita de novo:

– Encontrei o médico; está aqui; interroguem-no.

– De que moléstia sofre Gubernári?

– De moléstia mortal. Breve estará conosco.

– Está só atacado fisicamente ou moralmente também?

– De ambos.

– Pode dar-nos seu nome?

– Meu nome não lhes é desconhecido: Dr. Pannatoni.<sup>76</sup>

Alguns dias depois os colegas consultados diagnosticaram uma cistite e Gubernári sucumbiu a 30 de dezembro de 1874.

Esse céptico de outrora, no seu leito de morte, declarou que via perto dele o Dr. Pannatoni, que não o abandonava um momento, assim como sua mãe e sua tia Rosa, tentando consolá-lo e animando-o a não ter saudades da vida terrestre. E acrescentou:

– O que digo é a verdade pura, sinto que estou às portas da morte e, nesse estado, não se mente.”

Esse exemplo pareceu-me muito interessante para ser assinalado aqui. Todos os métodos científicos explicativos, imaginados, não são suficientes; transmissão de pensamentos de uma dúvida da Sra. Gubernári, consciência do doutor, telepatia, etc. Para a primeira hipótese sua mulher demonstrou não ter dúvida alguma sobre a sinceridade do doutor. Quanto à segunda, este não tinha seguramente remorso nenhum e ficou muitíssimo admirado quando foi interpelado pela tia.

Lucidez do médium, lendo em seu pensamento? Mas isso tudo foi absolutamente imprevisto. E quem conhecia essa tia Rosa, morta desde muito tempo? A telepatia parece estar igualmente fora de questão.

A teoria espírita deve ser examinada como todas as outras e não é menos “científica”. Repitamo-lo ainda, quando Newton descobriu as leis da gravitação, resumiu seu pensamento deste modo: “Tudo se passa como se os astros se atraíssem entre si, em razão direta das massas e em razão inversa do quadrado das distâncias.” Digamos aqui, com a mesma simplicidade: “Tudo se passa como se na história que acabamos de contar a tia do doutor tivesse vindo realmente dirigir-lhe censuras merecidas e anunciar-lhe a morte.”

E esta explicação é a mais concebível de todas, confessamo-lo sem nenhuma idéia preconcebida, dizendo ainda com Newton: “*Hypotheses non fingo!*” (Não faço hipótese, fico ciente!).

Myers assinalou como exemplo particularmente demonstrativo de sobrevivência a experiência registrada pela Sociedade Psíquica Inglesa (VIII, pág. 428) do irmão da Sra. Finney, que alguns meses antes da sua morte marcou um tijolo de certo modo e, quebrando-o em dois pedaços, deu metade à irmã, prometendo dar-lhe a conhecer, depois da sua morte, caso o pudesse, qual o lugar onde ia esconder a outra metade, assim como o conteúdo de uma carta lacrada, escondida no mesmo lugar. Após o falecimento do irmão a Sra. Finney recebeu, por intermédio de uma mesa, a comunicação prometida.<sup>77</sup>

Podemos pensar que Myers tinha motivos suficientes para considerar esse caso como demonstrativo, pois suas discussões sobre o automatismo motor mostram que ele tinha antes uma tendência a afastar a explicação espírita. “Não há razão<sup>78</sup> – escrevia ele acima – para atribuir os movimentos de uma mesa à intervenção do meu avô já falecido, de preferência à minha, porque, se não vêm a maneira pela qual eu teria produzido esses movimentos, não vêm tampouco como meu avô os teria podido produzir. A explicação mais plausível me parece ser a que admitisse serem essas respostas ditadas não pelo *eu* consciente, mas sim por essa região profunda e oculta onde se elaboram sonhos fragmentários ou incoerentes.”

Foi seguramente a realização exata da promessa do morto que o levou a admitir com certeza essa intervenção póstuma. Tentou ele próprio uma experiência que devia ser feita após seu falecimento e não conseguiu.<sup>79</sup>

Essas manifestações de além-túmulo, feitas por intermédio dos médiuns, são muito discutidas, e com razão, pois sua comprovação irrecusável é da mais alta importância. Um exemplo notável é o caso de Minot Savage, a quem seu falecido filho pediu, em uma sessão da Sra. Piper, para ir buscar no aposento desse filho, que ele não conhecia, certos papéis escondidos numa gaveta e queimá-los. O pai compreendeu a razão. Os partidários a todo transe da telepatia imaginam que a subconsciência do

filho teria agido, quando vivo, no espírito do pai, revelando-lhe esses papéis secretos e que a Sra. Piper teria lido na subconsciência do pai. Na sua obra, muito documentada, sobre a Telepatia o Sr. Warcollier admite esta hipótese como sendo preferível à ação do morto.<sup>80</sup> A mim, todavia, me parece a menos provável.

Certamente ficamos surpresos há pouco, ao ver um Espírito ir buscar um médico no outro mundo; mas essas pesquisas não são muito raras nessas experiências singulares.

A verificação das identidades é a pedra de toque desses estudos. É tão rara quão difícil.

As provas satisfatórias, demonstrativas, incontestáveis, são raríssimas. Eis uma completamente espontânea, baseada em atestados, todos acordes entre si, pela Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas, assinalada recentemente pela *Revista Psíquica*, publicada por Myers (*Human Personality*, II, pág. 473, Bozzano, *Les Phénomènes de Hantise*, pág. 129 e outros autores competentes), apresentada por um observador apreciado, o Sr. Hodgson, merecendo ser associada às precedentes. Vejamos essa curiosa narrativa:

“Na noite do sábado, 14 de junho de 1890, Sofia Alida Kamp, viúva, residente em Wymberg (Wolff Street), sua filha Alida Sofia e a Srta. Catarina Mahoney, que moravam na mesma casa, deitaram-se cerca das 11 horas e, desde esse momento até a madrugada, não conseguiram dormir, por causa dos ruídos estranhos que ouviam e cuja causa não puderam explicar, se bem que procurassem até nos cantos mais afastados da casa.

No dia seguinte de manhã contaram-me suas impressões: tinham ouvido ruídos de cadeiras a rolarem pesadamente em seus quartos, fragor de caixas vazias arrastadas nas águas-furtadas, não contendo estas coisa alguma que explicasse os fatos... A pedido delas consenti em ir passar a noite na dita casa (domingo, 15 de junho).”

O narrador relata, aqui, que antes de se deitar lhe veio de repente a idéia de improvisar uma “sessão mediúnica” em seu quarto, convidando as senhoras acima a tomar parte na sessão.

Quando estiveram sentados em volta da mesa, obtiveram pela tiptologia o nome de *Lewis* e, pouco depois, as palavras: “É um aviso.” A sessão terminou. Eis a continuação da história:

“Quando me deitei, deixei a vela acesa até depois de meia-noite, para terminar um romance cuja leitura me interessava. Depois adormeci.

Pelas duas horas da manhã fui despertado pelo barulho de uma cadeira arrastada pesadamente em volta do quarto onde dormia; a esse barulho sucedeu outro de um corpo pesado arrastado pelas águas-furtadas; e o fragor era tal que teria acordado qualquer pessoa. Com efeito, ouvi a voz da Srta. Kamp, que, do seu quarto, me chamava; que podia então ser esse barulho? Ouvi perto de mim a queda de uma caixa de fósforos. levantei-me por curiosidade e às apalpadelas procurei a caixa, que tinha colocado no castiçal; mas não a encontrei. Tinha outra e pude assim acender a vela; vi então que a outra caixa estava no chão, a dois pés do castiçal...

Começa aqui a parte mais singular desse caso. Até esse momento, nenhum de nós podia imaginar por que motivo um indivíduo chamado Lewis devia perturbar nosso sono, tanto mais quanto nenhum de nós jamais tivera relações com pessoa que usasse esse nome...

Na manhã da segunda-feira, 16 de junho, abri meu jornal habitual, *The Cape Times*, e no meio de outras notícias li que na noite do dia 14, às 18:45, um *desconhecido* havia sido morto por um trem em movimento nos arredores de Woodstock. Não acudiu a nenhum de nós que os ruídos misteriosos tivessem ligação com esse acidente.

No jornal de terça-feira vinha publicado o resultado do inquérito feito a esse respeito, anunciando que a vítima ainda era *desconhecida*. Naquela noite estava sentado na loja dos Kamp, quando chegou uma preta que, no correr da sua conversa com a Sra. Kamp, perguntou:

– Ouviu falar do homem que foi morto por um trem, sábado à noite?

– Sim – respondeu a Sra. Kamp –, mas não sabem quem é.

– Eu o conhecia – replicou a preta –; morava em casa da minha irmã e se chamava *Jim Lewis*.

Ao ouvir esse nome, todos nós pensamos que ele nos trazia a chave do mistério. Eis as razões muito simples do porquê da coisa:

- 1º) um homem tinha sido morto às 8:45 da noite no dia 14 de junho;
- 2º) a Sra. Kamp tinha fechado a loja às 10 horas; deitara-se às 11 horas e os ruídos começaram a partir desse momento;
- 3º) nenhum de nós sabia do acidente até o dia em que o lemos nos jornais, isto é, na manhã de 16;
- 4º) antes da noite de 14, jamais houvera ruídos noturnos na casa da Sra. Kamp;
- 5º) o Espírito perturbador, na noite de 15, havia dado o nome de Lewis.

Indubitavelmente esses argumentos eram suficientes para nos convencer. Por curiosidade fizemos mais uma sessão naquela noite. O nome de Lewis foi de novo ditado com essa mensagem: “Não posso estar em paz, enquanto não conseguirem identificar meu cadáver.” A nossas perguntas reiteradas, afirmou ser “o Espírito do homem morto pelo trem em movimento e usar o nome de Lewis”.

Essa relação foi completada com o atestado seguinte:

“Declaramos todos que essa narração é perfeitamente conforme à verdade.

*Frederico Hodgson, Sophia-AlidaKamp,  
Alida-Sophia Kamp, Kate Mahoney,  
C. F. Kamp, J. S. Kamp.”*

Parece-me que essa observação espontânea nada deixa a desejar como prova de identidade. Atribuí-la com todos os seus pormenores a faculdades humanas desconhecidas parece-me completamente inaceitável.

Sem nos alongar indefinidamente numa discussão que seria longa (já ocupou 600 páginas de *As Forças Naturais Desconhecidas*), terminarei este capítulo, a respeito das manifestações apresentadas nas sessões de Espiritismo e das comprovações de identidade, com a história pasmosa, incrível e real, aqui transcrita. Quem fala é o próprio observador:

“Dos quatro reunidos então naquela noite, quantos ainda existem? A vida nos separou. Veio a guerra. Tive por duas vezes notícias dos três outros, tendo falecido um, em Sedul-Bahr, quando à frente da sua Companhia de Senegaleses, que levava ao assalto das posições turcas. Se caírem essas linhas sob as vistas de qualquer um dos meus dois outros amigos, essa recordação despertará com certeza em sua alma uma emoção profunda, pois há coisas que nunca se esquecem e o apelo que recebemos naquele dia é uma delas...

Quanto a mim, a emoção experimentada foi o ponto de partida de uma evolução moral benfazeja que me trouxe, com a fé, a calma e a serenidade.

Era em 1904, em Toulon, no momento dos exames de admissão à Escola de Guerra. Tendo voltado das colônias, fomos mandados para o quartel do 4º de Infantaria de Marinha, no Mourillon. Foi assim que três de Madagascar e um da África ficaram vizinhos no mesmo andar, na rua da República. À noite nos reuníamos, ora em casa de um, ora na do outro, para trabalhar ou para conversar, tomando chá. Na mesma casa fomos levados uma noite à casa dum colega que nos convidava a assistir a uma sessão.

A noite foi agradável e recebemos quantidade de revelações sobre o que havia em nossas carteiras, quantos botões estavam pregados em nossas calças, qual o número gravado em nossos relógios; um de nós tinha justamente perdido o seu cronômetro e o tornou a achar pelo número gravado na tampa.

Cada noite conversávamos, sendo o assunto saber se no que tínhamos visto, notado, experimentado, havia alguma coisa de supranormal, a manifestação de alguma entidade in-

teligente, afora do que chamamos a alma de cada um dos assistentes. A reunião de fluidos, emanando do organismo de vários humanos, poderá produzir outra alma inteligente, tendo acesso na parte mais secreta da nossa consciência, lendo algarismos em nossos bolsos, contando moedas em nossas bolsas, cujo conteúdo ignorávamos? Ou será tudo isso um esforço considerável de hábil prestidigitador ou de poderoso operador que pode privar de raciocínio, de memória, de sensações, uma assembléia inteira, extraíndo de cada assistente tudo o que quiser saber e, depois, acordando a todos, restituindo a cada um a sua personalidade, maravilhar-nos com o produto do seu furto em nossos bolsos e em nosso pensamento?

Ou então haverá realmente uma alma desencarnada e, por conseguinte, teria a vida um fim, um ideal, um motor?

Pensamentos capitais que entusiasmaravam nosso espírito, arrastando-nos a alturas donde sentíamos acudir a vertigem!

Como saber? Por que não perguntar a essa coisa desconhecida a resposta à pergunta que nos queimava os lábios: “Quem és? Onde vens?”

Uma noite reunimo-nos em meu quarto em volta de uma mesinha de três pés. Tínhamos colocado essa mesinha bem no centro do quarto, tendo ao redor unicamente nossas quatro cadeiras, pois tínhamos afastado os outros móveis. O quarto ficou desimpedido, tudo foi verificado, não podendo haver artimanhas nem artifício. Sobre o fogão, duas lâmpadas acesas.

Nós nos prometemos mutuamente nada fazer pró ou contra o que se havia de produzir e sentamo-nos, colocando as mãos espalmadas sobre a mesa, formando com os dedos uma cadeia ininterrupta.

Dez minutos se passaram sem que nada se produzisse. Estávamos sérios, talvez um pouco angustiados, eu pelo menos, mas sem nenhum nervosismo. Intimamente, orava baixinho: “Se há realmente alguma coisa além da vida terrestre, que alguma luz nos venha dessa lareira desconhecida.”



Súbito, na mesa, parecendo ser na madeira da mesa, uma pancada seca foi batida. Olhamos uns para os outros. Esse estalido pareceu-me tão característico, tão especial, que a idéia de poder ter sido produzido por um dos meus três amigos não me acudiu e eu senti um calafrio correr-me dos pés à cabeça.

Breve outra pancada seca foi batida e a mesa, levantando-se sobre dois pés, bateu três pancadas muito nítidas. Tive a impressão íntima que os estalidos não podiam ter sido provocados, mas que o movimento da mesa, para bater com um dos pés, podia ter sido feito, e sem dúvida tivemos todos o mesmo pensamento: talvez involuntariamente um ou outro, apoiando mais fortemente, arrastara consigo a mesa.

Participamos lealmente nossos pensamentos e concordamos em seguir o alfabeto, contando as pancadas na ordem das letras e, a mais, combinamos que uma pancada seria “*não*” e duas “*sim*”. Em seguida cada um tomou de novo seu lugar.

Não demorou a mesa a movimentar-se. Interroguei-a:

– Há alguém na mesa?

– Sim.

– Posso saber quem movimenta a mesa?

– Espírito.

– Espírito? Espírito de quem, de um de nós?

– Não.

– Tens um nome?

– Sim, Baudelaire.

As pancadas tinham sido batidas nitidamente e as letras designadas sem erro. Um de nós, mesmo que não fosse vigiado pelos outros, não teria podido fazer bater a mesa com tal nitidez. Olhamo-nos mutuamente, angustiados, sem nos atrevermos a falar. A mesa respondeu a algumas perguntas sobre a existência da alma após a morte, sobre a realidade de certos grandes fatos religiosos ou morais, indicou-nos muito

exatamente qual o nosso defeito predominante e nos aconselhou:

– Leiam *As Flores do Mal*.

As pancadas eram sempre dadas distintamente. Nós nos habituávamos a esse modo de conversa longo e difícil. Por vezes adivinhando uma palavra antes que estivesse terminada, nós a pronunciávamos e a mesa batia mais nitidamente: “*sim*”. Aconteceu enganarmo-nos de palavra e pancadas precipitadas e bruscas pareceram indicar a impaciência do Espírito que nos falava, parecia como: “*não, não! não, não! não, não!*”

Após um silêncio, a mesa disse por si:

– Jacquot tem dúvidas!

– Oh! sim, tenho dúvidas – exclamou Jacquot, levantando-se –; e vocês não têm dúvidas?

Ninguém respondeu e a mesa respondeu:

– *Kammara!*

Só éramos três a ter as mãos sobre a mesa; Jacquot fora encostar-se ao fogão.

Essas sete letras nada significavam para nenhum de nós três. Pedi que recomeçassem e disse a Jacquot:

– Toma um lápis e escreve; isto está ficando complicado.

E a mesa repetiu:

– *Kammara!* Mas produziu-se então alguma coisa que nos gelou de pavor e fez que nos levantássemos bruscamente, abandonando a mesinha. Tinha apenas a mesa batido a última letra da palavra e Jacquot, que a tinha escrito, adiantou-se para ela, e pálido como jamais o vira, a voz rouca, ele há pouco trocista, quase zombeteiro, disse:

– Meu tenente, quando o senhor me deu ordem de ficar, conhecia o perigo?

Olhávamos essa cena, nós os três de Madagascar, sem compreendermos nada. Sentíamos somente que se estava passando, sob nossos olhos, alguma coisa pavorosa.

Nosso céptico camarada de há pouco, de pé diante dessa mesinha, falava-lhe respeitosamente, como teria falado com uma pessoa viva; e a mesa, que tínhamos abandonado bruscamente, movia-se sozinha, batendo as pancadas das respostas que se juntavam letra por letra em nosso espírito.

Era terrível!

O diálogo continuou e soubemos assim que se tratava do Tenente Maucorgé, comandando o posto de Kammara na África Ocidental, e lá tivera, como oficiais inferiores franceses, Ravan e Jacquot, nosso amigo.

Tendo-lhe afeição, sabendo que um reconhecimento a ser feito era perigoso, o tenente havia designado para acompanhá-lo o sargento Ravan, deixando no posto o sargento Jacquot.

Partiu e não voltou. A expedição de reconhecimento foi toda massacrada; não foram encontrados os corpos dos dois brancos. Diante de nós o tenente fez ao seu antigo companheiro a narração da emboscada em que fora ferido conjuntamente com Ravan. Ambos foram assados e comidos pelos seus agressores antropófagos; os atiradores (*tirailleurs*) foram massacrados e ninguém jamais soube como se dera a coisa. Os chefes indígenas, culpados, não puderam ser descobertos e caiu no esquecimento esse drama sombrio do matagal africano. O tenente deu ao nosso companheiro os nomes dos chefes, traidores e rebeldes; indicou onde achariam o seu revólver, o de Ravan e o seu cronômetro.

Vivemos, naquela noite de fevereiro de 1904, horas que jamais esqueceremos.

Feira a sua narrativa, a entidade partiu. Baudelaire voltou para dizer que se afeioara a Jacquot, vindo sempre que o chamasse, e que nós também tínhamos um Espírito familiar e protetor. Depois nós nos separamos.

Os exames foram prestados. De nós quatro, três entraram para Saint-Maixent naquele ano. Eu, o quarto, parti para a Indochina, onde fiz carreira na Guarda Indígena. Alguns anos mais tarde, em Saigão, estive com um dos meus três

amigos e conversamos sobre o passado. Soube que por indicações dadas pelo Tenente Jacquot, ao Ministério da Guerra, tinham sido encontradas as armas, o cronômetro do Tenente Maucorgé e as armas do sargento Ravan, em mãos dos chefes pretos que haviam preparado e executado a cilada na qual pereceu parte da guarnição de Kammara.

Nunca mais vi Jacquot, mas a mensagem do seu antigo chefe, que o amava e quis livrá-lo da dúvida, restituiu-lhe certamente a fé na imortalidade da alma, dando-lhe, como a mim, a coragem de viver fazendo um pouco de bem, à espera da hora abençoada em que passaremos também pelo limiar dessa vida nova, que será para nós conforme tivermos agido. Há nessa manifestação espontânea da alma do Tenente Maucorgé um belo exemplo de comunicação com prova convincente de identidade.

É por isso que dou essa narração, certificando-a verdadeira, o quanto permite minha memória; e asseguro-vos que a cena está sempre presente ao meu espírito. Quando dela me recordo, sinto ainda algo da emoção intensa que de nós quatro se apoderou, quando dela fomos testemunhas.

*P. de La Fontaine.”*

Essa história fantástica foi publicada na *Revue Spirite* de julho de 1920. Pensei a princípio que só devia ser aceita sob reserva, tomei informações sobre o seu narrador e, quando me achei mais ou menos satisfeito do primeiro inquérito, pedi confidencialmente qual a sua opinião pessoal ao diretor dessa revista, o Sr. Jean Meyer, fundador do Instituto Metapsíquico, pensador de caráter completamente independente e, o que em nada prejudica o seu valor intelectual, espírito íntegro e generoso filantropo. Estávamos então no mês de fevereiro de 1921. Sua resposta, com data de 18, diz:

“Conheci pessoalmente o Sr. de La Fontaine, que acaba de morrer há oito dias. Pode ter a narração como verídica.”

Parece-me que todas as objeções que se procuraria em recordações esquecidas, no subconsciente, em tudo o que quiserem,

não podem eliminar a impressão da identidade do Espírito manifestado aqui. Não daria essa mesma conclusão para o de Baudelaire.

Como testemunhos de identidades de Espíritos comunicantes, assinalarei também aos leitores psíquicos o que foi apresentado por Jules Baissac, na obra do meu amigo Eugène Nus: *À la Recherche des Destinées* (1890, pág. 223) e o que se pode ler à pág. 128 do livro de G. Bourniquet: *Les Témoins Posthumes* (1921). Aliás, essas observações, de uma variedade infinda, constituem hoje uma grande biblioteca.<sup>81</sup>

Este capítulo, iniciado com manifestações flagrantes, datando dos primeiros anos do Espiritismo e terminado por uma muito recente, deve ser encerrado aqui. Acaba de oferecer-nos provas evidentes de que, em certas experiências mediúnicas, mortos afirmaram a sua presença. Tenho ao redor de mim documentos inéditos ou impressos, dez, vinte vezes mais ainda de testemunhos, os quais são do mais elevado interesse, sobretudo sob o ponto de vista do meio psíquico por descobrir, não podendo entretanto ser colocados neste capítulo. Há fortes obscuridades para desvendar, a fim de eliminar qualquer ação do subconsciente. O Espiritismo será científico ou não existirá. Importa transformá-lo e para isso é chegada a hora. Como notávamos nas primeiras linhas deste capítulo, a maior parte dos seus adeptos foi enganada até hoje por ilusões insensatas. Quando a um estudioso desses problemas, convencido da realidade das manifestações, fazem a pergunta: “Sois espírita?”, seria necessário compreender o sentido. Certos discursadores admitem que o Espiritismo se define em incidentes como este:

– Toc! toc! toc! querido Espírito: é mesmo Napoleão?

– Sim, que desejam?

– Seria bem gentil se fosse buscar a Virgem Maria, pois temos que lhe pedir uma informação a respeito das aparições de Lourdes.

– Muito bem, meus amigos, esperem um instante.

– Toc! toc! toc! é a Virgem Maria?

– Não, ela está ocupada. Mas aqui está Messalina.”

Conheço espíritas cuja credulidade aceita comunicações dessa espécie!

Se ser espírita é isso, pode-se responder negativamente. Mas as pesquisas metapsíquicas são coisas completamente diversas.

Tais assimilações devem ser de ora em diante suprimidas.

As páginas que acabam de ser lidas são numerosas e muito densas e contêm quantidade considerável de documentos, materiais constitutivos da nova ciência. Muito abusei da atenção dos leitores e é chegado o momento de encerrar esta exposição geral para chegar às conclusões.

## Conclusões dos três volumes desta obra

*“Digo que o túmulo que sobre os mortos  
se fecha*

*Abre o firmamento,*

*E o que nesta Terra consideramos o fim*

*É o começo.”*

*Victor Hugo (Les Contemplations)*

Foi atingido o escopo desta obra. Sua documentação está baseada num conjunto de observações coordenadas durante mais de meio século, de que só foi vista aqui a décima parte, e sua redação não levou menos de três anos. Esses fatos, devidamente comprovados, provam que a morte não existe, que é apenas uma evolução, sobrevivendo o ente humano a essa hora suprema, a qual não é de modo nenhum a última hora. *“Mors janua vitae.”* (A morte é a porta da vida). O corpo é somente um vestuário orgânico do espírito; ele passa, muda, desagrega-se: o espírito permanece. A matéria é uma aparência para o corpo do homem como para o resto. O Universo é um dinamismo. Uma força inteligente rege tudo. A alma é indestrutível.

Um pensador escrevia-me após a publicação do tomo II deste trabalho:

(CARTA 4.743)

“Dar-nos-á seu 3º volume, a respeito da sobrevivência da alma, a mesma certeza que nos trouxeram os dois primeiros quanto à da existência real dessa alma? Se ele não a der, só nos resta morrer de desespero, vendo-nos reduzidos a admitir que o Acaso nos criou, que não existe nenhuma verdade moral nem nenhuma justiça e que de todos os sofrimentos, semeados durante a vida, nenhuma colheita há de provir. Uma resposta sua negativa seria o aniquilamento definitivo de tudo quanto constitui a nobreza da Humanidade.”

Espero que a afirmação esteja de ora em diante firmada e que meus leitores tenham recebido a satisfação que desejam e merecem.

Não é este aliás o voto secular dos entes que pensam, expresso em todas as épocas e em todas as línguas? É o grito da Natureza. Dentre as obras dos nossos contemporâneos, um dos belos poemas da Condessa de Noailles, cantora apaixonada da Vida e do Amor, finaliza com uma estrofe dolorosa, em que lemos:

*Nunca mais ver-vos, ó luz do céu!  
Oh! não fora eu criada para morrer!*

Não, ó poetas, vossas almas vibrantes não são criadas para morrer, nenhuma alma é votada a morrer e a luz do céu não se extingue.

A ciência experimental nos traz hoje esta certeza.

Os leitores, que tiverem tido a vontade e o tempo de ler as 1.310 páginas dos três volumes desta obra devem ter chegado, como eu, à convicção de que o ente humano possui em si um elemento não incluído até hoje nas teorias científicas clássicas: uma alma pensadora, dotada de faculdades pessoais; e sabem também que esta alma não sofre a desagregação do corpo e lhe sobrevive. Nosso fim era provar essa sobrevivência com fatos de observação positiva. É este o resultado capital deste longo trabalho.

As conclusões adquiridas nesta obra alcançam mais longe do que as que foram publicadas precedentemente em *O Desconhecido* (1900) e em *As Forças Naturais Desconhecidas* (1906). Procedemos lentamente, progressivamente nessa elaboração gradual. Nossas certezas anteriores eram:

- 1º) a alma existe como ente real, independente do corpo;
- 2º) ela é dotada de faculdades ainda desconhecidas para a Ciência;
- 3º) pode agir a distância, telepaticamente, sem intervenção dos sentidos;
- 4º) existe na Natureza um elemento psíquico em atividade, cuja essência ainda permanece oculta para nós.



E hoje podemos acrescentar:

5º) a alma sobrevive ao organismo físico e pode manifestar-se depois da morte.

Provamos experimentalmente que as transmissões entre os Espíritos dos vivos foram comprovadas com certeza a todas as distâncias e concluímos que “a telepatia é tão certa quanto a existência de Napoleão, do oxigênio e de Sírio”. Pois bem, *essa transmissão telepática existe igualmente entre as almas dos defuntos e a dos vivos.*

As observações mais incontestáveis não permitem duvidar que no momento da morte a alma (seja qual for a sua natureza) age a distância, a quilômetros e a centenas e milhares de quilômetros, sobre o espírito dos vivos, faz ouvir pancadas, ruídos variáveis, muitas vezes violentos, e mostra a imagem do moribundo sob aspectos igualmente variados. Afirmam também a ação *depois da morte*; o inquérito que encetei em 1899, para desenvolver as relações numerosas que eu tinha recebido já desde muitos anos, e para servir ao estudo experimental das manifestações de mortos e continuadas desde então, deu, como vimos, resultados demonstrativos.

Pelo conjunto dos fatos observados tão de acordo uns com os outros, tão numerosos, tão precisos, parece-me que estou autorizado a apresentar as proposições seguintes, assentando-as sobre bases irrecusáveis:

- 1º) os entes humanos falecidos, os que apelidamos mortos, existem ainda após a dissolução do organismo material;
- 2º) existem como substâncias invisíveis, intangíveis, que nossos olhos não percebem, nossas mãos não podem tocar, nossos sentidos não podem apreciar nas condições normais habituais;
- 3º) em geral não se manifestam; seu modo de existir é completamente diferente do nosso; agem por vezes sobre nosso espírito e, em certas circunstâncias, podem provar sua sobrevivência;
- 4º) agindo sobre nosso espírito e dessa maneira sobre nosso cérebro, são vistos e percebidos por nós sob formas sen-

síveis; nós os vemos, tais como os conhecemos, com seu vestuário, seu modo de andar, seus exercícios, sua personalidade; é nossa vista interior quem os vê; é uma percepção de alma para alma;

- 5º) não são alucinações, visões imaginárias; são realidades; o ser invisível torna-se visível;
- 6º) podem também manifestar-se sob formas objetivas;
- 7º) em grande número de casos as aparições de mortos não são intencionais; o morto não age expressamente sobre o espectador; parece que continua vagamente certos hábitos, errando pelos lugares onde viveu e não longe da sepultura; porém, não esqueçamos que são estas apreciações humanas bem nossas e que a distância não existe para os Espíritos; da alma emanam ondas etéreas que, ao tocarem o percipiente, se transformam em imagens para o cérebro receptor, vibrando de forma sintônica;
- 8º) as aparições e manifestações são relativamente freqüentes nas horas que seguem imediatamente a morte; seu número diminui à medida que dela se afasta, e se atenua de dia para dia;
- 9º) as almas separadas dos corpos conservam muito tempo sua mentalidade terrestre; entre os católicos, pedidos de preces são feitos muitas vezes; esse é um fato de observação que seria importante analisar, sob o ponto de vista da psicologia humana e transcendental.

Essas declarações, deduzidas do conjunto das observações, representam os casos gerais das aparições de defuntos. Há casos diferentes, variantes, exceções diversas. Mas o princípio, de hoje em diante firmado, é a certeza da existência de uma entidade persistente, de um dinamismo continuador da personalidade.

Afirmamos essas deduções pela observação experimental, com íntima convicção; e qualquer pesquisador imparcial, dotado de algum espírito de análise, que se entregue a uma séria investigação dessa ordem, chegará aos mesmos resultados.

A Humanidade caminhou desde Francis Bacon. Esse profundo filósofo previu a vitória progressiva da observação e da

experiência em todos os domínios dos estudos humanos, *com exceção*, dizia ele, das pesquisas sobre o futuro da alma, reservado ao domínio da fé religiosa. Essa exceção era um erro. O método positivo, o método baconiano invadiu essas pesquisas como todas as outras. Bacon cometeu aqui o mesmo erro de julgamento que Augusto Comte sobre a impossibilidade de ser jamais descoberta a constituição química dos astros. Sirva-nos de ensino o exemplo desses grandes espíritos!

Não há ruptura entre essa vida e a outra. Há continuidade. A personalidade permanece. Todavia há considerável diferença de estado. Não existindo mais bens materiais, ficam suprimidos os sofrimentos físicos, as enfermidades. Há em geral, para o defunto, incompreensão do seu novo estado. Sono, sonho. Incoerências. Por vezes aumentadas as faculdades. A maravilhosa metamorfose dos insetos, da lagarta à crisálida e à borboleta, apresenta-nos uma imagem longínqua e grosseira do fenômeno póstumo. Desdobramento das asas da *Psyche*. Vida espiritual no éter. Exercício das faculdades através da imensidade. O Espírito desencarnado não fica limitado ao nosso espaço e vive na quarta dimensão, no hiperespaço.<sup>82</sup>

Só pode comunicar com os vivos dificilmente; precisa para isso entrar em nossa esfera de atividade, penetrar cérebros, materializar-se por assim dizer, exprimir-se por meios mecânicos. A ação dos seres invisíveis sobre nós pode ser mais geral do que parece e passar mesmo despercebida para quase todas as pessoas; todos estão preocupados em demasia com os negócios vitais para notá-la.

Reconheçamos que essas manifestações póstumas não são as que esperaríamos, de conformidade com nossas observações terrenas habituais. Pairam ao lado do que nos parece que deveriam ser. É um mundo completamente diverso, um mundo desconhecido, inexplorado, de aspecto incompreensível, que cumpre estudar e do qual é difícil eliminar nossa própria associação terrestre.

Essas dificuldades são para nós um muito grande obstáculo e nos obrigam a ter extrema reserva em nossas interpretações. Quantas objeções se erguem diante de nós! Parece-nos que

nossos amigos mais caros deveriam estar à nossa disposição e sempre se manifestarem. Entes cujos testemunhos esperamos permanecem mudos. As comunicações na maior parte das vezes são de uma vulgaridade banal e nada nos dizem sobre “o outro mundo”. Os Espíritos superiores, quer tivessem sido filósofos, sábios, escritores ou artistas, que contribuíram para o progresso da Humanidade, não voltaram para nos instruir. Essas objeções e cem iguais obstruem nosso desejo leal de conhecermos a verdade. Assinalemo-las sem renunciar ao nosso estudo. Convidam-nos primeiro a pensar que não há mais igualdade entre os mortos do que entre os vivos; uma infinita diversidade diferencia as almas umas das outras, desde as mais elevadas até as mais humildes. Por enquanto, tudo o que podemos afirmar é que a dissolução do corpo não suprime o espírito e que em certas circunstâncias este dá o testemunho da sobrevivência.

Conjuntamente com o mundo material existe um mundo psíquico, cuja realidade é tão certa quanto a do mundo visível. Os dois mundos se interpenetram.

Para termos uma idéia tão exata quanto possível da realidade sugerida pelas observações expostas nesta obra, o melhor, para nós, é fazermos aqui uma espécie de recapitulação comparada dos fatos verificados, tão numerosos e tão variados.

As comunicações mais freqüentes são as de parentes e de amigos. Estão aí, ou melhor, a distância não existe para eles. Uma circunstância imprevista é suficiente muitas vezes para demonstrar sua presença. Os mortos manifestam sua sobrevivência sob os mais variados aspectos.

Antes de tudo digamos que podem mostrar-se como se fossem de carne e osso. Para nos certificarmos bastará folhear este volume e procurar em suas páginas os numerosos exemplos que disso damos.

Se a curiosidade vos incitar a lerdes de novo uma ou outra dessas relações, a conclusão será a mesma para todas: mortos foram vistos com certeza, não em sonhos, mas em plena lucidez. Eis o fato preciso, positivo, que é preciso explicar.

Os mortos se manifestam por meio de ruídos, de movimentos, de fenômenos físicos geralmente incompreensíveis.

Aparecem vestidos com o vestuário conhecido, ou com a roupa que lhes vestiram para serem enterrados ou sob formas mais ou menos indecisas, embora sendo reconhecíveis.

Esses fantasmas são por vezes opacos como corpos reais; por vezes são transparentes e deixam perceber através deles as paredes e os móveis.

Podem durante muitos anos manifestar-se à mesma pessoa; aparecer para cumprir uma promessa; voltar para questões pessoais; revelar sua morte desconhecida.

Um assassinado pode dar a conhecer o seu assassino. Podem parecer divertir-se, pregar peças. Muitas vezes pedem orações. Podem exercer represálias macabras.

Podem manifestar-se pelo Espiritismo; comunicar-se por meio de impressões mentais telepáticas; aparecer a crianças ou a animais.

Podem crer que não estão mortos e ficarem atônitos ao verem seu cadáver e os que o cercam, de tal modo se sentem vivos. Podem salvar de um perigo iminente ou anunciar a salvação próxima. Podem ser vistos sem se mostrarem intencionalmente, como se não conhecessem seus próximos parentes. Indiferença paradoxal! Aparições automáticas frequentes.

São observações, não o esqueçamos, tão reais quanto as que formam a vida cotidiana. Põem-nos em presença de manifestações póstumas, extremamente variadas e quase todas inexplicáveis para nós. As idéias e as crenças dos vivos aí estão associadas muitas vezes e é difícil eliminá-las, para delas destacar o que pertence ao outro mundo. Notemos, todavia, que os dogmas ensinados a respeito do paraíso cristão, do purgatório e do inferno não ressaltam dessas comunicações, salvo os casos de pedidos de preces.

O que mais claramente resulta de todas essas observações é que existe em nós “alguma coisa” de desconhecido, sistematicamente afastado até hoje em todas as teorias científicas e que esta “alguma coisa” sobrevive à desagregação do corpo terrestre, à transformação das nossas moléculas materiais, as quais, aliás, sob o ponto de vista estritamente científico, também não podem ser destruídas. Chamem-lhe “princípio”, “elemento”, “átomo

psíquico”, “alma”, “espírito”, pouco importa o nome. Sob que forma sobrevive essa força? É o que estudamos. As manifestações (intencionais ou involuntárias) dos mortos provam que essa força intrínseca de cada ser pode, em certos casos e durante um tempo assaz longo, ficar presa por elos extremamente sutis à vida terrestre. Mas nada demonstra que seja esta a situação normal dos desencarnados. A mudança que se produz entre a vida humana e o além-morte implica uma nova adaptação do estado psíquico, muito difícil de ser apreendida por nós, encarnados.

Essas deduções sobre a existência das almas além do túmulo e sua ação são para mim tanto mais certas quanto mais tempo levei para comprová-las, verificá-las, adotá-las – do ano de 1861 ao ano de 1922, há mais de 60 anos. Um estudo imparcial desse espaço de tempo oferece por si mesmo uma garantia que me dá a maior esperança sobre seu valor científico. Seria lógico ver os que negam essas observações terem por sua vez um exame da mesma ordem a lhes opor.

Notemos que se trata aqui de  *fatos observados*  e não de explicações a dar. Distinção importante. Quase nada sabemos a respeito da natureza real desses fenômenos. Há aí todo um mundo por descobrir.

As discussões muito numerosas, inspiradas por esse assunto tão complexo, mostram que em geral não se compreende exatamente qual o caráter desse formidável problema. Podemos notar entre os intransigentes duas categorias distintas: os católicos intolerantes, que estão convictos de conhecerem os elementos da vida futura, um céu, um purgatório e um inferno e que, sabendo tudo, nada têm que aprender; os materialistas não menos convencidos da inexistência da alma e que, por sua vez, julgando saber que o espírito é uma ilusão, só vêem em tudo manifestações da matéria organizada. Não é pois para eles que são escritas estas páginas, pois que eles não são imparciais e têm um modo de julgar negador, preconcebido. Já que tudo sabem, não percam tempo lendo este livro escrito para os pesquisadores. Mas os leitores libertos de todo e qualquer preconceito anterior podem

desejar esclarecimentos indispensáveis para estabelecerem sua opinião pessoal.

Antes de tudo, uma palavra sobre o valor do método empregado.

Apesar de todos os cuidados que se pode ter para a verificação e a precisão dos documentos, é impossível atribuir a todos o mesmo valor. Uns ficam forçosamente imprecisos porque, embora se recordando dos fatos observados, nem sempre se tomou nota dos pormenores, enquanto outros são de uma precisão matemática. É de que convém inteirar-se ao apreciar as recordações. Nossos adversários nem sempre apresentam a honestidade necessária. Vi, por exemplo, tachar de incerta, de relação duvidosa, uma narração apresentada no tomo II (que não é uma relação científica, mas simples recordação); mas os energúmenos, que propõem rejeitá-la com esse pretexto e que se atrevem a dar esta imprecisão forçada como tipo para todo o resto (!), evitaram cuidadosamente de assinalar a aparição descrita em outro lugar, documentada com os nomes, o lugar e a hora, ou então com outras quejandas. Isso não é lealdade: é uma oposição sistemática à averiguação da verdade.

Uma pessoa que conta uma observação não faz um relatório técnico e necessariamente não toma o cuidado de notar todos os pormenores. No caso de que se trata (Lorde Dufferin) pode ter havido confusão de lugar e de data, mas o fato em si se realizou e foi o que impressionou o autor.

Por que não sentir que nisso, como em tudo, há graus diversos? Não há em Astronomia – de todas as mais exatas ciências – graus de precisão? Qual o observador que pode ter certeza de uma paralaxe de estrela de um milésimo de segundo? E no entanto quem poderá duvidar da distância real dessas estrelas? Um exemplo: o famoso núcleo da constelação de Hércules deu, em suas delicadas medidas, números muito diferentes. Impedem acaso essas diferenças formidáveis afirmarmos a imensidade da distância que separa esse núcleo da nossa morada?

Em todas essas investigações extremamente difíceis é admitida uma proporção de erro provável, mais ou menos lata, não infirmando isso o valor das pesquisas. Não sejamos mais severos

para a apreciação dos fenômenos psíquicos do que o somos para a astronomia matemática e não esqueçamos que não se mede o diâmetro de um agrupamento de estrelas com a mesma precisão com que se mede o disco de Marte e que, ao demais, em todas as observações há uma equação pessoal. Não sejamos também mais severos do que somos para os fatos históricos, tão difíceis de se estabelecer exatamente. Julguemos cada ciência, cada estudo, conforme seus caracteres e suas condições de exame. Suponhamos mesmo que nessas milhares de relações, em geral escrupulosas, sinceras, atentas, apresentadas religiosamente, haja algumas vagas ou incompletas; em que diminuiriam essas exceções o valor das outras?

Os fatos são certos. As explicações estão por descobrir. Cabe aqui notar que nada conhecemos que seja absoluto.

Toda a ciência humana se reduz a uma percepção de relações entre as aparências: é uma ilha minúscula no seio do incognoscível absoluto. Desde a primeira obra que publiquei (*A Pluralidade dos Mundos Habitados*, 1862), insisti especialmente nesse ponto capital da filosofia moderna. Pode-se efetivamente ler o título “Relatividade essencial das coisas” encabeçando as páginas 249-253 dessa obra, assim como esta afirmação:

“A ciência humana, toda ela, de alfa a ômega, dos nossos conhecimentos *é somente o estudo das relações*. Não há nenhum ponto absoluto no edifício das nossas ciências, por mais maravilhoso que ele pareça. O espírito humano procura conhecer relações; eis tudo a que se pode atrever e o valor dos nossos conhecimentos resulta da comparação das coisas com uma unidade arbitrária tomada como base. A física do Universo, sob a correlação das forças que incessantemente transformam a sua ação através da substância, não poderia fornecer-nos um elemento em repouso que pudéssemos tomar como ponto de referência absoluta em nossas pesquisas sobre a Natureza.”

Estas linhas foram escritas em 1862. Não suspeitava até que ponto os progressos da Ciência as haviam de confirmar até à hora em que o leitor as lê.



A essência das forças da Natureza permanece oculta para nós. Não é porque a Ciência inventou termos que penetramos os seus mistérios. Neste momento tenho diante de mim uma bússola (um pequeno quadrante solar portátil, do tamanho de um relógio) fabricada no reinado de Luís XIII. Sua sensibilidade permaneceu completa. A agulha imantada sempre oscila febrilmente ao menor deslocamento e dirige-se com uma espécie de amor para o norte magnético. Que é magnetismo? Que imantação é essa que está durando desde 300 anos? Que propriedade íntima se introduziu nessa agulha de aço?

Que é atração universal?

A atração está desde muito tempo submetida ao cálculo dos astrônomos. A atração entre os Espíritos, a comunicação invisível, a telepatia também existem realmente. Será um dia rigorosamente calculada. E nada prova que comunicações psíquicas não serão estabelecidas entre os mundos, entre Marte ou Vênus e a Terra, entre as diversas terras do céu.

Esta obra demonstrou, parece-me, que o espírito tudo rege, desde a menor molécula até a inteligência humana, demonstração já feita anteriormente.<sup>83</sup> Tudo se toca, mas o mundo do pensamento não é o mundo da matéria e, pela centésima vez, podemos repetir que o materialismo é um erro insustentável. Não se compreende, por exemplo, um raciocínio tal que assimile o julgar, o refletir, o afirmar e o concluir a uma combinação mecânica de moléculas de ferro ou de carbono.

O mundo do pensamento é de outra espécie. Também não é possível imaginar que uma reunião de quaisquer moléculas chegue a concluir simplesmente que 2 e 2 fazem 4 ou a calcular que os três ângulos de um triângulo são iguais a dois ângulos retos. Sim, o materialismo é um erro. Supor como substrato do Universo forças mecânicas inconscientes, cegas e hostis é propor para o futuro o aniquilamento final de toda a vida, devido ao resfriamento planetário e pelo desperdício da energia, enquanto que o Espiritualismo nos mostra uma potência diretora inteligente e moral, salvaguardando o ideal e uma evolução ascendente de todos os seres. E depois, realmente, repitamo-lo, que é a própria matéria? Não há diferença de estado (não de natureza) entre um

bloco de gelo e uma nuvem. A palavra *matéria* é apenas uma palavra. A análise do que ela representa atinge atualmente aspectos de sutileza fantástica. Conforme cálculos rigorosos e experiências muito precisas, parece que um miligrama de rádio contêm dois milhões de trilhões de átomos!... Que é a grandeza de um átomo? Ora, este, por sua vez, se revela como um mundo, como um sistema de forças. Não poderá a alma “imaterial” ser um mundo atômico? Matéria e força confundem-se. Foi o que disse acima Pitágoras (no início do presente volume). O Universo visível é composto de elementos invisíveis.

Tudo está por estudar. Mas como a Humanidade está longe do preparo necessário para o estudo integral das coisas! Ela não vive na esfera do espírito. Daí resulta não ser possível convencer a todos.

Aliás, nossa espécie humana terrestre não é absolutamente inteligente; não é regida pela lógica pura e ainda é um pouco bárbara, um pouco animal, poderíamos assim dizer. Um homem de grande espírito e de muita ciência, o General Berthaut, me escrevia um dia: “Sim, é estúpida essa espécie humana que se julga razoável. Vejo ainda o Coronel de la Tour d’Auvergne, em 1870, no campo de batalha cruzar os braços, quando a morte tudo ceifava em volta dele, e exclamar: “*Meu Deus, como isto é tolo!*”

Salvo duas ou três exceções em mil entes humanos, podemos confessar que habitamos um planeta de brutos. Nossa raça terrestre, longe de ter a idade da razão, tem quase que só quatro ou cinco anos. Crianças inconscientemente ferozes a divertirem-se decapitando moscas e fazendo sofrer inocentes animais, imaginando que a guerra infame, herança dos animais, é de instituição divina e sempre duradoura. Sim, durará enquanto forem animais.

Será por isso preciso desesperar do progresso?

O estudo analítico será longo, sobretudo no psiquismo. Também devemos aplaudir todas as tentativas. O problema social, aprofundado nesta obra, foi muitas vezes examinado, discutido, notadamente no campo espírita.

Um escritor convencido, de eloquência persuasiva, o Sr. Léon Denis, publicou em 1890 um livro notável, intitulado *Depois da*

*Morte, exposição da filosofia dos Espíritos*, o qual foi muito lido e teve grande número de edições. É uma espécie de novo Evangelho baseado no Espiritismo.

Julguei poder dar este título *Depois da Morte* à terceira parte desta trilogia, fazendo notar ao autor, de quem me prezo de ser amigo, ser impossível confundir seu livro com o meu, visto ser este a terceira parte de uma obra de conjunto e representar uma discussão científica independente, à qual o Espiritismo está associado como elemento de exame e não como doutrina. Penso que as pesquisas mediúnicas não devem ser desprezadas nem julgadas ilusórias e sem valor, acusação que se lhes faz frequentemente, mas que nem por isso resolvem o problema. Não há relação nenhuma entre a obra que acabo de assinalar e esta.

Das 430 páginas que compõe o livro de Léon Denis, 180 são dedicadas à exposição das religiões diversas, desde a Índia antiga até o Cristianismo; e as outras 250 tratam dos ensinamentos do Espiritismo considerado como religião. É uma nobre dissertação moral e religiosa e é sobretudo uma obra de sentimento.

Nesta fizemos empenho em não nos afastarmos do método experimental e em ficarmos nos moldes da ciência pura.

Objetam muitas vezes as ilusões possíveis, os erros de impressões, as alucinações, e creio ter respondido a todas essas objeções. Negar tudo seria um disparate de primeira ordem. Só se se recusar todo e qualquer testemunho humano é que será possível duvidar das narrações suficientemente comprovadas. Ora, não existem muitos fatos históricos ou científicos que sejam afirmados por tão grande número de testemunhas. Supor que todas essas pessoas tivessem “os olhos abotoados”, tivessem estado alucinadas, tivessem sido “iludidas por sua imaginação” é hipótese absolutamente insustentável.

Estamos aqui perante um problema que deve ser resolvido, tão obscuro, tão difícil que, em geral, preferem não encará-lo e tudo negar. Ora, não admitir os fatos porque não se pode explicá-los dá realmente a impressão de uma ingenuidade que não é mais de moda. Que explicamos realmente? Não paramos sempre num ponto de interrogação? Porém um fato é um fato. Aqui não há para onde fugir. O cepticismo dos negadores intransigentes

parece-me tão esquisito e tão pouco lógico quanto o de certos crentes que conhecem as verdades astronômicas, o movimento da Terra ao redor do Sol, a importância desse astro, as medidas das distâncias celestes aplicadas a milhões de sóis, a Via-Láctea, a imensidade sideral, e que continuam a crer que nosso planeta é o centro moral e a meta da Criação e que o Universo estrelado foi criado para o ínfimo cidadão desse formigueiro.

A maior parte dos fisiologistas raciocina entretanto desse modo, porque não se lhes depara a alma sob o escalpelo.

Ninguém tem o direito de afirmar que os mortos nunca voltam, que os fantasmas sejam sempre ilusões e que as aparições sejam sempre enganos. Não se morre (como por sua vez o provou recentemente um dos nossos mais laboriosos psicólogos contemporâneos, o Sr. Chevreuil, em sua obra especial). Mas o que podemos verificar é que as manifestações de mortos não fazem parte do plano normal da organização da Natureza e que elas são exceções raríssimas.

A vida de além-túmulo deve ser considerada como separada da nossa sob o ponto de vista físico. Os dois mundos são dessemelhantes e nossos olhos mortais não vêem o outro.

A observação das coisas, tais como se dão, mostra-nos que em geral os mortos não voltam e que as manifestações de além-túmulo são exceções. Pode-se lamentá-lo para a justiça e falsas lições da História, tanto a particular como a geral. Mas é um fato de observação.

O sistema do mundo moral é regido por leis como o do mundo físico; mas não conhecemos essas leis. Tudo está por estudar. É um mundo muito diferente do nosso e que por nossas idéias terrestres gostaríamos de ver agir de modo diferente do que age. Então, depois de certos crimes, não deveria haver protestos, revelações, vinganças? (Temos ensejo de admirar por exemplo, para só citarmos um fato recente, que as onze mulheres e o adolescente, assassinados por Landru, tenham ficado irrevogavelmente mudos durante esse longo processo de um monstro vaidoso e infame.)

Esses silêncios das vítimas são, confessemos-lo, uma das grandes objeções que nossa pesquisa leal vê erguer-se diante de

si. Infelizmente os fenômenos psíquicos surgem sempre espontaneamente e debalde os desejamos; trata-se aí de *observação* e não de *experiência*, diferença esta quase sempre olvidada.

São espontâneos esses fenômenos: são verificados e não preparados. Alguns professores da Sorbona e do Colégio de França declaram que só é admissível um fato quando puder ser reproduzido em um laboratório. Aí está um juízo absolutamente errôneo. Uma estrela cadente, um bólido, um uranólito, um temporal, uma perturbação magnética, uma mancha solar, não são reproduzíveis. Adiantarei mais: a impossibilidade de conduzir até o êxito final uma observação metapsíquica não é bastante para lhe negarmos a autenticidade. Um médico de grande celebridade referiu-me que uma sua doente fora acometida de grave moléstia e quase sucumbira em seguimento a uma manifestação póstuma, negando-se obstinadamente a confirmá-la com seu nome, e que, por isso, permaneceu anônima. Cumpre-nos aceitar as coisas como são.

Por conseguinte, se por um lado a sobrevivência da alma pode ser aceita como estabelecida mediante verificações positivas, igualmente ficará assentado serem esses fatos excepcionais, raros, muitas vezes incompreensíveis. Mas cumpre repeti-lo: compreender ou não uma coisa, explicá-la ou deixar de o fazer, não oferecem importância nenhuma a respeito da realidade. Possuímos ou não manifestações comprovadas de mortos? Eis a interrogação que fora proposta. Está dada a resposta afirmativa.

Pelo conjunto das observações, temos a impressão de que as manifestações ostensivas dos falecidos não são freqüentes; entretanto, onde a prova de não atuarem eles de modo absoluto sobre nosso espírito e também de não serem em certos casos as causas determinantes de pensamentos que reputamos pessoais? Seres que nos têm afeição podem permanecer ao nosso lado sem darmos por tal e agir, à revelia nossa, sobre as almas em vibração harmônica com eles.

Rodeia-nos o mundo invisível, as forças ignotas são mais numerosas do que as conhecidas, detêm-se as ciências no seu despontar e – não nos fartaremos de o asseverar – o que sabemos corresponde a ilha minúscula em meio do oceano inexplorado.

Há um quarto de século as descobertas inesperadas da Física e do Ocultismo fazem-nos adivinhar a existência de panoramas não observados, doravante acessíveis ao nosso espírito mais bem informado, a dormir desde séculos sobre o travesseiro da indiferença científica oficial.

Não devemos imaginar que nos será possível entrar em comunicação com os mortos sob as mesmas condições de que nos servimos com os vivos. Os primeiros não têm corpos materiais, dotados de sentidos de percepções físicas. Outros seres, outro mundo. As comunicações entre vivos e mortos apresentam os sinais mais variados e mais enigmáticos.

Nesta obra amparamo-nos sempre em fatos de observação e não em raciocínios metafísicos, em considerações filosóficas ou religiosas nem em induções do sentimento. O acordo deve estabelecer-se; mas a nossa norma continua sendo o método experimental positivo.

\* \* \*

Estando agora provado que os seres não são aniquilados pela morte, continuando a viver, muito quiséramos saber qual a sua substância, onde permanecem, se são felizes, se ficam em relação conosco.

Sim, de hoje em diante formulam-se essas perguntas. Onde estão essas almas? Ficam elas em comunicação com os entes que amaram? Que fazem? Que é feito delas? Afastam-se da Terra? Ocupam algum lugar marcado? Como se manifestam a nós? Serão imortais? Reencarnam-se? A pluralidade das existências da alma completará a doutrina da pluralidade dos mundos habitados? Eis um outro problema complementar do primeiro, o qual só podia ser encarado depois deste. Poderá ser resolvido pelo método científico que nos permitiu resolver o primeiro? Outras tantas questões que se reúnem às que acabamos de estudar e que eu seria particularmente feliz em poder também resolver igualmente. Neste momento peço ao leitor considerar que devíamos começar pelo princípio, isto é, *provar primeiramente a existência póstuma da alma.*

Estabelecido esse ponto capital, podemos tentar elucidar algumas dessas questões, mas sabendo de antemão que não chegaremos à certeza que obtivemos a respeito da existência da alma e que, sem dúvida, só conseguiremos incompletamente devassar parte bem pequena desse mistério até agora impenetrável.

Antes de tudo, os fatos expostos nesta obra demonstram que nossos queridos desaparecidos permanecem algum tempo em nossa vizinhança mental e se manifestam quando as circunstâncias a isso os incitam, embora o espaço e o tempo não sejam para eles o que são para nós, vivendo eles na quarta dimensão, no hiperespaço. As manifestações materiais não são fáceis e permanecem raras; porém as associações psíquicas podem ser freqüentes. A reencarnação, que parece ser a lei geral, não se impõe imediatamente. Os Espíritos superiores são talvez levados sem demora, pela própria elevação, para outros mundos, por estarem preparados pela sua evolução.

O sistema do mundo moral, dissemos nós, é regido por leis, do mesmo modo que o mundo físico.

Comprovamos que as manifestações de mortos são irrecusáveis. Mas como podemos figurar o modo de agir de um morto? É este um estudo longo e complexo. Peço licença para lembrar que já era esse o fito das minhas pesquisas, quando eu escrevia *Urânia* (1889) e quando tentava resumi-las nos termos seguintes:

“Devemos admitir que o espírito do morto tenha tomado realmente nessas aparições uma forma corpórea? A hipótese não parece necessária. Em nossos sonhos julgamos ver pessoas que de modo nenhum estão diante de nossos olhos, aliás fechados. Nós as vemos perfeitamente, tão bem como se estivéssemos em pleno dia, falamos com elas, ouvimos o que dizem, conversamos, temos a impressão de que são coisas bem reais. Seguramente, não é nem nossa retina nem o nosso nervo óptico que as vêem, como não é tampouco nosso ouvido que as ouve. Só estão em jogo nossas células cerebrais.

Certas aparições podem ser subjetivas internas: nesse caso o ente que se manifesta agiria a distância sobre o ente que vê, e essa influência sobre seu cérebro determinaria a visão

interior, a qual parece exterior como nos sonhos; porém, embora subjetiva, a visão não é nem quimérica nem ilusória.

Os estudos experimentais feitos recentemente sobre os fenômenos de sugestão, de hipnotismo, de sonambulismo, põem-nos na rota, não da explicação, mas pelo menos da admissão racional de certo número de fatos. Existe sem dúvida, aqui, a ação de um Espírito sobre outro. É certo que a alma não se transporta, tomando realmente o aspecto de uma pessoa vestida por um alfaiate ou por uma costureira, e não é, diante do que vê, um ente vestido de paletó mais ou menos amplo, de vestido ou de manto coberto com as diversas miudezas do vestuário masculino ou feminino, segurando uma bengala ou um guarda-chuva, etc.

Sem dúvida o Espírito que deve aparecer age diretamente sobre o do percipiente e o impressiona de tal modo que este julga ver, ouvir, tocar mesmo uma pessoa, apresentando-se exatamente sob a forma pela qual o conhece.

Assim como um pensamento, uma recordação, desperta em nosso espírito uma imagem, que pode ser muito evidente e muito viva, assim também um ente, agindo sobre outro, pode fazer que lhe apareça uma imagem que lhe dará, por um instante, a ilusão da realidade. Esses fatos são agora obtidos experimentalmente nos estudos de hipnotismo e de sugestão, estudos estes que ainda estão no início, mas que já dão resultados seguramente dignos da maior atenção, tanto sob o ponto de vista psicológico como sob o ponto de vista fisiológico. Não é a retina que fica impressionada por uma realidade afetiva, são as camadas ópticas do cérebro que ficam excitadas por uma força psíquica. É o próprio ente mental que fica impressionado. De que modo? Ignoramos.”<sup>84</sup>

O que eu escrevia naquela época continuo a pensá-lo após mais de 30 anos de experiência consecutiva e essa interpretação foi confirmada e desenvolvida pelo progresso das ciências psíquicas, pelas descobertas prodigiosas das ondas hertzianas, da telegrafia sem fio e do telefone sem fio, como pelas novas observações de telepatia e de transmissão de pensamento.



Um Espírito pode sobre outro agir a distância. Essa ação mental se reproduz no cérebro receptor por uma imagem que lhe parece exterior.

Não há roupa realmente, não há corpo tampouco, nem mesmo etéreo ou astral; só há uma impressão cerebral que se transforma em imagem. A imagem que vemos num espelho não é real, embora o pareça quando é notada pela primeira vez por uma criança ou por um cão.

Sendo hoje admitida nas teorias científicas a sugestão de um Espírito encarnado sobre outro na mesma condição, será racional recusar a mesma faculdade à alma aliviada dos laços materiais do organismo, já que sua sobrevivência está demonstrada?

Será temeridade supor que uma alma desencarnada possa manifestar-se a uma alma encarnada e aparecer-lhe, sugerindo-lhe uma forma, um aspecto conhecido ou desconhecido do percipiente?

Já se pôde também ler (em 1900) n' *O Desconhecido*, a respeito das aparições:

“Não é necessário supor que a alma do moribundo saia e se transporte para a pessoa impressionada. Pode haver aí somente uma radiação, uma espécie de energia ainda desconhecida, uma vibração do éter, uma onda indo tocar um cérebro dando-lhe a ilusão de uma realidade externa. Aliás todos os objetos que vemos só são sensíveis para nós, só alcançam nosso espírito por meio de imagens.”<sup>85</sup>

O que concebíamos então por intuição está hoje materialmente realizado.

Por uma circunstância histórica digna de atenção, nossas verificações metapsíquicas atuais coincidem com uma das mais maravilhosas descobertas da ciência física, a radiotelegrafia e a telefonia. Um espetáculo, um concerto, um discurso são vistos e ouvidos, a centenas de quilômetros de distância, captados por um aparelho receptor, sem ser transmitido por fio nenhum. Em pleno oceano os passageiros e a tripulação de um navio podem ver e ouvir uma peça representada e cantada em Paris.

Tinha ousado adivinhar esse progresso em *Lúmen* (1866) e mesmo descrevê-lo em uma figura muito expressiva em *O Fim do Mundo* (1893, pág. 273), no qual se pode ler: “A telefonoscopia dá a conhecer por toda parte os acontecimentos mais importantes ou mais interessantes. Uma peça de teatro, representada em Chicago ou em Paris, é ouvida e vista em todas as cidades do mundo.” O gênio dos inventores realizou em nossos dias esse progresso que eu só atribuía aos séculos vindouros e coloca-nos desde hoje em condições de compreender as transmissões telepáticas, negadas ainda há alguns anos.

Podemos tentar descobrir agora em que consistem as aparições cuja autenticidade está doravante demonstrada: Qual é a sua essência? Serão *reais* os fantasmas?

Primeiro: o que é realidade? Onde está o critério da nossa certeza?

Respondem: aquilo que exterior a nós for *objetivo* é real; o que for *subjetivo* em nossa sensação não é real.

Essa apreciação é muito discutível. Uma sensação interior pode corresponder a uma realidade, sobretudo no que disser respeito aos fatos psíquicos. Um amigo morre ao longe, *aparece-lhe* em sonho ou de outra maneira, anuncia-lhe a sua morte, explica-lhe que acaba de se afogar, que foi esmagado por um trem, que foi assassinado. Está a gotejar, ou seus ferimentos são flagrantes, em uma palavra, sua imagem corresponde a uma realidade. Acabamos de ver muitos exemplos desses. Eis aí uma sensação subjetiva, mas que consigo traz a certeza.

A outra parte do dilema é igualmente discutível. Declaram que é real o que é objetivo, exterior a nós. Pois bem! Onde está a realidade do arco-íris, que é visto, medido, analisado, fotografado? É apenas um fenômeno de óptica. Seu vizinho vê um arco-íris diferente do seu; seu olho esquerdo não vê o mesmo que seu olho direito... Onde está então a realidade do arco-íris? Onde está a de uma paisagem criada pela atmosfera na miragem? Esse pau que se vê quebrado dentro d'água, pela refração, só mostra uma aparência, etc. Essas considerações devem guiar nosso raciocínio.

Sim, os fantasmas são reais, porém em que consiste a sua realidade?

O pai da Sra. Ballet-Gallifet, morto havia dois anos, apareceu mesmo à sua filha, ao seu genro e ao cão, em sua casa de Lião (cap. I); Roberto Mackenzie veio mesmo dizer ao seu patrão que não se tinha suicidado (idem); a jovem morta de cólera em São Luís, e cujo rosto fora arranhado pela mãe ao vesti-la, apareceu mesmo ao seu irmão em pleno dia (idem); a tia do Sr. Castex-Dégrange foi vista realmente por sua amiga com um vestuário que não lhe conhecia (cap. II); o cantor de igreja Russel apareceu realmente com um caderno de música na mão, diante do seu colega que ignorava tivesse ele morrido (idem); o índio do Colorado foi visto mesmo em Interlaken pela Sra. Bishop (idem); a Sra. Bellamy apareceu em realidade ao seu marido, à sua filha e à governanta destes (idem); um pai apareceu realmente à sua filha para que pagasse uma dívida que ela ignorava (cap. III); igual aparição para o caso do Conde Czacki (idem); a amiga da Sra. Simpson apareceu-lhe realmente para pedir-lhe liquidar uma pequena dívida (idem); a voz de um pai foi realmente ouvida pela filha a fim de revelar-lhe o esconderijo de uma reserva de dinheiro (idem); o capitão de navio Drisko foi mesmo salvo por seu amigo Burton no momento em que ia naufragar (idem); Michel Coulay apareceu mesmo à filha, com a roupa com que o amortalharam (idem); a professora de Copenhague viu realmente o marido (cap. IV); a menina de sete anos viu mesmo o pai (idem); um moço ouviu mesmo seu amigo que acabava de se suicidar (idem); a jovem italiana Rosa anunciou realmente a sua morte à amiga (idem); a Srta. Estela viu mesmo no seu quarto o amiguinho que acabava de morrer (idem); a Sra. Tweedale apareceu realmente ao neto e ao filho (cap. V); o jardineiro Bard viu na realidade a Sra. de Fréville (idem); o Dr. d'Albany viu, com efeito, uma jovem senhora que acabava de morrer, atravessar-lhe o quarto (idem); a Sra. Boullier, em Cherburgo, viu realmente a Sra. Arondel, falecida algumas horas antes (idem); o pequeno Gayraud viu mesmo a sua amiguinha que morrera na véspera (idem); o Conde Ubaldo Beni apareceu mesmo à mãe para lhe indicar qual o seu assassino (cap. VI); um

moço enterrado havia dois dias foi realmente visto pela irmã, andando diante dela (*idem*); o Sr. Basset viu, com efeito, à luz do dia, numa estrada, o fantasma de um homem falecido um mês antes (*cap.* VII); etc. Poderíamos continuar assim até ao fim do volume. É inútil fazer a recapitulação destas centenas de páginas.

É evidente que não são ilusões ou produtos do cérebro dos narradores. Os fantasmas de mortos existem, aparecem, manifestam-se. são vistos de frente, de perfil, obliquamente, refletidos em espelhos, em completa concordância com as leis da perspectiva. Podemos mesmo pensar que alguns têm uma certa materialidade como os *duplos* dos vivos que estudamos, pois são fotografados (posso a esse respeito provas irrecusáveis). Há, pois, nisso alguma coisa análoga a uma presença real.

Sentimos, por outro lado, quanto a transição entre o mundo visível e o invisível é difícil de compreender, mesmo sob o ponto de vista essencialmente material do estado atômico. O que chamamos matéria é uma reunião visível e ponderável de átomos invisíveis e imponderáveis. Uma mesma substância pode, com alguns minutos de intervalo, ser visível e invisível. Observem a formação de uma nuvem de verão e seu desaparecimento no firmamento, e ficarão convencidos desta metamorfose. O fogo consome um bloco de matéria e o reduz a vapores, em moléculas invisíveis e imponderáveis. O ar, a água, o carbono, o azoto e os outros elementos tornam-se palpáveis no corpo vivo que formaram, assim como nos corpos inorgânicos. Para nossa vista, para nossos sentidos, um pedaço de mármore, um pedaço de ferro, um ente humano, um animal, uma árvore são sólidos, densos, resistentes. Para a eletricidade a atmosfera oferece resistência, ao passo que um metal é um condutor.

Para espíritos que nos sejam superiores, dotados de outros modos de percepção, essa matéria sólida pode não parecer real, ao passo que os pensamentos podem apresentar a única realidade analisável para suas percepções habituais. E não é uma hipótese puramente infundada: na Natureza terrestre, que nossos sentidos percebem diretamente, no mundo animal, notadamente entre os insetos que classificamos entretanto como seres inferiores, temos registrado faculdades de penetração muito superiores às nossas,

muito diferentes, perturbadoras e incompreensíveis para nós, e que os menos romanescos dos entomologistas podem atestar como fatos de observação, científicos, maravilhosos e inexplicáveis.

O mundo psíquico invisível e real parece-me de agora em diante incontestavelmente comprovado.

Temos, sem dúvida, nesse momento

*“a culpa imperdoável de ter razão muito cedo”*

mas um próximo futuro concluirá a solução do problema.

Por outro lado, ainda, as observações especiais estudadas nesta obra mostraram fenômenos físicos irrecusáveis, movimentos de móveis, pancadas, campainhas agitadas, objetos quebrados, etc.; as páginas que se acabam de ler estão cheias dessas verificações. Muitas vezes esses ruídos vulgares, essas pancadas nos móveis, esses toques de campainha, essas cadeiras, essa louça, esses passos ouvidos nos surpreendem por sua banalidade. Mas devemos julgar da vida futura pelas descrições de Platão, Confúcio, Çakya Muni, Jesus? A vida normal de além-túmulo deverá apresentar aos nossos olhos unicamente um mundo composto de espíritos nobres, de pensadores?

Serão os homens, no dia seguinte ao da morte, muito diferentes do que eram na véspera? Ora, sabemos o que vale a imensa maioria, desde a África equatorial até os pólos.

Somos inclinados a pensar que os mortos são superiores aos vivos e a considerá-los como teósofos instruídos por Zoroastro, Manu e Krishna, caminhando conscientemente para o nirvana, por serem sabedores do carma. É uma idéia falsa. Nenhum testemunho existe que prove essa superioridade. Que poderão ser depois da morte a maior parte dos indígenas do nosso planeta... mais da metade seguramente?... Quantos seres há que alimentam copiosamente o corpo, mas que nunca alimentam o espírito? Muito poucos, sem dúvida alguma. É a máquina humana governada por uma alma mergulhada na matéria.

Passo muitas vezes diante da porta de um negociante de vinhos, de rosto afogueado, sempre ocupado a servir grupos de ébrios de bebidas mais ou menos falsificadas e ouvindo suas

discussões políticas variadas. As pragas, as graçolas prosseguem sem cessar, com grande gáudio dos interlocutores. Que será dessa gente toda, no dia seguinte ao da morte?

E os milhões de camponeses que nunca pensaram em nada, cujo ideal cabe numa casca de noz? E os inúmeros basbaques das grandes cidades? Em uma palavra, todos os brutos, todos os incultos, todos os entes inúteis ou nocivos? Vejam esses ociosos, esses freqüentadores de teatros, esses dançarinos, esses bucho-maníacos, esses bolsistas, esses jogadores, esses farristas, essas meretrizes, essa gente que nada faz, que só pensa em sua interessante pessoa, essas nulidades intelectuais e morais, todos esses seres que permanecem cegos e surdos no meio dos espetáculos tão variados da Natureza, da evolução humana e das prodigiosas descobertas da Ciência! Vivem à custa do esnobismo geral, dos apetites materiais nunca saciados, na ignorância de tudo e numa indiferença total a respeito das pesquisas sobre a verdade (existem almas de animais superiores às de certos homens). Podemos perguntar em que consiste sua imortalidade?

Um erro, cuja hereditariedade se perde na noite dos tempos e que as religiões sucessivas transmitiram através de milhares de anos, perpetua a idéia de que as almas desprendidas do corpo se tornam, somente pelo fato da desencarnação, absolutamente ideais e puros Espíritos. É um erro igual ao que representa o Céu como residência paradisíaca, que sombra nenhuma, perturbação nenhuma podem alterar, ao passo que a astronomia moderna nos ensina que a imensidade celeste é teatro de cataclismos formidáveis. Deles somos constantemente espectadores no campo dos nossos telescópios.

Ao deixar a vida terrestre a alma humana não se torna angélica. A morte não pode tornar onisciente um homem qualquer. A alma não deve ser sensivelmente diferente no dia que se segue à morte do que era na véspera – como já notamos –; o ignorante não pode adquirir uma ciência que não aprendeu nem o tolo se pode tornar inteligente; a guilhotina não transforma em santo um bandido. Podemos por isso prognosticar que a maior parte dos mortos não é intelectual e superior à maior parte dos vivos.

No mundo morrem cerca de cem mil pessoas por dia. A imensa maioria desses entes póstumos representam mônadas inconscientes. A atmosfera está cheia delas.

Parece que as almas, ainda pouco evolvidas, por assim dizer em estado embrionário, permanecem algum tempo na atmosfera, a maioria delas em estado inconsciente. Constituem um meio cósmico de consciência difusa, o qual se amalgama, por vezes, em certas condições, com a subconsciência individual dos vivos e nos médiuns se manifesta em diversos fenômenos espíritas observados. Se assim é – o que parece muito provável – a composição da atmosfera tomaria para nós um caráter sensivelmente diferente do da simples análise química e poderia ser definida deste modo:

Azoto	78,1
Oxigênio	20,9
Vapor d'água (variável conforme o lugar e a temperatura)	
Hidrogênio (aumenta com a altitude): considerável a 300 quilômetros	
Ácido carbônico	0,03
Argônio	0,00937
Neônio	0,0015
Hélio	0,0005
Criptônio	0,0001
Xênio	0,000005
Inúmeros micróbios, aos bilhões, invisíveis. Iônios, elétrônios, átomos dinâmicos. Elementos psíquicos não mensuráveis	

(Não será ainda amanhã que a última dessas notações poderá ser inscrita nos tratados científicos.)

Não respiraremos somente de um modo material, mas no seio de um ambiente mental que exerce influência sobre nossa saúde física e moral. Muitos dos incidentes da vida, que atribuímos ao acaso, não são casuais.

Existem correntes psíquicas que podem ser comparadas às correntes aéreas e às correntes magnéticas, cuja existência é

indicada por grande número de observações de coincidências precisas. O antigo adágio “as idéias estão no ar” não está muito longe da verdade.

O elemento psíquico, de que acabamos de falar, manifesta-se notadamente nas experiências do Espiritismo.

Poderia fazer minhas, textualmente, as palavras seguintes de Primot.<sup>86</sup>

“Posso juntar minhas observações pessoais às observações concordantes de Aksakof, Myers e Carl du Prel. Nas numerosas experiências que fiz (mais de 300) com médiuns de natureza e aptidões diferentes (um deles caía sempre em transe e era uma notável “máquina” de estudo), nunca pude obter, se bem que o pedisse em cada experiência, respostas precisas e coerentes a respeito das formas e das condições de vida do Além. Eram quase sempre informações de uma insignificância desesperadora; muitas vezes o Espírito respondia que era proibido aos habitantes do outro mundo fazer revelações dessa espécie e quando, por acaso, dignava-se abandonar sua banalidade costumeira era para nos ditar sentenças ou considerações mais ou menos filosóficas, algumas não deixando de ter eloqüência e valor literário, mas não tendo jamais ultrapassado o limite do que o subconsciente de um espírito ilustrado teria podido produzir ou sugerir e em todos os casos nunca nos diziam nada do que queríamos saber sobre a vida do Além.

E, entretanto, devemos com isso concordar, se há assunto a respeito do qual um Espírito desencarnado possa fornecer utilmente informes interessantes e inesperados, seguramente será este. Parece mesmo que deveria ser essa a sua principal ocupação e que nada lhe deveria custar para dar aos que o interrogam, a respeito desse ponto tão importante, respostas precisas, que tivessem esse cunho particular de mistério, de originalidade e de estranheza, por assim dizer, que se poderia esperar de um Espírito tornado estranho às nossas preocupações terrestres, pertencendo d'ora em diante a mundo muito diferente do nosso. Um viajante de volta das regiões polares não terá outra conversa com seus parentes e amigos



a não ser os pequenos casos do dia e as banalidades da vida corriqueira?

Aliás, passando em revista quais os motivos que inspiram e parecem determinar as aparições de fantasmas, ficou comprovado que são quase sempre preocupações, *monoideísmos* terrestres, absorvendo completamente o campo de consciência muito limitado pelo qual se manifestam, assim como a sugestão hipnótica absorve completamente o campo da consciência igualmente muito limitado do hipnotizado, tornando-o estranho a qualquer influência que não seja a do seu hipnotizador.

O mesmo acontece com o Espírito desencarnado quando se manifesta por intermédio de um médium. O campo de consciência que exterioriza nessa manifestação deve ser como o do fantasma, muito limitado, e quase sempre é só constituído por recordações terrestres. A verdadeira personalidade do Espírito, a que resulta do seu novo estado no Além, parece ser-lhe estranha. E é justamente por ser assim que em França os Espíritos desencarnados ensinam, quando não é o próprio médium ou os próprios assistentes que preenchem esse papel subconscientemente, a doutrina das reencarnações sucessivas – os da América, pelo contrário, a condenam. Uns e outros são sinceros: todos encontraram de novo essas doutrinas em suas recordações terrestres; o reencarnacionista, por exemplo, nas obras de Allan Kardec ou nas de outros espíritas franceses, que pôde ler quando vivo ou que ouviu nos Centros que freqüentou; o anti-reencarnacionista nas obras que leu ou no que ouviu nos Centros americanos, onde a tese das reencarnações é geralmente condenada (por causa dos negros).

A conclusão que se impõe, depois dessas diversas comprovações, é que nas sessões mediúnicas o que aparece, e a nós se comunica, da personalidade do defunto, não é de um modo geral senão um reflexo da consciência total; um desses *estados de consciência passageiros e fragmentários* que, pelo estudo da hipnose, nos foi dado conhecer e definir e que

recordações terrestres alimentam: uma espécie de sonho obscuro do Espírito desencarnado.”

Não se pode duvidar, entretanto, que forças inteligentes possam existir em volta de nós. Quando, nas sessões espíritas, pedimos para que nos toquem a mão ou a testa, sentimos esse contato exatamente no lugar indicado e sem nenhuma hesitação, mesmo em completa escuridão. Du Prel conta que durante uma sessão espírita em Viena pediu *mentalmente* que lhe puxassem a orelha esquerda e, como não sentisse nada, pediu que lhe puxassem o nariz; nada sentiu ainda. Nisso puxaram consecutivamente, um atrás do outro, a orelha esquerda, o nariz e a orelha direita, sem hesitação e com a segurança de uma pessoa que vê bem.

Conheço cinqüenta observações desse gênero.

O mundo psíquico que deveremos descobrir é imenso e ilimitado.

Muitas hipóteses foram feitas sobre o estado da alma depois da morte, sobre a vida futura; desde os arianos do tempo de Rama, desde os asiáticos do tempo de Zoroastro; desde os gregos do tempo de Homero, de Hesíodo, de Pitágoras, de Platão, desde os egípcios dos hipogeus faraônicos, desde os hebreus do tempo de Moisés, desde os hindus do tempo de Buda, desde os druidas dos dolmens da Gália, desde Jesus-Cristo e os Evangelhos, desde Maomet e o Alcorão, até os swedenborguianos, aos espíritas, aos teósofos, aos cientistas dos séculos XIX e XX.

Descreveram os Campos Elíseos, o paraíso, o inferno, o purgatório, os limbos, a morada dos mortos, os planos celestes, os arcanos do espaço, os mundos ultraterrestres, as viagens etéreas, a palingenesia, as reencarnações, a pluralidade das existências da alma; imaginaram todo um universo inexplorado, em cuja comparação as sugestivas representações esculturais das nossas catedrais não passam de frágil imagem antropomórfica. Será possível trazer alguma luz nesses espaços mais ou menos brumosos?

Os analistas enumeram umas cinqüenta religiões, ou, para dizer melhor, umas cinqüenta crenças religiosas distintas, tendo seus dogmas particulares sobre a vida futura. Não concordam

nem entre si nem com o pouco que podemos saber de ciência positiva.

Não esqueçamos, porém, essa opinião notável de um profundo pensador, Claude Bernard: “Estou persuadido de que dia virá em que o fisiologista, o poeta e o filósofo falarão a mesma linguagem, entendendo-se todos.” E lamentemos com Edouard Schuré que a Ciência e a Religião se tenham colocado como duas forças inimigas e irreduzíveis, o que é um erro. Duas verdades não podem ser opostas uma à outra. Só se sabe o que se aprendeu.

Sabe-se por exemplo que a Terra gira sobre si mesma em 24 horas e em volta do Sol em um ano. É um fato sabido, inconteste, arqui-provado. O que a Ciência estabeleceu definitivamente permanece inabalável. Devemos pensar que as idéias religiosas hão de evoluir progressivamente e que os conflitos entre a Ciência e a Religião, celebrados por Spencer e outros racionalistas, hão de dissipar-se, como acontece com as brumas da manhã, ao despontar do sol de verão.

Um escritor distinto, Louis Eblé, escreveu há alguns anos uma obra<sup>87</sup> concebida judiciosamente para mostrar que a ciência moderna não nos pode ensinar em que consiste a vida futura, mas que a realidade dessa vida futura não padece dúvida. Esse livro foi publicado em 1904. As pesquisas feitas nesses últimos 20 anos dão-nos mais luz?

“Onde estão as almas dos mortos?”, perguntam.

As diversas religiões têm opiniões diferentes a respeito da vida futura. Os cristãos protestantes adotam o céu e o inferno; os católicos colocam entre os dois o purgatório; os judeus se abstêm de definir, embora conservando os anjos; os muçulmanos têm a esperança de um paraíso antes sensual; os budistas vêem o nirvana no horizonte celeste dos destinos; os gregos possuíam os Campos Elíseos e o Tártaro; os egípcios tinham o Amenti e o dobro. No íntimo, todas essas idéias não passam de antropomorfismos.

Nas figuras esculpidas nos túmulos galo-romanos vemos muitas vezes a Lua representada pelo seu crescente (visitem notadamente o museu de Langres) e a idéia de que as almas dos mortos

podiam ser levadas para a Lua imperou por muito tempo. Os cristãos a isso se opuseram prontamente e lemos frequentemente esta proibição nas homílias dos primeiros séculos da nossa era: *nem in lunam incolant* (“não habitam a Lua”).

A questão de lugar não se impõe para as almas como para os corpos. O espírito não ocupa lugar nenhum. Mas confessemos que nos é impossível conceber forma alguma, aspecto algum fora dos nossos sentidos.

Educados nas idéias e imagens da antiga teologia astronômica do tempo dos apóstolos, dos evangelistas, do Apocalipse, dos Padres da Igreja ensinando o paraíso dos justos, dos santos e dos anjos, a descida de Jesus aos infernos, a ascensão, a assunção, a trindade, o coro dos eleitos, os cristãos a si mesmo perguntam, muito naturalmente, onde estarão seus mortos queridos e procuram imaginar o lugar onde possam estar. É difícil, para não dizer impossível, libertar-nos das idéias terrestres a respeito do espaço e do tempo.

Entretanto a alma, fora da vida, está eximida dessas contingências relativas ao mundo material.

A Astronomia esteve sempre associada às indagações filosóficas e religiosas a respeito da vida futura. E não pode ser de outro modo. O sistema do mundo físico é o enquadramento do sistema do mundo espiritual. A associação das duas ordens de idéias é coisa inevitável. Que significa a expressão “estar no céu”? Tudo está no céu. A Terra em que habitamos é um astro do céu, tanto quanto Marte, Júpiter, Saturno, Sírio ou Vega. As esferas do Dante, os coros de querubins, os tronos e as potências, a assembléia dos eleitos, a dominação suprema da Trindade só podem ser admitidos agora como forma simbólica. Não é essa a vida eterna. Sabemos hoje que não há parte superior nem inferior no Universo. Se representarem em uma estampa a ascensão de Jesus-Cristo, tinha essa imagem um sentido na época em que acreditavam ser a Terra plana na sua base, estando o inferno nas regiões inferiores (*ad inferos*) e o céu nas superiores. Essa imagem não tem mais sentido, pois que 12 horas depois representaria uma queda vertical de Jesus-Cristo de cabeça para baixo.

Que é, pois, o céu? É o espaço universal; é atualmente para nós a Via-Láctea, da qual é nosso planeta ínfima aldeia, da qual o nosso Sol é uma estrela, que se compõe de um bilhão de sóis e cuja extensão apresenta aos cálculos modernos um diâmetro que pode atingir 300.000 anos-luz, correspondendo cada um desses anos a 9.467 bilhões de quilômetros!

As esculturas de nossas belas igrejas góticas apresentam-nos por toda parte imagens do universo cristão, do juízo final, do céu e do inferno, em nada correspondentes à realidade.

Durante séculos e séculos a doutrina cristã ensinou a ressurreição dos corpos. *Credo resurrectionem carnis*. É um artigo de fé. Na sua epístola aos Romanos, são Paulo diz (VIII, II): “O Espírito daquele que ressuscitou Jesus-Cristo dentre os mortos também dará a vida aos vossos corpos mortais.” A crença está imposta, precisa, indiscutível. É mesmo o corpo que viveu, sofreu e gozou durante a vida que despertará no juízo final e ressuscitará. Jesus deve aparecer no Oriente, anunciado pelas trombetas angélicas, erguer-se-ão os mortos das sepulturas e as covas são orientadas nesse sentido a fim de que, ao erguerem-se os ressuscitados, façam frente ao nascente. Tal é a ordem admitida nos cemitérios cristãos. Caiu em desuso com a aniquilação da fé e hoje são enterrados os cadáveres em qualquer direção, à vontade da administração, assim como cessaram de orientar as igrejas. Mas o princípio do Credo é absoluto. É tão indiscutível quanto inaceitável. Nenhum homem instruído, inteligente e leal admite agora a ressurreição dos corpos, seja qual for a interpretação pseudocientífica: essas são idéias de outros tempos.

Quanto às lendas das penas eternas no inferno, onde os corpos dos réprobos deveriam sofrer sem remissão, podemos dificilmente compreender a possibilidade de um raciocínio humano nos ensinamentos da Igreja quando lemos em Bossuet frases como esta: “Assim sempre vivos e sempre a morrer, imortais para os seus sofrimentos, demasiado robustos para morrer, fracos demais para sofrer, gemerão eternamente sobre leitos de chamas, com dores furiosas e irremediáveis levadas ao excesso.”

Eis o que crentes no “Deus bom” julgaram que este fosse capaz de fazer, ao criar almas humanas! Que aberração e que blasfêmia!

Corpos humanos ressuscitados! A idéia em si é insustentável. A vida extraterrena se sucede em condições completamente diferentes da vida terrestre. Nenhuma assimilação possível. De que serviriam organismos dispostos como os nossos? É um estado sem relação alguma com as exigências vitais do nosso planeta. Com toda a certeza não são mais tributários do tubo digestivo como os grosseiros habitantes da Terra. Outros corpos! Seres fluídicos? Nesse outro mundo não se vê Adão e Eva nem Marte e Vênus. *Neque nubent, neque nubentur*, diz o Evangelho. Mas a nós é completamente impossível imaginar formas desconhecidas e, repito, nem se pode formular a pergunta. Podemos acaso imaginar simplesmente a mentalidade de uma alma libertada das impressões terrestres? A lagarta, se fosse capaz de raciocinar, não poderia adivinhar a vida da borboleta, embora pertença ao seu ser pessoal. E quanto à memória, poderia a borboleta, na hipótese de que a possuísse, lembrar-se do seu estado anterior?

Apesar das dificuldades, das contradições e das antíteses, notemos que a religião cristã está de acordo com o Budismo e com seus 400 milhões de sectários, quando pede na prece dos mortos o descanso eterno. *Requiem æternam dona eis Domine!* Esse descanso se assemelha muito ao nirvana, ao aniquilamento.

Mas essa imobilidade não existe em parte alguma. O Universo é um dinamismo regido pelo espírito, e a matéria é apenas uma aparência, os átomos obedecem à energia; tudo caminha, tudo está em movimento no Infinito. O *Incognoscível* rege tudo, desde o infinitamente grande até o infinitamente pequeno.

A vida futura faz parte desse conjunto. A qualificação de “vida futura” é, aliás, relativa e antropomórfica, pois o que é o passado atualmente para nós era o presente para os que nos precederam e a época em que agora vivemos será o passado num próximo futuro. Para falar de um modo absoluto, só há um presente eterno. Os que eram vivos há cem anos estão atualmen-

te na “vida futura” que, para eles, se tornou presente, e daqui a cem anos essa vida atualmente futura será presente para nós.

Um número respeitável de observações induziria a admitir a permanência ou a simultaneidade de todos os fenômenos que se produzem no seio de uma alma universal, para a qual nossas idéias a respeito do tempo seriam estranhas. O futuro está determinado, o passado também; é como se houvesse um presente perpétuo.

Na imobilidade eterna o tempo não existe. É criado por nós, em relação com os movimentos da Terra.

Se não tivéssemos a sucessão dos anos, das estações, dos dias e das noites, em lugar do nosso calendário, em lugar dos dias, das horas, dos minutos, dos segundos, reinaria a eternidade imóvel.

No espaço absoluto não há tempo.

Cada planeta cria e mede seu tempo por si próprio. No planeta Netuno o ano é igual a 165 dos nossos, em Urano 84, em Saturno 30, em Júpiter 12. O dia de Marte dura 24 horas e 39 minutos; o nosso poderia durar outro tanto ou mais e para nós seriam sempre dias.

Considerado em si, o tempo não existe.

Não tendo o tempo existência real, o futuro, assim como o passado, estão presentes. Todos os acontecimentos são determinados pelas causas que os produzem. A vontade humana participa das forças em trabalho que agem na Natureza.

Não vai nisso teoria; é um fato de observação que os leitores desta obra apreciaram pela grande cópia de exemplos de acontecimentos futuros previstos de antemão.

A análise metafísica, assim como a observação, estabelecem, pois, que o tempo não existe por si mesmo, que se pode ver de antemão os acontecimentos que se hão de dar e que tudo é presente.

Não existindo o tempo, o que de nós resta após a morte, a alma, o espírito, a entidade psíquica, seja qual for a denominação que lhe dêem, e seja qual for a sua natureza, cessa de pertencer ao que chamamos tempo, durante a vida. Nada mais existe para o

ente pensante que possa subsistir, nem anos nem dias nem horas. O relativo cede o lugar ao absoluto.

O que há no fundo das aparências, “a coisa em si” de que fala Kant, a essência mesma não tem relação nenhuma com nossas idéias de passado ou de futuro; e um fato qualquer pode ser tanto percebido antes que aconteça, como quando aconteceu. Para o ente colocado fora do tempo, nossas idéias de passado e de futuro não têm mais as mesmas aparências. O ontem e o amanhã são hoje.

Há entretanto continuidade. O que apelidamos sobrevivência da alma não deve ser compreendido somente como a conservação de um átomo psíquico indestrutível que não teria consciência de si mesmo, mas sim como a persistência da identidade pensante, dotada de memória.

A alma é uma substância invisível, impalpável, imponderável, fora das nossas condições de observação física. Nossas medidas de espaço não lhe podem ser aplicadas do mesmo modo que as do tempo. Ela pode manifestar-se a centenas e a milhares de quilômetros de distância. As observações publicadas em nossos três volumes o provam.

Assim, pois, em resumo, o espaço e o tempo não existem, tais como nossas concepções de medidas no-los apresentam. É o infinito; é a eternidade. A distância daqui a Sírio não é maior parte do infinito do que a que medeia entre sua mão esquerda e sua mão direita. A eletricidade já nos habituou às transmissões rápidas entre as distâncias. As radiações luminosas não levam dois segundos para transporem a distância que se estende da Terra à Lua. Há transmissões que podem ser qualificadas de instantâneas. O espaço e o tempo chegam por vezes a confundir-se.

O espaço não é tampouco o que nos parece. Nossas medidas práticas são feitas por três dimensões, pelo cubo formado pelo comprimento, pela largura e a altura. Ora, há uma quarta dimensão, há o hiperespaço. A força da gravitação, que não se exerce conforme as superfícies, mas penetra os corpos, as ações eletromagnéticas do éter e a química molecular revelam a quarta dimensão. As aparições que assinalamos são produzidas por essa



quarta dimensão. Vimos, dentre muitas, a de Afonso de Liguóri, transportado do seu convento, no reino de Nápoles, ao leito do Papa Clemente XIV em Roma (*Durante a Morte*); Santo Antônio de Pádua, pregando em Montpellier e aparecendo no seu convento (idem); Santa Catarina de Ricci estando em Prato conversando com Filipe de Néri em Roma (idem); o *duplo* da Srta. Sagée (idem); Sir Carne Raschse na Câmara dos Deputados (idem); a Sra. Milman (idem); A Srta. Rhoda Clary (idem), etc. Já declaramos, por observações precisas, que “um homem e uma senhora, de boa saúde, podem estar em outro lugar do que aquele em que estão com seus corpos normais”. Poderíamos a essas observações acrescentar as que foram comprovadas de transportes de objetos: não é esse o lugar para discuti-las; mas tudo concorda para afirmar a existência da quarta dimensão. Um homem, um objeto encerrado num quarto, entre as quatro paredes, o teto e o soalho, dele pode sair. Parece que a vida ultraterrestre se exerce nessa dimensão já acessível ao cálculo algébrico.

Terão as almas uma forma? Que corpo é o corpo espiritual de São Paulo, o corpo astral dos teósofos, o corpo etéreo dos ocultistas?

As observações dos *duplos* podem instruir-nos. Vimos, deles, escolha especial no tomo II e os encontramos em todo o correr do nosso trabalho. Há seguramente três elementos no ente humano: a alma pensante, o duplo fluídico e o corpo físico. Esse duplo está a serviço da alma e foi analisado sob mais de um aspecto.

Foi ele estudado desde o meado do século passado por Reichenbach, sob o nome de “Od”, palavra extraída do sânscrito, significando que “penetra em todo lugar”.

Não é o éter, entretanto, Todos os psiquistas têm em suas bibliotecas as obras desse autor, assim como as do seu continuador, Carl du Prel e as do Coronel Albert de Rochas. O corpo ódico é a “aura” dos ocultistas, atmosfera humana visível para os sensitivos e mesmo para certos olhos normais, com preparos apropriados.

É esse fluido que está em jogo nas experiências de levitação, nas aparições e em mais de uma manifestação póstuma. Ele sobrevive à desagregação molecular.

Quando eu assistia às experiências do meu amigo Albert de Rochas, na Escola Politécnica, como às do Dr. Baraduc, em seu laboratório, não podíamos deixar de pensar que os *duplos*, estudados em nossa época, eram os dos ritos da antiga religião egípcia, delineados nas inúmeras figuras que nos foram conservadas há quatro mil anos. Essas tradições pareciam perdidas.

Carl du Prel, sábio bávaro (1839-1899) de origem francesa,<sup>88</sup> a quem devem as ciências psíquicas importantes pesquisas, concluiu, depois de 30 anos de estudos, que a alma não é um puro espírito, mas um espírito associado a um corpo transcendental, que ele assimila ao “Od” de Reichenbach. Esse corpo etéreo, ódico, estaria em ação nas manifestações do magnetismo e do Espiritismo. É o “corpo astral” dos ocultistas, dos teósofos, dotado de forças que lhe são particulares, sobrevivendo ao organismo físico, em relação direta com o éter universal, podendo atravessar a matéria, constituindo por vezes os fantasmas substanciais assinalados por Crookes e por outros observadores. Esse corpo astral existiria tanto durante a vida como depois da morte. Recordo ele a propósito a idéia de Kant, que “a alma humana se acha desde esta vida ligada ao mesmo tempo a dois mundos” e que, “quando enfim a união da alma com o corpo físico cessa pela morte, sua vida no Além é a continuação natural da ligação que já teve com este Além” (*Rêves d’un Voyant*, 20-25).

Se a alma humana sobrevive ao organismo físico, ela preexiste; a mesma eternidade existe atrás, como diante de nós. A objeção radical que se faz a este princípio é que não nos lembramos de nada. Não é absoluta, pois cada um de nós nasce com faculdades pessoais, que não provêm da hereditariedade, e há também alguns homens que têm reminiscências, mais ou menos acentuadas, de um passado desconhecido. A vida eterna só pode ser compreendida com o princípio da reencarnação, proclamado por Pitágoras, Orígenes, Jean Reynaud e tantos outros filósofos. Falta-nos espaço para discutir essa imensa questão nesse volume; mas devemos admitir-lhe o princípio.

Em nossa total ignorância científica das condições da vida ultraterrestre, só podemos fornecer conjeturas a respeito dessa

vida. Sabemos, d'ora em diante, que a alma subsiste. Admitir essa sobrevivência induz a admitir a preexistência. A vida terrestre só é uma fase na vida do espírito. É, aliás, a única doutrina admissível, conforme o conjunto de todas as considerações metafísicas, e é a mais antiga das crenças religiosas definidas: preexistência e sobrevivência.

A discussão desse grave problema reclamaria uma obra inteira e, unicamente sob o ponto de vista histórico, deveríamos ir até um dos padres mais instruídos da Igreja, Orígenes, e mais anteriormente ainda até Pitágoras, Manu, Buda. Os argumentos da preexistência têm um valor incontestável.<sup>89</sup> O principal é a desigualdade dos seres humanos, desde seu nascimento, desigualdade mental que não pode ser atribuída à hereditariedade; as aptidões especiais para as ciências como para as artes; as predisposições inatas; as convicções desde a infância, que só podem ter sido adquiridas anteriormente. Um outro argumento é o fato das reminiscências mais ou menos vagas, mais ou menos precisas, do “já visto”, do “já ouvido”, sensações inexplicáveis por outro modo e que, em certas pessoas, são flagrantes.

Cada um de nós, digo, vem a este mundo com aptidões especiais, cuja origem não pode ser encontrada na hereditariedade. Conheço uma família com cinco filhos. São completa, radicalmente diferentes uns dos outros, como se fossem de raças diferentes.

Este exemplo poderia ser multiplicado por cem, por mil.

Todas as recordações passadas, acumuladas, constituem no nosso íntimo um domínio latente, num subconsciente independente do nosso cérebro. A recordação dos fatos anteriores não foi registrada no cérebro.

Em nossos gostos, em nossas preferências, em nossas impressões, em nossas intuições, em nossos sonhos, nas reminiscências, nas simpatias e nas antipatias é o nosso ser anterior ao nascimento terrestre que se manifesta mais ou menos vagamente.

Um dos meus amigos é casado com uma senhora amável e distinta, cujo gênio é imperturbavelmente alegríssimo na vida normal diária, modelo encantador de índole sempre agradável;

ora, tem esta senhora sonhos horrivelmente tristes e muitas vezes dolorosos, provocando lágrimas.

Há dois seres em nós, sob o ponto de vista da memória, duas memórias geralmente amalgamadas, mas, por vezes, nitidamente distintas.

Increpam sobretudo para a preexistência, a ausência de recordações precisas das nossas existências anteriores. De que nos serve ter vivido se não nos lembramos do que se passou?

Não consiste a personalidade sobretudo na memória? Pode-se responder a essa objeção, dizendo que durante a vida terrestre o organismo material traz condições novas e um cérebro dotado de novos registros para uma memória transitória; que, aliás, não nos recordamos da milésima parte do que nos aconteceu desde que nascemos e que a memória integral da alma pode não se exprimir senão quando está em liberdade durante os intervalos entre as encarnações. Temos conhecimentos mentais, pensamentos mentais no subconsciente subliminal, os quais provêm de nossas existências anteriores, e pensamentos cerebrais oriundos da nossa existência atual. Os primeiros são mais verdadeiros, mais profundos, mais seguros do que os segundos.

Em certos seres as observações de recordações prescritas aparecem com grande nitidez. Nossas existências anteriores prepararam nossa vida atual. Nossa vida atual prepara nossas existências vindouras.

A alma traz, ao encarnar-se, as aptidões resultantes dos conhecimentos adquiridos anteriormente. Citemos, entre outros exemplos, como meninos prodígio, Pico de Mirandola, Pascal, Mozart, Saint-Saëns. Os parentes dão aos filhos, quando eles nascem, a vida física, não dão o valor intelectual e moral.

Objetaram-me muitas vezes que, se a reencarnação é uma lei da Natureza, as comunicações com os mortos são impossíveis. Podemos responder que efetivamente essas comunicações são raras; mas que, todavia, nada prova serem as reencarnações forçosamente imediatas. Pois que ainda não sabemos quase nada a respeito desse outro mundo, tudo está por aprender. Nossas pesquisas atuais terão como conseqüência a transformação completa dos diversos ensinamentos religiosos sobre a vida

futura. Os defuntos que se comunicam não falam nem do paraíso nem do inferno nem dos jardins islâmicos nem dos Campos Elíseos gregos, nem do nirvana hindu.

Podemos dizer com o Sr. Alfred Benezech que assistimos, sem o pressentir, movimento intelectual que há de revolucionar a mentalidade humana, o mais importante movimento desde o advento do Cristianismo.

Sob o ponto de vista filosófico e religioso, sejamos pitagóricos que teriam voltado no século XX, conhecedores da astronomia atual.

Definida ou não, a crença numa vida futura domina todas as nações, apesar das incertezas e das negações. Sob uma forma qualquer, a imortalidade se apresenta às esperanças humanas hoje como no tempo dos gauleses e dos druidas. As revoluções nenhuma mudança lhe fizeram; Robespierre presidiu à festa do “Ser Supremo” e outrora ainda era possível ler na fachada da igreja, vizinha do meu Observatório de Juvisy, esta inscrição em letras maiúsculas: “O povo francês reconhece a existência de Deus e a imortalidade da alma.” Esta alma se impõe sob todas as latitudes. No Japão, ainda atualmente, como foi visto recentemente nas exéquias do escritor Lafcádio Hearn, em Tóquio, abrem pequenas gaiolas, libertando assim passarinhos, símbolo comovedor da alma que foge, voando da sua prisão terrestre.

De existências em existências a vida psíquica nos vai elevando numa evolução ascendente. Cada um de nós foi mineral, vegetal, animal, antes de ser homem, e o homem não é o termo final. Somos ainda muito inferiores.

Nossa vida após a morte será a que tivermos preparado. Somos o que nós nos fazemos. O *carma* dos teósofos é uma realidade. Os entes que só vivem para a matéria e pela matéria não gozarão dos prazeres do espírito; os sibaritas da carne ficarão evidentemente desiludidos; os sensuais permanecerão muito tempo atrasados na sua evolução. O progresso espiritual não é o mesmo para todos. As reencarnações estão ligadas aos valores intelectuais e morais.

Não há razão nenhuma para restringir ao nosso planeta as reencarnações da alma humana e não é anticientífico atribuir à

mônada psíquica a faculdade de viajar na imensidade dos espaços celestes, de passar de um planeta ao outro, da Terra a Marte, a Vênus ou a qualquer outro mundo. A Ciência acaba de demonstrar o transporte quase instantâneo dos íons e dos electrônios através dos 150 milhões de quilômetros que separam o Sol da Terra. Durante as trovoadas magnéticas da fotosfera solar os íons do sol chegam até nós e produzem aqui as agitações da agulha imantada e as perturbações do magnetismo terrestre.

E já que a telepatia existe entre os mortos e os vivos, não é interdito aos astrônomos ter a esperança, como notávamos acima, de que talvez não esteja longe o dia em que comunicações psíquicas poderão ser estabelecidas entre um planeta do nosso sistema e a Terra. O espaço não tem medida para a telepatia. Todas essas concepções não podem ser aprofundadas aqui. Meus leitores tiveram alguma idéia a esse respeito em *Lúmen*, há meio século.

As conclusões a que acabamos de chegar são o resultado de um trabalho pessoal livre e independente, sem filiação com crença alguma nem com nenhum sistema religioso.<sup>90</sup> É digno de notar, sob o ponto de vista histórico, que são conformes aos ensinamentos do Ocultismo, às tradições esotéricas unânimes da Índia, do Egito, da Caldéia, da Pérsia, da Grécia, dos hebreus, dos essênios, da Cabala e dos herméticos da Idade Média. Encontramos a maior parte dos assuntos dos nossos capítulos desses três volumes, dos *duplos*, as transmissões telepáticas, as manifestações póstumas, as aparições em: “O Livro dos Mortos”, o “Rig-Veda”, o “Zendaavestá”, o “Tripitaca Búdico”, o “Maha-Bahrata”, as Leis de Manu, a Bíblia. Devemos ficar menos surpresos dessa correlação de duas percepções da mesma verdade, distantes uma da outra de vários milhares de anos e com métodos absolutamente diferentes do que impressionou o primeiro jesuíta ao chegar à China como missionário, ao verificar que o mito do menino-deus, nascido de uma virgem, ali era ensinado já havia cinco mil anos.

Voltamos então por causa disso, no século XX, às doutrinas pregadas há sete mil anos? Sim e não. Sim, no sentido de serem os antigos mais sábios neste assunto do que se pensa realmente.

Não, no sentido de nos trazerem os métodos atuais uma confirmação prática e um começo de explicação.

Mas é chegado o tempo de parar.

O trabalho que empreendemos é imenso e muito ultrapassou os limites nos quais parecia a princípio poder ficar restringido. As primeiras linhas do nosso primeiro tomo diziam: “Decido-me a apresentar hoje à atenção dos homens que pensam uma obra principiada há mais de meio século, embora com ela não esteja ainda completamente satisfeito”. Três anos depois de ter escrito estas linhas vejo, infelizmente, o assunto ainda mais desenvolvido e insuficiente o plano desses três volumes.

Tinha pensado concluir esta obra laboriosa, fundamental, com este terceiro volume; porém, certo número de leitores insistem para que não deixe ignorados certos fatos importantes que, depois de reunidos, tive de eliminar deste livro, durante a sua impressão, para aliviar-lhe a longura, tais como as aparições de defuntos no leito dos moribundos, as fotografias autênticas de fantasmas, os fenômenos das casas assombradas, as aparições e manifestações assinaladas na história sacra, de Samuel a Jesus-Cristo, assim como na história profana a pluralidade das existências da alma sob o ponto de vista astronômico. Ao demais, no que diz respeito às manifestações metapsíquicas, os documentos, as relações continuam a ser-me enviadas diariamente de todos os pontos do globo. Esses fatos são muito mais numerosos do que se pensa em geral, porque (observação significativa), cada vez que neles se fala, ouvintes há que conhecem outros que tais.

Tratava-se antes de tudo de provar com observações positivas, numerosas, de acordo todas, a realidade da sobrevivência; isso está feito. Agora pode ser-lhe acrescentada essa documentação complementar. Será oferecida aos leitores desejosos de conhecê-la e, para os que gostariam de achar facilmente os exemplos mais característicos e os assuntos passados em revista, serão incluídos índices alfabéticos indicando matérias e autores citados nestes três volumes. Parece-me que o título natural deste quarto volume será: “À Margem da Morte e o seu Mistério”.

Sejam quais forem os complementos a serem acrescentados às observações precedentes, possuímos de ora em diante a certe-

za científica da sobrevivência da alma, além do último suspiro terrestre.

**A alma é independente do organismo material e continua a viver depois da morte.**

Certamente, longe estamos de tudo saber. Dificuldades, obscuridades, incompreensibilidades, ficam insolúveis para nossas faculdades humanas. Um desconhecido sem limites nos cerca: não atingimos a realidade; se dela nos aproximamos um pouco, fiquemos satisfeitos; em lugar do sono da noite, despertamos na aurora.

Como é a primeira vez que é escrita uma obra dessa ordem, como até hoje nenhum mortal conseguiu erguer o véu de Ísis, não me atrevo a atribuir-me a pretensão de ter resolvido inteiramente o imenso problema, mas tenho fé que este trabalho não terá sido estéril. Desbravei somente o terreno e abri a rota da ciência nova. O futuro ajuizará dos resultados desse esforço. Pusemos em prática o convite de Jesus: “**Procurai e achareis.**”

Sejam quais forem os progressos das descobertas futuras, nossa doutrina adquirida se resume de hoje em diante nesses termos:

**O corpo passa. A alma vive no infinito e na eternidade.**

– Fim –

Observatório Flammarion, Juvisy, 26 de fevereiro de 1922.

## **Notas:**

---

<sup>1</sup> Será a luz um corpo? Ela age, entretanto, materialmente sobre o radiômetro de Crookes, fazendo-o girar. Age sobre a placa fotográfica, decompondo os sais. Pode produzir uma explosão química, etc.

<sup>2</sup> Th. Henri Martin – *As Ciências e a Filosofia*, Paris, 1869, pág. 438.



- 
- <sup>3</sup> Idem, pág. 472.
- <sup>4</sup> “Durante a Morte”, pág. 292.
- <sup>5</sup> *Proceedings of the Society for Psychical Research*, vol. III, 1885, pág. 95. Myers – *Human Personality*, 1904, vol. II, pág. 52.
- <sup>6</sup> *Light*, pág. 502, 1915; *Luce e Ombra*, 1919; *Annales des Sciences Psychiques*, 1919.
- <sup>7</sup> Ver também *Proceedings of the S. P. R.*, vol. VI, pág. 17, e *Annales des Sciences Psychiques*, 1909, pág. 325.
- <sup>8</sup> Eu, pessoalmente, conheço outra: Grignon, perto de Montbard (Côte-d’Or), onde inaugurei o Observatório de Dom Lamey, em 1890.
- <sup>9</sup> *Méthode scientifique moderne de Magnétisme, Hypnotisme, Suggestion*, Paris, 1920.
- <sup>10</sup> V. *Phantasms of the Living*, 1886, I, pág. 395; *Life and Times of Lord Brougham*, 1871, pág. 201.
- <sup>11</sup> *Dictionnaire Infernal*, Paris, 1826, t. IV, pág. 344.
- <sup>12</sup> Roma, *Luce e Ombra*, novembro 1905; *Annales des Sciences Psychiques*, dezembro, 1905.
- <sup>13</sup> Bozzano – *Les Phénomènes de Hantise*, págs. 50-52.
- <sup>14</sup> *Proceedings of the Society for Psychical Research*, VIII, pág. 314. Myers – *Human Personality*, II, pág. 45.
- <sup>15</sup> *Autour de la Mort*, pág. 137. *Human Personality*, II, págs 51 e 350. *Proceedings of the S. P. R.*, vol. V, pág. 440.
- <sup>16</sup> Publiquei esse incidente pela primeira vez no jornal *La Revue des Revues* do dia 15 de julho de 1899.
- <sup>17</sup> Myers – *Human Personality*, II, pág. 348.
- <sup>18</sup> Obra publicada em português sob o título *Região em Litígio*, pela editora FEB. (Nota do revisor.)
- <sup>19</sup> Ernesto Bozzano - *Les Phénomènes de Hantise*, págs. 154-157.
- <sup>20</sup> “Le Comte de Gabalis” – *Les Génies Assistants*, tomo II, pág. 87 (edição de 1742).

---

<sup>21</sup> *Proceedings of the S. P. R.*, vol. VI, pág. 26. *Annales des Sciences Psychiques*, 1900, pág. 325.

<sup>22</sup> *Animismo e Espiritismo*, pág. 426.

<sup>23</sup> *Animismo e Espiritismo*, pág. 566.

<sup>24</sup> V. Champignon – *Physiologie, Médecine et Métapsychique du Magnétisme*, Orléans, 1841, pág. 317.

<sup>25</sup> V. Myers – *Human Personality*, t. II, págs. 35 e 342.

<sup>26</sup> *Luce e Ombra*, Roma, 1920. *Revue Spirite*, 1921, pág. 214.

<sup>27</sup> *Philosophie Zoologique*, édition Charles Martins, 1873, t. I, págs. 16-17.

<sup>28</sup> Qual desses epítetos poderia ser aplicado a qualquer das relações publicadas? Quanto ao livro d’Obsequens, meus leitores sabem desde muito tempo como o *tratei*.

<sup>29</sup> Não é minha opinião. Conheci-o pessoalmente (1861 e 1869).

<sup>30</sup> Leis naturais conhecidas? Onde terminam? Essa afirmação presume que todos os homens de ciência, que comprovaram a realidade dos fenômenos psíquicos, não souberam observar! Declarar que esses fenômenos *não existem* é contrário à verdade.

<sup>31</sup> Suprimo o nome dado por meu irascível correspondente.

<sup>32</sup> Erro que muitas vezes refutei. Isso é confundir a *observação* com a *experiência*, a astronomia, a meteorologia com a química e a física. Pode-se acaso reproduzir à vontade os fenômenos espontâneos, tais como uma queda de aerólito, a aparição de uma nova estrela, uma erupção solar magnética, uma faísca elétrica que despe um homem sem matá-lo, etc.?

<sup>33</sup> O autor comenta aí um artigo que eu tinha publicado em *La Revue des Revues* no dia 15 de julho de 1899 (ver, neste volume, capítulo III, a narrativa acrescida de citação na nota nº 16).

<sup>34</sup> Tornar a ler o capítulo dos “Simulacros” em Lucrece: *De natura rerum*.

- 
- <sup>35</sup> *Phantasms of the Living*, t. I. pág. 414. *Hallucinations Télépathiques*, pág. 130.
- <sup>36</sup> *Memórias sobre a Guerra atual dos Gregos* (1º volume, in-8, Paris, Bessange, 1823, págs. 97-100).
- <sup>37</sup> Ver *Phantasms of the Living*, tomo I, pág. 212, e *Hallucinations Télépathiques*, pág. 235
- <sup>38</sup> *Apparitions and Thought Transference*, 1915, pág. 401.
- <sup>39</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, 1897, pág. 114.
- <sup>40</sup> Idem, 1900, pág. 65.
- <sup>41</sup> Tomo II, *Autour de la Mort*, pág. 155: “Manifestação antes da morte”.
- <sup>42</sup> Meus leitores já leram uma observação feita por ela em 1898 – *O Desconhecido*, caso CLIX.
- <sup>43</sup> Autor do romance *O filho do Conde de Monte Cristo*.
- <sup>44</sup> V. *Annales des Sciences Psychiques*, 1919, pág. 67.
- <sup>45</sup> Veneziâni foi condenado a 21 anos de prisão. O pedido de apelação foi recusado.
- <sup>46</sup> *Revue des Études Psychiques* de Vesme, Juillet, 1902.
- <sup>47</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, 1912, pág. 301.
- <sup>48</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, 1902, pág. 321.
- <sup>49</sup> *Ma soœur Henriette*, 1895, pág. 88.
- <sup>50</sup> Transcrevo esses pormenores íntimos porque o fato de que se trata aqui era sabido de minha família.
- <sup>51</sup> *Essai sur l’humanité posthume par un positiviste*, Paris, 1863.
- <sup>52</sup> *L’autre côté de la Mort*, pág. 221.
- <sup>53</sup> Inquérito do professor Charles Richet sobre os fatos metapsíquicos no exército, *Annales des Sciences Psychiques*, 1919, pág. 23.
- <sup>54</sup> V. Leadbeater – *L’Autre côté de la Mort*, pág. 249.
- <sup>55</sup> Há exemplos de sinais feitos por fantasmas sobre objetos inanimados, mesas, roupas, móveis que não podem ser atribuí-

---

dos à auto-sugestão. Falta-me o lugar para relatá-los aqui e só posso reservá-los para outra obra. Muitos deles, notáveis, serão encontrados em *Luce e Ombra* de dezembro de 1910.

<sup>56</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, 1894, pág. 272.

<sup>57</sup> *Phantasms of the Living*, II, pág. 213; *Hallucinations Télépathiques*, pág. 359.

<sup>58</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, 1894, pág. 7.

<sup>59</sup> Esta narrativa foi dada primeiro em junho de 1883 no relatório anual do Orfanato e foi publicada nas *Hallucinations Télépathiques*, pág. 360. É completamente autêntica.

<sup>60</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, 1909, pág. 166 e 1914, pág. 125.

<sup>61</sup> Publicado por Frank Podmore: *Apparitions and Thought Transference*, pág. 427.

<sup>62</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, novembro de 1891.

<sup>63</sup> Palavra de gíria napolitana, significando: “Encosta!”, isto é, em linguagem marítima: “Inclina a direção do navio do lado oposto àquele donde sopra o vento!”

<sup>64</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, 1911, pág. 126.

<sup>65</sup> Parece-me indiscreto publicar aqui os endereços, que tenho aqui sob as vistas, dos signatários desses quatro testemunhos.

<sup>66</sup> Confundir essa visão com as experiências de Espiritismo seria laborar em erro.

<sup>67</sup> *Letters on Demonology and Witchcraft*, traduzido para o francês por Albert Montémont, Paris, 1838, pág. 36.

<sup>68</sup> *Parerga und Paralipomena*, Berlim, 1851, 2ª edição, por Franenstadt, 1862. Uma boa tradução foi feita sob o título *Mémoires sur les Sciences Occultes, Magnétisme et Apparitions*, Paris, Leymarie, 1912.

<sup>69</sup> Ver essa tradução na pág. 270.

<sup>70</sup> *Le Dantec – Le Problème de la Mort et la Conscience Universelle*, pág. 69.

- 
- <sup>71</sup> *Annales des Sciences Psychiques*, setembro, 1905, págs. 551-155.
- <sup>72</sup> *Proceedings of the S. P. R.*, vol. III, pág. 374. *Human Personality*, I, pág. 370. *Annales des Sciences Psychiques*, 1899, pág. 168.
- <sup>73</sup> *Animisme et Spiritisme*, pág. 419
- <sup>74</sup> Edmonds – *Lettres sur le Spiritualisme*, Nova Iorque, 1860, págs. 118-120.
- <sup>75</sup> Bozzano – *Luce e Ombra*, dezembro de 1919.
- <sup>76</sup> O Dr. Pannatoni quando vivo era médico em Florença.
- <sup>77</sup> *La Personnalité Humaine*, pág. 346.
- <sup>78</sup> Idem, pág. 313.
- <sup>79</sup> V. Oliver Lodge – *La Survivance Humaine*, pág. 100. Ata de 13 de dezembro de 1904.
- <sup>80</sup> R. Warcollier – *La Télépathie*, pág. 335.
- <sup>81</sup> Notemos entre os últimos volumes publicados o da Sra. Lacombe, *Merveilleux Phénomènes de l’Au-delà* (Lisbonne, 1921).
- <sup>82</sup> Para o estudo da quarta dimensão e do hiperespaço pode-se ler, com vantagem, a dissertação do astrônomo Newcomb, que publiquei em 1899 e inseri em *Rêves Étoilés*, págs. 343-345.
- <sup>83</sup> *Deus na Natureza* (1866).
- <sup>84</sup> *Urânia*, pág. 236.
- <sup>85</sup> *O Desconhecido*, pág. 276
- <sup>86</sup> *Psychologie d’une Conversion*, pág. 671.
- <sup>87</sup> *La vie future devant la sagesse antique et la Science Moderne*, Paris, 1904.
- <sup>88</sup> Le Prel, domínio da abadia de Saint-Claude. Franco-Condado. Ver sua obra *La Mort, l’Au-Delá, La Vie dans l’Au-Delá*, publicada pela Sra. Hemmerlé e por Albert de Rochas, Paris, 1905.

---

<sup>89</sup> Ver notadamente André Pezzani, laureando do Instituto, *La Pluralité des existences de l'âme, conforme à la doctrine de la pluralité des mondes* (1865), no capítulo Jean Reynaud, Henri Martin, Flammarion.

<sup>90</sup> O primeiro preceito dos *Vers dorés* de Pitágoras pode ser traduzido deste modo: “Deixai os entes humanos fazerem suas religiões; mas tende a vossa.”